

Rogério Silveira Tonet

ATIVIDADE ARTESANAL E AUTONOMIA COMPLEXA: UMA
ANÁLISE SEGUNDO A SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA EM
CONTEXTO DE DTS NA REGIÃO DAS VERTENTES - MG

Tese submetida ao Curso de Pós-
Graduação em Administração – CPGA
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Serva

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tonet, Rogério Silveira

ATIVIDADE ARTESANAL E AUTONOMIA COMPLEXA : UMA ANÁLISE
SEGUNDO A SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA EM CONTEXTO DE DTS NA
REGIÃO DAS VERTENTES - MG / Rogério Silveira Tonet ;
orientador, Maurício Serva - Florianópolis, SC, 2014.
260 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Autonomia. 3. Desenvolvimento
Territorial Sustentável. 4. Sociologia Pragmática. 5.
Artesanato. I. Serva, Maurício. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração.
III. Título.

Rogério Tonet

ATIVIDADE ARTESANAL E AUTONOMIA COMPLEXA: UMA
ANÁLISE SEGUNDO A SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA EM
CONTEXTO DE DTS NA REGIÃO DAS VERTENTES - MG

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de
Doutor, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação
em Administração – CPGA da Universidade Federal de Santa Catarina.

Local, 22 de Maio de 2014.

Prof. Marcus Venicius Andrade de Lima, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Maurício Serva, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina – CPGA/UFSC

Prof. Hans Van Bellen, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – CPGA/UFSC

Prof. Rogério João Lunkes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – PPGC/UFSC

Prof.^a Simone Ghisi Feuerschütte, Dr.^a
Universidade Estadual de Santa Catarina – ESAG/UDESC

Prof. Flávio Ramos, Dr.
Universidade do Vale do Itajaí – PMGPP/UNIVALI

Dedico esta tese a meus pais, Dora e Luiz Augusto Tonet (*in memoriam*), à minha esposa, Simone, e à minha filha, Gabriela.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Simone, e à minha filha, Gabriela, pelo amor, apoio, carinho e compreensão.

À Dora, minha mãe, pela força em todos os momentos, pela ajuda e pelo amor.

Ao Professor Doutor Maurício Serva, pela orientação da tese, mas, principalmente, pela amizade que já ultrapassa uma década.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (CPGA), professores e técnicos, aos quais agradeço na pessoa do coordenador Prof. Dr. Marcos Venicius Andrade de Lima, pela confiança demonstrada e pela oportunidade de poder desfrutar do convívio acadêmico nesta instituição.

Aos professores: Dr. Hans Van Bellen, Dr. Rogério João Lunkes, Dr.^a Simone Ghisi Feuerschütte e Dr. Flávio Ramos, pelas contribuições nas bancas de qualificação e defesa de tese, sem as quais este trabalho não seria possível.

A todos os colegas do Núcleo ORD – Organizações Racionalidade e Desenvolvimento, pelas discussões acadêmicas (ou não) e por ser um local onde se encontram alguns dos meus melhores amigos.

Aos amigos, Danilo Melo, Gustavo Matarazzo e Carlos Karam, e a todos meus colegas de turma, por estarem presentes em todos os momentos importantes dessa caminhada.

Aos artesãos e lojistas entrevistados e aos habitantes dos municípios que visitei na Região das Vertentes em Minas Gerais, pela acolhida e pelo atendimento em pousadas, restaurantes e outros estabelecimentos, comprovando a excelência daquelas cidades em bem servir aos visitantes.

The Logical Song
Supertramp

When I was young
It seemed that life was so wonderful
A miracle, oh it was beautiful, magical
And all the birds in the trees
Well they'd be singing so happily
Oh joyfully, oh playfully watching me
But then they sent me away
To teach me how to be sensible
Logical, oh responsible, practical
And they showed me a world
Where I could be so dependable
Oh clinical, oh intellectual, cynical
There are times when all the world's asleep
The questions run too deep
For such a simple man
Won't you please, please tell me what we've
learned
I know it sounds absurd
But please tell me who I am
Now watch what you say
Or they'll be calling you a radical
A liberal, oh fanatical, criminal
Oh won't you sign up your name
We'd like to feel you're
Acceptable, respectable, oh presentable, a
vegetable
At night when all the world's asleep
The questions run soo deep
For such a simple man
Won't you please, please tell me what we've
learned
I know it sounds absurd
But please tell me who I am, who I am, who I am,
who I am

RESUMO

A presente tese versa sobre a questão da autonomia na sociedade contemporânea e das possibilidades de ampliação das escolhas pessoais através do engajamento em “projetos de vida e trabalho autônomos”. A pesquisa empreendida contou com 24 entrevistas com artesãos, presidentes de associações e lojistas, além de análise documental e observação direta, no intuito de desvendar como esses projetos se estabelecem e se tornam relativamente estáveis e duráveis, assim, foi necessário lançar mão da teoria pragmática para analisar as dinâmicas negociadas entre os atores advindos de ambientes onde as lógicas de ação são distintas. A região escolhida foi a Região das Vertentes, em Minas Gerais, mais precisamente os municípios de Tiradentes, Prados, Santa Cruz de Minas e Resende Costa, além do distrito de Vitoriano Veloso ou “Bichinho”, onde o artesanato se desenvolveu fortemente a partir da década de 1990, atrelado à criação de um importante destino turístico – Tiradentes – e, hoje, representa significativa forma de ocupação e geração de renda. Considerou-se esse contexto como sendo de Desenvolvimento Territorial Sustentável e que esse ambiente é favorável à implantação dos projetos de vida e trabalho autônomos. Dessa dinâmica, emerge o conceito de “Autonomia Complexa”, em que a principal característica são as relações de interdependências que dão suporte aos já citados projetos.

Palavras-chave: Autonomia, Autonomia Complexa, Sociologia Pragmática, Desenvolvimento Territorial Sustentável, Artesanato.

ABSTRACT

The present thesis deals with the issue of autonomy in the contemporary society and the possibilities of expansion of personal choices through engagement in "life projects and autonomous work." The research undertaken included 24 interviews with artisans, shopkeepers and presidents of associations, as well as document analysis and direct observation in order to unravel how these projects are established and become relatively stable and durable and, thus, it was necessary to make use of the pragmatic theory to analyze the negotiated dynamics between actors, originated from environments where the logics of action are distinct. The chosen area was the region of Vertentes, in Minas Gerais, more precisely the cities of Tiradentes, Prados, Santa Cruz Mine and Resende Costa, in addition to the District of Vitoriano Veloso or "Bichinho", where handicrafts has strongly developed since the 1990s, linked to the creation of a major tourist destination - Tiradentes - and that, nowadays, represents a significant form of occupation and income generation. This context was considered as being Sustainable Territorial Development and that this environment is conducive to the implementation of livelihood projects and autonomous work. From this dynamic emerges the concept of "Complex Autonomy", in which the main feature is the relationships of interdependencies that support the aforementioned projects.

Keywords: Autonomy, Complex Autonomy, Pragmatic Sociology, Sustainable Territorial Development, Handicrafts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Paradigma Paraeconômico	72
Figura 2 – Interação das Esferas na Economia Plural	88
Figura 3 – Disposição de peças em cidade turística: Tiradentes	156
Figura 4 – Ateliê em cidade Turística: Bichinho (Vitoriano Veloso)	156
Figura 5 – Loja em cidade turística: Bichinho (Vitoriano Veloso) ...	157
Figura 6 – Disposição das peças em uma cidade atacadista – Resende Costa	160
Figura 7 – Ruas e fachadas de lojas em uma cidade atacadista – Resende Costa.....	161
Figura 8 – Ateliê em Resende Costa	161
Figura 9 – Rua e fachada de lojas em Santa Cruz de Minas	164
Figura 10 – Interior de uma loja em Santa Cruz de Minas.....	165
Figura 11 – Oficina em Santa Cruz de Minas	165
Figura 12 – IDHM de Tiradentes (MG) no período de 1991 a 2010..	171
Figura 13 – IDHM de Prados (MG) no período de 1991 a 2010.....	171
Figura 14 – IDHM de Resende Costa (MG) no período de 1991 a 2010	172
Figura 15 – IDHM de Santa Cruz de Minas (MG) no período de 1991 a 2010	173
Figura 16 – Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes	179
Figura 17 – Mapa da Estrada Real	180
Figura 18 – Box explicativo - Dinâmica de Desenvolvimento Territorial	182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre os conceitos de autonomia.....	40
Quadro 2 – Artigos publicados em periódicos e eventos nacionais sobre o tema Autonomia.....	44
Quadro 3 – Artigos publicados em periódicos e eventos nacionais sobre o tema Autonomia segundo os temas.....	44
Quadro 4 – Critérios para Sustentabilidade.....	55
Quadro 5 – Comparação entre os modelos de desenvolvimento.....	65
Quadro 6 – Características dos Sistemas Sociais.....	83
Quadro 7 – Ordens de Grandeza.....	99
Quadro 8 – Ordens de Grandeza.....	136
Quadro 9 – Configuração da Amostra.....	138
Quadro 10 – Localidade dos entrevistados.....	144
Quadro 11 – Calendário de Eventos de Tiradentes.....	168
Quadro 12 – Dados do Município de Tiradentes (MG).....	170
Quadro 13 – Dados do Município de Prados (MG).....	171
Quadro 14 – Dados do Município de Resende Costa (MG).....	172
Quadro 15 – Dados do Município – Santa Cruz de Minas.....	173
Quadro 16 – Características de Fenomias e as unidades artesanais da Região das Vertentes.....	192
Quadro 17 - Critérios de justificação dos atores.....	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AART	Associação dos Artesãos de Tiradentes
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APL	Arranjo Produtivo Local
ASARC	Associação de Artesãos de Resende Costa
ASSET	Associação Empresarial de Tiradentes
CIREDE	Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONTUR	Conselho de Turismo
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
EDI	Electronic Data Interchange
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações não Governamentais
OSCIPS	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAP	Programa do Artesanato Paranaense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO	28
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS	30
1.2.1 Objetivo Geral	30
1.2.2 Objetivos Específicos	30
1.3 JUSTIFICATIVAS.....	31
1.4 ESTRUTURA DA TESE	31
2 BASE TEÓRICA	33
2.1 AUTONOMIA COMPLEXA	33
2.1.3 Autonomia: O Estado da Arte em Estudos Organizacionais no Brasil 43	
2.2 O território.....	49
2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	51
2.2.1 O território como referência	58
2.2.2 Por uma relação entre a Identidade Local e o Desenvolvimento..	60
2.2.3 Critérios de análise do DTS.....	63
2.3 ECONOMIA PLURAL E SOCIEDADE MULTICÊNTRICA	67
2.3.1 O Paradigma Paraeconômico e a Sociedade Multicêntrica	71
2.4 SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA	91
2.4.1 Pragmatismo e a Sociologia Pragmática Francesa	91
2.4.2 A Justificação	93
2.5 ATIVIDADE ARTESANAL	101
2.5.1 Atividade Artesanal: notas históricas e natureza.....	102
2.5.2 O Saber Local: Conexões entre Cultura Popular, Ciência, Folclore e Artesanato.....	108
2.5.3 Atividade Artesanal – classificações, características e particularidades	112
2.5.4 Atividade artesanal: trabalho, autonomia e liberdade	114
2.6 SÍNTESE.....	118
2.6.1 Projetos de Vida e Trabalho Autônomos e a Autonomia Complexa 119	
2.6.2 Os Projetos de Vida e Trabalho Autônomos e os contextos DTS e Fenonomia.....	121
2.6.3 A construção dos relacionamentos nos projetos de autonomia ..	125
3 METODOLOGIA	129
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	129
3.1.1 Método da pesquisa.....	129
3.1.2 Quanto aos objetivos da pesquisa.....	130
3.2 RECORTE DA PESQUISA.....	130

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	131
3.3.1 Observação.....	131
3.3.2 Entrevista	133
3.3.3 Procedimento para Análise de dados	134
3.3.4 Validade e confiabilidade.....	134
3.3.5 Definições Constitutivas (DC) e Operacionais (DO).....	134
3.4 O ARTESANATO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS.....	137
3.5 O TERRITÓRIO.....	137
3.5.1 Amostra e Seleção dos entrevistados	138
3.5.2 Tiradentes.....	140
3.5.3 Prados.....	141
3.5.4 Vitoriano Veloso (Bichinho).....	141
3.5.5 Resende Costa.....	142
3.5.6 Santa Cruz de Minas	143
4 ANÁLISE	149
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ARTESANATO PRATICADO NA REGIÃO DAS VERTENTES.....	149
4.2 O TERRITÓRIO: DTS COMO CONTEXTO PARA OS PROJETOS DE VIDA E TRABALHO AUTÔNOMOS	150
4.2.1 Desenvolvimento da Região das Vertentes a partir de Tiradentes 151	
4.2.2 Aspectos Político-Institucionais.....	166
4.2.3 Aspectos Socioeconômicos.....	169
4.2.4 Aspectos Ecológicos	176
4.2.5 Aspectos Culturais	178
4.4 PROJETOS DE VIDA E TRABALHO AUTÔNOMOS	184
4.4.1 Caracterização dos projetos: o ator e a fenomenia – o artesão e o ateliê 184	
4.4.1.1 O ator: valores e ética.....	185
4.4.1.2 A fenomenia.....	190
4.3.2 Caracterização dos projetos: Motivações para o engajamento nos projetos de autonomia	193
4.3.2.1 Busca pela ampliação da autonomia	196
4.3.2.2 Resultados econômicos e sobrevivência	199
4.3.2.2 Satisfação e autorrealização	200
4.4 ESTABELECIMENTO DE RELACIONAMENTOS ATRAVÉS DA JUSTIFICAÇÃO.....	202
4.4.1 O artesão: entre o mundo inspirado e o mundo doméstico	206
4.4.2 O lojista: entre os mundos mercantil e industrial	211
4.4.3 O embate: acordos firmados no encontro dos mundos	213

4.5 A CONSTRUÇÃO DOS RELACIONAMENTOS INTERDEPENDENTES	219
4.5.1 A diversidade necessária	221
4.5.2 A quantidade das relações	225
4.5.3 A qualidade das relações	227
4.6 SÍNTESE: DTS, PROJETOS DE VIDA E TRABALHO AUTÔNOMOS E AS RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA	229
5 CONCLUSÃO	235
6 BIBLIOGRAFIA.....	241
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas – Artesão	257
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas – Lojista	259

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual, conforme Guerreiro Ramos (1989), tem no mercado sua referência total, oferecendo o contexto necessário para a realização de atividades complexas, tais como as grandes construções, a produção de bens em massa e a organização da vida em uma grande cidade. Ao mesmo tempo, para tornar-se operacional, esse contexto reduz a variabilidade das ações dos indivíduos ao direcioná-los às atividades úteis para manutenção de todo o aparato. O autor detalha esse fenômeno em sua derradeira obra, “A Nova Ciência das Organizações”, a partir do ponto de vista de um sociólogo brasileiro morando há décadas nos EUA, descrevendo uma sociedade que se estrutura a partir e em torno de valores que emergem do mercado, relegando a segundo plano as outras inerentes à vida humana associada.

Assim, atividades como a convivência, as atividades filantrópicas, de expressão artística, atividades que promovem a autorrealização são desvalorizadas, enquanto outras, úteis para os objetivos de mercado, ganham relevância. Entre estes ditos “valores de mercado”, visíveis no dia a dia das cidades modernas, está a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos e, decorrente deste, o “profissionalismo”, os conceitos de eficiência/eficácia, utilidade, entre outros, conforme declara o autor: “o mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social.” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 148).

Guerreiro Ramos, a exemplo do que anunciava Weber¹, ao falar em “Jaula de Ferro”, descreve esse tipo de organização social como uma exacerbação do modelo ideal burocrático weberiano, que extrapola os limites organizacionais e passa a moldar a sociedade através de uma padronização de comportamentos desejáveis e compatíveis com os valores de mercado, uma vez que o autor declara que “as economias [empresas] são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 148).

Dessa forma, a sociedade centrada no mercado ameaça a autonomia dos indivíduos, reduzindo suas opções de escolha, induzindo comportamentos e, enfim, promovendo uma padronização da vida humana associada.

¹ Termo utilizado por Weber para descrever a racionalização excessiva da sociedade através das instituições burocráticas e a crescente padronização e impessoalidade das relações humanas, em WEBER, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Assim, a proposta aqui empreendida é uma retomada da discussão da autonomia e das possibilidades de ação autônoma que representem uma alternativa a esse estilo de vida padronizado, centrado no mercado. A questão da autonomia é discussão que remonta a filosofia clássica e está definitivamente ligada ao conceito mais amplo de liberdade. A partir do Iluminismo e das mudanças decorrentes da Revolução Francesa, frente a uma sociedade que se tornava mais complexa, o debate em torno da liberdade e da autonomia é retomado e, naquele momento, delineiam-se dois caminhos: um que levará ao conceito liberal de autonomia, focado no indivíduo, outro, que se direciona à autonomia em um sentido social ou comunitário².

Mais recentemente, dois eventos trouxeram novamente à tona as questões relacionadas à liberdade/autonomia. Nos campos político e social, as manifestações decorrentes do movimento de 1968 traziam em seu bojo a questão das liberdades individuais. No campo científico, a partir de 1970, os estudos da complexidade trouxeram consigo uma nova abordagem epistemológica, inicialmente na área da Biologia, mas que rapidamente influenciou a ciência como um todo.

Uma vez estabelecido que o ambiente de mercado não é propício à realização dos projetos de autonomia dos atores, o contexto aqui indicado será o de territórios nos quais a dinâmica de desenvolvimento ofereça aos atores a possibilidade de, ao mesmo tempo, desenvolverem suas atividades e protegerem-se da influência do mercado, porém mantendo a ligação com este por meio de alguns agentes específicos e ocasiões também específicas: Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)

A discussão central é, desse modo, sobre a possibilidade de uma retomada da autonomia dos indivíduos/atores, mas, agora, sob forma de projetos de vida e trabalho autônomos. Os atores, nesse caso, são motivados a engajarem-se nesses projetos por uma busca da ampliação das suas possibilidades de ação e, ao mesmo tempo, como forma de integrar trabalho e vida.

Se sociedade de mercado, conforme descrita anteriormente, tem, na utilidade e na eficácia, seus valores, os quais moldam a vida dos indivíduos, trazendo para seu foco o trabalho, a carreira e a capacidade de obter renda, nos projetos de vida e trabalho autônomos a centralidade está na liberdade de ação, no trabalho como forma de expressão e de

² Estas linhas teóricas podem ser representadas por um lado por Bentham (1984) e de outro por Kant (1964, 2005) e Hegel (1992).

autorrealização e na possibilidade da manutenção de laços de proximidade, em especial, a familiaridade.

No entanto, os projetos de vida e trabalho autônomos são projetos que não se encaixam automaticamente em todas as atividades. Pelo contrário, ocorrem sob condições específicas e dependem de uma série de fatores para tornarem-se factíveis. Dessa constatação surge a necessidade de elaboração de um novo conceito de autonomia, que seja suficiente para abarcar essas novas variáveis que norteiam esses projetos e que são produto de uma sociedade que se torna cada vez mais complexa, com formas de relacionamento cada vez mais diversificados e com uma lista cada vez maior de atividades que necessitam de seres e objetos ajustados. Nesta tese, propõe-se, portanto, uma nova abordagem da discussão sobre autonomia e, desta abordagem, surge o conceito da autonomia complexa.

Esses projetos de vida e trabalho autônomos representam, então, uma iniciativa consciente dos atores em busca de um estilo de vida alternativo aos da sociedade centrada no mercado. São projetos em que se busca a ampliação do leque de opções, de escolhas e de ações do ator com vistas à sobrevivência, ao aumento do tempo de convivência com a família e ao tempo livre, à autorrealização, à escolha segundo critérios pessoais de novos projetos ou das atividades a serem realizadas, entre outros.

Dessarte, o ambiente que possibilita tais projetos também não é o ambiente de mercado, mas esses projetos situam-se em suas franjas, nos limites do mercado. Artesãos, por exemplo, necessitam do mercado para poderem transformar sua produção em sustento, primeiramente, mas, também, em capital para aquisição de matérias-primas ou eventuais investimentos na atividade. Essa atividade, em alguns contextos, compõe um ambiente propício para os projetos de vida e trabalho autônomos, sendo um espaço onde os atores podem desenvolver suas atividades e sua vida pessoal fora do mercado, mas estão posicionados de tal forma que, ao concluírem seus trabalhos, podem expô-los no mercado.

Os projetos de vida e trabalho autônomos são projetos que visam estabelecer-se sobre outra lógica, a lógica da autonomia complexa que, diferentemente da autonomia pregada pela ideologia liberal, não significa independência ou autossuficiência, mas sim o estabelecimento de relações de interdependência através do reconhecimento da importância de cada um dos componentes da rede de relacionamentos que se forma. Mais que isso, essa rede não é determinante, não compõe a lógica principal da ação. Esses relacionamentos formam a ponte que

liga o artesão e seu projeto de vida e trabalho ao mercado e, portanto, está no limite do mercado, situando-se exatamente onde se encontram atores e lógicas de ação diferentes.

Os projetos de vida e trabalho autônomos desenvolvem-se enquanto produção, criação e convivência, então, em ambientes relativamente protegidos da lógica do mercado (GUERREIRO RAMOS, 1989). Necessitam, em alguns momentos, entrar em contato com o mercado, apenas para a venda e distribuição de seus produtos. Nessas situações críticas, em que princípios comuns e diferentes são confrontados, interessa, também, colocar em questão a maneira como se estabelecem os acordos e as relações.

Compreender o processo de estabelecimento desses relacionamentos é crucial para a compreensão sobre como os projetos de vida e trabalho autônomos se realizam e, para tanto, foi necessário utilizar-se das contribuições da Sociologia Pragmática, em especial da formulação de Boltanski e Thévenot (1999, 2006) a respeito da análise dos momentos de confrontação entre princípios de “mundos comuns” diferentes. Os autores delinearão o que seria uma metodologia para analisar tais conflitos, a partir das justificações formuladas por cada um dos contendedores.

Os atores, suas ações, seus valores, seus objetivos, assim como as justificações por eles produzidas são processadas no interior de contextos sociais específicos em que esses componentes são organizados em “Ordens de Grandeza”. Esses contextos são chamados pelos autores de “mundos comuns” e, assim, as ordens de grandeza guiam as escolhas de cada ator que, em momentos críticos, produzem as justificações, quando do encontro e da necessidade do estabelecimento de acordos legítimos entre atores procedentes de diferentes mundos.

1.1 TEMA E DELIMITAÇÃO

O presente trabalho versa, portanto, sobre o tema da autonomia e sobre os caminhos percorridos por atores interessados em aumentar suas oportunidades de escolha e, por consequência, a autodeterminação de seus atos. Mais precisamente, esta tese lança um olhar sobre como os projetos de autonomia podem ocorrer em uma sociedade em que as restrições à ação individual são crescentes

Esse ambiente torna-se real no território e nas dinâmicas sociais e econômicas que lá ocorrem, que incluam as características delineadas no parágrafo anterior. O ambiente encontrado na pesquisa aqui compreendida foi o de um território onde essas condições foram sendo

moldadas gradativamente a partir da década de 1990 e as dinâmicas socioeconômicas formaram-se em torno das atividades turísticas de Tiradentes, Minas Gerais. O artesanato desenvolveu-se fortemente naquela região como complemento aos serviços turísticos oferecidos que movimentam o município e a região durante o ano todo.

Considerou-se a Região das Vertentes e, mais especificamente, os municípios de Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Resende Costa, Prados e seu distrito Vitoriano Veloso ou “Bichinho” devido a dois aspectos. Em primeiro lugar, pelas mudanças ocorridas em suas atividades a partir do desenvolvimento do turismo em Tiradentes, quando foram criadas rotas de passeios por essas localidades onde os atrativos incluem, além de esportes radicais, passeios com visitação a pontos turísticos e a compra do artesanato produzido na região. Além disso, a natureza das atividades lá empreendidas e a forma como estas ocorrem podem ser consideradas dentro do escopo do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Os acordos, em especial neste trabalho, a serem analisados envolvem artesãos, cujos interesses e lógica dominantes encontram-se no apreço pela liberdade, convívio, empenho em obras automotivadas, e lojistas, que estão imersos nos valores do mercado.

Concluindo esta introdução, neste trabalho buscou-se uma nova abordagem do tema autonomia, à qual denominou-se “Autonomia Complexa”, devido a sua sugestão, ainda que breve, ter sido pronunciada por autores que incluem-se no dito “Paradigma da Complexidade”, e foi apresentada primeiramente por Morin (1987).

Essa abordagem particular distancia-se das anteriormente citadas por colocar em foco as relações entre os componentes ou indivíduos e não na estrutura, ao mesmo tempo em que substitui a independência como objetivo pela interdependência como necessária para o alcance da autonomia. Ou seja, a autonomia dos indivíduos, nesse sentido, não é independência, mas várias relações de interdependência. Portanto, são essas relações que serão analisadas e enfatizadas no campo.

Os projetos de vida e trabalho autônomos são a forma operacional do conceito que se pretende formular da autonomia complexa e, assim, a autonomia complexa é um agregado que inclui o contexto de DTS e as relações de interdependência duráveis, construídas a partir de acordos, cujo número e variedade conferem ao ator um trânsito entre os “mundos comuns” e suas diferentes lógicas.

A delimitação da pesquisa empreendida se dá a partir da limitação espacial, ou seja, o estudo restringe-se aos núcleos artesanais existentes nos municípios de Tiradentes, Resende Costa, Santa Cruz de

Minas e Prados e seu distrito de Vitoriano Veloso ou Bichinho. Assim, o território é a principal referência para estabelecer os critérios das fronteiras estudadas, o que condiz com um estudo de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ao mesmo tempo, serão estudados apenas os atores engajados em projetos de vida e trabalho autônomos e, nesse caso, especificamente, artesãos residentes na região de interesse.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS

Apresentadas as considerações iniciais, cabe apresentar a problematização, que pode ser descrita como: “Como projetos de vida e trabalho autônomos se concretizam em contexto de Desenvolvimento Territorial Sustentável?”

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da presente tese é: compreender como os projetos de vida e trabalho autônomos se concretizam em contexto de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Região das Vertentes em Minas Gerais.

1.2.2 Objetivos Específicos

Do objetivo geral, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

- analisar o território em estudo, destacando suas particularidades, inclusive históricas e turísticas, e seus impactos nos projetos de vida e trabalho autônomos nos núcleos artesanais;
- identificar os critérios de justificação nos processos de estabelecimento de projetos de vida e trabalho autônomos no território;
- analisar o processo de estabelecimento dos projetos de autonomia em fenomenias em ambiente de desenvolvimento territorial;
- analisar as formas de justificação utilizadas pelos atores existentes no território e nas relações de interdependência.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Primeiramente, a contribuição teórica que aqui se pretende implementar é no sentido de aprofundar esse conceito ainda em construção, que é o da autonomia complexa. Embora existente, nunca foi estudado sob o enfoque proposto neste trabalho, de análise no campo, em projetos de vida e trabalho. Pretende-se, então, abordar a autonomia complexa, com enfoque especial sobre a construção dos relacionamentos de interdependência, em um território com dinâmica tal como a preconizada pelo corpo teórico do DTS.

Ao mesmo tempo, enquanto prática, estudando-se os projetos de vida e trabalho autônomos, pode-se compreender melhor como essas formas alternativas de ocupação e geração de renda se sustentam, quais arranjos entre território e atores são necessários para que se estabeleçam e perdurem. Também são justificativas, uma vez que se trata de trabalho no âmbito da Administração, o estudo das pequenas unidades artesanais como iniciativas empreendedoras e sua viabilização enquanto negócio no campo das relações sociais, assim como as características específicas dessas iniciativas que propõem uma alternativa de ocupação e geração de renda nas comunidades estudadas.

Fica também remarcado o ineditismo da proposta, a possibilidade de aprofundamento dos estudos sobre coordenação social por intermédio da utilização das teorias advindas da corrente francesa do Pragmatismo e das formulações teóricas, mas, também, metodológicas oferecidas por Boltanski e Thévenot (1999, 2006).

1.4 ESTRUTURA DA TESE

A tese será apresentada em cinco capítulos, sendo que a presente introdução é o primeiro. No segundo capítulo, será apresentada a base teórica e, em sua última parte, uma síntese que relaciona os temas da autonomia complexa, o DTS e a teoria pragmática. O terceiro capítulo será dedicado à proposta metodológica e seu detalhamento.

A partir de então, seguem os capítulos de análise e conclusão em que é apresentado o conceito proposto da “autonomia complexa”, seguido pela bibliografia e anexos.

2 BASE TEÓRICA

Neste capítulo, serão apresentadas as discussões sobre os temas: desenvolvimento, aqui, DTS; a autonomia, na versão da complexidade de Morin (1987); racionalidade e sociedade multicêntrica, de Guerreiro Ramos; e a teoria da capacidade crítica de Boltanski e Thévenot (1999), em um esforço para reuni-los em um quadro de análise que será apresentado no capítulo de metodologia.

2.1 AUTONOMIA COMPLEXA

Nesta seção, será apresentado o tema autonomia, em uma versão ainda em construção, baseada em uma versão proposta por autores que, embora inseridos no chamado paradigma da complexidade, necessitam de aprofundamento em sua base teórica.

O conceito escolhido para transpassar todas as categorias a serem analisadas nesta tese é a autonomia. Conforme já demonstrado em Tonet (2004), a autonomia, além de ser um dos componentes do quadro de análise da racionalidade substantiva (SERVA, 1996, 1997[a], 1997[b]), está ligada a uma busca pela manutenção ou ampliação das opções de ação, por parte dos atores envolvidos em atividades que se encontram fora ou, ao menos, nos limites do mercado.

Muito embora o conceito dominante de autonomia, que emerge no contexto da modernidade, seja uma versão que dá suporte ao individualismo e, portanto, de interesse para a manutenção do *status quo* capitalista, aqui é apresentada em uma versão diferente, complexa, visto que é baseada em conceitos de autores que escrevem no paradigma da complexidade, em especial, Morin (1987).

Esta seção será dividida em duas partes: uma primeira em que será apresentada a evolução do conceito de autonomia segundo a história e, na segunda, o conceito de autonomia complexa que aqui será empregado e desenvolvido.

2.1.1 Autonomia

Filosoficamente, a autonomia é a condição de um indivíduo ou coletividades ser capaz de determinar por ela mesma as leis que guiarão seus atos, em oposição à heteronomia. O conceito de autonomia surge praticamente junto com a própria filosofia, uma vez que Platão considerava o ser racional como senhor de seus atos e, portanto, governado por suas próprias leis ou “autonomo”. Na acepção básica de

sua origem etimológica: *auto*: próprio; *nomos*: leis, ou “dar-se às próprias leis”. Apesar da autonomia na versão platônica abdicar de conteúdo moral, em Aristóteles passa a agregar essa dimensão, já que a autodeterminação, em Aristóteles, é o indivíduo em busca da felicidade e o “bem” é o bem fazer para bastar-se em si mesmo.

Ao mesmo tempo, conceitualmente, a autonomia está ligada, desde a filosofia clássica, com a questão da liberdade, conforme pode ser visto em Japiassu e Marcondes (1993, p. 163) que, sobre liberdade, escrevem: “Condição daquele que é livre. Capacidade de agir por si mesmo, autodeterminação, independência, autonomia”. Do mesmo modo, o conceito de autonomia está ligado ao livre-arbítrio. A autonomia, nesse sentido, está contida no conceito mais amplo, que é o da liberdade.

No entanto, é apenas a partir de Kant, em “Fundamentação da metafísica dos Costumes”, que se consolida o conceito da autonomia no contexto da modernidade, do qual descendem as outras versões utilizadas contemporaneamente. Kant (1964, p. 104) apresenta a autonomia como um princípio e um imperativo categórico, já que a autonomia é, para o autor: “escolher sempre de modo tal que as máximas de nossa escolha estejam compreendidas, ao mesmo tempo, como leis universais, no ato de querer”.

Conforme visto na declaração anterior, Kant está preocupado com a ação responsável, com a autonomia para fazer tudo aquilo que não prejudique o outro e com vistas ao bem comum. Para Kant, o esclarecimento precede a autonomia, o homem precisa primeiramente sair da menoridade intelectual para buscar o entendimento para somente depois fazer uso deste conhecimento – a ação responsável.

Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung]. (KANT, 2005, p. 63-64).

Neste sentido, Kant, considera a situação da menoridade como heterônoma, pois somente a partir do esclarecimento e do reconhecimento de sua própria situação é que o indivíduo pode passar a agir e pensar por conta própria, sem a direção de outro indivíduo. Essa posição encontra similaridade com o conceito de alienação utilizado largamente pelos marxistas, já que a condição de alienação é a condição da submissão heterônoma pela incapacidade de criticar sua própria condição³.

O Iluminismo, que nesse quesito Kant critica, e, posteriormente, o Utilitarismo de Bentham (1984)⁴, produziram uma visão moral distorcida do homem. O homem autônomo dos iluministas é o homem hedonista, que busca a satisfação dos seus desejos e a diminuição dos sofrimentos, representando, portanto, a base da ética utilitarista de Bentham (1984), sendo que a autonomia do utilitarismo é a busca pela satisfação, justificada pelo prazer e limitada apenas pelos recursos. Nesse sentido, no máximo, o Iluminismo liberta o homem das explicações “mágicas”, das crenças religiosas e das lendas, substituindo-as pelas explicações científicas, mas, produzindo um outro tipo de submissão. Conforme Foucault (1996), o erro dos iluministas foi acreditar que o aumento da capacidade da ciência iria produzir mais autonomia, quando, na verdade, as tecnologias transformaram as relações de poder com finalidades econômicas, gerando uma nova forma de heteronomia.

Rousseau (1995) formulou uma concepção diversa de autonomia que o distanciou dos iluministas. Para Rousseau, o homem tem uma dupla relação com a autonomia, consigo mesmo e com seus semelhantes, e essa é uma relação de responsabilidade.

Ora, é do sistema moral formado por essa dupla relação consigo mesmo e com suas relações com seus semelhantes que nasce o impulso da consciência. Conhecer o bem não é amá-lo: o homem não tem o conhecimento inato dele. Mas logo que sua razão o faz conhecer, sua consciência o leva a amá-lo: este sentimento que é inato. (ROUSSEAU, 1995, p. 337-338).

³ Sobre a questão da alienação, é possível consultar em Marx (1982; 2004).

⁴ BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da Legislação**. São Paulo, 1984.

Retornando a Kant, a sua concepção de autonomia refuta o utilitarismo, o naturalismo, o voluntarismo para estabelecer uma autonomia que se submete à razão e à moralidade. Kant submete a autonomia ao imperativo categórico em seu enunciado: "Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio" (KANT, 1974a, p. 229). Assim, para Kant, o homem é dotado de uma capacidade de pensar universalmente, submetendo a isso, sua liberdade e, conseqüentemente, sua autonomia.

Hegel (1992), da mesma forma, relativiza a autonomia e a liberdade humanas e propõe uma liberdade que seja compatível com o restante dos indivíduos, além disso, para Hegel, apenas o todo é livre e, portanto, a autonomia é uma relação de interdependências internas. Para o autor, a autonomia precisa reconhecer os aspectos coletivos e sociais da liberdade, pois, de outra forma, seria ação egoística, libertinagem, o que inviabilizaria um projeto de sociedade.

Apesar de Hegel (1992) considerar a autonomia uma necessidade subjetiva dos indivíduos, a autonomia tem componentes morais e éticos que a submetem à coletividade. Nesse sentido, Hegel aproxima-se de Kant e impõe limites coletivos à autonomia pessoal. Assim, o autor propõe que a autonomia estaria entre dois extremos que a tornariam ineficaz, pois, em um deles, a liberdade e a autonomia seriam meramente formais e a submissão ao coletivo seria total, e, no outro extremo, a realização fanática da autonomia absoluta, segundo o autor, seria a anarquia moral, o solipsismo e a libertinagem, incompatíveis com a complexidade da sociedade moderna.

Hegel (1992) propõe, então, uma gestão responsável da própria liberdade, como forma de fugir dos dois perigos que estão nos extremos do contínuo apresentado anteriormente. Para o autor, a responsabilidade sobre a gestão da liberdade não está submetida apenas a uma vontade subjetiva, mas também a incluir conseqüências diretas e efetivas sobre seus próprios atos, e, para isso, o autor apresenta o Estado como forma superior de coordenação das ações individuais.

Na sociedade industrial, que surge a partir do Século XVII e se produz lado a lado dos ideais da Revolução Francesa, contraditoriamente, a autonomia da "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" choca-se com as formas de controle, com a submissão do largo contingente de trabalhadores nas fábricas e com o condicionamento de todas as ações ao novo imperativo nascente da eficiência, sob o qual surgem as instituições, organizações, o Estado e as cidades. Desse novo contexto, surge uma outra vertente do termo

autonomia, inclusive na academia, que está ligada ao marxismo e que toma sua forma operacional nos projetos de “autogestão” e da “autonomia no trabalho”.

Nota-se também, tanto no caso da autogestão como na preocupação dos pensadores clássicos, que a autonomia não se restringe aos indivíduos, mas é transversal a toda a sociedade, indo do indivíduo para os grupos e até as nações. Platão e Aristóteles delineavam seu pensamento, também, considerando a autodeterminação das Cidades-Estados, e nos projetos de autogestão não se pensa em contemplar somente indivíduos, mas “coletivos”.

O conceito que servirá de base para as considerações da presente tese e que será apresentado a seguir provém do contexto da complexidade, refere-se à capacidade, tanto de indivíduos como de sistemas, de autocriação ou de “autopoiese” e requer, ao mesmo tempo, uma ação responsável, autoconhecimento e capacidade crítica de análise do todo, conforme descrito aqui.

2.1.2 A autonomia no contexto da complexidade

Primeiramente, é necessário frisar que este trabalho não se insere como parte do paradigma da complexidade e que, embora, entenda-se importante para o esclarecimento de alguns dos pontos que aqui serão tratados, as considerações aqui traçadas apenas emprestam de Morin (1983) a proposta muito precária de um conceito de autonomia em contexto de complexidade. Assim, nesta tese, desenvolver-se-á, reconhecendo a sociedade atual como complexa, o aprofundamento deste conceito em um ambiente de desenvolvimento a partir da Teoria das Grandezas e de uma análise da racionalidade presente⁵.

O paradigma da complexidade é relativamente recente no contexto das ciências, mas já conta com boas três décadas de trabalhos e contribuições valiosas para lançar luz e propor explicações mais adaptadas aos problemas que emergem dessa sociedade que vai, gradativamente, tornando-se mais e mais densamente povoada de

⁵ É importante salientar que, apesar de algumas vezes, ao longo do texto, surgir a palavra “rede”, este não é um estudo sobre redes, tal como proliferaram-se na área da Administração nos últimos anos. Embora, reconhecidamente úteis para oferecer novas explicações sobre as interações, aqui, somente utiliza-se o termo, pois este é um estudo que, também, versa sobre a possibilidade de estabelecimento de várias interações sociais, aqui, interdependentes.

formas de relações entre coisas e seres de variadas naturezas. Enfim, uma sociedade cada vez mais complexa.

O poder explicativo dos estudos da complexidade vem, principalmente, de sua natureza transdisciplinar e da pretensão de considerar o fenômeno, senão em sua completude, ao menos de forma ampliada e integrada, evitando o seccionamento e a causalidade linear proposta pelos cartesianos.

Embora exista uma variedade de conceitos de suporte à complexidade, e é certo que alguns deles sejam até mais caros às explicações daquele paradigma, aqui, o interesse recai especificamente sobre a versão descrita por Morin (1983), de autonomia, que, neste estudo, será denominada “autonomia complexa”.

Antes de apresentar o conceito de autonomia que será empregado, é necessário esclarecer que, como surge em meio aos estudos da complexidade, trata-se de um conceito dinâmico, produto de uma aparente contradição ou, ao menos, relação entre dependência/heteronomia e autonomia.

Morin (1987) descreve o mundo complexo como a convivência de uma série de antagonismos sob um antagonismo maior da ordem e da desordem. Em especial, a autonomia é o antagonismo que se pretende tratar aqui. A autonomia, na descrição de Morin, ocorre sob um conceito mais amplo que é da autoecoorganização, significando que o fenômeno da organização decorre, simultaneamente, de liberdade e dependência.

Assim, a autonomia é o reconhecimento de uma rede de dependências, pois, em primeiro lugar, a autonomia de qualquer ser é dependente do meio exterior, e o autor complementa seu argumento sob uma explicação biológica, declarando que a autonomia da ação individual depende do fornecimento dos meios para que ela possa ser exercida, no mínimo, sob forma de alimento. Depois, Morin avança nessa linha, incluindo a cultura, que abastecerá os pensamentos, o conhecimento que gera a capacidade de julgamento e que precede a ação.

Na concepção complexa apresentada por Morin (1983), a autonomia é alcançada a partir do aumento quantitativo e da qualificação das relações estabelecidas pelos componentes do sistema. Assim, a autonomia seria dependente, ou resultado de uma rede de interdependências, e, ainda mais, operacionalmente, o ente deveria buscar ampliar a rede de relações interdependentes e reforçar as relações existentes. Concordando, Serva e Andion (2010, p. 68) transportam essa visão da biologia para a ciência social quando, sobre organizações da sociedade civil, observam: “Ressaltamos que a capacidade de

estabelecer alianças é crucial, pois a autonomia social é sempre relativa, nunca absoluta e, nesse sentido, quanto maior e mais qualitativo for o leque de alianças obtido, maior será a possibilidade de alcance da autonomia”.

Então, neste trabalho, o intento será de delinear como os artesãos, suas pequenas oficinas e suas organizações, em especial as associações, conseguem estabelecer relações em número e qualidade suficiente para o alcance da autonomia. Além disso, investigando as bases sob essas relações de interdependência, seria possível promover a ampliação e a qualificação desses relacionamentos.

Dessa forma, será necessário estabelecer como e porque ampliar esses relacionamentos e sob qual ou quais critérios poder-se-ia verificar sua qualidade. Em primeiro lugar, neste trabalho, considera-se que a ampliação das relações de interdependência somente serão válidas se forem de qualidade.

A proposta que será empregada nesta tese para verificar a qualidade das relações tem sua fonte nos estudos de racionalidade baseados no conceito lançado por Guerreiro Ramos (1989), especialmente, nos desdobramentos a partir de Serva (1996, 1997[a] e [b]). Embora exista uma seção específica para esse tema na presente tese, ele expõe-se aqui de maneira resumida.

Guerreiro Ramos (1989) apresenta o mundo produzido pela modernidade como um mundo que suprimiu as relações pessoais, substituindo-as por relações impessoais sob o imperativo da eficiência e, baseando-se em Weber (2004), declara que predomina, nesse modelo industrial-capitalista de mundo, uma racionalidade instrumental da busca pelos fins, do cálculo utilitário de consequências, da eficácia e da eficiência em detrimento da racionalidade substantiva, que se baseia em relações em que outros valores são colocados.

Serva (2006) proveu um caminho metodológico que tornou possível operacionalizar pesquisas em torno da questão levantada por Guerreiro Ramos, através do estabelecimento de pontes entre o autor e a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (2002 [a] e [b]) e da proposição de um quadro de análise que já foi aplicado em mais de vinte dissertações e teses de programas de pós-graduação em Administração no Brasil⁶.

Baseado nessa versão de racionalidade, estabelece-se, então, que as relações de interdependência na busca da autonomia serão mais

⁶ Um resumo sobre a consolidação dos estudos sobre racionalidade na área da Administração no Brasil pode ser visto em Caitano e Serva (2012).

qualificadas se incluem em seu bojo, senão uma predominância da racionalidade substantiva, ao menos um equilíbrio entre os dois tipos de racionalidades anteriormente descritos, sob a justificativa de que relações baseadas exclusivamente na égide da racionalidade instrumental tendem a transformarem-se em exploração quando o ambiente é o das relações comerciais, ou em autoritarismo, quando considerado na sua dimensão política.

Quadro 1 – Comparação entre os conceitos de autonomia

	Autonomia (paradigma dominante)	Autonomia Complexa
Dinâmica	Busca a estabilidade – do <i>Status Quo</i> ; “para” o indivíduo.	Dinâmica; é movimento e processo “com” o(s) outro(s).
Racionalidade	Predominância da instrumentalidade, visando os fins.	Substantiva e instrumental, busca o equilíbrio entre os vários valores em jogo.
Relações	Busca a independência.	Reconhece a necessidade de interdependência.
Variação da dimensão e critério de grandeza	Aumenta através do aumento do poder (p. ex. dinheiro ou influência).	Aumenta através da quantidade, variedade e qualidade das relações de interdependência.

Fonte: o autor; adaptado de Morin (1983; 1987).

O que aqui se propõe não é a criação de um conceito a partir de *grounded theory*, uma vez que o conceito já foi proposto por Morin (1983), inicialmente de maneira superficial e, posteriormente, citado e desenvolvido por Serva e Andion (2010, p. 68). A proposta, então, é, a partir do campo, tornar o conceito mais robusto e consolidado.

Continuando a discussão sobre autonomia, Dumouchel (1983, p. 353-354) apresenta três interpretações sobre a autonomia. A primeira é a autonomia que diz respeito aos indivíduos agindo dentro de um sistema, no qual as ações do indivíduo é limitada pelo sistema e essas ações, ao mesmo tempo, determinam o sistema, em um círculo. Esse tipo de sistema é relativamente estável e gera comportamentos próprios, mas, diante de perturbações internas ou externas, podem levá-lo à desagregação ou a uma série de acomodações que podem conduzi-lo novamente ao equilíbrio. Essa é a autonomia social, em que os indivíduos têm certa consciência de sua parte e sobre o papel dos outros.

A segunda interpretação apresentada por Dumouchel (1983, p. 354) é o da economia política clássica que impõe aos indivíduos uma sociedade como sistema autorregulado por leis “naturais”, e resta aos indivíduos um espaço limitado de ação.

Dumouchel (1983), então, propõe um terceiro conceito a partir de Castoriadis, pois a autonomia social somente será possível se os indivíduos forem conhecedores de suas capacidades e dos limites sociais de suas ações. Castoriadis (1982, p. 122-133) define que indivíduo autônomo seria aquele que tem um domínio da razão sobre suas pulsões e que essas limitações seriam imposições do imaginário. Um indivíduo, então, para ser autônomo precisa dialogar com esse imaginário, pois nele residem as possibilidades da liberdade ou, se controlados externamente, as imposições das restrições ou das falsas opções que lhes são apresentadas. Para Castoriadis (1982), a heteronomia, em sua essência, seria, por conseguinte, a alienação, o controle sobre o imaginário.

Castoriadis (1982), ao mesmo tempo, propõe uma análise sobre a dimensão social da autonomia em duas partes: i) a autonomia social é a superposição de várias autonomies, ou seja, a “ação de uma liberdade sobre uma outra liberdade” (p. 129); ii) o que conduz ao problema político-social cuja solução Castoriadis define como: “não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e que sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva” (p. 129).

Dumouchel (1983) guia essa noção de autonomia como uma forma de transformação social das novas possibilidades de ação dos indivíduos, mas sempre em coletivos e, assim, as formas de apreender sobre as regras sociais e sobre os objetos disponíveis é o mimetismo, assim como ressalta a influência das características do ambiente sobre o sistema no qual este se insere.

Dupuy (1990) descreve uma autonomia baseada nos estudos da biologia, da cibernética e da física em busca da auto-organização dos sistemas e do equilíbrio induzido, pilotado pelos componentes em situação de interdependência. As autonomies seriam, assim, autonomia de sistemas e não de componentes, pois as relações de interdependência é que levariam estes a avançarem coletivamente a maiores estágios de autonomia, ou seja, maiores condições de sobrevivência frente a perturbações em meios naturais, ou ampliação das possibilidades de escolha em sistemas sociais.

Ao mesmo tempo, Godbout (1986) compara democracia, autogestão e autonomia, distinguindo suas formas. Embora a autogestão seja uma forma mais democrática de trabalho, permitindo formas

representativas ou, até mesmo, de democracia direta, ela aproxima-se dos valores de viés mais liberal pelo utilitarismo de suas decisões, ao passo que não favorece a ampliação do leque de escolha de seus componentes. Ainda que Godbout (1986, p. 124) tencione trazer uma contribuição aos estudos da autonomia, a visão de autonomia como independência impede de seguir o caminho que aqui se propõe.

Na temática autonomia e trabalho, a ambiguidade com que é tratada a autonomia no contexto empresarial é descrita por Gautrat (1985) como uma contradição entre a autonomia e a vida pública. Para explicar essas contradições o autor cria (1985, p. 27) um gráfico de quadrantes no qual, em um contínuo horizontal, encontram-se os graus de poder e, na vertical, a dependência e a independência. Para Gautrat, no trabalho em empresas, a autonomia aparece hierarquicamente e tem, nessa correlação poder-dependência, sua maior ou menor probabilidade de ocorrer.

A mesma abordagem trabalho-autonomia, mais alinhada com o conceito da autonomia complexa aqui em construção, é tratada por Bresso (1985), que aponta a diversificação do trabalho ou novas formas de trabalho como sendo possíveis opções para o aumento da autonomia dos indivíduos. Para tanto, Bresso (1985, p. 39-40) apresenta três dimensões do trabalho, sendo a primeira relacionada à estrutura produtiva, através da divisão clássica entre conhecimento e força de trabalho, e, dessa separação, pode-se reconhecer maior ou menor autonomia no trabalho dos indivíduos. Assim, indivíduos com maior conhecimento acerca do trabalho terão maior controle sobre ele e, conseqüentemente, a respeito das decisões sobre a produção. A segunda dimensão é a da relação entre indivíduo e território, ou como a organização territorial pode influenciar a autonomia dos indivíduos e as possibilidades de intervir sobre o próprio trabalho. A terceira dimensão é a do tempo, na qual Bresso (1985) aproxima-se das observações de Guerreiro Ramos (1989), em que a organização industrial impõe uma rigidez sobre a utilização do tempo pelos indivíduos. Para caracterizar a autonomia no trabalho, essas três dimensões precisam ser consideradas, ou seja, para Bresso (1985) a autonomia será, em primeiro lugar, uma autonomia gerada pelo conhecimento, seguido pelo ambiente propício e respeitados os tempos para o desenvolvimento das atividades ou ações. Gumuchian e outros (2003) propõem um avanço na relação indivíduo-território ao que foi esboçado por Bresso (1985), pois aprofundam essa análise, descrevendo como as dinâmicas territoriais são, na verdade, dinâmicas de atores em situação, agindo nos territórios. Assim, o exame da ação territorializada implica em ser, conjuntamente, análise de

poderes presentes, da política e das interações no território e, nesse sentido, concorda Raffestin (1985), declarando que o território produz – e é produzido simultaneamente – como um sistema que permite a criação da dimensão espaço-tempo que é uma das condições para a autonomia.

Goumouchian e outros (2003), ao abordarem as lógicas de ação e as interações entre atores no território, recorrem a Boltanski e Thévenot (1996, 2002) e ao modelo teórico-metodológico dos “mundos comuns” para analisar, inclusive, as estratégias de construção de projetos em territórios ou, até mesmo, de desenvolvimento de territórios. Goumouchian e outros (2003, p. 135-139) remarcam, principalmente, a característica da proposta de Boltanski e Thévenot (1996, 2002) de abarcar uma pluralidade de atores presentes nos territórios.

2.1.3 Autonomia: O Estado da Arte em Estudos Organizacionais no Brasil

Ao discutir o tema da autonomia no campo da administração e dos estudos organizacionais, é necessário estabelecer o atual estado das discussões nesse campo específico da ciência. Aqui, embora não se tenha buscado a exaustão, foram listados todos os artigos publicados nas principais revistas científicas da área da administração, assim como dos principais eventos da área. O critério mais importante foi a acessibilidade aos textos, que estão disponíveis nos repositórios SCIELO e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

Foram escolhidas as seguintes publicações: i) RAE – Revista de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), entre os anos de 1990 a 2013; ii) RAP - Revista de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, entre os anos de 2006 a 2013; iii) RAC – Revista de Administração Contemporânea da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), entre os anos 1997 e 2013; iv) RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo (USP), entre 2011 e 2014; v) Revista Organizações e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre 2011 e 2014; e vi) Cadernos EBAPE da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre 2003 e 2014.

Os eventos que serviram como fonte foram: i) ENANPAD – Encontro Nacional da ANPAD, entre os anos 1997 a 2013; ii) ENEO – Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, entre os anos 2000 a 2012.

Do total de artigos selecionados para análise, 13 artigos foram apresentados nos eventos anteriormente citados e estão elencados no quadro a seguir (quadro 2):

Quadro 2 – Artigos publicados em periódicos e eventos nacionais sobre o tema Autonomia

Revista / Evento	Qualis	N. de edições	N. de artigos
RAE – Revista de Administração de Empresas – EASP/FVG	A2	184	08
RAP – Revista de Administração Pública – EBAPE/FGV	A2	52	09
Cadernos EBAPE – EBAPE/FGV	B1	47	08
Organizações e Sociedade - UFBA	B1	13	02
RAC – Revista de Administração Contemporânea – ANPAD	A2	85	06
RAUSP – Revista de Administração da USP	A2	11	03
ENANPAD	-	23	11
ENEO	-	06	01
ENAPG	-	05	01

Fonte: o autor a partir de Scielo e Anpad.

Para poder compreender sobre o que versam esses trabalhos, os artigos foram agrupados segundo os seus temas e maior aproximação da questão da autonomia. Os trabalhos selecionados estão descritos no quadro abaixo (Quadro 3).

Quadro 3 – Artigos publicados em periódicos e eventos nacionais sobre o tema Autonomia segundo temas

Temas	Procedência
Autonomia e trabalho – 15 artigos	1 (ENANPAD 2007) 1 (ENEO 2007) 1 (ENAPG 2012) 2 (RAP 2013) 1 (OeS 2011) 1 (RAC 2012) 1 (RAE 1992)

	1 (RAE 2011*) 1 (RAUSP 2013) 1 (RAUSP 2012) 1 (Cad. EBAPE 2006) 1 (Cad. EBAPE 2005) 1 (Cad. EBAPE 2013) 1 (Cad. EBAPE 2004) 1 (Cad. EBAPE 2011)
Organização/estrutura – autonomia de setores em empresas – 7 artigos	1 (ENANPAD 1997) 1 (RAP 2014) 1 (RAC 2008) 1 (RAE 2007) 1 (RAE 2012) 1 (RAE 2009) 1 (RAUSP 2012)
Gestão Pública - Programas x autonomia – 5 artigos	1 (ENANPAD 2006) 1 (RAP 2011) 1 (RAP 2012) 1 (RAP 2013) 1 (RAE 200)
Gestão Pública – autonomia política – 9 artigos	1 (ENANPAD 1998) 1 (ENANPAD 1999) 1 (ENANPAD 2004) 1 (ENANPAD2006) 1 (ENANPAD 2007) 1 (ENANPAD 2012) 1 (RAP 2006) 1 (RAP 2013) 1 (Cad. EBAPE 2011)
Empresas – autonomia de gestores – 1 artigo	1 (OeS 2013)
Autonomia no campo científico da Ciência Administrativa – 2 artigos	1 (ENANPAD 2007) 1 (RAE 2010)
Estudos críticos – 4 artigos	1 (RAP 2007) 1 (RAE 2002) 1 (Cad. EBAPE 2006) 1 (Cad. EBAPE 2007)
Autonomia e produtividade – 2 artigos	1 (RAC 2001) 1 (RAC 2005)
Cultura Organizacional – 2 artigos	1 (RAC 2005) 1 (RAC 2009)

Fonte: o autor a partir de Scielo e Anpad.

Assim, é possível delinear as tendências e fundamentos epistemológicos que predominam em cada uma dessas linhas temáticas. Primeiramente, comprova-se, aqui, as duas principais tendências: ora em

direção a uma autonomia de contexto liberal, que leva os indivíduos e/ou grupos a escolherem a partir de um rol já predefinido pela sociedade centrada no mercado, ora em direção à autonomia como autogestão, como gestão partilhada ou socializada entre os membros de uma comunidade preexistente.

Também é possível verificar a existência da cisão entre vida profissional ou mundo do trabalho e vida privada dos indivíduos. Nos trabalhos de Dourado e Carvalho (2006), de Lemos, Rodriguez e Monteiro (2006) e Meneghetti (2007), estão demonstrados, de maneira contundente, os conflitos entre as necessidades da vida privada dos indivíduos e as pressões e formas de controle sobre eles impostas pelas empresas e instituições sociais.

Outros artigos chamam a atenção sobre a forma como a estrutura empresarial cria restrições ou, por outro lado, favorece as ações autônomas em unidades ou departamentos. Nesses casos, não se está falando de autonomia de indivíduos, mas de grupos formais dentro das organizações, e a tendência dos estudos parece objetivar o aumento da eficiência dessas unidades ou estruturas. Assim, por exemplo, os trabalhos de Sumparim e Sacomano Neto (2012) e Borinietall (2009) tratam do relacionamento entre as empresas subsidiárias e suas matrizes e dos resultados dessas interações. Na mesma linha, Maia (2008) descreve como a autonomia ocorre e como produtos são desenvolvidos em uma cadeia de suprimentos.

Outra vertente temática que tem ganhado força no Brasil é a dos estudos críticos, mas que, no caso da autonomia e estudos organizacionais, resultou apenas em quatro artigos encontrados dentre todos os eventos e publicações pesquisados. Os estudos críticos vêm caracterizando-se por resgatar textos marxistas, textos da Escola de Frankfurt e pela veemência da contestação que apresentam frente ao que se tornou estabelecido e naturalizado na sociedade atual, tanto enquanto estrutura e hierarquia, mas também quando incorporam aspectos da psicanálise e da psicologia para compreensão de fenômenos como a dominação, as psicopatologias do trabalho e a alienação, por exemplo. A autonomia é, para esses autores, busca, mas também, ao mesmo tempo, motivo de crítica quando as empresas apropriam-se de conceitos e transformam-nos em formas de controle ou formas de aumentar as responsabilidades sobre o trabalhador. Esse é o sentido do trabalho de Dourado e Carvalho (2006), que discorre sobre os programas de qualidade de vida no trabalho e sobre o suposto aumento da autonomia dos indivíduos, concluindo, porém, que esses programas “promovem a instrumentalização dos indivíduos no trabalho através de métodos cada

vez mais sofisticados de controle social” (p. 12). Nessa mesma linha, ainda dos estudos críticos, encontram-se os trabalhos de: Meneguetti (2007); Lemos, Rodriguez e Monteiro (2011); Vasconcelos e Vasconcelos (2002); Paula e outros (2010); e Kramer e Faria (2007).

No pólo oposto aos estudos críticos estariam os artigos nos quais a melhoria das condições de trabalho com o objetivo das empresas em aumentarem seus patamares de produtividade é considerada um meio legítimo. A autonomia, na maioria dos artigos, é coadjuvante de outros fatores em estudo, e os autores dessa área buscam relacionar o aumento de eficiência das unidades empresariais ao aumento da autonomia dos trabalhadores ou gestores. Nesse escopo, encontra-se o artigo de Pinto e Ávila (1997), que é exemplar dessa abordagem, visto que os autores relacionam diretamente uma mudança estrutural das empresas – a organização em unidades de negócio – à percepção da autonomia dos gerentes daquelas unidades e às taxas de lucro obtidas.

Embora nem todos os artigos dessa subárea tenham a intenção de estabelecer uma relação tão direta com o resultado da empresa, em sua maioria, o aumento da produtividade é encarado como efeito desejável de políticas implantadas e, nessa perspectiva, estão os trabalhos de Fonseca e Campos (2012); Sanches e Sanches (2008); Zouain e Torres (2005); Rocha Sobrinho e Porto (2012); e Cunha, Cunha e Dahab (2001).

O aspecto das políticas públicas também tem sido estudado pela Administração, e, nesses casos, mais especificamente, da Administração Pública, a questão da autonomia tem sido abordada sob duas formas: i) a autonomia dos agentes públicos na tomada de decisão e ii) a análise do aumento ou diminuição da autonomia dos beneficiários de programas governamentais. Na primeira categoria, encontramos os trabalhos de: Bloom e Souza (1999), que tratam sobre a autonomia da gestão dos municípios brasileiros após a promulgação da constituição de 1988; Pacheco (2006) que trata sobre a autonomia das agências reguladoras; Amâncio, Amâncio e Amâncio (2006) que tratam sobre a autonomia do Estado; e Cassano (2004) sobre política externa brasileira.

Na segunda abordagem, encontram-se os trabalhos de Sartori e Garcia (2012), Bronzo (2006), Testa e outros (2013) versam sobre os programas de superação da pobreza, e Klechen, Barreto e Paula (2011) sobre a autogestão em programas habitacionais. Esses trabalhos têm em comum a demonstração de iniciativas governamentais que, supostamente, aumentariam as opções de escolhas dos indivíduos, principalmente, de menor renda.

Finalmente, destacam-se os trabalhos que oferecem maior contribuição e alinhamento com a presente tese. Em primeiro lugar, destacam-se dois artigos que citam diretamente Guerreiro Ramos e que aproximam sua obra à autonomia. O primeiro, de Nery e Peixoto (2013), versa sobre a relação entre mercado e a autonomia nas visões – complementares, segundo os autores - de Guerreiro Ramos e Castoriadis. Esse artigo trata do mercado como agente de restrição às liberdades e à autonomia dos indivíduos, sobre as formas de autonomia, que sempre são relativas na relação indivíduo-sociedade, assim como do embate entre as racionalidades instrumental e substantiva nesses ambientes.

O segundo artigo, de Azevedo e Albernaz (2006), faz uma retrospectiva histórica a partir dos escritos de Guerreiro Ramos até a conceituação do “Homem Parentético”, que é a base para suas formulações posteriores até “A Nova Ciência das Organizações” e modelo ideal que é, o homem parentético é o ator, protagonista de sua própria história, pois busca a autonomia e a autodeterminação por meio da capacidade de exercer a autocrítica, “alcançando o plano da existência autoconsciente” (Guerreiro Ramos, 1996, p. 10).

Ambos os artigos, apesar de não significarem avanço no sentido da forma específica de autonomia que se pretende delinear nesta tese, corroboram os aspectos fundamentais da proposta, utilizando-se de base teórica semelhante e chegando a conclusões que dão suporte às mesmas indagações que aqui estão sendo discutidas.

O artigo de Bendassoli e Borges-Andrade (2011), embora com outros objetivos e valendo-se de metodologia quantitativa, uma vez que se utilizaram de questionário – instrumento traduzido de um estudo canadense aplicado a 451 indivíduos –, oferecem importante contribuição para o estabelecimento das motivações e percepções sobre o trabalho em indústrias criativas, tais como: artes, dança, teatro, entre outras.

Ainda que alguns dos achados de Bendassoli e Borges-Andrade não possam ser verificados na presente tese, tanto pelas diferenças de atividades quanto pelos contextos nos quais os indivíduos estão inseridos, é de especial importância o destaque dado à autonomia nas decisões referentes ao trabalho desses indivíduos, assim como as possibilidades de aprendizado e de autoexpressão por intermédio do trabalho.

Por fim, o artigo de Serva (1992) sobre a possibilidade da utilização ou integração dos estudos e métodos advindos do paradigma da complexidade como forma de enriquecimento da análise

organizacional, é especialmente importante para o estudo que ora é empreendido, principalmente por se tratar de um dos primeiros trabalhos nacionais a promover essa aproximação e, também, pela clareza na exposição das contradições que o mundo atual e sua complexidade impõem.

Definitivamente, a organização não é um fenômeno claro, objetivo e simples [...] a esfera organizacional [é] aquela em que os homens compartilham, em maior grau, ambiguidades, paradoxos, conflitos, ambivalências. [...] Um paradigma que permita penetrar nestes paradoxos, jogando o seu jogo através de uma lógica também paradoxal, será sempre bem-vindo. (Serva, 1992, p. 35 **negrito no original**).

E é sob esse prisma que a presente tese é proposta. A seguir, apresenta-se o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

2.2 O território

Ao presente trabalho importa demonstrar como dinâmicas territoriais, diversas das preconizadas no ambiente de mercado, podem gerar oportunidades para a implementação de iniciativas relacionadas à ampliação da autonomia dos atores envolvidos nesse processo.

Nesta seção, o território será estudado como um contexto de DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável – que aproxima as teorias do desenvolvimento sustentável das teorias da geografia econômica do desenvolvimento territorial ou do desenvolvimento local.

O território em estudo já foi alvo de alguns estudos e, inicialmente, estes serão demonstrados.

A região, embora seja um campo interessante para a pesquisa acadêmica, resultou em poucos trabalhos. Entre as pesquisas, destacam-se três dissertações de mestrado, Silva (2008), Guimarães (2010), Santos (2012), e quatro artigos publicados em congressos, Santos e outros (2010), Vieira Filho, Duarte e Souza (2006), Bastos, Vale e Teodósio (2013), Rodrigues, Silva e Diniz (2012), que analisam a relação entre o turismo, o artesanato e o desenvolvimento local.

Silva (2008), em sua pesquisa de mestrado, analisa a geração de emprego e renda como reflexo do turismo local na cidade de Tiradentes,

uma das mais importantes cidades históricas brasileiras. Os resultados da pesquisa demonstram que Tiradentes depende economicamente da atividade turística, fazendo dessa atividade a principal atividade local, e que o artesanato está muito presente, constituindo uma forma comercial muito forte na cidade.

A pesquisa de Guimarães (2010), intitulada “Construção e reconstrução de práticas culturais em Tiradentes MG: as relações entre turistas e nativos em uma cidade histórica mineira”, procurou descrever como a população está inserida nos eventos culturais realizados na cidade: Mostra de Cinema, Semana Santa, Jubileu da Santíssima Trindade e Festival Internacional de Cultura e Gastronomia. Segundo a autora, a população participa ativamente nesses eventos, ora como participante ora como expectadora.

Santos (2012) analisa o papel econômico, social e cultural exercido pelo artesanato no desenvolvimento local dos municípios de Resende Costa e Santa Cruz de Minas. O estudo revelou que nesses municípios o artesanato influencia fortemente a dimensão econômica, social e cultural, e a atividade é a principal fonte de renda e ocupação da população, necessitando, porém, de articulações entre os atores locais para a criação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local, uma vez que o artesanato representa um potencial para o desenvolvimento dos municípios.

Santos e outros (2010) apresentam, em seu artigo, um estudo sobre o distrito de Vitoriano Veloso (Bichinho), pertencente à cidade de Prados. Nesse local, com pouco mais de 500 habitantes, predomina a produção e venda de artesanatos, que são reconhecidos pela qualidade e são exportados para outros estados e, também, para o exterior.

Vieira Filho, Duarte e Souza (2006) também têm como foco de estudo a cidade de Tiradentes, na qual analisam o impacto do turismo e seus efeitos sobre a arte e o artesanato. No estudo, os autores descrevem que o artesanato, muito presente atualmente, também foi a principal fonte de renda na década de 1940, com a confecção de jóias artesanais e outros artefatos. Utilizando a prata como matéria-prima, a cidade atraiu ourives e comerciantes, que abriram oficinas e lojas, fazendo desta a principal fonte de renda e emprego do município. O surgimento do turismo possibilitou a retomada do artesanato em prata, e, também, de diversos outros materiais alternativos, complementando o atrativo turístico da região, juntamente com o conjunto arquitetônico e os eventos realizados na cidade.

Bastos, Vale e Teodósio (2013) analisam as iniciativas de empreendedorismo social e negócios inclusivos na localidade de

Vitoriano Veloso (Bichinho) possibilitados pela cultura e pelo artesanato. Segundo os autores, em Bichinho, o artesanato colaborou para a população em situação de pobreza superar sua realidade de vulnerabilidade social, e observam que as redes de interação social, que se estabelecem a partir da dinamização de negócios inclusivos ligados ao artesanato, possibilitaram a reconfiguração do sentido do trabalho, das relações entre os membros da comunidade e da própria identidade como grupo e indivíduos em um território marcado pela pobreza.

O artigo escrito por Rodrigues, Silva e Diniz (2012) apresenta uma análise sobre as diferentes relações socioespaciais e econômicas estabelecidas a partir do artesanato nas áreas rurais e urbanas de Prados. Segundo os autores, o artesanato tem elevada importância econômica para o município, uma vez que envolve aproximadamente mais de duas mil pessoas nessa atividade, para a qual são utilizadas distintas matérias-primas como o couro, o barro e a madeira. Na localidade, há peças de artesanato em madeira de pequeno a grande porte, algumas medindo mais de dois metros de altura.

Para a produção dessas peças, a maior parte da madeira de grande porte utilizada no artesanato provém da região Norte do país, enquanto o artesanato em madeira de menor porte é produzido com matéria-prima local, adquirida das mãos de pequenos artesãos das áreas rurais e da própria sede do município. A comercialização do artesanato local não se concentra apenas na sede municipal, pois muitos artesãos vendem suas peças na própria área rural, onde elas são produzidas. A atividade do artesanato tem obtido resultados tão expressivos no município que alguns artesãos já têm suas artes divulgadas em programas de televisão e revistas de abrangência nacional e até internacional.

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O interesse sobre novas formas de desenvolvimento que se mostrassem alternativas viáveis ao modelo Keynesiano-fordista que impulsionou as economias de todo o mundo por quase meio século surge no momento de confluência de dois movimentos: o primeiro é o da perda de capacidade de expansão e acumulação do modelo, que já era sentida nos anos 1960, mas que se mostrou frágil, em especial, frente ao grande teste da crise do petróleo no início da década de 1970 e em seus dois “choques”, em 1973 e 1979; e o movimento ecológico que surge,

quase simultaneamente, na Europa, ainda sob a influência dos protestos iniciados em 1968.⁷

Assim, disseminaram-se, tanto na academia quanto na esfera política, ideias de “crescimento zero”, a partir das reuniões do “Clube de Roma” e do desenvolvimento sustentável, em um movimento contrário ao modelo desenvolvimentista até então não questionado.

Neste trabalho, é utilizado o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que é ainda um conceito em fase de formulação, já que se trata de uma condensação do Desenvolvimento Territorial (DT) e da corrente já sedimentada do Desenvolvimento Sustentável (DS). Embora aqui se reconheça que seria razoável denominá-lo, no estágio em que se encontra, de DT+S, opta-se pela denominação sugerida por Vieira (2009) que funde esses dois ramos das pesquisas em desenvolvimento.

O DTS apresenta-se como um complemento ao DS, conforme Vieira (2009, p. 40-44), pois, além das características inerentes à sustentabilidade, inclui os conceitos de viabilidade, patrimonialidade e territorialidade. Ao mesmo tempo, opõe-se ao modelo de Keynes-Ford, por duas razões: i) não implica em replicabilidade ou transferibilidade de ativos de produção, tais como fábricas ou mercados; ii) pelo contrário, supõe que características específicas de cada região tornam-se os grandes ativos, o patrimônio próprio daquele território.

Concomitantemente, inclui-se, nesta discussão, a linha do Desenvolvimento Local, uma vez que esta guarda relação próxima com as ideias defendidas pelo Desenvolvimento Territorial, sendo este último, porém, de viés mais geográfico e baseado em recursos e o primeiro socioeconômico.

O desenvolvimento local é alternativa de pensamento sobre desenvolvimento e tem chamado a atenção tanto da academia como de setores empresariais e dos governos, além de ONG's e agências de desenvolvimento. Neste sentido:

Promover o desenvolvimento econômico local é uma ideia antiga, que agora vê reforçada, paradoxalmente, pelo processo de globalização em curso em nossa época. É que este processo vem criando a necessidade de formação de identidades, e de diferenciação de setores, e,

⁷A dinâmica política e acadêmica que deu origem ao movimento do Ecodesenvolvimento pode ser vista em Sachs (1986).

também de localidades [...] O mercado globalizado é capaz de aceitar e promover o artesanato de Bali, os produtos da Baviera ou da Emilia Romana [...] Trata-se, para esta visão do desenvolvimento local, de ter uma estratégia que posicione vantajosamente espaços sócio-territoriais delimitados em face do mercado globalizado. [...] Mas o fato de haver um âmbito econômico globalizado não dispensa a necessidade de os empreendimentos produtivos situarem-se em localidades determinadas. (FRANCO, 2000, p. 7-8).

Ignacy Sachs, economista, fundador em 1973 do CIRED, Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, também está ligado à linha do desenvolvimento, especialmente quando trata de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é, em última instância, uma articulação entre o econômico, o social e o ecológico. Sachs (1995) propõe o conteúdo da palavra desenvolvimento como contendo estes três elementos: a) que seja social no comando; b) assuma o ecológico como uma restrição; c) e o econômico. Sachs (1986, p. 34) demonstra alguns passos para a concepção desse tipo de desenvolvimento e de seu estudo em ciências sociais. Primeiramente, a “institucionalização do processo de planejamento concebido como mecanismo de decisão e baseado na participação” e, por conseguinte, a inserção do político nos modelos explicativos, não como acessório, nem em seu cunho ideológico.

A articulação proposta por Sachs, na tríade social-ecológico-econômico, certamente não pode prescindir de negociação política, e de atores sociais ativos nessa negociação, uma vez que: “[...] é desejar que todos os protagonistas do desenvolvimento reinventem esta teoria (*do desenvolvimento*), a partir e a propósito de sua ação, e que a confrontem incessantemente com a prática, de maneira a enriquecê-la.” (SACHS, 1986, p. 32).

Sachs ainda reclama do mecanicismo com que o desenvolvimento é tratado, que leva a uma concentração da atenção sobre o volume da poupança e do investimento. Comenta este autor (itálicos meus): “importa, também, saber como a poupança será investida e por quem, quais serão os beneficiários e como; isso é qual a *eficácia social* do investimento.” (SACHS, 1996, p. 32).

Franco demonstra que o desenvolvimento local seria possível através da integração de cultura, política e economia: a esfera

econômica seria determinada por meio da participação dos atores sociais locais e não o contrário, como a lógica do mercado:

[...] não desconhecem a necessidade de desenvolver as localidades do ponto de vista econômico, que não desconsideram as exigências e as possibilidades de mercado – nos níveis local, regional, nacional e global – mas que não subordina todas as dimensões do desenvolvimento à sua dimensão econômica. E que conseqüentemente, não acreditam que a racionalidade do mercado deva orientar os esforços de promoção do desenvolvimento local. (FRANCO, 2000, p. 10).

Assim, conforme Coelho (1995), o desenvolvimento local só pode ocorrer se respeitadas as especificidades de cada espaço sociocultural e de cada região onde ocorrer. Ainda, Bessa (1999, p.8) ressalta que apenas “no ambiente local é possível recuperar a dimensão ética da questão do desenvolvimento”.

Brito (1999) sintetiza as razões para a busca do desenvolvimento local:

- Razões econômicas: o desenvolvimento local oferece uma alternativa de reação à crise econômica (estrutural e durável) dos países industrializados e em processo de decomposição e recomposição dos sistemas produtivos. O nível local aparece como lugar de regulação de disfunções, propiciando interação entre tecnologia, cultura e economia. No ambiente local pode-se vislumbrar as especificidades na criação de processos produtivos diferenciados e na cultura da população. As crises econômicas têm sua origem nos países centrais e desencadeiam uma série de problemas que irão afetar diretamente as economias mais frágeis. Ao se buscar o desenvolvimento local, ter-se-á meios para regular a crise que for exógena. Além disso, deve-se considerar as especificidades locais e suas facilidades de inserção no mercado internacional, através de novas dinâmicas econômicas de acordo com as possibilidades apresentadas pela cultura e meio ambientes locais.
- Razões institucionais: decorrem das mudanças institucionais induzidas pela descentralização política do Estado, as quais favorecerão a participação da sociedade civil nos processos de

desenvolvimento. Novas instituições com novos comportamentos são de vital importância para que se ponha em prática o desenvolvimento local. Sendo assim, é possível se pensar em um novo arranjo institucional no processo de descentralização administrativa. É necessário que se criem mecanismos mais democráticos de participação política para que o processo de desenvolvimento local seja implementado.

- Razões sociais: é mais acessível se conhecer os problemas socioculturais no local do que no global e as soluções para esses problemas serão muito mais fáceis de serem encontradas no local, já que é neste que eles existem. Os problemas sociais do local são influenciados pelos problemas econômicos e até políticos que ocorrem externamente, na sociedade global. Neste momento de crise configurada pelo neoliberalismo e pela globalização, o âmbito social perdeu espaço para o econômico, e os problemas sociais existentes necessitam de resolução porque as sociedades periféricas irão exigir de alguma forma sua participação no desenvolvimento.

Sachs evoca uma abordagem ampliada desse problema, propondo o ecodesenvolvimento como um projeto civilizatório alternativo, fundamentado em cinco dimensões da sustentabilidade que responderiam “à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio” (SACHS, 1993, p. 25-27). Sachs propõe, ainda, que devem ser observados oito critérios para a sustentabilidade, descritos no Quadro 4.

Quadro 4 – Critérios para Sustentabilidade

Critério	Descrição
Social	<ul style="list-style-type: none"> – alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; – distribuição de renda justa; – emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; – igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> – mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); – capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); – autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> – preservação do potencial do capital natureza; – a sua produção de recursos renováveis; – limitação do uso dos recursos não-renováveis.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – respeitar e realizar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
Territorial	<ul style="list-style-type: none"> – configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); – melhoria do ambiente urbano; – superação das disparidades inter-regionais; – estratégias de desenvolvimento ambientalmente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> – desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; – segurança alimentar; – capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; – inserção soberana na economia internacional.
Política (nacional)	<ul style="list-style-type: none"> – democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; – desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; – um nível razoável de coesão social.
Política (internacional)	<ul style="list-style-type: none"> – eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; – um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); – controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; – controle institucional efetivo de aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; – sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade

Fonte: Sachs (2003[a], p. 54).

Sachs (2003[b], p. 57) discorre sobre a possibilidade do crescimento social: “a possibilidade de encarar pequenos produtores e

empreendedores como arquitetos potenciais do futuro”, sendo que a direção a ser tomada é (i) a expansão da agricultura familiar; (ii) a promoção das micro e pequenas empresas; (iii) e a ampliação de oportunidade de trabalho para os autônomos no meio urbano. Continuando, Sachs defende, ainda, a proteção por parte do governo a esses empreendimentos, uma vez que: “produtores e empreendedores de pequeno porte, submetidos ao processo de darwinismo social no mercado, não estão em condições de competir com empresas mais estruturadas e de porte maior”, sob pena de terem que lançar mão do que o autor chama de competitividade espúria, ou seja, salários baixos, alongamento da jornada de trabalho e sonegação, entre outras práticas. Essas declarações vão ao encontro dos objetivos deste trabalho, já que colocam o pequeno empreendedor e os microempreendimentos como geradores de emprego e renda e partem de um princípio de regulação da economia por parte do Estado para a correção das distorções geradas pelo excessivo poder econômico de determinadas corporações.

Sachs (2003[b]), lembrando um pensamento cepalino, alerta que o verdadeiro desenvolvimento conduziria a uma homogeneização da sociedade e que o esse tipo de desenvolvimento seria uma solução triplamente ganhadora, uma vez que se refere às dimensões social, ambiental e econômica.

Sachs, além disso, concorda com Guerreiro Ramos quando explica a dicotomia do trabalho formal/informal, tão comum e tão discutida no Brasil. Sachs (2003[b]) declara que a simples dicotomia formal/informal não serve para explicar ou medir a economia real. Inicialmente, seria um problema a própria medição desses aspectos, já que existe uma diversidade de metodologias, seja do IBGE ou da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Outra dificuldade, também apontada por Guerreiro Ramos, é a não inclusão nos cálculos governamentais do trabalho doméstico, de vendedores ambulantes, de trabalhadores em tempo parcial, sacoleiras, revendedores de cosméticos, vigilantes que não trabalhem em empresas formais e de outras diversas formas. Essa distorção ocorre até mesmo devido aos objetivos dessas pesquisas, normalmente orientadas pela visão estreita do mercado e pela razão instrumental.

Para Sachs (2003[b]), os múltiplos critérios adotados no Brasil complicam ainda mais a solução desse impasse. A própria definição de informalidade é diversa: para o Ministério do Trabalho e Emprego, o setor informal é formado pelo universo das empresas não registradas, e, portanto, não se sabe quantas existem. Para o IBGE, o setor informal são

atividades não-agrícolas, mas que produzem bens e serviços, com até cinco empregados em áreas urbanas, descontada a produção de subsistência e o autoconsumo. Na busca de solucionar esse problema, Sachs (2003[b]) propõe uma distinção de quatro modos de produção que coexistem atualmente:

- Economia doméstica: está fora do mercado e é muito difícil de medir. Incluiria também os minifúndios de subsistência e os trabalhadores que constroem casas para uso próprio, por exemplo.
- Economia proto e pré-capitalista: comumente chamada de economia informal, são as atividades organizadas na forma de empresas. É o trabalho que ocorre na linha divisória entre a economia doméstica e a de mercado.
- Economia capitalista de mercado: formada pelas empresas. É preciso distinguir as pequenas e médias empresas das grandes empresas e do Estado, pois trata-se de formas diferentes de organizações em sua essência.
- Economia solidária: onde estariam as ONG's, as empresas autogestionárias, associações e cooperativas. É o chamado terceiro setor.

2.2.1 O território como referência

O enfoque territorial é, também, a exemplo do Desenvolvimento Sustentável, uma abordagem alternativa àquela pregada por Keynes e Ford. Enquanto o modelo de criação de sociedades de produção e consumo em massa buscavam criar mercados para os produtos, adaptando as populações locais para fornecer mão de obra e, ao mesmo tempo, consumidores culturalmente dispostos a adotarem um estilo de vida importado e pré-formatado na origem, o Desenvolvimento Territorial parte das características e dos recursos existentes em um território delimitado.

O princípio dessa abordagem é ter o território como referência principal. Por território entende-se o espaço geográfico ocupado e utilizado para os diversos fins.

Santos e Silveira (2002, p. 21) escrevem que:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo

dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

Dessa forma, o estudo e a compreensão da dinâmica econômica e social podem ser vistos de maneira alternativa, considerando aspectos além do “extremado economismo” que é criticado por Wolfe (1989) no início deste capítulo. Um exemplo desse tipo de análise, relacionada ao escopo deste projeto, é a que Santos e Silveira (2002, p. 21) fazem da relação mercado e uso do território, em que a urbanização significa, para os autores, “uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa”, quando se referem à organização dos recursos para as atividades produtivas:

O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se reconstruem contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer.” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 21).

Essa visão crítica de Santos e Silveira (2002) pode ser observada em diversos projetos do tipo “plataforma de exportação”, nos quais os produtos são criados, projetados e dirigidos ao mercado do chamado primeiro mundo e, no entanto, manufaturados no terceiro mundo. A citação ainda é mais importante para este projeto por relacionar o uso do território via uma articulação das vontades do mercado e do Estado quando fala em regulação política e de mercado.

O uso do território pode ser encarado então dialeticamente, visto que é, simultaneamente, uma criação das pessoas/atores e condiciona a

localização dos atores. Santos e Silveira (2002) também chamam a atenção para a característica histórica da utilização do território de acordo com as necessidades de cada época.

Outros autores apontam para esta noção de que o território é a principal referência para as atividades econômicas e para a medição de um desenvolvimento baseado em articulações da sociedade, servindo a estas em primeiro lugar. Benko e Lipietz (2000) atacam, primeiramente, a noção de que modelos genéricos não poderiam ser adotados indistintamente em diferentes localidades e que, nas regiões, novos centros de atividade emergiam segundo suas características internas. E complementam:

Essa ‘personalidade regional’ encontrava um nome mais moderno: a ‘boa governança’. Quer dizer, uma capacidade, sem dúvida herdada de uma cultura histórica, de estabilizar modos de cooperação interna, entre capital e trabalho, entre grandes empresas e terceiros, entre administração pública e sociedade civil, entre banco e indústria. (BENKO; LIPIETZ, 2000, p. 14).

Essa relação entre a pluralidade, expressa como cooperação entre as organizações das várias esferas, e a localidade oferece o rico elo para o tópico seguinte.

2.2.2 Por uma relação entre a Identidade Local e o Desenvolvimento

Para introduzir o assunto, pode-se continuar seguindo os passos de Benko e Lipietz (2000), que consideram que as relações sociais, sejam as presentes atualmente, sejam as moldadas historicamente, e suas articulações ligam-se de forma definitiva à região, ao espaço onde ocorrem. Conforme os autores:

A geografia humana, regional, econômica, ou ecológica, considera que o espaço é uma dimensão material das relações sociais. É a atividade humana, as relações humanas de todas as naturezas que constituem a substância mesma do espaço, um pouco como a teoria einsteiniana onde o espaço só existe como campo de forças, como variação de potencial, estruturado pelo seu conteúdo de matéria e de energia. O espaço regional é tecido por relações sociais passadas, ele

é remodelado pelas múltiplas iniciativas dos atores (os administradores, as empresas...) que buscam ‘tirar proveito’ de um espaço humano ‘sempre já dado’ (como dizia Althusser), mas, assim fazendo, transformam este espaço, modificando o campo de forças.” (BENKO; LIPIETZ, 2000, p. 13-14).

Sauvage (1996) é outro autor, já citado neste trabalho, que defende a ideia da necessidade de uma sintonia entre as atividades econômicas, o desenvolvimento, a cultura, o meio-ambiente e o território:

A dimensão cultural é de início um ponto crucial na construção do desenvolvimento local. Isso significa que a partir da identidade cultural do território e ao mesmo tempo resgatar o sentido das atividades dos seus habitantes, para recriar uma ‘consciência local’ através do reconhecimento social desses valores culturais, torna-se importante motivar e engajar as populações em torno da definição de um projeto global que dê lugar a um consenso. (SAUVAGE, 1996).

Uma relação entre identidade local e o tema desenvolvimento, em um contexto local, parece interessante para finalizar esta base teórica de forma consistente. O conceito de Identidade Local é muito controverso. Roca e Mourão (2001) corroboram a afirmação anterior, dizendo que não existe definição comumente aceita sobre o conceito de Identidade Local. O Local pode referir-se a: a) territorial; b) regional ou c) da comunidade, enquanto a Identidade, alternativamente, pode assumir o significado de: a) cultura; b) caráter ou c) singularidade, de acordo com o contexto em que são aplicados ou da natureza das análises a que se propõe.

O tema identidade local tem sido largamente discutido num espectro limítrofe entre a antropologia, a sociologia, a economia e a geografia. Tem ganhado grande importância na definição de estratégias de desenvolvimento, especialmente na Europa, devido às mudanças ocorridas desde o advento da União Européia (ROCA; MOURÃO, 2001). Os autores indagam sobre as razões pelas quais regiões ainda são diferenciadas, apesar das pressões homogeneizadoras da globalização.

Johnston (1991) afirma que as populações não buscam a

diferenciação, mas o fazem de acordo com as especificidades dos locais criados e ocupados pelo homem. Pred (apud ROCA; MOURÃO, 2001) analisa esse fenômeno segundo a tese de que as características locais gerariam uma reação aos efeitos da globalização: “a singularidade de combinação e sedimentação de conhecimentos, do senso comum, práticas discursivas, disposições comportamentais e mecanismos de reação”. Agnew (2000), concordando com a ideia de a reação do local ao global: “provoca mais uma exacerbação do que uma atenuação das diferenças entre regiões e lugares”.

Roca e Mourão (2001) explanam que características ambientais, sociais e econômicas locais sejam mutáveis, sendo a própria identidade que confere a originalidade e a singularidade que distinguem as regiões, sejam elas próximas ou distantes. Ressalvam que “a globalização não representa o fim das distinções e singularidades territoriais, mas, sim, um conjunto adicional de influências nas identidades econômicas locais e capacidades de desenvolvimento.” (ROCA; MOURÃO, 2000).

Os mesmos autores citam a grande importância dada ao tema nos congressos e seminários que tratam do tema Desenvolvimento Local. Por exemplo, a I Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social enfatizou que “valorização da identidade cultural local e a proteção do ambiente deverão constituir instrumentos e veículos para a criação de novas atividades locais geradoras de emprego e com capacidade de simultaneamente reter e atrair população.” (CEDLCS, 1995, p. 4).

Nas Assembleias de Desenvolvimento Local em Amarante e Tavira, fortes apelos foram feitos em favor da “valorização da identidade cultural” e do “fortalecimento da diversidade local”, assim como de “construção de alternativas face às tendências de exclusão e massificação geradas pela globalização controlada pelos potentados financeiros”, e de “recriação da identidade local em todas as suas dimensões.” (ROCA; MOURÃO, 2001). Preliminarmente, os autores concluem, em pesquisa realizada com foco no desenvolvimento rural em Portugal, que afirmar a identidade local é um trunfo que se sedimenta cada vez mais como um eixo forte nas políticas de desenvolvimento local. No entanto, ressaltam que é política cultural e socialmente irresponsável investir em competitividade sem antes:

- (i) avaliar e conhecer em profundidade o caráter complexo e mutável da sua identidade, e (ii) tomar consciência dos interesses, frequentemente contraditórios, e da subjetividade inerentes à

percepção dessa identidade por parte dos atores de desenvolvimento locais e globalizados. (ROCCA; MOURÃO, 2001, p. 40).

2.2.3 Critérios de análise do DTS

A partir dos trabalhos desenvolvidos sob essa perspectiva, pode-se notar um avanço quando se busca uma ligação mais contundente entre as características geográficas e a economia em um determinado território. Sob a alcunha de Desenvolvimento Territorial, esses estudos que têm sido feitos vêm contribuindo sobremaneira para o deslinde das questões do desenvolvimento, em especial para observar diferenças nas formas de desenvolvimento e para formular esquemas de criação de novos territórios que aproveitem suas características únicas para gerar seu formato próprio de desenvolvimento.

Apesar de o Desenvolvimento Territorial também ter como objetivo alguma forma de intervenção, embora não nos mesmos moldes padronizadores que o modelo de expansão industrialista utilizou, aqui se propõe o caminho inverso, que é criar o projeto de desenvolvimento a partir das características do território, inclusive terreno, relevo, vegetação e, indo além, respeitando e resgatando as características da cultura local, da capacidade de articulação política e da rede de instituições já instalada.

Conforme Pequer (2006, p. 85-86), predominam nesses sistemas produtivos territorializados duas formas de coordenação: o mercado e a reciprocidade. E estes “constituem dois sistemas de troca, um imbricado no outro”. Assim, as relações de reciprocidade entre os atores e o mercado, mesmo que operando sob lógicas diferentes, estão postas dentro do território em situação de interdependência, o que representa um enorme diferencial em relação à intenção padronizadora do modelo desenvolvimentista predominante.

Desse modo, ainda conforme Pequer (2006), a oferta de bens é uma co-construção ativa entre produtores e consumidores, sendo que estes últimos apoiam sua escolha por aquela produção local, pois é ancorada em diferenciais exclusivos daquele território, que tem suas especificidades baseadas em:

- a) atributos estruturais e ambientais que contribuem para qualificar o território, para construir sua imagem e que condicionam a demanda complexa de utilidade do consumidor.

Nesse sentido, o contexto territorial do consumo exerce uma função essencial na definição dos atributos daquilo que é consumido;

b) os bens e serviços mistos não são um simples conjunto de bens e serviços privados de caráter comercial, mas resultam de uma associação positiva de bens públicos e privados, o que pressupõe a existência de uma estratégia pública que pode variar de um território a outro;

c) a cesta de bens e serviços territorializados proposta ao consumidor, que vai exercer uma função ativa para construir a resposta global a seu 'problema de consumo'. (PEQUER, 2006, p. 87).

Pequer (2006, p. 88) remarca, ainda, que as economias dos territórios apresentam algumas características centrais, tais como:

- a) Sociedade e comunidade estão em equilíbrio: não há uma sobreposição dos objetivos econômicos sobre a política ou sobre o funcionamento da sociedade. Estes elementos estão articulados e a “economia territorial ilustra a porosidade da relação comercial relativamente ao resto das relações sociais”;
- b) Os sistemas produtivos são marcados pela historicidade e pela memória coletiva, como característica essencial. É a “construção social de um capital cognitivo coletivo” impregnado de valores culturais e de pertencimento àquele grupo territorializado;
- c) A modalidade de coordenação comercial não é a única e sequer é predominante, é necessário que existam relações de reciprocidade, o que leva ao reconhecimento de cada um dos atores e de sua vida própria, além das relações comerciais.

Assim, um componente da análise do Desenvolvimento Territorial que ganha relevo é o da capacidade dos atores do território de criar uma articulação política consistente, pois é necessário produzir elementos distintivos, tais como a criação de “Denominação de Origem Controlada”, inclusive para a proteção do patrimônio cultural do território. Exemplos célebres desse tipo de articulação vêm dos vinhos e queijos produzidos na França, sendo destaque as regiões de Roquefort e Champagne, que criaram um sistema de proteção da produção local e de garantia de qualidade através da articulação política.

Finalmente, Pequer (2006) apresenta um quadro no qual são comparadas as características dos modelos produtivos, baseadas na oposição Produtividade e Qualidade, descrito a seguir (Quadro 5).

Quadro 5 – Comparação entre os modelos de desenvolvimento

Modelo de produtividade	Modelo de qualidade
Redução de custos e preços	Manutenção de preços elevados
Individualização da produtividade	Globalização da produtividade
Caráter genérico dos produtos	Caráter específico dos produtos
Governança global (na lógica empresarial)	Governança local (nas lógicas dos atores pluri-dimensionais)
Concorrência como dinâmica dominante	Escapar da concorrência como estratégia
Lógica das firmas	Lógica dos territórios

Fonte: Pequer (2006, p. 98).

Em vias de finalizar esta seção, cabe destacar as observações de Vieira e Cazella (2006), que relatam que a zona rural e as pequenas cidades e vilarejos ainda guardam características nos limites da ruralidade, mas, fundindo-se com a urbanidade, já que possuem equipamentos e o aparato institucional próprios dos centros urbanos, o que se poderia chamar de uma protourbanização ou de ambiente semiurbanizado.

Vieira e Cazella (2006), complementarmente, apresentam uma série de critérios, elaborando um modelo de análise para utilização em zonas rurais, segundo a base de recursos materiais e humanos e as características das relações socioeconômicas existentes naquele território. Os autores criaram quatro seções nas quais versam sobre os aspectos político-institucionais, socioeconômicos, ecológicos e culturais, conforme segue (VIEIRA; CAZELLA, 2006):

a) Aspectos político-institucionais

- sistemas de planejamento de longo prazo, a exemplo de Fóruns de Agenda 21 local;
- programas governamentais e não governamentais de fomento da ação coletiva voltada para criação e implementação de estratégias de DTS;
- nível de descentralização do sistema político (existência e dinamismo de Conselhos Municipais e microrregionais e interfaces do Estado com o Terceiro Setor);

- leis e normas reguladoras das ações de agentes e instituições econômicas, especialmente aquelas que dizem respeito às condições de apropriação e gestão de recursos ambientais;
- transversalidade no planejamento e na condução das políticas públicas;
- incorporação da questão ambiental nas agendas dos partidos políticos, bem como adoção de medidas para sua implementação;
- inovações no sistema de ensino público (a exemplo das Casas Familiares Rurais e outras formas de ensino supletivo).

b) Aspectos socioeconômicos

- nível educacional, de formação técnica para o DTS e de saúde/qualidade de vida da população;
- sistemas produtivos ajustados à satisfação das necessidades básicas;
- instituições e modalidades específicas de economia social e solidária (grau de associativismo, cooperativismo e sindicalismo), a exemplo da organização da poupança local e do suprimento das necessidades de crédito dos agentes locais;
- grau e qualidade de empreendedorismo econômico;
- sistemas produtivos localizados e capacidade de inovação tecnológica das empresas (apropriadas do ponto de vista do DTS);
- níveis de integração dos diferentes tipos de agricultores familiares aos mercados;
- níveis de desemprego e ações de alívio à pobreza, diferenciando-se aquelas de cunho assistencialista das que visam a inclusão social das famílias carentes;
- articulações da economia local com a dinâmica dos sistemas econômicos nos níveis intermunicipal, regional, estadual, nacional e internacional.

c) Aspectos ecológicos

- existência de ONGs, movimentos sociais e partidos políticos que assumam a questão socioambiental como diretriz das ações de mudança;
- disponibilidade de recursos naturais e sistemas integrados e participativos de gestão;

- nível de degradação da qualidade socioambiental e ações em curso visando seu enfrentamento consequente;
- articulações institucionais transescalares (nos níveis intermunicipal, regional, estadual, nacional e internacional).

d) Aspectos culturais

- mecanismos de integração sociocultural (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais etc.);
- valorização dos saberes e da cultura local;
- conexões culturais transescalares;
- patrimônio cultural e arquitetônico.

Considera-se que os critérios levantados por Vieira e Cazella (2006) contribuem sobremaneira para a elaboração do quadro de análise que será utilizado no campo da presente tese. Segue, na próxima seção, a questão da racionalidade, baseada em Guerreiro Ramos.

2.3 ECONOMIA PLURAL E SOCIEDADE MULTICÊNTRICA

Guerreiro Ramos (1989) apresenta uma proposta de sociedade que se organiza a partir de valores advindos de várias fontes e que rejeita a centralidade do mercado como principal mediador. O autor fundamenta-a principalmente na crítica de que a sociedade atual tem no mercado sua principal referência, e que esta dimensão única não é suficiente para abarcar todas as possibilidades de vida humana associada. Essa unidimensionalidade, em casos extremos, pode tornar a vida do indivíduo impossível, fazendo surgir deformações de caráter conforme descrito a seguir.

Guerreiro Ramos (1989), com sua teoria de vida humana associada, propõe uma sociedade de muitos centros, ou “multicêntrica”, na qual o mercado seria apenas um dos enclaves possíveis, mas não a referência totalizante em que tudo pode ser resumido a seu valor em moeda ou em sua utilidade. Certamente, um grupo de amigos que se reúne com o intuito de jogar futebol em um fim de semana, ou as pessoas que participam de uma seita qualquer, não se encontram com o objetivo exclusivo de aumentar suas capacidades para servir ao mercado. Nesses grupos, os valores que servem de guias para as atividades são diversos dos de mercado.

O autor ainda propõe que para cada tipo de objetivo existirá um tipo de organização que se adaptará melhor, segundo suas

características. Assim, a proposta de Guerreiro Ramos tem em seu núcleo as seguintes premissas:

- a sociedade precisa abarcar outros valores que não somente os de mercado, sob pena de tornar-se deformada, e os indivíduos que a compõe psicologicamente afetados;
- o mercado tornou-se a única referência valorativa e acabou por impregnar todas as atividades humanas com uma racionalidade altamente ligada às finalidades de cada ato e às funções que cada indivíduo pode desempenhar. Essa Racionalidade Instrumental que se disseminou por toda a sociedade não será certamente a base para uma sociedade que se propõe mais humanizada. A racionalidade proposta por Guerreiro Ramos é a Racionalidade Substantiva, que será tratada em profundidade ao longo deste capítulo;
- o modelo de homem criado pela Revolução Industrial e pela administração Tayloriana é o “Homem Econômico” motivado apenas pelo dinheiro, que se comporta como uma extensão das máquinas, ou melhor, como um recurso da organização. Muito embora algumas outras teorias tenham tentado modificar esse status, o homem impregnado pela racionalidade instrumental guia sua vida de acordo com suas capacidades ligadas ao trabalho, e mede seu próprio valor segundo valores de mercado. O modelo de homem proposto por Guerreiro Ramos é o Homem Parentético, que guia suas atividades não somente para a organização onde está inserido, mas também, para sua realização pessoal, através de sua tentativa de tornar-se autônomo;
- para cada tipo de associação da vida humana, existirá um tipo de organização que dará suporte a estas. Cada um destes tipos organizacionais contará com determinadas características que se adaptam aos objetivos desta associação.

Colocados esses pressupostos como um resumo da ideia geral de Guerreiro Ramos, que servirá de base para nossas análises, ver-se-á, a seguir, os temas levantados. Primeiramente, deve-se estabelecer qual o tipo de homem que estaria disposto e apto a participar de um projeto de sociedade diferente.

A construção de teoria de tal envergadura, como a que Guerreiro Ramos apresenta, culminando com o Paradigma Paraeconômico, é um esforço de uma vida inteira. Assim, os diversos trabalhos anteriores

estão referenciados em seu escrito final. Em artigo largamente divulgado, Guerreiro Ramos (1984) apresenta uma reavaliação de “a evolução da teoria administrativa, usando-se modelos de homem como seu ponto de referência”.

Nesse artigo, o autor relaciona, a cada teoria administrativa, um modelo de homem. Inicialmente, trata sobre as imagens tradicionais de homem, aos quais denomina:

- **Homem Operacional:** o equivalente na Administração ao “Homem Sociológico” da Sociologia e ao “Homem Econômico” na Economia.⁸ Essa é a visão mais restritiva às possibilidades do homem. É o homem conformado, recurso da organização e que busca apenas na subsistência sua motivação. As características traçadas por Guerreiro Ramos (1984) do Homem Operacional são: i) passividade, na qual a sua condição é de recurso organizacional, e sua alocação ocorre de forma autoritária; ii) o treinamento é a técnica de “ajuste” do indivíduo aos padrões de maximização da produção; iii) o homem operacional é calculista, sua motivação existe apenas quando vislumbra recompensas materiais, é isolado e independente dos outros trabalhadores; iv) crença na administração como forma justa de decidir e alocar recursos; v) distanciamento do indivíduo de questões éticas relacionadas ao ambiente externo; vi) o local de trabalho é visto como área onde questões relacionadas à liberdade pessoal não cabem; vii) o trabalho como adiamento da satisfação.
- **O Homem Reativo:** visão de homem surgida a partir dos estudos de Hawthorne, que iniciou a chamada “Escola de Relações Humanas”. Segundo Guerreiro Ramos (1984), os humanistas: i) tinham uma visão mais sofisticada acerca das motivações humanas; ii) definiam a organização como sendo um sistema social aberto; e iii) não desconsideravam valores, sentimentos e atitudes como importantes aspectos que poderiam ter impacto sobre a produção.

Muito embora o homem reativo apresentasse um grande

⁸ A comparação proposta por Guerreiro Ramos refere-se somente ao caráter reducionista dos dois “modelos de homem”, cujas características são diversas, uma vez que servem às finalidades de cada um dos campos.

avanço sobre o homem operacional, os objetivos dos teóricos humanistas ainda não haviam mudado. Apesar de ampliar as possibilidades humanas, a finalidade do homem ainda era de produção, e apenas a isto o homem reativo serve. A “Escola de Relações Humanas”, então, serviu para um melhor ajustamento dos indivíduos ao contexto do trabalho, oferecendo uma forma mais apurada de promover esse ajustamento (GUERREIRO RAMOS, 1984).

O Homem Parentético, que mais interessa ao trabalho que ora se apresenta, não se mostra como evolução dos modelos anteriores de homem, mas como uma ruptura nesse caminho. O Homem Parentético tem por principal motivação sua liberdade, sua autonomia, e, devido a essa busca, teria desenvolvido as seguintes características, apontadas por Guerreiro Ramos (1984): i) é participante da organização, sem, no entanto, ter atitude de conformação; ii) consciência crítica altamente desenvolvida iii) habilidade de, em uma atitude crítica, por “em suspenso” ou “entre parênteses” (daí o termo parentético) a crença de um mundo comum, onde os critérios já estão dados. A atitude do Homem Parentético é então reflexiva quanto à sua condição e pró-ativa quanto à sua atuação, em contraposição às atitudes de indiferença do Homem Operacional e da reatividade do Homem Reativo.

O Homem Parentético dirige suas ações de acordo com a racionalidade substantiva, conforme visto aqui. Suas motivações vão além do simples cálculo utilitário de consequências, e sua busca está ligada à realização pessoal, à sua liberdade e à sua autonomia. Devido à sua alta capacidade crítica, ele consegue abstrair-se da rotina do dia a dia e agir como espectador, assim:

Ele é capaz de distanciar-se do meio que lhe é familiar. Ele tenta deliberadamente romper suas raízes e ser um estranho em seu próprio meio social, de maneira a maximizar sua compreensão desse meio. Assim, a atitude parentética é definida como a capacidade psicológica do indivíduo de separar-se de suas circunstâncias internas e externas. (GUERREIRO RAMOS, 1984).

O Homem Parentético encontra seu lugar nas organizações dos tipos “fenonomias” e nas “isonomias”, conforme apresentado a seguir.

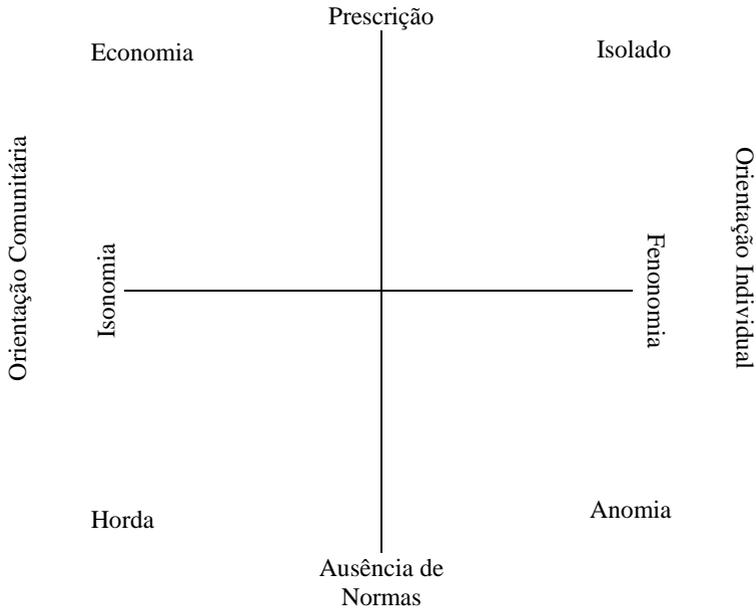
2.3.1 O Paradigma Paraeconômico e a Sociedade Multicêntrica

O ponto de partida para as análises de Guerreiro Ramos é a constatação de que a sociedade, a partir da Revolução Industrial, tornou-se uma sociedade unidimensional, que faz uso dos valores do mercado como sendo a principal referência para todas as atividades humanas. Propõe então, o autor, a ideia de uma sociedade na qual os indivíduos possam escolher entre as várias possibilidades de busca da autorrealização, através de diversos padrões possíveis de interação social. A este modelo de sociedade, Guerreiro Ramos (1989) chamou de “Sociedade Multicêntrica”, lançando, assim, um novo paradigma, ao qual denominou de “Paradigma Paraeconômico”, por confrontar-se com a economia como centro de vida humana associada. Conforme o próprio autor:

Ao contrário, primeiro e acima de tudo, o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais. Segundo, nesse espaço social, só incidentalmente o indivíduo é um maximizador da utilidade e seu esforço básico é no sentido da ordenação de sua existência de acordo com as próprias necessidades de atualização pessoal. Terceiro, nesse espaço social, o indivíduo não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores de mercado. São-lhe dadas oportunidades de ocupar-se, ou mesmo de levar a melhor sobre o sistema de mercado, criando uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza, e deles participando. Em suma, o espaço retratado pelo padrão é um espaço em que o indivíduo pode ter ação adequada, em vez de comportar-se apenas de maneira que venha a corresponder às expectativas de uma realidade social dominada pelo mercado. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 141-142).

A seguir a representação gráfica (Figura 1) do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos (1989).

Figura 1 – O Paradigma Paraeconômico



Fonte: Guerreiro Ramos (1989).

Para compreender o paradigma paraeconômico, a figura acima demonstra duas dimensões em que as organizações enquadram-se, segundo:

- Orientação individual e orientação comunitária – a autorrealização do indivíduo pode ser buscada em vários tipos de ambientes convivenciais, onde o tamanho da comunidade, em número de pessoas, pode variar, sendo algumas grandes ou de moderado tamanho e outras de pequenas dimensões.
- Prescrição e ausência de normas – a prescrição de normas ou a ausência destas acabará por condicionar a autorrealização do indivíduo, principal foco da obra de Guerreiro Ramos, devido à autorrealização estar diretamente ligada a autonomia do indivíduo. Existe uma relação inversamente proporcional entre o nível prescritivo de determinada organização e as oportunidades de realização pessoal. Isso é claro em ambientes altamente normatizados, notadamente burocráticos. Prescrição de normas, na maioria das vezes, significa a

restrição de ação do indivíduo, reduzindo a possibilidade de escolha pessoal.

Guerreiro Ramos (1989, p. 144) fala sobre a superorganização e a despersonalização do indivíduo brutalmente imerso no mercado.

A superorganização a que se refere Guerreiro Ramos é a operacionalização exacerbada da sociedade moderna, na qual cada objeto ou pessoa tem uma finalidade específica, uma função. Decorrente da superorganização da sociedade está à despersonalização do indivíduo o qual, como já tratado anteriormente, deve amoldar-se ou conformar-se às funções esperadas dele. Ainda que a prescrição de normas seja necessária em uma vida moderna complexa, o excesso acaba por limitar as possibilidades e opções individuais.

Guerreiro Ramos (1989), então, propõe várias formas de associação da vida humana de modo a oferecer um leque diversificado de opções em que as pessoas poderiam buscar sua realização pessoal, sustento, dinheiro, entre outros objetivos, de acordo com suas necessidades e aspirações próprias. Os tipos organizacionais, apresentados a seguir, são “Tipos Ideais”, como lembra o autor, e, como tais, não serão encontrados em sua forma pura na sociedade, coexistindo quase sempre como formas mistas.

Os tipos organizacionais apontados por Guerreiro Ramos (1989) são os seguintes:

- Anomia e motim - A anomia é descrita por Guerreiro Ramos como sendo uma situação na qual a vida social desaparece. O termo deriva do conceito de Durkheim, “Anomie”, que definia a condição dos indivíduos que vivem à margem da sociedade, sobrevivendo sem normas ou compromissos e sem objetivos pessoais.
Quando essa ausência de normas é observada em grupos, dá-se o nome de motim, que se caracteriza pela falta de senso de ordem social.
- Economia - As Economias, como o conceito interno do paradigma que se apresenta, é o tipo de organização com objetivos claros de produção de bens e/ou serviços. São as empresas modernas, nas quais os preceitos de produção e produtividade são largamente aplicados, e estão inseridas em um ambiente competitivo regido pelo mercado. Nesse ambiente, predominará uma racionalidade do tipo instrumental, e o modelo de organização será algum tipo

próximo da burocracia conforme descrita por Weber. São características das Economias,

- a prestação de serviços ou o fornecimento de bens em que a influência dos clientes será mínima ou inexistente no tocante ao planejamento ou execução das atividades;
- a eficiência é o sustentáculo de suas atividades e pode ser medida com objetividade por meio dos lucros auferidos, ou avaliada segundo um cálculo do tipo custo/benefício;
- devido à alta especialização e à grande normatização característica desses tipos de organizações, podem assumir, e é especialmente desejável que assumam, grandes dimensões em tamanho, medido segundo os recursos disponíveis (humanos, instalações, materiais, entre outros) e conforme sua complexidade, de acordo com a diversidade de operações, produtos e atuação em diversos mercados, por exemplo;
- as Economias são formadas por trabalhadores assalariados, empregados. Guerreiro Ramos denomina-os de “detentores de empregos”, avaliados segundo suas qualificações profissionais para o desempenho das atribuições e atividades para as quais foram contratados. As decisões que definem os direcionamentos de suas vidas pessoais, que, nesse contexto, tornam-se carreiras, são definidas segundo o mercado;
- a difusão das informações na organização é regulada tanto internamente como externamente, segundo interesses organizacionais e até mesmo pessoais nos mais diversos níveis da Economia em questão, o que pode levá-la a equívocos na definição das prioridades, dos trabalhos a serem executados.

Guerreiro Ramos (1989, p. 148) aponta a difusão das informações nas economias como sendo “o principal fator da lei de ferro da oligarquia, da lei de Parkinson, do princípio de Peter, da errônea localização de metas, e assim por diante”.

O autor arremata observando o poder das economias sobre os indivíduos na sociedade unidimensional:

O mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social. Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente

de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 148).

- Isonomia - São os grupos de iguais e baseia-se na ideia da democracia grega. São apresentados, por Guerreiro Ramos, como sendo as associações, cooperativas e outros tipos de grupos, formais ou informais, em que os indivíduos podem buscar a sua realização pessoal. As características da isonomia são as seguintes:
 - as prescrições são mínimas e o objetivo principal é a realização pessoal dos membros. Essas prescrições são estabelecidas por consenso. Depende do comportamento e das relações interpessoais dos indivíduos participantes o sucesso desse tipo de associação, que pode ser observado pela boa convivência no grupo;
 - a liberdade dos associados para desenvolver as atividades compensadoras é altamente autograticificante, sendo a própria participação e o relacionamento social generoso as principais recompensas de sua atividade;
 - as motivações estão ligadas às vocações pessoais, e não às aptidões ditadas pelo mercado. A ocupação distingue-se do trabalho e do emprego, no sentido em que a recompensa básica está na realização daquilo que está sendo feito; o lucro ou renda eventual seria apenas um efeito colateral da atividade, tornando-se, assim, de menor (ou de nenhuma) importância a preocupação com conceitos como: produtividade ou maximização da utilidade;
 - a isonomia como “tipo ideal” é uma comunidade na qual todos participam da tomada de decisões, sendo a autoridade atribuída segundo a natureza dos assuntos e as habilidades de cada um;
 - uma isonomia deve basear-se em relações interpessoais primárias, o que leva a uma limitação em suas dimensões, sob pena de aumentar o tamanho, gerando relações de segunda, terceira ou quarta ordem, e acabando por tornar-se uma burocracia. A isonomia é o *locus* da convivência humana, a sociedade dos iguais, em que todos têm vez e voz e podem com grande grau de liberdade buscar sua forma de conseguir a realização pessoal;

- Fenonomia – a fenonomia é um sistema social no qual indivíduos ou um pequeno grupo de pessoas reúnem-se de forma mais ou menos estável ou esporádica, e que permite aos seus membros o máximo de opção pessoal, em um ambiente com mínimas prescrições e com as seguintes características:
 - é o ambiente em que a liberdade de expressão ocorre em maior intensidade, através da liberação da criatividade, segundo as escolhas pessoais das atividades (plena autonomia);
 - as obras escolhidas pelos membros das fenomenias são automotivadas, o que denota o alto grau de comprometimento e a seriedade com que o sistema será desenvolvido, por considerarem a importância daquele trabalho. Esse tipo de atividade, em muitos casos, demanda maior empenho e esforço do que as atividades de uma rotina de trabalho comum. A rotina de trabalho escolhida livremente pelo membro é importantíssima para a boa execução do trabalho, assim como a disciplina. Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 152): “Para desempenhá-las com sucesso, os indivíduos precisam desenvolver programas e regras operacionais próprios, jamais permitindo a si mesmo agir caprichosamente”;
 - o resultado econômico possível das atividades em fenomenias ocorre incidentalmente, pois não é essa a motivação que leva os membros de uma fenonomia a empreender determinado trabalho. As possíveis valorações econômicas dos resultados são efeitos colaterais⁹ da satisfação do indivíduo com a atividade. Guerreiro Ramos chega a afirmar (1989, p.157) que as fenomenias “são cenários sociais protegidos contra a penetração do mercado” e que estas “desafiam, ou ‘batem’, o sistema de mercado”;
 - o membro da fenonomia busca, principalmente, sua realização pessoal, sua liberdade de escolha e sua autonomia. No entanto, isso não o leva a um isolamento social, ao abandono da sociedade; pelo contrário,

⁹ A rigor, colateral é correr ao lado, em paralelo, ou ainda, fato secundário. Neste texto apresenta-se “efeito colateral” como um efeito concomitante ao efeito principal. No caso das fenomenias, o efeito principal esperado é a satisfação pessoal e o resultado financeiro ocorre paralelamente a esta.

desenvolve uma consciência social apurada, visando tornar os outros indivíduos sensíveis quanto às várias possibilidades e às várias experiências que estão camufladas na sociedade de mercado.

—

As fenomenias foram identificadas por Guerreiro Ramos como o tipo de organização que se prestaria aos artistas e artesãos, como pode ser observado no trecho que se segue:

Há muitas pessoas normalmente envolvidas em atividades que qualificam como fenomenias e este é, por exemplo, o caso da mulher e do marido habilidosos, que reservam sistematicamente um canto da casa para planejar e produzir tapetes, cerâmica, pintura, bem como o das oficinas dos artistas, escritores, jornalistas, artesãos, inventores e assim por diante, que trabalham por conta própria. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 152).

- O isolado – o isolado é o indivíduo que, contrariamente ao anômico, que não têm normas, está comprometido com uma norma, criada por ele e que para ele é única, considerando o mundo como um ambiente incontrolável e sem solução. O isolado encontra, então, um lugar onde pode viver segundo essa crença principal. Apesar de poderem ser enquadrados nessa categoria os paranóicos, nem todo isolado é necessariamente um caso clínico como esse. O autor exemplifica os empregados não participantes e os cidadãos que escondem suas convicções sistematicamente como isolados.

A seguir veremos como Guerreiro Ramos (1989) propõe a operacionalização dessas organizações, ou sistemas sociais, segundo suas características e objetivos.

2.3.2 Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais: Lei da Adequação dos Requisitos e o Design dos Sistemas Sociais

Guerreiro Ramos apresenta sua proposta de sociedade multicêntrica como sendo um esforço planejado e intencional, na qual a

sociedade, entendendo suas razões para modificar seu status atual, deve direcionar seus esforços para a ampliação das formas organizacionais, de acordo com uma razão substantiva, em que será possível a realização pessoal, a convivência e não necessariamente resultados esperados pelo mercado, como segue:

A sociedade multicêntrica é um empreendimento intencional. Envolve planejamento e implementação de um novo tipo de estado, com o poder de formular e por em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos. Uma sociedade assim requer também iniciativas partidas dos cidadãos, que estarão saindo da sociedade de mercado sob sua própria responsabilidade e a seu próprio risco. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 155).

Para tanto, os sistemas sociais deverão ser projetados ou desenhados segundo algumas regras, que o autor denominou “Lei da Adequação dos Requisitos”, pela qual o sucesso desses empreendimentos seria condicionado à tecnologia, ao tamanho, aos esquemas cognitivos utilizados, à ocupação e utilização do espaço e às medidas de tempo vigentes em cada um dos tipos apresentados, conforme veremos a seguir:

- Tecnologia – o tipo da tecnologia utilizada é suporte essencial em qualquer sistema social, e está presente como o conjunto de normas operacionais e dos instrumentos através dos quais as atividades acontecem. Sem a tecnologia adequada não existe a possibilidade da existência dos sistemas sociais. São exemplos de tecnologias como suportes de sistemas sociais as fábricas, as igrejas ou uma vizinhança. Enquanto o escritório e a fábrica são as tecnologias para as Economias, uma associação seria a tecnologia de uma isonomia, e uma oficina a tecnologia de uma fenomenia.
- Tamanho – uma das premissas muito difundidas no ambiente de mercado é que o desenvolvimento ou o sucesso de um empreendimento pode ser medido segundo o tamanho deste, ou seja, “quanto maior, melhor”. Guerreiro Ramos chama a

atenção para que a eficiência dos sistemas sociais não seja medida a partir dessa premissa.

Os sistemas sociais devem ter seu tamanho limitado segundo seus objetivos para que possam ser eficientes, conforme o autor:

Arriscar-me-ei a propor três possíveis enunciações: Primeira, a capacidade de um cenário social para fazer face e para corresponder, eficazmente, às necessidades de seus membros exige limites mínimos ou máximos a seu tamanho. Segunda, nenhuma norma geral pode ser formulada para determinar, com precisão, antecipadamente, o limite de tamanho de um cenário social; a questão do tamanho constitui sempre um problema concreto, a ser resolvido mediante investigação *ad hoc*, no próprio contexto. Terceira, a intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 158).

Para as isonomias, Guerreiro Ramos (1989, p. 160) aponta que seu tamanho deve ser moderado, e quanto às fenomenias:

são o menor tipo concebível de cenário social e uma fenomenia pode mesmo se compor de uma só pessoa, como é o caso do ateliê do pintor ou escultor. Parece, contudo, duvidoso, que uma fenomenia tenda a manter sua capacidade de sobrevivência, quando o número de seus membros exceder a cinco.

- **Cognição:** para identificar os sistemas cognitivos, Guerreiro Ramos lança mão de dois autores, sendo um deles Georges Gurvitch (1969), que em “Os Quadros Sociais do Conhecimento” discorre sobre os sistemas cognitivos dominantes em vários tipos de organizações e até culturas como quadros (*Frameworks*) sociais dos sistemas cognitivos. Gurvitch analisa, por exemplo, as diferenças entre os sistemas cognitivos das Igrejas, dos Estados, das famílias e assim por diante. O segundo autor é Habermas, já que julga a

classificação deste mais focada do que a de Gurvitch. Para Gurvitch as Massas, as Comunidades e as Comunhões são quadros para a análise dos sistemas cognitivos. Habermas os classifica em apenas quatro categorias mais específicas: funcional, político, personalístico ou deformado. Guerreiro Ramos explica:

Para os propósitos deste capítulo, é bastante salientiar que um sistema cognitivo é essencialmente funcional, quando seu interesse dominante é a produção ou o controle do ambiente; é essencialmente político, quando seu interesse dominante é o estímulo dos padrões de bem-estar social, em seu conjunto; é essencialmente personalístico (personalogic), quando o interesse dominante é o desenvolvimento do conhecimento pessoal. Um sistema cognitivo deformado é aquele desprovido de um único interesse central. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 160-161).

Segundo esse autor, esses sistemas podem coexistir de formas variadas em um mesmo sistema social, no entanto, em uma Economia, o sistema cognitivo predominante será o funcional, nas isonomias o sistema será o político e nas fenonomias será essencialmente o personalístico. Nos grupos ou indivíduos anômicos, o sistema cognitivo será deformado.

- Espaço: O espaço é outro dos fatores que Guerreiro Ramos aponta como sendo um dos mais importantes para o bom funcionamento dos sistemas sociais. O espaço, dessa forma, pode ser arranjado de forma a facilitar ou dificultar a convivência entre os participantes dos diversos cenários, conforme assinala Steele:

[...] (a) a capacidade das pessoas de percepção do meio-ambiente e de seu impacto sobre a própria pessoa, e (b) a habilidade desta para usar ou modificar o ambiente que a cerca, de modo que o mesmo a ajude a conseguir seus objetivos, sem erradamente destruir esse ambiente, ou reduzir o próprio senso de eficiência, ou o daqueles que tem

em redor de si. (STEELE, 1973, p. 113 apud GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 162).

Outro autor citado por Guerreiro Ramos é o antropólogo Edward T. Hall, que, por sua vez, sistematiza a distinção que H. Osmond fez entre espaços socioafastadores (*sociofugal*) e socioaproximadores (*sociopetal*) (HALL, 1986, p.101). Os espaços socioaproximadores seriam os espaços onde seriam facilitadas as interações entre os indivíduos, e a sua antítese seria o espaço socioafastador. Os espaços socioafastadores, segundo Hall (1986, p. 103-104), são cada vez mais frequentes na sociedade moderna. Os espaços reservados ao trabalho são socioafastadores, pois os administradores acreditam que a interação das pessoas no ambiente de trabalho pode diminuir a produtividade. Nas cidades os ambientes propícios à convivência são raros. Hall assinala que as cidades americanas são socioafastadores e que isso separa os indivíduos, “alienando-os uns dos outros” (HALL, 1986, p. 163). Buscando uma solução, Hall diz: “O que é necessário é flexibilidade e coerência entre o plano e a função, de modo que haja uma variedade de espaços, e que as pessoas possam ser ou não envolvidas, conforme o exijam a ocasião e o estado de espírito.” (HALL, 1986, p. 103-4).

O espaço é, como visto até aqui, mais importante ainda quando se trata de sistemas sociais dos tipos fenonômicos e isonômicos, uma vez que estes se prestam à expressão do indivíduo e à convivência entre iguais, respectivamente, como afirma Guerreiro Ramos:

O tratamento do espaço em relação aos sistemas sociais constitui, certamente, um dos meios de estimular a atmosfera psicológica apropriada a seus objetivos específicos. Tópicos como solidão, privacidade, reserva, intimidade, anonimidade, território pessoal órbita individual e outros são pontos a levar em conta, na definição do espaço dos sistemas sociais, particularmente isonomias e fenonomias. Aparentemente, espaços sócio-aproximadores, de preferência aos sócio-afastadores, deveriam prevalecer nas isonomias e fenonomias, da mesma forma que em cenários projetados para ressocializar indivíduos anômicos. Em razão da natureza de suas atividades, as economias são sistemas que em os espaços sócio-afastadores devem prevalecer, embora com alcance limitado espaços sócio-aproximadores sejam também funcionalmente necessários em tais

cenários. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 166-167).

- Tempo: Retomando Gurvitch (1964), Guerreiro Ramos expõe que o tempo também, tanto em medida quanto em sensação, difere, em cada ambiente, de acordo com a atividade do indivíduo, com a convivência e reciprocidade interpessoal e com seus objetivos. A tipologia de dimensões temporais dos sistemas sociais, sob o ponto de vista paraeconômico, seria uma tipologia como segue: tempo serial, linear ou sequencial; tempo convivial; tempo de salto – *leap time*; tempo errante. Explicados a seguir:

- Tempo serial: é o tempo que prevalece nas economias; é o tempo do cronômetro, das horas marcadas e da produtividade medida em peças por hora. Esse tipo de tempo, segundo Guerreiro Ramos (1989), é frustrante para o trabalhador, já que não oportuniza a ele uma possibilidade de satisfação que envolva uma experiência de tempo que não seja pré-estabelecida.
- Tempo convivial: é uma experiência de tempo em que vale o que o indivíduo ganha em relacionamento com as pessoas. É o tempo predominante na isonomia, e não pode ser quantificado, mas é altamente gratificante por evitar as pressões que impedem a realização pessoal.
- Tempo de salto: é o tempo predominante nas fenomenias. É uma experiência temporal pessoal em que o ritmo e a qualidade reflete a intensidade do anseio do indivíduo pela criatividade e o autoesclarecimento. É o momento da criação, da criatividade e pode acontecer isoladamente ou em grupos onde os indivíduos estão na mesma sintonia diante da mesma ideia. Conforme Guerreiro Ramos (1989):

A ocorrência de tempo de salto é freqüente nos informes sobre progressos marcantes conseguidos por pessoas criativas, inclusive inventores, reformadores, administradores, cientistas, novelistas, pintores e poetas. Em suas carreiras, um padrão pode ser configurado: a) em geral, são pessoas que apreciam e sabem como trabalhar

com elas mesmas, sozinhas (coisa que as fenomenias se destinam a proteger); b) parecem ter uma nítida compreensão daquilo que devem fazer; c) mantêm-se ocupadas, como se fossem mantidas por uma compulsão interior (o que constitui um indicador fundamental do tempo de salto), que os capacita a realizar coisas que estão além do alcance das pessoas comuns. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 171).

- Tempo errante: é o tipo de tempo das pessoas anômicas, em que ele não é moldado por escolhas pessoais, mas por situações e circunstâncias que as levam a viver sem destino e sem objetivos. (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Assim, o quadro abaixo demonstra um resumo dos requisitos inerentes a cada cenário social proposto por Guerreiro Ramos, conforme quadro a seguir.

Quadro 6 – Características dos Sistemas Sociais

Tipo de Organização / Requisitos	Economia	Isonomia	Fenonomia
Tecnologia	Fábrica / Escritório	Associação	Oficina / Ateliê
Tamanho	Grande	Moderado	Pequeno (até cinco)
Cognição	Funcional	Político	Personalístico
Espaço	Sócio-afastador	Sócio-aproximador	Sócio-aproximador
Tempo	Serial	Convivial	De salto

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Guerreiro Ramos (1989).

2.3.3 Economia Plural

A ideia de pluralidade e do surgimento de uma economia plural é moderna e está ganhando força em todas as partes do mundo a partir da percepção da crise. Os movimentos sociais tornaram-se cada vez mais fortes a partir da década de 70, com o advento dos movimentos ecológicos e posteriormente com a ideia da sociedade civil atuante. Tem-se buscado soluções para os problemas que os governos já não

conseguem resolver, seja por falta de recursos ou por falta de vontade política.

Em 1996, a OCDE, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que conta com cerca de trinta países participantes em seu quadro, sobre o assunto lançou o livro: “Reconciliando o econômico e o social: através da economia plural”. Uma coletânea que conta com vários autores expoentes no assunto. Sauvage (1996), em ensaio que inicia o referido livro, descreve como as discussões sobre o assunto devem ser desenvolvidas: a) reconhecimento de outros tipos de atividade econômica além daquelas decorrentes da economia globalizada, de onde decorre a noção de economia plural; e b) assumir uma responsabilidade societal no conjunto da economia, noção de economia cidadã. Sauvage prefere aprofundar a primeira linha, que se relaciona diretamente ao ponto que se pretende estudar aqui, indagando:

Pode-se admitir uma variedade de modos de funcionamento econômico criadores de riquezas e sobretudo de empregos, além do modelo dominante cuja lógica levada a extremos comporta graves ameaças ao tecido social de nossos países? (SAUVAGE, 1996, p. 130).

O modelo dominante exauriu sua capacidade, conforme vimos anteriormente. Corroborando essa afirmativa, Sauvage enumera, entre outros, os seguintes indícios dessa derrocada do modelo atual: a) desemprego generalizado; b) redução de salários; e c) aumento da pobreza. Essas mazelas do capitalismo tardio parecem estar alastrando-se pelo mundo em velocidade crescente. Mesmo os EUA, que pareciam imunes ao desemprego na gestão Clinton, mergulham na crise mundial logo após o início do mandato Bush.

Sauvage (1996) considera redutora a ideia de um paradigma econômico centrado no mercado, ressaltando que sua intenção não é em absoluto apresentar um paradigma que represente a antítese do mercado, como poderiam querer os marxistas mais ortodoxos, mas sim, ampliar essa noção redutora que coloca o mercado, ou a economia, acima dos interesses da sociedade. O autor coloca em discussão em que termos, ou eixos, um paradigma alternativo deve ser considerado:

- Recolocação da economia em seu lugar: propondo uma articulação entre o econômico, o social e o ecológico, pois entende que esse tripé conduziria a um jogo de soma positiva,

ao contrário do atual.

- (Re-)Enraizamento da ciência econômica: superando o distanciamento atual da ciência econômica da realidade social do homem, que deixa de lado aspectos relevantes em favor de estudos baseados no mercado. São, ainda, invasivas as tentativas teóricas de generalizar modelos sem considerar o patrimônio cultural, artístico e histórico das regiões.
- A economia plural: através da diversificação das atividades econômicas e da ligação da economia a uma preocupação ecológica e societal. O potencial, segundo Sauvage, em termos de criação de empregos e de desenvolvimento que o trabalho tem como criador de identidade e coesão social, é desperdiçado no atual modelo. O aumento da variedade de tipos de atividade enriqueceria a gama de ações possíveis para o atingimento desse desenvolvimento.

Ainda, Sauvage (1996) aponta a necessidade de apoiar e legitimar essas atividades não convencionais, nos níveis conceitual e institucional, como forma de reforçar e ampliar a presença dessas propostas na sociedade. Ainda mais, pensando em operacionalizar essa ampliação da presença de atividades alternativas, propõe formas de apoio, que incluiriam:

- Integração à dinâmica do desenvolvimento territorial, respeitando as especificidades culturais e da organização social da localidade.
- Uma nova engenharia dos projetos, em que a assistência técnica à criação de atividades e formação dos atores sirvam à maturação do terreno local. Essa engenharia deve promover a articulação entre as lógicas de ação que normalmente são vistas como estanques e isoladas: a econômica, a social, a cultural e a ecológica.
- Busca de fontes de financiamentos, (i) mobilizar recursos mercantis, públicos e não monetários, (ii) através da formação de Fundos Éticos e Solidários ou de aportes financeiros de empresas tradicionais, que buscariam a contrapartida sob forma de incentivos fiscais do governo, e (iii) financiamento estatal direto, segundo os serviços prestados à comunidade, que poderia ser avaliado segundo a atividade de, por exemplo, recolocação no mercado de trabalho de um desempregado ou os cuidados com o meio ambiente que geram uma economia

para o Estado que, então, poderia subvencionar essas atividades de forma mais econômica que este próprio.

Uma economia plural é, então, uma concepção da economia não reduzida ao mercado e não restrita a este, mas uma economia em que exista a “pluralidade de princípios do comportamento econômico” (FRANÇA FILHO, 2002). O autor destaca como a economia solidária tem como base a economia plural:

este conceito de economia plural nos permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial aquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 4).

Polanyi (2000) identificou quatro princípios da economia: o mercado autorregulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade.

França Filho (2002, p. 4), comenta que

estes podem se resumir a três formas de economias com o re-arranjo destes princípios econômicos que fora submetido à modernidade através da introdução de um sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho (considerado meio fundamental de produção e distribuição de riquezas).

Assim temos, de acordo com França Filho:

- uma economia mercantil – fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica recíproca;
- uma economia não mercantil – fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório,

pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

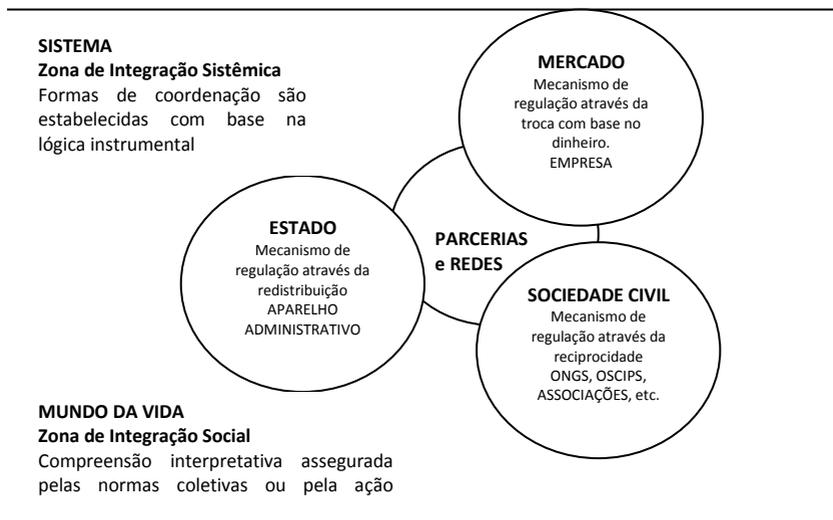
- uma economia não monetária – fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica da dádiva obedece a - um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigado, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 05).

Com efeito, essa tipologia representa comportamentos que, apesar de econômicos, não estão fundados apenas no mercado. Concordando com esses aspectos, Andion (2003, p. 60) lista alguns conceitos-chave que estão ligados às noções de desenvolvimento e que deveriam nortear um modelo com:

- sustentabilidade ou o conceito de desenvolvimento sustentável, conforme já apresentado aqui, e baseado nas proposições de Sachs;
- o território como base e referência do desenvolvimento;
- a participação cidadã: que inclui a sociedade civil como protagonista do processo de desenvolvimento;
- o desenvolvimento com base em valores, que inclui a proteção dos valores e bens sociais, políticos, culturais e ambientais, além das finalidades econômicas.

Andion (2003, p. 66) também apresenta um quadro explicativo no qual demonstra a interação entre as esferas da Economia Plural, conforme figura a seguir.

Figura 2 – Interação das Esferas na Economia Plural



Fonte: Andion (2003, p. 66).

Andion (2003) relaciona as várias formas possíveis de organização, seja da Sociedade Civil¹⁰, seja do Estado ou do Mercado, apontando, ainda, as possibilidades de associações entre essas esferas. Esse quadro está intimamente ligado à ideia de Guerreiro Ramos (1989) sobre a Sociedade Multicêntrica, conforme veremos ao fim desta base teórica.

Nessa mesma linha, Bobbio (1987) fala no nascimento de uma sociedade plural, em contraposição à ideia de que a democracia surgiu de uma concepção individualista de sociedade. Uma sociedade plural seria, então, uma sociedade com grande diversidade de pensamentos e modos de vida, garantidas as liberdades para seus adeptos.

A proposta de uma sociedade multicêntrica de Guerreiro Ramos está baseada em proposições semelhantes às da pluralidade. Guerreiro Ramos (1989, p. 177) critica, da mesma forma, a sociedade centrada no mercado e propõe, em seu paradigma paraeconômico, que outros “enclaves” devam ser considerados, e que a própria administração não deva ser baseada em uma concepção estreita de recursos e produção.

¹⁰ O conceito de Sociedade Civil, segundo Bobbio, é: “esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado; este entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto de aparatos que, num sistema social organizado, exercem o poder coativo” (BOBBIO, 1999, p. 34).

Sobre isso Guerreiro Ramos (1989, p. 180) declara:

Em outras palavras, é o mercado que, em última análise, determina o que deve ser considerado como recursos e como produção. Assim sendo, não se considera formalmente como fatores contributivos da riqueza nacional aquilo que resulta da iniciativa de membros de uma unidade doméstica que, sem perceberem um salário, se ocupam de atividades como cozinhar, limpar, [...]. “Tem sido estimado que o trabalho doméstico, nos EUA, representa um terço do produto nacional bruto e a metade da renda disponível do consumidor.” (BURNS, 1975, p. 14). No entanto por não ser o produto do trabalho doméstico diretamente transferível para o mercado, é ignorado pelo sistema oficial de estatística. Semelhante sistema pressupõe que a produção é equivalente à venda, e que o consumo equivale à compra. Ao compor a *riqueza da nação*, registra apenas aquilo que é vendido ou comprado, e não admira que um imenso reservatório de recursos e capacidade produtiva seja negligenciado e permaneça inexplorado pelos modelos alocativos predominantes. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 180).

Continuando, Guerreiro Ramos em sua proposta de Sociedade Multicêntrica, assevera:

O ponto central desse modelo multidimensional é a noção de delimitação organizacional, que envolve: a) uma visão de sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas; b) em um governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 140).

Ainda sobre a participação do mercado no paradigma

paraeconômico, Guerreiro Ramos (1989, p. 141) diz:

o padrão paraeconômico parte do pressuposto que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais.

E continua:

A sociedade pós-industrial visualizada no paradigma paraeconômico só poderá vir a existir como resultado de vigorosa oposição por parte dos agentes cujo projeto pessoal consiste em resistir às tendências intrínsecas da sociedade centrada no mercado. Contudo, o objetivo do paradigma paraeconômico não é a supressão do mecanismo de mercado, mas a preservação somente das capacidades sem precedentes que o mesmo criou, ainda que pelas razões erradas. Desta forma, pode ele atender às metas de um modelo multidimensional de existência humana, numa sociedade multicêntrica. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 155).

Guerreiro Ramos (1989, p. 148) propõe superar não o mercado, mas sua posição como ente autoritário e totalizador, que coloniza a vida social, quando argumenta que “o mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social.”

É possível apontar semelhanças entre as propostas de Economia (sociedade) Plural e a Sociedade Multicêntrica de Guerreiro Ramos, a saber: ambas as abordagens consideram a Teoria Econômica como redução; nenhuma prega a supressão do mercado; a defesa da diversificação das atividades como forma de desenvolvimento humano; é refutada a ideia de recursos finitos; e reconhecem a importância de existir meios políticos para regular o Mercado.

2.4 SOCIOLOGIA PRAGMÁTICA

Essa seção tratará, primeiramente, de expor essa abordagem teórica que analisa as ações de indivíduos e/ou grupos a partir das formas de justificação perante o choque em ambientes nos quais diferentes lógicas de ação predominam, com o objetivo de desvendar a forma como os acordos são construídos e como a distribuição das tarefas é coordenada na sociedade, pois, nesta tese, importa saber como os atores constroem uma gama de relacionamentos que viabiliza seu projeto de vida e trabalho autônomos.

Posteriormente, essa teoria será apresentada de forma integrada aos outros temas aqui tratados para, finalmente, condensarem-se em um quadro analítico que será utilizado para as considerações desta tese.

A proposta teórico-metodológica de Boltanski e Thévenot (1996, 2002) insere-se no campo da Sociologia Francesa, mais especificamente na Sociologia Pragmática Francesa, cujo principal foco é a ação dos atores na sociedade e os efeitos que estes podem produzir, assim como busca estudar as possibilidades de ação.

2.4.1 Pragmatismo e a Sociologia Pragmática Francesa

O Pragmatismo, enquanto corrente filosófica, tem sua origem nos Estados Unidos em fins do séc. XIX e tem, em Charles Pierce e John Dewey, seus principais expoentes. Surge sob a inspiração de Kant e, em especial, da obra “Crítica da Razão Pura” a qual defende que a ação é o elemento central da vida humana e que, portanto, abre a possibilidade para os teóricos do pragmatismo de estudar os fenômenos a partir da ação dos indivíduos.

Dessa maneira, Dewey (2011) pretende uma reforma ou uma reconstrução da filosofia, desafiando a tradição filosófica que considera a transcendência e a imutabilidade dos conteúdos morais. Assim, a ligação entre Dewey e Kant acentua-se, pois o autor alemão já sinalizava em “Crítica da Razão Pura” que a moral era influenciada pelas ações e, além disso, regida pelo conhecimento geral da sociedade, também mutável.

Decorrente dessas indagações, o esforço dos pragmáticos americanos era no sentido de “clarificar as ideias dos homens quanto aos embates de ordem social e moral da época em que viverem” (DEWEY, 2011, p. 50). Por seu turno, Pierce (1975) delineia uma metodologia que remete a como as crenças se formam na sociedade, explicando que o

desconhecimento ou a dúvida causa hesitação nos indivíduos, e que, para estas serem aplacadas, surgem as crenças.

Dessa forma, as categorias principais da corrente pragmática americana são a “Razão” e a “Experiência”, que até então se encontravam separadas e que, a partir da revolução científica, estabeleceram uma preponderância da razão sobre a experiência. O estudo dos pragmáticos pretende, então, retomar as duas categorias colocadas em um mesmo patamar, sendo capazes de influenciar uma à outra mutuamente.

A partir das constatações e da defesa de Dewey e Pierce, na França, em 1980, surge uma nova versão do pragmatismo na sociologia, com o surgimento de métodos próprios, e com vistas a estudar o ator em situação e suas interações na sociedade. A temática dessa corrente sociológica, então, está definitivamente ligada à capacidade do ator, de seu protagonismo e de sua autonomia.

Assim, segundo Cefai (2009), a sociologia pragmática francesa foi sendo enriquecida pelas discussões advindas da economia das convenções, da antropologia da ciência, dos estudos ator-rede, entre outras, até que Boltanski e Thévenot (1996, 2002) propõem um modelo que ofereceria aporte teórico-metodológico para os estudos da ação dos indivíduos, suas interações e a coordenação social a partir de lógicas de ação diferentes. Embora o modelo tenha sofrido críticas, conforme relata Cefai (2009), devido à possibilidade de “engessar” a análise, a obra tem seu foco na forma como se dá a coordenação das atividades em momentos de conflito e crise em torno de situações-problema. Nesses momentos os atores podem expor suas justificações ao julgamento público e destas são estabelecidos os acordos.

Esse ator, então, desenvolve sua ação e suas interações em arenas públicas, espaços onde os atores expressam suas vontades, sofrem as influências e interagem com as esferas do Estado, iniciativa privada e Sociedade Civil, conforme indica Cefai (2009). A discussão sobre o conceito de espaço público, já discutida anteriormente por Habermas (1984), é retomada e, segundo Cefai (2002), encontra uma nova versão, agora adaptada à sociologia pragmática francesa. As arenas são o espaço onde as ações e justificações tornam-se públicas e suas lógicas, mesmo que opositoras, encontram a possibilidade de mediação e coordenação.

Retomando a contribuição de Boltanski e Thévenot (1996, 2002), a proposta também é valiosa, pois ultrapassa as discussões sobre estrutura e sobre a visão simplificada da ação segundo o cálculo racional de consequências. Os autores trabalham com uma diversidade de lógicas

de ação que, quando nas situações críticas citadas, geram uma multiplicidade ainda maior de opções de acordos.

As lógicas de ação, então, são enriquecidas, visto que as formas de justificação não são expressas apenas sobre questões objetivas e materiais, mas, também, levam em conta a moralidade, a estética, a política e o ambiente em que são formadas. O pragmatismo, por conseguinte, busca uma forma de descrever e analisar a coordenação social a partir das ações – ou regimes de ação – e de suas justificações.

2.4.2 A Justificação

A Sociologia Pragmática também é chamada de Sociologia da Capacidade Crítica, pois desafia a capacidade dos sujeitos de criticarem tanto no nível macro o estado das coisas no mundo quanto sua condição frente a este estado. A Teoria das Grandezas de Boltanski e Thévenot é uma explicação de como as relações se estabelecem na sociedade através de justificações e de como o julgamento dessas justificações produz uma hierarquização, em que, quanto mais desejáveis sejam, ocupam um nível mais alto, e é de nível mais baixo quanto mais particularizadas. Para os autores, pessoas e coisas interagem, e dessas interações surgem as justificações, que são diferentes conforme o espaço e a proximidade que estas estão da vida de cada sujeito/ator.

Para os autores, a construção da sociedade ocorre a partir de espaços que sugerem lógicas de ação diferentes, pois as justificações surgem de conceitos que são mais ou menos valorizados naquele espaço. Assim, uma ação ou objeto que é mais valorizado na vida de um industrial poderá ter um valor limitado, menor ou até insignificante quando avaliado por um trabalhador.

Preliminarmente, é necessário remarcar o caráter inovador do trabalho de Boltanski e Thévenot (1999, 2006), pois o que Boltanski e Thévenot propõem é um novo formato de análise das situações da vida social a partir de requisitos de justificação em situações de disputa – ou choque ou, ainda, embate – para o estabelecimento da distribuição das responsabilidades pela situação conflituosa e da definição em conjunto de um, mesmo que precário, novo acordo.

A proposta dos autores é inovadora, também, devido à atenção que os mesmos dão à instabilidade e a precariedade sobre a qual são estabelecidos os acordos na sociedade atual. Acordos entre classes distintas – trabalhadores e industriais, por exemplo – tendem a ser temporários e, somente depois de sucessivos confrontos, passam a estabelecer algum tipo de critério comum. Essa precariedade e pequena

durabilidade levam os indivíduos – individual ou coletivamente representados – a justificar e criticar simultaneamente e sucessivamente suas ações ou pretensões, ao mesmo tempo que analisam e criticam as ações do oponente.

A justificação é, portanto, a lógica de ação para Boltanski e Thévenot, já que ocorre nos momentos de disputa e precede a ação, representando, assim, uma possibilidade de coordenação do comportamento humano. Essa coordenação diferencia-se em muito da Teoria Econômica Clássica, na qual as necessidades gerariam valores comuns que seriam perseguidos pela sociedade que, portanto, padronizaria os interesses como forma de fazer agir a “mão invisível”. Na Teoria das Grandezas, são muitos os critérios, e sua valorização varia de ambiente para ambiente, de acordo com a ordenação de pessoas e objetos. Para esses autores, há um imperativo de justificação sob o qual os indivíduos convivem, e da justificação de suas escolhas e ações surgem a legitimação e a consequente valorização dos indivíduos na sociedade.

Esses requisitos de justificação, na proposta dos autores, variam de acordo com os ambientes em que ocorrem as relações sociais, de acordo com as posições das pessoas e coisas envolvidas nas teias de relacionamentos sociais.

Para Boltanski e Thévenot (1999, 2006), pessoas e coisas organizam suas relações em torno de critérios de justificação e, devido à diversidade de possibilidades desses arranjos e da diversidade de objetivos de cada arranjo, variam de ambiente para ambiente, sendo esses ambientes chamados pelos autores de “Ordens de Grandeza” ou “Mundos Comuns”.¹¹

Dessa maneira, critérios de justificação que são usuais e válidos para um mundo-comum podem não os ser em outro, e, pelo contrário, quando mutuamente excludentes, incompatíveis, surgem as diferenças e os conflitos que, necessariamente, serão sanados quando estabelecidos novos acordos nos quais as partes terão que acatar, ao menos parcialmente, critérios que não lhes são familiares.

Os acordos são produzidos através do alcance de uma justificação superior que é desejável para ambos os contendores. Nesse sentido, níveis de justificação são níveis de abstração das justificações apresentadas pelos indivíduos. Quanto mais particular e mais material

¹¹ Aqui utilizaremos a terminologia “Mundos” e “Ordens de Grandeza” alternativamente com o mesmo significado, muito embora existam outras traduções em uso.

for a justificação, menor sentido fará para o oponente., enquanto justificações mais elevadas e gerais tendem a ser compreendidas por todos, aumentando a possibilidade de acordo.

Para designar essas formas de associação, as pessoas geralmente se referem ou a uma definição técnica, que implica a medida padrão implementada por meio de aparelhos científicos, a uma crença subjetiva influenciada por opinião comum, a um uso prevalecente que perpetua uma tradição entrincheirada a um sentimento estético inefável ou até mesmo a um requerimento político ou ético. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p.33).

Os autores falam em princípios de justiça, sob os quais são julgados os atos dos sujeitos, sendo que, se são os níveis mais altos de justificação, são princípios de justificação comuns a todos e, portanto, mais abstratos e gerais.

Boltanski e Thévenot (1999, 2006) argumentam que sua escolha por “momentos críticos”, ou seja, momentos de confrontação justifica-se porque são nesses momentos que são ressaltadas diferentes formas e critérios de justificação das ações. Ao mesmo tempo, são nos momentos críticos que são produzidos os novos acordos e, portanto, são prova da gênese de novos critérios que modificam a justificação anterior.

As situações conflituosas servem, ainda, para explicitar a condição sob a qual os indivíduos vivem suas vidas, mas que, na maioria das vezes, não “se dão conta”, surgindo, nesse momento, a capacidade de crítica à ordem de justificação estabelecida. Daí, portanto, essa teoria também ser chamada de teoria da capacidade crítica.

Os autores apresentam os critérios de justificação de modo agrupado para depois formarem as ditas ordens de grandeza – mundos comuns. Os mundos comuns representam lógicas de ação diferentes, de acordo com o ambiente ordenado de coisas e pessoas em seis “ambientes-padrão”, que são tipos ideais que permitem a análise dos conflitos e dos acordos estabelecidos. Aqui reside o caráter metodológico da proposta de Boltanski e Thévenot, uma possibilidade de estudar a coordenação das ações na sociedade a partir de uma pluralidade de lógicas de ação e das justificações.

A construção dos “mundos comuns” baseia-se na comparação de obras clássicas da filosofia política por um lado, enquanto que, por outro, são apresentadas obras contemporâneas de gestão, de modo a

estabelecer um paralelo entre a teoria produzida idealisticamente e a prática difundida na sociedade atual.

[...] no modelo apresentado aqui, no qual um dos objetivos é integrar a filosofia política e pragmática do julgamento, a distinção entre os estados das pessoas e as pessoas elas mesmas ocupa um lugar central, assim como a operação pela qual nós atribuímos esses estados de grandeza e nós fazemos um julgamento em situação. [...] A proibição central no modelo de uma atribuição permanente de estados de grandeza às pessoas, leva a uma inquietude sobre a atribuição dos estados de grandeza e um questionamento constante de sua distribuição. Essa inquietude não é explicitada na filosofia política e nos leva a ser particularmente atentos às condições pragmáticas de atribuição da grandeza e a sair do espaço dos fundamentos e dos princípios que é aquele da filosofia política para entrar naquele da ação. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 29-30).

Boltanski e Thevenot (2006) descrevem, então, seis mundos-comuns os quais serão apresentados um a um, a seguir.

O Mundo Inspirado

Boltanski e Thévenot (1999, 2006) utilizaram-se de uma abordagem criativa para definir os critérios de justificação de cada mundo. Além de promover pesquisas de cunho mais convencional, buscaram, complementarmente, tanto na literatura clássica como na técnica, bases de comparação desses critérios. No caso do Mundo Inspirado, a comparação dá-se a partir de “A cidade de Deus”, de Santo Agostinho, e de um livro de criatividade para executivos – *La créativité em pratique*.

Segundo os autores, o que caracteriza o Mundo Inspirado é a busca por um estado interno de satisfação e a independência da avaliação dos outros, ou avaliação externa, sobre o que é realizado.

Complementam, ainda, alertando que essas expressões podem dar-se através da imaginação, da criatividade, da sensibilidade artística,

sendo, portanto, um mundo muito próximo da atividade artesanal que se pretende estudar aqui.

Como pode ser visto em Tonet (2004), é possível estabelecer relação entre os artesãos, que se encaixam de forma similar aos artistas nos critérios de justificação do mundo inspirado.

O Mundo Doméstico

As características apontadas pelos autores, quando tratam do mundo doméstico, são as relações de dependência – ou interdependência – entre seus componentes, bem como, a existência de uma hierarquia de confiança relacionada às posições de e entre pessoas e coisas.

Se no Mundo Inspirado o critério de grandeza utilizado é a satisfação interna, no Mundo Doméstico é a confiança, e sob as ordens de grandeza estabelece-se a hierarquia. Segundo a importância e o conhecimento dos lugares na rede de dependências é que se concede e é distribuída a autoridade.

O Mundo da Publicidade

Enquanto no Mundo Inspirado a referência é interna e independente da avaliação externa, e no Mundo Doméstico a grandeza vem da posição hierárquica e das relações, e, portanto, ainda internas ao sistema, no Mundo da Publicidade, o *locus* de avaliação que confere a grandeza às pessoas e às coisas é, prioritariamente, se não exclusivamente, externo, resultado de avaliação de pessoas.

Os autores remarcam que as disputas envolvendo esse conceito podem iniciar-se, principalmente, devido à divergência entre as avaliações que as pessoas fazem de si mesmas – autoimagem – e do reconhecimento que os outros lhe conferem. Nesse contexto, a verdade é expressa através do reconhecimento dos outros.

O Mundo Cívico

O Mundo Cívico é explicado pelos autores a partir da obra de Rousseau, “O Contrato Social”. Assim, para a paz social manter-se, há a necessidade de um poder soberano que é resultante da busca convergente das vontades dos homens pelo bem comum.

No Mundo Cívico, o interesse geral sobrepõe-se às pessoas, que são pequenas em relação ao grupo. Ações individualistas e em busca de proveito próprio são tidas como mesquinhas e mal vistas.

O Mundo Mercantil

No Mundo Mercantil, a coordenação das ações dá-se por meio das relações de compra e venda e, conseqüentemente, os importantes são os vendedores e os compradores, sendo estes avaliados por sua capacidade de acumulação e compra, respectivamente.

O Mundo Mercantil é organizado com base na mediação pela escassez, embora não se deva confundi-lo com as relações econômicas, uma vez que parte destas é explicitada no Mundo Industrial.

O Mundo Industrial

O princípio fundamental do Mundo Industrial é a eficiência em suas mais variadas formas. Dá-se sob a alcunha de “profissionalismo” e pela capacidade de solucionar problemas e obter resultados úteis.

Nas organizações, as justificações relacionadas à eficiência transparecem na capacidade de planejamento orientado os investimentos em comparação com os resultados obtidos.

Ressalta-se, no Mundo Industrial, uma equivalência entre pessoas e coisas, já que todos esses itens são vistos como recursos e avaliados segundo sua produtividade e eficiência.

A partir das características descritas, Boltanski e Thévenot (2006) resumem em um quadro os mundos-comuns.

Quadro 7 - Ordens de Grandeza

	Modo de avaliação (grandeza)	Formato da informação	Relação elementar	Qualificação humana
Inspirado	Graça, não-conformismo, criatividade	Emocional	Paixão	Criatividade, ingenuidade
Doméstico	Estima, Reputação	Oral, exemplar, anedótica	Confiança	Autoridade
Cívico	Interesse coletivo	Formal, oficial	Solidariedade	Igualdade
Publicidade	Renome	Semiótico	Reconhecimento	Celebridade
Mercantil	Preço	Monetário	Troca	Desejo, poder aquisitivo
Industrial	Produtividade, eficiência	Mensurável, critérios, estatísticas	Vínculo funcional	Competência profissional, perícia

Fonte: Boltanski e Thévenot (2006).¹²

Boltanski e Thévenot (2006) criam, como explicação complementar, uma série de hipóteses, ou axiomas, sobre os quais os mundos-comuns são construídos, que são: i) Humanidade comum: indivíduos, membros de um mesmo mundo-comum, compartilham uma humanidade comum e, por isso, buscam justificação para suas ações e preferências pelas mesmas justificativas; ii) Princípio da diferenciação: apesar de compartilharem a humanidade comum, os indivíduos preservam suas características em, no mínimo, dois níveis diferentes de grandeza dentro do mundo-comum; iii) Dignidade comum: os indivíduos têm poder idêntico de acessar todos os estados dentro dos mundos-comuns; iv) Ordenação: os diferentes níveis, em diferentes mundos, estão ordenados, e é possível coordenar as ações e justificar a distribuição dos valores de acordo com uma escala desses valores; v) Fórmula de investimento: existe uma relação de custo ou sacrifício para a obtenção de níveis mais altos de grandeza (estado). A disposição para o investimento regula a tensão entre a humanidade comum e a

¹² Elaborado a partir da tradução proposta por Marcos Aquino de Souza. Apenas houve a substituição do termo “Renome” por “Publicidade” para não destoar do texto.

ordenação; vi) Bem comum: é o pressuposto de que todos buscam o bem comum e, portanto, o benefício de todos a partir das ações, mesmo individuais. Um indivíduo é mais valorizado de acordo com o sacrifício que está disposto a fazer em favor do bem comum.

O Estabelecimento de Acordos

O foco do trabalho de Boltanski e Thévenot está em explicar como se podem estabelecer acordos a partir de lógicas de ação diferentes, já que são os acordos que conferem alguma estabilidade à sociedade e aos mundos comuns. Os autores remarcam a importância de estudar os acordos e conflitos “em situação”, garantindo o confronto com circunstâncias, com a realidade, ou seja, o engajamento de seres humanos e objetos em uma ação. (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 163).

Daí a preferência dos autores pelas situações de conflito, nas quais podem existir situações teste, ou “provas de grandeza”, pois argumentam que são nos momentos de disputa que as justificações aparecem e ocorre o “desvelamento”, que consiste em trazer para dentro da situação objetos de outros mundos-comuns e colocá-los à prova como parte da justificação. Também é no momento de desvelamento, na apresentação desses objetos, que ocorre a atribuição do valor no sentido do bem comum.

[O desvelamento] nos permite associar dois movimentos. O primeiro consiste em ressaltar seres de outra natureza cuja presença escondida tem aviltado o teste, gerando o desmantelamento do bem comum através de sua denúncia como um bem privado (desvelar no sentido de desmascarar falsas aparências). Este primeiro movimento é seguido por um segundo, que consiste em atribuir valor ao bem comum de uma política diferente (desvelar no sentido de reconhecer verdadeira grandeza). (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 219).

Então, a capacidade crítica reside na capacidade de os indivíduos reconhecerem situações e objetos externos que aparecem nas disputas, assim como a capacidade de avaliar e criticar as deficiências e grandezas, tanto as suas como as do seu oponente. Nos momentos de

disputa, essa crítica desafia os estados de grandeza, na busca de desqualificá-los e reordená-los de forma diversa da anterior.

Os acordos são firmados a partir dessa dinâmica de desvelamento, da crítica e da denúncia de falsas justificações ou de falsas grandezas, da inclusão de objetos advindos de mundos-comuns particulares e colocados como forma de justificação.

Os acordos são firmados, também, quando se abrem oportunidades de inclusão de objetos comuns de mundos distintos, na busca do bem comum, que é a fórmula de compromisso. Acordos entre indivíduos provenientes de mundos-comuns diversos somente serão possíveis se as justificativas forem relevantes nos dois mundos em questão, conforme o exemplo apresentado pelos autores: “Um compromisso é possível somente se os argumentos domésticos são equiparados com os argumentos que são relevantes no mundo mercantil.” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 277).

Apesar de esses acordos serem frágeis, os autores propõem que, uma vez que objetos provenientes de mundos diferentes sejam necessários para a consolidação do compromisso, desejável por todos, não seja mais reconhecido como parte de apenas um mundo-comum, mas que seja parte do acordo entre mundos, “transformado desse modo, o compromisso é mais resistente a críticas, porque ele agora reside em objetos indivisíveis.” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 278).

Concluindo esta seção, a proposta da Teoria das Grandezas apresenta uma nova forma de estudar a coordenação das ações na sociedade, a partir de lógicas de ação diversas, e seu foco está no estabelecimento de acordos entre essas lógicas. Boltanski e Thévenot, pragmaticamente, estão interessados na ação “em situação” e, portanto, aproximam-se da realidade, apresentando uma metodologia de análise dessas situações.

Dessa forma, os autores em questão contribuem sobremaneira para a análise que aqui se empreende, visto que artesãos, para estabelecerem-se, necessitam criar relacionamentos com indivíduos que, vindos de mundos-comuns diversos, utilizam-se de lógicas de ação diversas das suas.

2.5 ATIVIDADE ARTESANAL

O artesanato é uma das atividades mais antigas do homem e, juntamente com a caça e a pesca, ocorre desde os primórdios da civilização. Inicialmente, foi a elaboração de objetos, cuja utilidade significava, por vezes, a sobrevivência da comunidade, fosse pela

utilização direta, como os vasos para o estoque de água e as armas primitivas para a obtenção de alimento, fosse para a perenização dos usos e costumes da comunidade (CUNHA et al., 1994). Um exemplo dessa importância é dado pelas peças recuperadas em sítios arqueológicos, que desvendam mais que a utilidade pura e simples de um objeto, como um prato ou um vaso, pois pode indicar um estilo de vida, a organização de uma sociedade ou elementos estéticos e simbólicos importantes para aquela comunidade. Essas pesquisas arqueológicas demonstram que a atividade artesanal remonta a pelo menos meio milhão de anos, uma vez que sítios arqueológicos encontrados no oriente revelaram que o Homem de Pequim já conhecia o uso do fogo e dominava as habilidades para fabricar instrumentos de quartzo e grés. (RAZERA NETO, 1979).

O significado etimológico da palavra artesanato vem da raiz *arte*, que remonta ao século XIV e deriva do italiano *artigiano* e do francês *artisan*, referindo-se ao artista plástico. Mais a diante, será tratada essa distinção entre o artesão e o artista, bem como a diferença entre arte popular e arte culta.

Este capítulo tratará da história do artesanato: sua importância na cultura local, as distinções entre arte e artesanato, o artesanato como parte do folclore, as conexões entre o artesanato e o saber local e o artesanato como manifestação da sabedoria popular local. Parte-se, então, para uma classificação das atividades artesanais, de suas especificidades e características, e, por fim, será feita uma pequena citação da importância econômica do artesanato, o artesanato como gerador de emprego e renda.

2.5.1 Atividade Artesanal: notas históricas e natureza

O artesanato está presente nas mais remotas formas de organização social, tanto pelo seu caráter utilitário como pelo seu simbolismo, conforme remarcado nos parágrafos anteriores. Inicialmente rudimentar e utilitário, o artesanato, através dos tempos, ganha importância social, preservando e evocando as tradições da comunidade em que foi produzido. Nos primórdios, o artesanato apresentava padrões gráficos e de forma ligados à natureza, zoomorfos ou fitomorfos, ou seja, imitando animais e plantas. Os motivos e grafismos evoluíram através dos tempos, sempre guardando as características locais. Por exemplo, a cultura oriental chinesa produziu várias peças durante séculos e estas são facilmente distinguidas entre as produzidas no antigo Egito ou na Grécia. Os motivos abstratos e

geométricos surgiram mais recentemente devido à evolução da arte (RAZERA NETO, 1979).

O artesanato na Antigüidade clássica era, juntamente com a agricultura e o comércio, a base da economia de vários povos, como na comunidade ateniense, embora seu trabalho não tivesse o devido reconhecimento (CUNHA et al., 1994). Fossaert (1981) diz: “o artesão é o herói da história grega, mas um herói anônimo... admirado em sua obra, mas, ignorado ou desclassificado em sua pessoa”.

Um ponto interessante a ser levantado neste momento é a organização dos artesãos. Na Grécia, por exemplo, os artesãos eram trabalhadores especializados por ofícios, enquanto no Egito a classe organizava-se em corporações, inclusive com a cobrança de taxas para o exercício da atividade (CUNHA et al., 1994). Por outro lado, em Roma, existiam as confrarias de artesãos que podiam ser classificadas como corporações ou associações e podiam ser mistas, agregando patrões, empregados e escravos, sendo, então, chamadas de *Solidatia* ou organizações do tipo *Collegia*, nas quais se organizavam os trabalhadores livres de várias categorias profissionais. Enquanto as *Solidatia*, ganharam importância política e transformaram-se em associações com fins eleitorais (OLIVEIRA, 1987).

Durante a Idade Média, o artesanato passa a ser praticado nas manufaturas ou oficinas, onde o trabalho poderia ser livre ou servil. Esse tipo de tutela sobre o trabalho acabou por configurar um tipo de pré-capitalismo, existindo, nessa época, inclusive, formas primitivas de crédito e serviços bancários (CUNHA et al., 1994). Nas cidades medievais, o artesanato desenvolve-se como um serviço doméstico nos castelos, mosteiros ou em comunidades aldeãs. É nesse período que o artesão passa a ser considerado um trabalhador independente, que, sozinho ou com uma pequena quantidade de auxiliares em sua oficina, produzia artigos de utilidade em um modo rudimentar de indústria. Com efeito, o artesão é, então, o empreendedor da idade média, já que sozinho idealiza o produto, adquire as matérias primas necessárias à sua fabricação e executa o trabalho até o produto acabado.

O modo de comercialização desses produtos acabou por fazer surgir a “Feira”. Ou seja, naquela época, a “praça do mercado” era invadida pelos artesãos que ofereciam, vendendo e/ou trocando, seus produtos e matérias primas.

Muito embora possa transparecer o artesanato como forma de liberdade, nesse período, segundo Fossaert (1981), com a expansão das exportações e devido ao interesse do Estado em recolher impostos, criou-se um sistema de dependência do artesão em relação ao

comerciante, que negociava a produção. O artesão, quando da impossibilidade de adquirir a matéria-prima necessária para o trabalho, aceitava encomendas dos atravessadores que, por sua vez, forneciam-lhe a matéria-prima. Desse modo, o artesão passava a fornecer toda a sua produção para um único comprador, ficando à mercê de suas regras.

Cunha e outros (1994) apontam a decadência do artesanato datando da metade do séc. XVIII e expõem como causa dessa decadência o aumento da exigência de um comércio de massa, no qual a quantidade é mais importante que a qualidade, e o artesão, por não ter capacidade para fazer frente a este tipo de expectativa, acabou por quase desaparecer.

A Revolução Industrial veio para atender a essas necessidades do mercado, com as indústrias, produzindo grandes quantidades e reduzindo os custos unitários dos bens, popularizando-os. O artesanato, então, passou a perder espaço e sua importância econômica foi diminuída drasticamente.

No Brasil a atividade artesanal remonta à colonização, por volta do Séc. XVI. Sobre as influências que caracterizam o artesanato brasileiro, Frota (2003) propõe que as atividades folclóricas, incluídas aí o artesanato, são o resultado do contato entre índios, negros e brancos ao longo de quatro séculos. Apenas a partir do século XIX, houve fluxo significativo de europeus não portugueses, além de asiáticos, o que modificou, ainda mais, determinadas regiões do país. Como exemplar pode ser citada a região sul, que recebeu grande quantidade de imigrantes alemães e italianos.

Frota (2003) cita a importância, no período colonial, das corporações de artífices nas cidades do ouro em Minas Gerais e sua ligação com irmandades e ordens de cunho religioso. Continua a autora a narrar que, em fins do séc. XVIII e início do séc. XIX, começa a surgir, ainda em Minas Gerais, a noção de autoria entre os artesãos de grande destaque, alçados, então, à condição de artistas, pois, até aquele momento, não eram precisos os limites entre essas atividades. Como maior expoente da época Aleijadinho (1738-1814) deve ser lembrado, além de Costa Athayde (1762-1830), o Mestre.

A produção de bens nas sociedades, sejam destinados ao autoconsumo ou destinados à venda, tem no artesanato seu início e desenvolvimento, sendo possível distinguir as sociedades segundo o artesanato que produz, conforme pode ser visto em Fernandes (apud CUNHA et al., 1994), que classifica as sociedades em que se desenvolve o artesanato de acordo com sua complexidade socioeconômica, através da divisão do trabalho, em:

- sociedades pré-artesanas: caracterizam-se por sobreviver da caça, pesca e coleta de frutos. O trabalho desenvolve-se sem divisão entre o fazer e o pensar. A autora declara que o trabalho desses povos serve a basicamente três necessidades: sobreviver, abrigar-se e conviver/procriar;
- sociedades protoartesanas: são sociedades ainda extrativistas, apesar de já contarem com algum tipo de pastoreio e agricultura rudimentares que as fixa a determinado local. Dessas novas atividades, surge a necessidade de ferramentas como machados e enxós. O fato de deixarem de ser nômades fez com que dispusessem de mais tempo para trabalhos mais elaborados, desenvolvendo assim a cerâmica, a cestaria e algum tipo de tecelagem. Esse trabalho artesanal podia ser feito individual ou coletivamente, o que denota, segundo a autora, um tipo de divisão simples do trabalho. Nesse tipo de sociedade, já é possível identificar algum tipo de simbolismo e religiosidade que se expressam na escultura e na pintura;
- sociedades artesanais consolidadas: podem ser subdivididas em dois tipos, o primeiro chamado de “sociedade artesanal isolada”, na qual o artesão passa a ser um especialista em tempo integral e, para isso, recebe alimentos; o segundo, a “sociedade artesanal agrupada”, na qual um grupo de artesãos passa a atuar em conjunto, formando corporações;
- sociedades artesanais manufatureiras: decorrem da sociedade artesanal agrupada, em que há a divisão social do trabalho, por meio da especialização dos membros, cada qual para determinada tarefa. Segundo a autora, essas sociedades surgiram da necessidade de grandes quantidades de produtos ou na consecução de tarefas muito grandes, como a construção de um barco. A equipe formada por Mestres-artesãos e aprendizes adquire a matéria-prima, transformando-a e comercializando-a. O consumidor é, normalmente, alguém conhecido, em geral de classe social diferente, e espera ver nos produtos que compra códigos culturais que identifiquem a sociedade na qual está inserido.

Outro tipo de discussão sobre a classificação, a origem e a importância do artesanato produzido em determinada sociedade é a distinção entre arte e artesanato. Seria a arte superior ao artesanato, por ter peças mais elaboradas e únicas, direcionadas a um público

específico? Ou seria o artesanato mais importante por representar a cultura popular e, por isso mesmo, estar endereçado ao público em geral?

A arte e o artesanato confundem-se, na história, por sua gênese comum no trabalho manual com vistas a suprir necessidades básicas (READ, 1978, p.32-33), conforme exposto nos parágrafos anteriores. Puppi (1992) fala sobre o fato de não haver distinção entre artista e artesão:

naquela época o artista era sobretudo um artífice, um homem disposto a empregar seus conhecimentos técnicos e sua sensibilidade em qualquer empreendimento, disposto a ser arquiteto, escultor, pintor, artesão indistintamente, segundo o que necessitasse.

A distinção entre artista e artesão (e conseqüentemente entre arte e artesanato) só ocorre no Renascimento, quando membros da aristocracia, os mecenas, passaram a patrocinar pintores e escultores. Surge, também nessa época, o conceito de “Belas Artes” como classificação das artes ditas “Eruditas”.

No entanto, Pedrosa (1995, p. 321) pergunta: “Arte culta e arte popular – O que significa esta distinção?”, e utiliza o argumento da fonte comum das artes. Segundo o autor, a distinção entre a arte popular e arte culta, ou erudita, nasce com a sociedade capitalista e carrega a divisão de classes em seus conceitos. A arte culta, para Pedrosa (1995, p.321), é “um dos aparelhos ideológicos em que se apóia o poder da burguesia”, e o artista carrega os valores da sociedade burguesa. Ainda segundo o autor, o “artista” só existe na arte culta e “quem faz arte popular não é artista, dificilmente um criador, mas apenas um artesão”.

No sentido dado por Pedrosa, pode entender-se que o artesão, como ator social, é, de certa forma, superior ao artista, uma vez que é portador da “arte popular”. Uma ressalva deve ser feita, pois esse autor declara, no mesmo artigo, que a arte sempre esteve a favor do dominador, mesmo nas sociedades pré-capitalistas, em que não havia a distinção de arte popular e erudita. Para tanto, cita a fusão entre arte e religiosidade existente no antigo Egito, onde o faraó-deus era retratado simbolicamente, representando a autoridade sobre o povo, e na Idade Média, em que as imagens do catolicismo tinham em seu significado uma mensagem que deveria ser entendida por todos, inclusive pelos iletrados.

No entanto, somente na Idade Média, a arte e o artesanato ganham valor econômico, e o artesão é elevado em sua condição social. O artesão na Idade Média é o mestre em sua especialidade (metalurgia, marcenaria, cutelaria, por exemplo) e está organizado em manufaturas ou oficinas, onde o trabalho se desenvolve. No entanto, com a Revolução Industrial e com a divisão entre o trabalho intelectual e o manual, o artesanato, a rigor da gênese da indústria, foi relegado ao segundo plano. Nesse sentido, Arantes comenta:

nas sociedades industriais, sobretudo nas capitalistas, o trabalho manual e o trabalho intelectual são pensados e vivenciados como realidades profundamente distintas e distantes uma da outra. [...] Essa dissociação entre ‘fazer’ e ‘saber’, embora a rigor falsa, é básica para a manutenção das classes sociais, pois ela justifica que uns tenham poder sobre o labor dos outros. (ARANTES, 1988, p. 13-14).

A divisão entre o saber e o fazer não existem nas atividades consideradas artesanais e sequer nas consideradas artísticas, portanto as indagações de Porto Alegre (1985, p.10) são as mais coerentes com os objetivos no âmbito deste trabalho:

Onde ficam os ‘artistas’? Onde ficam os ‘artesãos’? Submergidos no interior da sociedade, sem reconhecimento formal, esses grupos passam a ser vistos de diferentes perspectivas pelos seus intérpretes, a maioria das vezes engajados em discussões que se polarizam entre cultura erudita x popular. (PORTO ALEGRE, 1985, p.11).

Carneiro (1965, p. 08), concordando com a tese levantada, comenta: “Tomamos como ponto de referência à cultura burguesa quando consideramos antigo, arcaico ou tradicional o dado folclórico”. O discurso dominante acaba por determinar o status da produção cultural, como segue:

toda discussão sobre fronteiras entre ‘arte’ e ‘artesanato’, entre ‘artista’ e ‘artesão’, a partir do discurso dominante, carece de sentido dentro da perspectiva do indivíduo que exerce essa atividade, pois ele raramente separa a instância do

trabalho manual ou mecânico (‘artesanal’) do trabalho intelectual e confere a ambos igual dignidade. (PORTO ALEGRE, 1985).

Existe, ainda, a pecha de que o artesanato não seria contemporâneo, mas antigo ou arcaico. Carneiro opõe-se a isso:

Se, com efeito, o folclore não exprime a realidade atual, limitando-se a repetir o passado, como explicar o interesse de tipo solidário que desperta nas camadas populares, tanto na sua criação como na sua execução? A não ser que admitamos que a noção de passado é idêntica em todos os homens – e que em todos os homens haja o mesmo sentimento de amor e de respeito pelo passado. (CARNEIRO, 1965, p.22).

A seguir, serão vistas algumas possíveis conexões entre cultura popular, ciência, folclore e artesanato, como produções de uma determinada sociedade e, por isso mesmo, reflexo dos saberes dessa sociedade.

2.5.2 O Saber Local: Conexões entre Cultura Popular, Ciência, Folclore e Artesanato

O título acima faz, claramente, menção ao livro: “O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa”, do antropólogo Clifford Geertz (2001), e é muito coerente com as perspectivas deste trabalho. Na obra de Geertz, o capítulo “A arte como sistema cultural” exprime exatamente o que se tenta tratar aqui, ou seja, a expressão por meio da arte dos valores culturais surgidos no âmbito da comunidade, em sua localização geográfica delimitada. Conforme Geertz (2001, p. 145):

O sentimento do indivíduo, [...] surge em vários outros segmentos da cultura deste povo: na religião, na moralidade, na ciência, no comércio, na tecnologia, na política, nas formas de lazer, no direito e até na forma que organizam sua vida prática e cotidiano.

O autor alega, também, que a arte é uma das expressões no contexto da vida humana.

Geertz (2001, p. 146) é especialmente importante em termos dos objetivos deste trabalho quando afirma que: “[...] este processo de atribuir aos objetos de arte um significado cultural é sempre um processo local”, e exemplifica distinguindo as concepções sobre o que é arte na China, no Islã ou em Nova Guiné.

Geertz, citando Matisse, diz que: “os meios através dos quais a arte se expressa e o sentimento pela vida que os estimula são inseparáveis”. E mais adiante explica: “A compreensão desta realidade, ou seja, de que estudar arte é explorar uma sensibilidade; de que esta sensibilidade é essencialmente uma formação coletiva; e de que as bases de tal formação são tão amplas e tão profundas como a própria vida social [...]”. (2001, p. 149).

Existem ainda muitas discussões sobre o que seria a distinção entre Cultura Popular e Folclore. Segundo Ferretti (2002), existe uma certa confusão entre os estudiosos do tema. Enquanto alguns consideram Cultura Popular como sendo equivalente ao Folclore, outros já discordam dessa ideia, diferenciando o Folclore da Cultura Popular e equiparando esta à Cultura de Massa. Carvalho (1992) afirma que, a partir da década de 1960, essa discussão começa a perder força com as mudanças ocorridas nas ciências sociais, que acabaram por diluir as preocupações em classificar ou criar tipologias para definir e diferenciar o que é povo e o que seria a cultura popular.

A palavra Folclore vem da expressão criada por William John Thoms, *Folk-Lore*, que significa literalmente: a sabedoria do povo. O artigo de Thoms, publicado na revista *The Athenaeum*, em Londres, a 22 de agosto de 1846, defendia a ideia de que o patrimônio advindo da sabedoria popular deveria estar sob esta chancela (CÂMARA CASCUDO, 1972). Apesar da riqueza e precisão do termo, Ferretti (2002) afirma que ele encontra-se desgastado e com conotações pejorativas. Por isso, muitos referem-se à Cultura Popular como sendo uma forma “mais moderna” de designar o folclore. No entanto, o uso de cultura popular provoca também confusões, podendo significar, no sentido lato, cultura de massa, e, nesse caso, abarcando desde as manifestações que surgem da vivência da comunidade até as produções artísticas “popularescas”, produzidas industrialmente e difundidas através da mídia. Canclini (1983) propõe a expressão “Cultura do Povo”, na tentativa de clarear essa tão complicada guerra conceitual.

Câmara Cascudo (1972) comenta como o folclore se desenvolve nas sociedades:

O folclore é uma cultura viva, útil, diária, natural.
(...) O folclore é o uso, o emprego imediato, o

comum, embora antiqüíssimo. [...] É preciso que o motivo, fato, ato, ação, seja antigo na memória do povo; anônimo em sua autoria; divulgado em seu conhecimento e persistente nos repertórios orais ou no hábito normal. (CÂMARA CASCUDO, 1972).

O artesanato, conforme as definições e as características que se encontram no próximo item, é parte do folclore e surge, por conseguinte, da sabedoria popular, assim refletindo os usos, costumes e servindo às necessidades da comunidade em que se encontra. Folclore seria, segundo a Carta do Folclore Americano, de 1970: o “conjunto de bens e formas culturais tradicionais, predominantemente de caráter oral e local, e que se apresentam inalteráveis em seus modos de apresentação”. (COELHO, 1999).

Importante também é notar que o artesanato, como objeto de estudo, possibilita uma verdadeira abordagem multidisciplinar, devido à sua natureza. O *Folk-Lore*, como saber advindo do povo, é de riqueza inesgotável para as pesquisas científicas. Veja-se a seguir alguns exemplos de estudos e ramos da ciência que foram utilizados nos estudos sobre o Folclore.

Uma das possíveis causas desse interesse, por parte das ciências, principalmente as sociais, pelo Folclore pode ser levantada de acordo com a explicação de Carneiro (1965, p. 15):

A vida social cria o Folclore, como cria as formas eruditas de expressão, à base da vida material, das relações de produção que se formam entre os homens – no nosso caso, na sociedade burguesa. O Folclore e as formas eruditas exprimem, o primeiro empiricamente, as segundas cientificamente, essas relações de produção – e os antagonismos sociais que engendram.

Carneiro (1965, p. 61) declara que existia, à época, uma ‘pendenga’ entre folclore e antropologia, sendo que alguns tratavam os estudos folclóricos como sendo uma parte da antropologia, e outros como sendo uma ciência autônoma. A carta do Folclore, que consolidou as resoluções do I Congresso de Folclore, datada de 1951, declara expressamente que:

O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como parte integrante das ciências antropológicas e culturais [...] Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore. (CARTA DO FOLCLORE, apud CARNEIRO, 1965).

Os estudos sobre folclore no Brasil já existem desde o início do século XX. Silvio Romero (1851-1914) é considerado o fundador desses estudos no país, apesar de ter sido antecedido por Celso Magalhães (1984-1879), que viveu em uma época quando o folclore não era considerado pela ciência, e sim como sendo uma parte da literatura (CARNEIRO, 1962).

Romero escreve principalmente sobre a poesia popular e é tido como pioneiro, já que sua abordagem apresenta uma visão mais científica, filiada ao positivismo, da vida popular (CAVALCANTI et. al., 1992). A Romero, junta-se Amaral (1948) na busca por uma seriedade científica nos estudos sobre o tema com seu artigo “Os estudos folclóricos no Brasil”, no qual reclama sobre a falta de critérios e de base científica dos estudos: “... Ora, são feitos por mero diletantismo ou passatempo, sem objetivo, sem método e sem seguimento; ora por simples literatura, [...] ora por outros instintos não só estranhos à pura investigação, como nocivos a ela...”. Concordando, Mario de Andrade (1949) ressalta a falta de cientificidade dos estudos desenvolvidos à época.

Cavalcanti e outros (1992) relatam que o próprio Mario de Andrade, no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, criou o curso de formação de folcloristas, ministrado por Dina Lévi-Strauss, que levou à criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, colaborando para a reversão do quadro de amadorismo que se apresentava. Para tanto, lançou mão das sociedades de antropologia, geografia, história e sociologia, que poderiam policiar e orientar os trabalhos sobre folclore.

Paralelamente a esses movimentos, foram criadas, em 1933, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935, trazendo consigo a atuação de professores e pesquisadores estrangeiros e, com estes, um novo instrumental teórico e prático, dando grande impulso às ciências sociais.

A influência francesa veio da USP, onde existia a ênfase no estudo teórico. Entre os estrangeiros dessa escola, destacaram-se Lévi-Strauss e Roger Bastide; entre os seguidores destes, nomes como de Florestan Fernandes e de Maria Isaura Pereira de Queiroz. A influência americana veio da Escola de Sociologia e Política, com Donald Pierson, Herbert Baldus e Emílio Willens, e tinha como foco principal a pesquisa em centros urbanos. No Rio de Janeiro, havia a atuação da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia e da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil (CAVALCANTI et al., 1992).

A seguir estão algumas características e classificações do artesanato, importantes para estabelecer parâmetros para a pesquisa proposta neste trabalho.

2.5.3 Atividade Artesanal – classificações, características e particularidades

Inicialmente será necessário caracterizar o artesanato. Martins (1976) declara que:

O artesanato se caracteriza pelo tratamento dado ao material empregado durante a fase de criação plástica e não pela função da peça na comunidade (lúdica, utilitária, religiosa, etc.), nem por suas características particulares (rusticidade, apuro), nem pela natureza do estímulo ou motivação que presidiu à ação humana de fazer o objeto (recreação, autoconsumo, interesse comercial, etc.), nem pela localização da oficina, perto ou longe de grandes centros de população (rural ou urbana). (MARTINS, 1976, p. 5).

Ainda segundo Martins (1976, p. 5), existem seis características do artesanato (itálicos do autor):

- manual: o contato é direto entre artesão e material empregado, sem considerar, naturalmente, pequenas intervenções de ferramentas ou aparelhos simples, não repetidores;
- os objetos resultam de *elaboração intelectual*, embora sem requinte, feitos segundo os padrões tradicionais, mas nunca em molde ou forma, nem mesmo em série;
- aqui se realizam *formas*, que podem ser apreciáveis ou

suscetíveis de sê-lo, e *não simples produtos*.

- Emprega-se *material disponível*, gratuito ou extraído no lugar ou retalhos sobra aproveitável;
- *Doméstico* ou caseiro, conta com a participação da família;
- O artesão *não conhece a divisão do trabalho*, não se organiza para a produção; sozinho executa todas as parcelas necessárias à transformação.

No entanto, existem várias classificações de artesanato, que servirão para clarificar os conceitos. Neste trabalho serão utilizados os seguintes critérios de classificação da atividade artesanal, utilizados pelo PAP – Programa do Artesanato Paranaense (CUNHA et al., 1994):

- Artesanato popular: obra feita à mão, baseada em motivos tradicionais e que se transmite, de geração em geração, com a utilização de matéria-prima regional;
- artesanato artístico: expressa, de alguma maneira, o sentimento estético individual de um autor, com forte presença no imaginário, e de caráter utilitário;
- artesanato utilitário: produz artigos sem caracterização artística especial, de uso cotidiano na comunidade;
- trabalhos manuais: objetos confeccionados a partir de materiais diversos. Geralmente obedecem a receitas ou moldes e são facilmente copiados. Podem ser utilitários ou decorativos. (Exemplos: peças em crochê, pintura em tecido etc).
- “Industrianato”: objetos cuja matéria-prima é industrializada e sua produção é feita em série, utilizando, na maioria das vezes, moldes, formas ou máquinas. A criação pode ser direcionada por ondas temporárias de consumo. Sua cópia pode ser praticada, por não possuir identidades que garanta sua originalidade. Podem ser utilitários ou decorativos. (Exemplos: bonecas).
- produção alimentar caseira: produtos resultantes da matéria-prima natural, que passam por um tratamento especial e são transformados, manual ou mecanicamente, sob processos caseiros (Exemplos: geléias, farinha de mandioca etc.).

Além desse tipo de classificação, segundo Martins (1976, p. 11), ainda podem ser classificados os produtos artesanais de acordo com:

- Matéria-prima utilizada: couro, linhas, fibras têxteis, bambu,

- barro ou argila, entre outros;
- local onde se desenvolve: pode ser rural ou urbano, por exemplo;
- procedência cultural: pré-histórico, indígena, folclórico ou erudito;
- destinação: utilitário, decorativo ou ornamental, religioso, lúdico ou recreativo, dramático, artístico, técnico, pedagógico ou terapêutico;
- formas e temas:
 - figurativos: com motivos antropomorfos, zoomorfos ou fitomorfos;
 - não figurativos: com motivos abstratos, amorfos ou polimorfos;
 - finalidade econômica: autoconsumo e de comércio.

Uma vez estabelecidos os critérios e possíveis classificações da atividade artesanal, será possível, então, o aprofundamento em um assunto muito caro a este trabalho, a atividade artesanal autônoma como libertação do sujeito das regras impostas pelo mercado e como atividade alternativa, possível de gerar renda para os excluídos do sistema de mercado.

2.5.4 Atividade artesanal: trabalho, autonomia e liberdade

Como já demonstrado, há muito o artesanato existe como atividade, que é atualmente regulamentada no Brasil pela Lei N 1.089, de 1991, que:

REGULAMENTA A PROFISSÃO DE ARTESÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1 - O exercício da profissão de artesão é livre em todo o território nacional.

Art. 2 - Considera-se artesão aquele que exerce atividade predominantemente manual, nas diversas fases da formação do produto, transformando a matéria-prima, bem como criando e produzindo obras que tenham expressão artística e cultural, podendo usar

equipamento, desde que não automáticos ou duplicadores de peças.

Parágrafo único - Para efeitos do caput deste artigo, será considerado no âmbito profissional o aprendiz de artesão, que nesta condição poderá exercer suas atividades.

Martins (1976, p. 5) fala da importância do artesanato como alternativa de subsistência, chamando esse tipo de artesanato como artesanato de sobrevivência. Esse autor ainda destaca a ligação existente entre o artesão e o meio em que está inserido, e como este se adapta ao meio, “especializando-se no ramo artesanal mais adequado, conforme a abundância do material encontrado no lugar e o estilo de vida”. Pedrosa (1995, p. 329) fala sobre o valor emancipatório do artesanato: “O artesanato só se torna revolucionariamente valioso quando contribui para romper a estrutura de classes e põe em questão o monopólio da atividade criadora da burguesia”.

A experiência artesanal citada por Pedrosa (1995, p. 329-330), e que na sua visão contribuiu com a emancipação de uma comunidade no Chile de Allende, é assim descrita:

O crescimento da atividade criadora correspondeu, de maneira natural, ao avanço de uma classe. Desde o período da democracia cristã, existia uma cooperativa nacional que organizava a venda e a produção do artesanato: Cocema (Cooperativa Centro de Mães). A função desta instituição era, contudo, fundamentalmente comercial. Na realidade, servia de intermediária entre o artesão e o cliente, centralizando na capital a venda dos produtos. Sem deixar de lado esta função, importante, pois contribuiu para criar um mercado de que necessitava o povo desempregado, a Unidade Popular orientou em outros aspectos o sistema cooperativo. A popularidade que as produções artesanais adquiriram e o mercado interno e de exportação que se criou em torno delas, onde a demanda superava amplamente a oferta, permitiu não só o estímulo dessa atividade, como também a criação de numerosas pequenas indústrias e a incorporação, em forma de centros de mães ou comunidades de bairros, de novos setores à

produção. Assim, por exemplo, formou-se em Ilha Negra, uma cooperativa de “tecelãs” que ficou famosa pelo impulso que lhe deu um dos moradores, que organizou uma exposição de seus trabalhos em Paris: Neruda. Durante três anos, todas as mulheres dos pescadores trabalhavam tecendo tapetes. Em outras regiões, desenvolveram-se, inclusive, vilas em torno de uma indústria, como é o caso de Toconao, ao norte do Chile, onde os habitantes se dedicavam ao talhe de estatuetas em pedra-sabão. (PEDROSA, 1995, p.229).

Pedrosa continua explanando sobre os efeitos do desenvolvimento dessa atividade sobre a sociedade local e sobre os artesãos, dizendo que, no Chile, a condição dos artesãos foi modificada a partir da expansão do artesanato e da valorização dos produtos que passaram a ser vendidos em butiques e galerias de arte.

A organização em cooperativas foi decisiva para a expansão da atividade, assim como para a libertação dos atravessadores, conferindo ao artesanato a possibilidade de refletir um verdadeiro caráter popular e de uma efetiva ocupação, conforme Pedrosa:

Com a organização das cooperativas artesanais, que se ocupam diretamente da venda, o artesão se liberta do comerciante dirigente intermediário. A redistribuição de renda durante a UP, que favorece os setores mais desprovidos cria um novo público. Isso terá um duplo efeito: de um lado, dá uma grande liberdade criadora ao artesão, pois o aumento da demanda garante sua subsistência e de sua família, sem que ele esteja sujeito ao um patrão que lhe impõe um tipo único de modelo; por outro lado, a difusão do artesanato entre setores mais populares contribui para a desalienação do ‘gosto’. (PEDROSA, 1995, p. 230).

A condição das mulheres também é considerada como modificada positivamente. Segundo Pedrosa:

[...] a condição da mulher é profundamente afetada pelo desenvolvimento dessa indústria.

Modifica-se sua condição no lar. A mulher do camponês ou do operário, antes dedicada exclusivamente aos mais duros trabalhos domésticos [...] descobre uma atividade que, além de libertá-la dessas necessidades, compensando-a economicamente com vantagens, dá-lhe um prestígio que afirma sua situação no lar, assim como no interior do grupo local e familiar. (PEDROSA, 1995, p. 230).

Sobre a importância desse tipo de atividade e da organização cooperativa que o caso apresenta, Pedrosa advoga que:

[...] opera-se no Chile, como em toda sociedade em que o processo revolucionário começa apagar as diferenças de classe, uma ruptura na ideologia burguesa. A distinção entre artesão e artista se desvanece e o artesão assume a condição social de artista. Esta transformação atinge imediatamente outros setores. A universidade percebe que é oportuno preocupar-se com o artesanato e, nas escolas de arte, ele se torna uma das atividades de preferência. (PEDROSA, 1995, p. 230).

Corroborando as ideias de Pedrosa, Ortiz (1980, p. 46) afirma que Gramsci inclui o folclore e a religião como subordinados ao conceito de cultura popular, como concepção de mundo e como forma de conhecimento que se contrapõe à cultura hegemônica. Para Barbero (1997, p. 14): “[...] a originalidade da cultura popular residiria essencialmente em sua autonomia, na ausência de contaminação e de comércio com a cultura oficial, hegemônica”.

Carneiro (1965, p. 22), concordando com as afirmações de Barbero, diz: “O folclore se projeta no futuro, como expressão das ‘aspirações e expectativas populares’ e da sede de justiça do povo”.

O Folclore, para Carneiro (1965, p. 13), é dialético, enquanto modifica a sociedade, é modificado pelas próprias interações que propicia. O folclore, nas palavras desse autor, é “dinâmico em sua essência – está em constante transformação, dialeticamente *é e não é* o mesmo fenômeno ao mesmo tempo, como em geral acontece com todos os fenômenos sociais”. Carneiro (1965, p. 22) diz que os processos que produzem esse constante reajustamento, adaptação do folclore às realidades do dia a dia, são processos essencialmente políticos, visto que

envolvem uma concepção de sociedade em seu conjunto e, conseqüentemente, em suas ações.

Carneiro diz, além disso, que o Folclore, com efeito, nutre-se dos desejos de bem-estar econômico, social e político do povo e, por isso, seria uma forma rudimentar de reivindicação social. Citando Gorki, Carneiro considera que somente uma criação genuinamente popular pode atravessar os séculos: “Como a criação, não somente do passado e do presente, mas também do futuro” (Carneiro, 1965, p. 23).

Carneiro (1965, p. 56-57) conclui que:

- O folclore reflete as relações de produção criadas entre os homens e que se modifica na medida em que estas relações variam na forma e substância;
- que esse processo de adaptação é dinâmico, dialético, produto de ações e reações simultâneas e recíprocas que ocorrem permanentemente, portanto o conteúdo do Folclore se atualiza constantemente;
- por ser uma interpretação da sociedade é um modo de influir sobre ela, sendo, portanto uma atitude política, tendo consequência sobre o futuro, como forma de reivindicação social.

Mills (1981) argumenta sobre o trabalho do artesão como sendo: “um meio de desenvolver a sua habilidade e, ao mesmo tempo, um meio de desenvolver a si próprio como homem [...] O trabalho do artesão é a base de sua vida; ele não procura no lazer a evasão para um domínio separado do trabalho; traz para seus momentos de descanso os valores e as qualidades desenvolvidos e empregados nas horas de trabalho”. Esses elementos dizem respeito essencialmente à liberdade do trabalho artesanal. Mills conclui sobre a liberdade, dizendo que o trabalhador artesanal é “livre para começar o trabalho de acordo com os seus planos, e durante a atividade há liberdade para modificar sua forma e técnica de criação” (Mills, 1981).

2.6 SÍNTESE

Ao concluir a base teórica, é necessário elaborar uma síntese sobre como todos os temas elencados relacionam-se e contribuem para o desvelamento da questão de pesquisa, cujo enunciado é como os projetos de vida e trabalho autônomos se realizam em uma região em que o contexto pode ser considerado de Desenvolvimento Territorial

Sustentável. Aqui, são apresentados os conceitos e as relações entre os temas DTS e as fenomenias como contexto, e a Sociologia Pragmática e a justificação, como forma de estabelecimento de relacionamentos que viabilizam a implantação dos tais projetos de autonomia.

Dessas discussões surge o debate em torno da Autonomia Complexa e de sua forma operacional, os Projetos de Vida e Trabalho Autônomos que aqui serão delineados preliminarmente.

2.6.1 Projetos de Vida e Trabalho Autônomos e a Autonomia Complexa

Inicialmente, a chave da resposta à questão de pesquisa virá atrelada ao conceito em construção, autonomia complexa e este, aqui, aparece como um construto resultante da agregação de todos esses temas. Primeiramente, a autonomia complexa não é conceito concorrente aos outros conceitos existentes de autonomia, advindos de quais correntes sejam, ao mesmo tempo em que, operacionalmente, não concorre com as atividades de mercado, pois as atividades empreendidas não estão totalmente inseridas no contexto de mercado, apesar de depender dele para a realização de seus objetivos.

A autonomia complexa aproxima-se do conceito de autonomia de Kant (1964) e de Hegel (1992) devido a seu caráter comunitário ou de grupo de indivíduos, no sentido de que não há autonomia individual, mas de coletivos. Essa constatação pode ser considerada base inicial em direção a um conceito de autonomia complexa, logo faz-se necessário aprofundar e especificar o conceito, passando de relações em coletivo para relações de interdependência. Ao mesmo tempo, a autonomia complexa, que se afasta do utilitarismo de Bentham (1984) embutido na autonomia liberal, encontra base, pois os interesses e as motivações para o engajamento e reconhecimento da interdependência nas relações são incompatíveis com a simples busca utilitária nesses relacionamentos.

Assim, antes de construir um conceito alternativo de autonomia, é possível identificar uma forma operacional já existente em alguns enclaves de mercado, em que os atores já experimentam essa forma de autonomia, que são os Projetos de Vida e Trabalho Autônomos. Em linhas gerais, são projetos nos quais a razão principal para o engajamento é a busca pelo aumento de suas opções de escolha pessoal, entre as atividades da vida e o trabalho, que nesses projetos são uma única dimensão indivisível. São, portanto, projetos que confrontam a lógica restritiva da sociedade centrada no mercado que não oferece janelas de oportunidade para o estabelecimento desses projetos, devido

às pressões conformadoras que a racionalização e a padronização que o mercado impõe (Guerreiro Ramos, 1989).

Embora os projetos de vida e trabalho autônomos necessitem de ambientes relativamente protegidos do mercado, é importante salientar que eles não ocorrem de forma totalmente independente do mercado, mas, pelo contrário, necessitam do mercado para realizarem seus objetivos de sobrevivência: maior tempo disponível para a convivência e livre escolha das atividades a serem empreendidas. Aqui se encontra um diferencial distintivo entre as atividades que ocorrem no interior do mercado e as atividades nos projetos de vida e trabalho autônomos. A vida e o trabalho no mercado, conforme exposto por Guerreiro Ramos (1989), são moldadas pelo mercado por intermédio dos seus agentes, as instituições e, principalmente, as empresas. Os valores de mercado invadem a vida dos indivíduos, passando a condicionar comportamentos em todas as esferas e papéis que eles possam desenvolver, mesmo que em seus momentos não produtivos.

Nos projetos de vida e trabalho autônomos, a centralidade é deslocada ou recolocada nas atividades que reforçam a característica individual dos atores. O ator, dessa maneira, prioriza a escolha pela convivência, vida em família, atividades comunitárias, entre outras, e tem no trabalho uma forma de subsistência por meio da venda do produto de seu trabalho. Os projetos para realizar esses objetivos necessitam do mercado, no entanto, suas atividades não ocorrem no mercado, mas, parcialmente para o mercado. Na maior parte do tempo, os atores estão trabalhando, mas em suas obras automotivadas e fora do mercado para, em apenas alguns momentos específicos, promoverem o encontro entre o ator e os agentes de mercado.

Reforçando a característica de serem projetos que acontecem relativamente à margem do mercado, os atores engajados em fenômenos e em projetos de DTS buscam, primeiramente, outras recompensas que não as econômicas. Nesse sentido, Guerreiro Ramos critica uma premissa fundamental da economia liberal, de que as necessidades humanas são crescentes e ilimitadas. No sentido oposto, Guerreiro Ramos (1989, p. 35) lembra que “o consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas, a produção limitada, constituíam a meta da economia instituída nas sociedades pré-capitalistas” e, que Aristóteles, já em sua época, “advertia contra a proliferação das necessidades socialmente introduzidas, estabelecendo uma distinção entre riqueza natural e artificial”.

Pelo lado da questão do DTS, Sachs (1986, p. 58) defende que as necessidades humanas também devam ser limitadas, propõe imposição

do “autocontrole sobre nossas necessidades e desejos” e que as necessidades fundamentais não se reduzam a uma razão elementar de alimentos, a cuidados médicos e a um teto sobre a cabeça. As reais necessidades humanas são, ao mesmo tempo, de ordem material e imaterial e existem em oposição à acumulação desenfreada de bens.

Mas, com essas características tão distantes do padrão de mercado, qual é o tipo de homem de que se está falando? Certamente não seria o “homem econômico” utilitarista, mesquinho e individualista, mas ainda muito útil no ambiente de mercado. Aqui, o homem, ator das mudanças sociais, ganha relevo quando está remarcada a importância das articulações que o leva a obtenção simultânea do desenvolvimento do território e da ampliação de sua autonomia. Atua, então, em duas frentes, nas interações pessoais de seu interesse, estabelecendo relacionamentos, mas também, nas do interesse do grupo, agindo em associações, movimentos sociais, cooperativas, entre outras, que visam aumentar a capacidade e a organização destes.

Guerreiro Ramos apresenta o Homem Parentético como aquele com capacidade de criticar a sociedade e capaz da autocrítica. O autor chama a atenção para a ação dos participantes das isonomias, em que observa entre vários tipos de organizações, dos mais variadas tipos de associações: “grupos de cidadãos interessados em assuntos e problemas da comunidade” e em atividades automotivadas desenvolvidas em fenomenias, sendo que nestas últimas: “Embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenomenia tem consciência social. Na verdade, sua opção não significa o abandono da sociedade, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou apreciar” (Guerreiro Ramos, 1989, p.152).

A partir desse delineamento sobre os projetos e sobre os atores, o foco da discussão teórica deve ser colocado sobre a questão do contexto, já que este também deverá apresentar características que tornem esses projetos e atores, de alguma forma, protegidos da lógica do mercado.

2.6.2 Os Projetos de Vida e Trabalho Autônomos e os contextos DTS e Fenonomia

Mas, em qual contexto esses projetos seriam viáveis? Onde as atividades poderiam ser desenvolvidas fora do ambiente de mercado, de maneira que apenas quando necessário os atores entrariam em contato com esse mercado? Uma das respostas vem da corrente da sustentabilidade e, mais recentemente, de suas interações com a Geografia Econômica, das quais resultou a corrente do DTS –

Desenvolvimento Territorial Sustentável. A corrente teórica da sustentabilidade é especialmente interessante aos objetivos deste trabalho, uma vez que surge na década de 1970 exatamente com um posicionamento crítico às crescentes demandas do mercado que levaram a utilização desenfreada de recursos naturais. A corrente ligada à Geografia Econômica estuda dinâmicas específicas de territórios que levam ao desenvolvimento socioeconômico, fugindo do modelo desenvolvimentista baseado na criação de mercados através da implantação de fábricas de grande porte, mas estudando pequenas localidades, empreendimentos de pequeno e médio porte que conseguem alguma distinção dos outros produtos nos mercados, tais como os produtos da Terceira Itália e os vinhos e queijos produzidos na França.

O ambiente de DTS é permeado por uma lógica diversa do mercado (Leff, 2001) e, mais especificamente, da corrente do desenvolvimento sustentável. Sachs (1986) tece as maiores críticas ao modelo de desenvolvimento guiado por demandas de mercado que seguem o padrão Keynes-Ford das grandes fábricas.

Apesar disso, conforme Pequer (2006), o mercado é uma das formas de coordenação, mesmo em territórios com essa forma de desenvolvimento, pois os atores necessitam de momentos de contato com o mercado para venderem seus produtos e realizar a “renda”, que é um dos objetivos, pois mesmo o desenvolvimento sustentável aponta a importância da dimensão econômica, apenas ressaltando que não deve ser o objetivo único.

Assim, momentos de interação entre “agentes do território” e “agentes de mercado” são esporádicos e incidentais, já que as outras negociações e atividades, inclusive as produtivas e de gestão, seguem a dinâmica interna do território e, portanto, são regidas por outras formas de coordenação, principalmente, as de reciprocidade, conforme afirma Pequer (2006, p. 85-86).

O ambiente do DTS, como explica Sachs (1986), é um projeto de desenvolvimento que corre ao largo do mercado, seguindo uma lógica própria que, na maioria das vezes, opõe-se à do mercado. A atividade artesanal, da mesma forma, também ocorre em pequenas unidades artesanais, em que o artesão, sozinho, em pequenos grupos ou, ainda, com seus familiares produz suas peças em pequenas quantidades.

Concomitantemente, o projeto de DTS envolve os atores interessados no desenvolvimento do território. Sachs, discorrendo sobre o território como principal referência para o desenvolvimento: “O ecodesenvolvimento requer [...] o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de

cidadãos envolvidas [...]. Para alguns autores mais radicais, é necessário também o reconhecimento dos direitos legítimos aos recursos e às necessidades das comunidades locais dando a estas um papel central no planejamento da proteção e do monitoramento das áreas protegidas.” (SACHS, 2002, p. 73).

Sachs (2003, p.143) retoma esta ideia: “O local e o cotidiano representam o plano onde se manifestam, em última instância o desenvolvimento ou a falta dele.”

O ambiente local é também privilegiado pelos teóricos da Economia Plural, em contraposição à globalização (ou globalismo). Enjolras (2000), falando sobre mudança social e o interesse público, declara que a tecnologia propicia modos mais individualizados e descentralizados de provisão de serviços de interesse público e que essa individualização leva a concepções mais localizadas sobre o que seja de interesse público (ENJOLRAS, 2000, p. 42). Sauvage (1996), concordando com essa posição, lembra que as atividades de subsistência e as atividades informais ocorrem em âmbito local, gerando a necessidade de uma “passagem à economia de mercado local”.

Novamente é importante ressaltar que, nesses casos, não se buscaria a extinção do mercado. Tanto na sociedade imaginada por Guerreiro Ramos como na dos teóricos do Desenvolvimento Sustentável, o mercado é um importante meio de regulação social através das trocas de valores mercantis e produtos. A grande crítica, como citado acima, é a exacerbação dos valores de mercado norteando a vida humana associada, a ponto de Guerreiro Ramos (1989) defender que a sociedade multicêntrica não pode prescindir da notória eficiência do mercado e que este é um enclave legítimo da sociedade que, no entanto, deve ter seu tamanho e sua influência drasticamente reduzida.

Da mesma forma, Sachs (2002) avalia que desenvolvimento, no contexto atual, deve considerar as iniciativas que ocorrem fora do mercado, e não sem o mercado. O autor segue observando: “O desenvolvimento sustentável é, evidentemente, incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos” (SACHS, 2002, p. 55).

Finalmente, conforme quadro apresentado anteriormente, Andion (2003, p. 66) fortalece essa ideia da necessidade da articulação entre a sociedade civil, o Estado e o mercado para uma ordenação mais justa da sociedade. Reforçando esta tese, Sauvage (1996), que primeiramente crítica a Economia como uma ciência limitada que se distanciou da

realidade do homem, defende que esse tipo de articulação deve levar em conta a dimensão social e ecológica e uma economia regulada pelo Estado e pela política, conduzindo assim “a um jogo de soma positiva, ao contrário da situação atual”.

Assim, exposto o contexto, resta solucionar o dilema entre o desenvolvimento das atividades fora do mercado e sua dependência para escoar a produção, ou seja, a questão que se coloca é: como proteger a atividade da lógica do mercado e, ao mesmo tempo, estabelecer pontos de contato com agentes de mercado para que os produtos se tornem renda e subsistência para os atores e seus projetos de autonomia?

Algumas das respostas exemplares podem vir de projetos de DTS tradicionais em que, apesar do grande alcance e da exposição midiática que alguns desses empreendimentos atraem, a dinâmica interna impede a atração de grandes empresas exatamente devido às pequenas quantidades demandadas ou às características artesanais, difíceis de serem replicadas na produção em massa. São esses os casos da produção nas regiões da Champagne ou de Roquefort na França. A organização dos produtores e sua ação junto a órgãos governamentais geraram as restrições legais para uso das marcas, visto que denominações de origem também representam proteção à produção artesanal.

Há um elemento de estratégia em estabelecer essas proteções, pois essas atividades, apesar de necessitarem de todo o aparato de mercado para realizarem seus objetivos, precisam proteger-se para que exatamente os agentes de mercado não se sintam atraídos e, com grandes fábricas e produção em massa, desvalorizem o produto. A estratégia, desse modo, é desenvolver as atividades fora do ambiente de mercado e utilizar-se das estruturas oferecidas pelo mercado em momentos específicos. Os atores “entram e saem” do mercado segundo a sua conveniência.

Essas estratégias somente podem tornar-se viáveis se houver uma capacidade de acesso, trânsito e articulação entre as várias esferas sociais, tais como sociedade civil, Estado e setor privado, além das possíveis e desejáveis articulações mistas e intermediárias entre estas esferas, conforme já visto em Andion (2003). No mesmo sentido, Sachs (1986, p. 163) afirma que: “A interação entre os atores do processo de desenvolvimento está intimamente ligada às articulações dos espaços do desenvolvimento – local, regional, nacional e transnacional.” Demonstrando essa articulação entre a sociedade civil, o Estado e as empresas, Sachs (1993, 2003) defende as organizações da sociedade civil, como ONG’s, fóruns civis de desenvolvimento, agências de desenvolvimento e as possíveis parcerias entre sociedade civil, Estado e

setor privado para a solução dos impasses gerados pela crise [do capitalismo].

Simultaneamente, no caso do artesanato, o ateliê ou a oficina é, quase sempre, um cômodo da sua própria casa, que ainda pode comportar a função de loja para expor as peças produzidas.

As características citadas caracterizam as unidades artesanais como Fenomias, conforme delimitou Guerreiro Ramos (1989). Pequenas unidades, onde pequenos grupos produzem peças automatizadas, que tornam indivisível o trabalho das atividades domésticas e da convivência. As características das fenomias são: pequenos grupos em um espaço cujo ambiente é propício para a liberação da criatividade, para o empenho em obras automatizadas e para a busca pela autorrealização, em que o resultado econômico é incidental.

Ao mesmo tempo, Guerreiro Ramos (1989) aponta que o trabalho em fenomias é automatizado e tem por objetivo principal a expressão pessoal do ator. O autor assevera que as fenomias são “espaços protegidos do mercado” (1989, p.157), onde a autonomia é maximizada.

Muito embora as estratégias adotadas possam proteger as atividades artesanais em contextos de DTS, essas atividades não seriam duráveis se não se utilizassem do mercado para escoar seus produtos. Essas negociações ocorrem em momentos específicos e podem resultar em relacionamentos de médio e longo prazo, importantes para conferir estabilidade às atividades dos atores.

2.6.3 A construção dos relacionamentos nos projetos de autonomia

Nesse momento, agrega-se ao conceito de autonomia complexa a questão das negociações, do estabelecimento desses relacionamentos entre atores dos quais a sobrevivência dos projetos de vida e trabalho autônomos são dependentes. Esses relacionamentos realizam-se entre atores e no território. São relações de interdependência, conforme Morin (1983) declara. As questões aqui, então, seriam: sob quais critérios e justificações as negociações entre atores e agentes de mercado são travadas? Essas relações transformam-se em relacionamentos relativamente estáveis e duráveis?

Agora, a resposta vem da Sociologia Pragmática, em especial do trabalho de Boltanski e Thévenot (1999, 2006), devido à descrição teórico-metodológica sobre como acordos são construídos entre atores mesmo quando as lógicas de ação ou critérios de justificação são diversas.

Os projetos de vida e trabalho autônomos ocorrem sob contexto de DTS e seu *locus* é a fenonomia, que é, conjuntamente, espaço de trabalho criativo e de convivência, de familiaridade. Portanto, a formulação de Guerreiro Ramos aproxima-se dos mundos-comuns descritos por Boltanski e Thévenot (1999, 2006) – em especial aos mundos Inspirado e Doméstico e de suas lógicas – dos quais descendem os critérios de justificação, entre os quais, a satisfação pessoal é o principal critério de justificação no Mundo Inspirado, enquanto, a hierarquia e a dependência são centrais no Mundo Doméstico.

Neste ponto, quando há uma notável diferença de ênfase sobre a questão da hierarquia, as teorias parecem distanciar-se, mas apenas em pequena monta, pois a hierarquia tem papel predominante na descrição do Mundo Doméstico de Boltanski e Thévenot, enquanto para Guerreiro Ramos tem um papel apenas secundário.

Na Fenonomia de Guerreiro Ramos, a hierarquia é, no máximo, uma relação entre mestre e aprendiz, enquanto para Boltanski e Thévenot é uma relação de poder, de conhecimento, de status, simbolizado na relação pai-filho e, por vezes, também expresso pela tradição. Se para o primeiro autor a questão é apenas uma das variáveis, para Boltanski e Thévenot é a principal característica.

De qualquer forma, oficinas e ateliês de artesanato guardam, simultaneamente, características do Mundo Doméstico e do Mundo Inspirado e, ao mesmo tempo, encaixam-se na classificação de Fenonomia de Guerreiro Ramos (1989).

Concomitantemente, remarca-se que tanto o DTS como as Fenomias são ambientes em que predominam lógicas diferentes das do mercado, e, assim, pode-se estabelecer uma correspondência entre os níveis macro, do DTS representado pelo território, e o microambiente, representado pelas fenomias nas quais os atores realizam seus projetos de vida e trabalho autônomos.

No mesmo sentido, os momentos de interação com o mercado seguiriam o que preceituam Boltanski e Thévenot (1999, 2006), sob o aspecto de que o estabelecimento de acordos dependerá do embate a partir das justificações de cada um dos atores, da validade destas e dos compromissos que cada uma das partes está disposta a aceitar.

No mercado, os critérios de justificação predominantes são os dos mundos Mercantil e Industrial, sendo que, no primeiro, são valorizadas a capacidade de acúmulo e de compra, e, no segundo, o profissionalismo e a eficiência.

Aquí, considera-se que, a exemplo do que estabelecem Boltanski e Thévenot, os relacionamentos são negociações que resultam em

acordos, firmados em momentos críticos, em que cada uma das partes expõe seus critérios de justificação e compromete-se entre exigências e concessões.

Dessa maneira, novamente, é possível aproximar as propostas, visto que tanto Guerreiro Ramos (1989) quanto Boltanski e Thévenot (2006) observam o mundo contemporâneo, produto da modernidade e do industrialismo, no qual o maior impacto nas relações sociais é, provavelmente, a clivagem da sociedade em nichos que condicionam as relações sociais segundo critérios próprios. Enquanto para Guerreiro Ramos a racionalidade substantiva é um atributo da psiqué humana e suas versões substantiva e instrumental adquirem maior ou menor importância de acordo com o sistema social em que se insere, Boltanski e Thévenot buscam critérios para a mediação via argumento, justificação, a partir da capacidade de os indivíduos criticarem sua condição frente às várias clivagens que conferem a eles e às coisas maior ou menor importância em concordância com o mundo comum no qual aquela relação está acontecendo.

Assim, a análise proposta por Serva (1996), para operacionalizar o exposto por Guerreiro Ramos (1989) em “A Nova Ciência das Organizações”, apoia-se na Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (2001), em que a busca por entendimento se dá a partir da capacidade argumentativa, visando construir “pretensões de validade”, ou seja, argumentos que sejam entendidos por todos os envolvidos e que tornem tais entendimentos viáveis. Essa abordagem corrobora Boltanski e Thévenot (2006), pois os critérios de justificação também se dão na argumentação e em vias do estabelecimento de novos acordos que sustentam, mesmo que precariamente, as relações sociais.

Para tanto, os oponentes precisam produzir discursos, para Habermas, ou justificações, para Boltanski e Thévenot, de forma que estes estejam claros para ambos. Enquanto Habermas descreve esses embates como encontros de racionalidades diferentes, para Boltanski e Thévenot é entre lógicas de “mundos comuns” diferentes.

Dessa forma, restaria caracterizar os projetos de vida e trabalho autônomos para trazer a discussão para o nível dos atores. Guerreiro Ramos (1989) lança pistas sobre as razões para o engajamento dos atores em tais projetos. Segundo o autor, atores engajados em fenomenias buscam aumentar ou maximizar suas escolhas e, portanto, sua autonomia. O objetivo principal desses atores e, por consequência, dos projetos de vida e trabalho autônomos é a livre expressão do ator em obras automotivadas, ao mesmo tempo que buscam o aumento das oportunidades de convivência, seja em família ou com colegas no

trabalho, e, finalmente, a geração de renda, necessária para a sustentação do projeto.

Esses objetivos são construídos em torno e, simultaneamente, condicionam justificações que os tornam consistentes. Os objetivos do artesanato, por exemplo, são muito claros para ele, mas, no entanto, não fazem o menor sentido para o lojista. Assim, uma produção de novos conjuntos de justificações pode tornar os objetivos mais viáveis nos momentos do embate entre atores de mundos comuns diferentes.

Nesse caso, aparentemente, o trabalho ocupa um espaço relevante na vida do ator, contudo observa-se que esse é um “meio” e não um “fim” como o trabalho na sociedade centrada no mercado de Guerreiro Ramos. Ao mesmo tempo, se as obras são automotivadas e o trabalho é forma de expressão do ator, não há que se considerar este como exploração ou sofrimento, como podem supor os marxistas. O trabalho em fonomias e em ambientes de DTS é um deslocamento da centralidade do trabalho na vida de mercado, para uma posição coadjuvante.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é o meio pelo qual se descobre a realidade, e para tanto deve reunir informações a partir de procedimentos válidos e confiáveis (DEMO, 1995; TRIVIÑOS, 2008). Desse modo, o método em pesquisa significa escolher os procedimentos sistemáticos apropriado ao tipo de estudo a ser realizado para a solução de um problema (SELLTIZ, WRIGHTSMAN, COOK, 1987; RICHARDSON; 2008). A seguir, será apresentado o delineamento, seção em que se discute as estratégias de investigação e o método definido para realização desta pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo Creswell (2007), o delineamento de uma pesquisa é o planejamento da investigação, composto de vários elementos, entre os quais se destacam as alegações de conhecimento, a estratégia de investigação e os métodos. Corresponde ao planejamento da pesquisa e estabelece os meios de coleta e análise de dados, orientado pelo problema de pesquisa. Para tanto, este capítulo apresenta os procedimentos adotados para o alcance dos objetivos da presente pesquisa, e o mesmo está dividido em: método da pesquisa, recorte da pesquisa, coleta e análise de dados, definição constitutiva (D.C.) e definição operacional (D.O.) e Território.

3.1.1 Método da pesquisa

Considerando as características do objetivo deste estudo, empregou-se a abordagem qualitativa, pois, segundo Haguete (1995, p.63), “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Segundo Creswell (2007), esse método é fundamentalmente interpretativo, e, para tanto, emprega-se diferentes estratégias de coleta e análise de dados, tais como observações, entrevistas, documentos, som, imagem, o que permite ao pesquisador o envolvimento nas experiências reais dos participantes.

O principal desafio metodológico presente neste trabalho é o de reunir o corpo teórico apresentado sob forma de uma estratégia metodológica viável, aplicável aos seres e objetos existentes no território em estudo. A inclusão da contribuição teórica de Boltanski e Thévenot (2006) é uma valiosa adição, já que mostra um caminho que

pode ser trilhado na coleta e análise de dados aqui propostas, e uma vez que, segundo os próprios autores, é a formulação de uma “estratégia de investigação no campo sociológico” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 364)¹³.

Contribuí, ainda, para a coesão dos temas e da metodologia a ser aplicada (TONET, 2004), onde já existe uma aplicação que relaciona os temas Racionalidade e Desenvolvimento, àquela época na versão “Desenvolvimento Local”, aqui atualizada sob forma de DTS.

Em pesquisa anterior, junto a artesãos, desenvolvida em Curitiba-PR, entre os anos 2003 e 2004, também relacionou desenvolvimento a atividade artesanal e a autonomia dos atores.

3.1.2 Quanto aos objetivos da pesquisa

Conforme Vergara (2000), a pesquisa pode ser classificada quanto aos fins em exploratória, descritiva, explicativa. Richardson (2008) afirma que a maioria das pesquisas apresenta mais de um desses objetivos, sendo que a sua escolha deve proporcionar um princípio útil para a organização do plano da pesquisa, de acordo com a característica de cada categoria. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo e é usada para compreender melhor um fenômeno; a pesquisa descritiva tem como objetivo expor as características de determinada situação, sem explicá-los; os estudos explicativos são utilizados quando se deseja analisar as causas ou consequências de um fenômeno (RICHARDSON, 2008; VERGARA, 2000).

De acordo com objetivos propostos, este trabalho é um estudo exploratório, devido à abordagem teórica proposta, mas, também, descritiva e explicativa em relação ao fenômeno em estudo, pois, primeiramente, buscou levantar informações acerca do território e do artesanato desenvolvido pelos locais naquela região, sendo feita, em seguida, a explicação a partir da análise dos dados coletados.

3.2 RECORTE DA PESQUISA

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa ao longo do tempo, este pode ser categorizado em transversal ou longitudinal. De acordo com

¹³ No original em inglês: “Our work aims to build a research strategy in the sociological field” para, na sequência, fazer referência ao trabalho de Michael Walzer no campo da Filosofia da Justiça.

Gonçalves e Meirelles (2004), esse é um estudo de corte transversal, pois a coleta de dados foi realizada apenas uma vez com cada entrevistado em tempo determinado. Conforme expõe Richardson (2008), esse tipo de corte informa a situação existente no momento da coleta de dados, que neste estudo foi realizada no ano de 2013. Dessa maneira, pesquisas que forem realizados em anos posteriores a esse trabalho poderão apresentar novas situações.

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A etapa de coleta de dados na pesquisa qualitativa, segundo Creswell (2007), inclui definir as fronteiras para estudo, coletar as informações por meio de entrevistas, observações, documentos e materiais visuais, bem como fazer o registro dessas informações. Cabe ao pesquisador conduzir a etapa de coleta de dados com o máximo rigor e objetividade, sob foco e limitações devidamente explicitados, apresentando os critérios de confiabilidade, validade e aplicação, de maneira que assegurem a cientificidade e avaliação (CRESWELL, 2007; VIEIRA; ZOUAIN, 2006). Assim, em conformidade com os objetivos da pesquisa, empregou-se as técnicas de observação e entrevista em profundidade, descritas na sequência.

3.3.1 Observação

Observar é destacar de um conjunto as suas características (TRIVIÑOS, 2008). Como técnica de coleta de dados, a observação deve ser planejada e registrada, de modo que possa ser submetida a verificações e controles de validade (SELLTIZ et al, 1975; RICHARDSON, 2008). Neste estudo, foi realizada a observação direta nos locais de trabalho e venda, os dados anotados em caderno de campo para anotação sistemática de observações e fatos relevantes à pesquisa e também foram realizados registros fotográficos, pois, conforme Peretz (2004, p. 11-39), os dados devem garantir registros mais fiéis possíveis, visando à contribuição para o alcance dos objetivos de pesquisa.

Segundo o autor, a observação direta testemunha o comportamento social dos indivíduos ou grupos em seu espaço cotidiano, sem alterar seu curso normal. Seu objetivo é a coleta e armazenamento dos dados referentes a todos os componentes da vida social que se oferecem à percepção do observador. (PERETZ, 2004, p. 14, tradução livre).

Peretz (2004, p. 21-22) remarca, ainda, que a observação formal presta-se, especialmente, para verificar o funcionamento de organizações em sua clássica comparação, na administração, da Organização Formal x Informal – ou real – pois busca desvendar os comportamentos efetivos dos envolvidos. Assim, destacam-se dois tipos de dados que podem contribuir especificamente nas relações entre artesãos e lojistas e artesãos e turistas.

Dois elementos emergem da observação direta: o estudo das condições reais da ação das pessoas – aqui, no trabalho – e todo o sistema de interações entre todas as classes de agentes – profissionais ou clientes – envolvidos em seu funcionamento. (PERETZ, 2004, p. 22).

Jaccoud e Mayer (2008, p. 266-278) apresentam a sistematização necessária à observação direta segundo os princípios, que passam a ser apresentados:

- a. Seleção do local de observação e acesso aos dados, para assegurar a confiabilidade dos dados coletados e sua serventia perante o problema de pesquisa apresentado. Para tanto, conforme os autores, cinco elementos principais devem ser destacados: i) descrição do local; ii) descrição dos participantes; iii) descrição das finalidades e dos objetivos – formais ou não – dos participantes; iv) descrição das ações que ali se passam; e v) descrição sobre a frequência dos eventos e a duração do grupo.
- b. Os informantes-chave: seleção dos informantes segundo sua posição em relação aos outros e de suas características na teia de relações que se formou em torno do fenômeno em estudo.
- c. Produção e análise dos dados: a coleta dos dados deve ser baseada na imersão e anotação sistemática completa. Assim, devem manter-se as anotações de campo organizadas segundo três ordens.¹⁴ Em primeiro lugar, as anotações serão de ordem metodológica, ou seja, tratarão de descrever as atividades de pesquisa e de sua contribuição para este trabalho, assim como, descreve a interação do pesquisador no meio observado. A segunda ordem de anotações tratará dos aspectos teóricos e visam à interpretação teórica das

¹⁴Jaccoud e Mayer citam Schatzman e Strauss (1955) como autores desta distinção.

situações observadas. Por fim, as anotações descritivas são o registro da percepção do vivenciado.

3.3.2 Entrevista

A ênfase da pesquisa qualitativa está em interpretar significados e percepções dos atores sociais investigados, o que exige a imersão do pesquisador no contexto que será estudado (GODOI; BALSINI, 2010). Para tanto, a entrevista individual em profundidade foi escolhida para a coleta de dados no campo de estudo por ser uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Em estudos organizacionais qualitativos, a entrevista em profundidade é um método de coleta de dados que possibilita abordar a complexidade organizacional e as relações que a permeiam, a partir do ponto de vista subjetivo dos atores envolvidos.

A entrevista é um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1995, p. 86), e, conforme apresentado por Fontana e Frey (1994), a entrevista em profundidade é uma técnica proveniente da antropologia, em que a interação com os entrevistadores possibilita evidenciar a voz e os sentimentos dos respondentes. Assim, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Entre as principais qualidades dessa abordagem, está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Esse tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não quantificação ou representação estatística. Dessa maneira, as declarações dos entrevistados são tomadas como expressão síntese do conjunto de suas experiências, advêm das experiências obtidas ao longo de sua vida, em suas relações sociais, e das justificações que utilizam nas interações, conforme propõem Boltanski e Thévenot (1996; 2006).

Para a realização das entrevistas, foram utilizados um roteiro (Apêndice A e B) e um gravador para o registro delas. As entrevistas foram feitas junto aos atores envolvidos na produção e comercialização dos produtos artesanais, bem como nas organizações, associações e órgãos públicos para que fossem ressaltados os momentos de embate e de colaboração que são parte integrante da dinâmica territorializada e que leva ao desenvolvimento que, na região estudada, incluiu artesãos, lojistas e representantes do poder público.

3.3.3 Procedimento para Análise de dados

Os resultados, para que tenham valor científico, devem reunir certas condições: coerência, consistência, originalidade, objetivação – critério interno – e intersubjetividade – critério externo –, sendo que, na análise qualitativa, mais descritiva, busca estabelecer-se conclusões alusivas aos objetivos definidos (TRIVIÑOS, 2008, p. 170).

A análise envolve uma descrição detalhada do cenário e das pessoas, seguida por análise de dados para temas ou questões. O processo de análise de dados consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem. Para a realização dessa etapa, os dados observados no campo de estudo foram digitados e organizados por tema, as entrevistas foram transcritas e, na sequência, foi feita a análise interpretativa a partir da teoria que fundamenta o estudo.

3.3.4 Validade e confiabilidade

De acordo com Richardson (2008), o critério de confiabilidade indica a capacidade que devem ter os instrumentos utilizados de produzir medições, e o critério de validade indica a capacidade de um instrumento produzir medições adequadas e precisas para chegar a conclusões corretas.

Conforme Creswell (2007), entre as estratégias que asseguram a validade interna, estão a triangulação de dados, verificação de membro, observações a longo prazo e repetidas no local da pesquisa e exame dos pares. Para tanto, de modo a assegurar a validade e confiabilidade, foram empregadas dois tipos de coleta de dados, relatadas em detalhes para garantir a transparência e a acurácia dos dados (CRESWELL, 2007). Na análise dos dados coletados para a presente pesquisa, foram levadas em consideração a técnica de triangulação das informações coletadas dos diferentes locutores com as observações realizadas.

3.3.5 Definições Constitutivas (DC) e Operacionais (DO)

Nesta seção, estão registradas as definições das principais categorias que foram analisadas e sua correspondente indicação de como foram operacionalizadas.

DC: Segundo Morin (1983), a autonomia é a busca pela autodeterminação por parte de indivíduos, grupos ou núcleos, que aumenta através do estabelecimento de relações de interdependência e, assim, está relacionada a:

- quantidade de relações sociais e comerciais estabelecidas;
- variedade ou diversidade da natureza destas relações;
- qualidade das relações, enquanto justificações e estabelecimento de acordos duráveis.

DO: analisar, a partir das declarações dos entrevistados e da observação direta, a correspondência com as características delineadas por Morin (1983).

Desenvolvimento Territorial Sustentável

DC: Abordagem desenvolvimentista que considera as dimensões política, social, econômica, ecológica e cultural, inscritas em um determinado território com capacidade produtiva distintiva advinda das articulações entre essas dimensões em pacotes de bens e serviços públicos e privados, criando características únicas em seus produtos (Vieira e Cazella, 2006).

Os critérios para análise no presente trabalho serão os indicados por Vieira e Cazella (2006):

- Aspectos político-institucionais: sistemas de planejamento de longo prazo; programas de fomento à ação coletiva para criação e implementação de estratégias de DTS; nível de descentralização do sistema político; normas reguladoras das ações dos agentes econômicos; transversalidade no planejamento e condução das políticas públicas; incorporação da questão ambiental na agenda de discussão; e inovações no sistema de ensino público.
- Aspectos socioeconômicos: nível educacional e formação técnica para o DTS e de qualidade de vida da população; sistemas produtivos ajustados às necessidades básicas; instituições e modalidades específicas de economia plural – associativismo, cooperativismo, sindicalismo etc.; grau e qualidade do empreendedorismo econômico e fontes de crédito; sistemas produtivos localizados e capacidade de inovação tecnológica; nível de integração dos produtores aos mercados; nível de desemprego e ações de alívio à pobreza; e

articulações da economia local com a dinâmica nos níveis intermunicipal, regional, estadual, nacional e internacional.

- Aspectos ecológicos: existência de ONGs, movimentos sociais e partidos políticos alinhados com a questão socioambiental; disponibilidade de recursos naturais e sistemas integrados e participativos da gestão; nível de degradação e ações visando ao seu enfrentamento; e articulações interinstitucionais transescalares.
- Aspectos culturais: mecanismos de integração socioculturais; valorização dos saberes e da cultura local. Conexões culturais transescalares; e patrimônio cultural e arquitetônico.

DC: Descrever, a partir das entrevistas, da observação direta e da análise documental, as dinâmicas que caracterizam o território estudado segundo os aspectos característicos do DTS.

Ordens de grandeza (ou Mundos Comuns)

DC: Modelos ideais de análise que descrevem a ordenação da sociedade em sistemas sociais que incluem pessoas e coisas segundo critérios válidos de justificação e a ordenação de cada um desses sistemas ou Mundos-Comuns (Boltanski e Thévenot, 1999; 2006).

Quadro 8 - Ordens de Grandeza

Categorias	Mundos-Comuns			
	Inspirado	Doméstico	Mercantil	Industrial
Modo de avaliação (grandeza)	Graça, não-conformismo, criatividade	Estima, reputação	Preço	Produtividade, eficiência
Formato da informação pertinente	Emocional	Oral, exemplar, anedótico	Monetário	Mensurável, critérios, estatísticas
Relação elementar	Paixão	Confiança	Troca	Vínculo funcional
Qualificação humana	Criatividade, ingenuidade	Autoridade	Desejo, poder aquisitivo	Competência profissional, perícia

Fonte: elaborado a partir de Boltanski e Thévenot (1999; 2006).

DO: compreender, a partir das entrevistas e da observação direta, como as relações de interdependência são construídas no campo entre os atores segundo os critérios de justificação.

3.4 O ARTESANATO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

No Brasil, o artesanato tem seu início no séc. XVI, a partir das matérias-primas características, tais como madeiras e pedras existentes em Minas Gerais e na Bahia. Inicialmente rudimentar, e de cunho utilitário, durante o Brasil colonial, adquiriu-se grande qualidade, a ponto da atividade ser proibida por D. José I, devido à concorrência frente à produção portuguesa. No entanto, somente adquire *status* de artesanato decorativo de qualidade a partir da segunda metade do séc. XX, com o advento do turismo de massa.

Segundo o IBGE (2012[2009]), existem atualmente cerca de 8,5 milhões de artesãos no Brasil, respondendo por cerca de R\$ 30 bilhões, sendo a renda média dos artesãos de cerca de dois salários mínimos. Outro dado relevante é que o artesanato existe em 64,3% dos municípios brasileiros (IBGE, 2012[2006]), do que se pode considerar que, ao contrário do que se poderia imaginar, a existência do artesanato independe de regiões com atividade turística intensiva.

Em Minas Gerais, a mesma pesquisa estima que existam cerca de 500 mil artesãos gerando uma receita de cerca de US\$2 bilhões, ou R\$4 bilhões. O artesanato no estado está ligado às atrações turísticas existentes, principalmente, nas cidades históricas, tais como as escolhidas para este estudo.

3.5 O TERRITÓRIO

A Região das Vertentes foi escolhida como território de estudo devido ao seu histórico recente de mudanças a partir do estabelecimento das estratégias que culminaram em transformar Tiradentes em um destino turístico de referência e da irradiação desses efeitos para os municípios vizinhos.

Inicialmente, pretendia-se incluir na pesquisa apenas os municípios de Tiradentes, Resende Costa e Prados, assim como o distrito de Vitoriano Veloso ou “Bichinho”, no entanto, durante a primeira visita de reconhecimento do território, os próprios artesãos indicaram o município de Santa Cruz de Minas como um pólo emergente de venda de artesanato em atacado e, assim, restou a inclusão desse município.

3.5.1 Amostra e Seleção dos entrevistados

Apesar das estimativas do Município de Tiradentes apontarem a existência de cerca de 3.000 artesãos na região das Vertentes, os artesãos entrevistados foram selecionados de maneira intencional, ou seja, de forma não probabilística, segundo características previamente estabelecidas, conforme Anderson, Sweeney e Williams (2007). De acordo com Richardson (2008, p. 161), “os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente com certas características estabelecidas no plano”, de forma a obter a opinião ou conhecer a situação de determinadas pessoas por sua especificidade.

Nessa abordagem, de cunho essencialmente qualitativo, não existe uma relação necessária entre amostra e universo estudado, uma vez que o que se pretende estabelecer é: i) a verificação da presença do fenômeno estudado; ii) quais as características do fenômeno; iii) onde não se pretendeu a sua exaustão.

Da mesma forma, os lojistas também foram selecionados de maneira intencional. A amostra apresenta a seguinte configuração, descrita no quadro a seguir (Quadro 9).

Quadro 9 - Configuração da Amostra

Localidade	Entrevistados		
	Artesãos	Lojistas	Representantes do Poder Público ou Associações
Tiradentes	1, 2, 3, 4, 10, 13		1, 20
Prados	6, 7, 9		
Vitoriano Veloso	5, 8, 11, 12		
Santa Cruz de Minas	18, 19	18, 19	
Resende Costa	15, 16, 17	14	15
Outras Localidades		21, 22, 23	

Fonte: próprio autor

Esses projetos de vida e trabalho autônomos representam, então, uma iniciativa consciente dos atores em busca de um estilo de vida alternativo aos da sociedade centrada no mercado. São projetos nos quais se busca a ampliação do leque de opções de escolhas e da ação do ator com vistas à sobrevivência, ao aumento do tempo de convivência com a família e do tempo livre, à autorrealização, à escolha segundo critérios pessoais de novos projetos ou das atividades a serem realizadas, entre outros.

Dessarte, o ambiente em que ocorrem tais projetos também não é o ambiente de mercado, mas situa-se em suas franjas, nos limites do mercado. Os atores, aqui artesãos, necessitam, inegavelmente, do mercado para poderem transformar sua produção em, primeiramente, sustento, mas também em capital para aquisição de matérias-primas ou eventuais investimentos na atividade. Os ambientes propícios para tais projetos serão, então, locais onde os atores possam desenvolver suas atividades e sua vida pessoal fora do mercado, mas locais em que estejam posicionados de tal forma que, ao concluírem suas trabalhos, possam expô-los para o mercado.

Esse ambiente torna-se real no território e nas dinâmicas sociais e econômicas que lá ocorrem, que incluem as características delineadas no parágrafo anterior. O ambiente encontrado na pesquisa aqui empreendida foi o de um território onde essas condições foram sendo moldadas gradativamente a partir da década de 1990, e as dinâmicas socioeconômicas formaram-se em torno das atividades turísticas de Tiradentes-MG. O artesanato desenvolveu-se fortemente naquela região como complemento aos serviços turísticos oferecidos que movimentam o município e a região durante o ano todo.

Assim, definiu-se a Região das Vertentes e, mais especificamente, os municípios de Tiradentes, Santa Cruz de Minas, Resende Costa, Prados e seu distrito Vitoriano Veloso ou “Bichinho”, em primeiro lugar, pelas mudanças ocorridas em suas atividades a partir do desenvolvimento do turismo em Tiradentes, visto que foram criadas rotas de passeios por essas localidades, onde os atrativos incluem, além de esportes radicais, passeios com visitação a pontos turísticos e a compra do artesanato produzido na região. Pela natureza das atividades e pelas forma como estas ocorrem, essas atividades podem ser consideradas dentro do escopo do Desenvolvimento Territorial Sustentável.

O território escolhido para a realização do presente estudo abriga uma parcela importante do artesanato brasileiro, em estágio consolidado, e representa, ao mesmo tempo, uma ligação com a própria história do país.

Os pequenos municípios escolhidos estão na Região das Vertentes e fazem parte do roteiro turístico que se convencionou chamar de “Estrada Real”, que liga o interior de Minas Gerais, mais precisamente a cidade histórica de Ouro Preto ao litoral do Rio de Janeiro. Criado pela Coroa Portuguesa, ainda na fase do Brasil colônia, esse caminho era a principal rota de trânsito de minérios e metais

preciosos advindos da exploração das jazidas mineiras, para sua exportação para a Europa através do litoral fluminense.

Embora o artesanato utilitário tenha se desenvolvido naquela região desde a Era Colonial, apenas a partir de meados do século XX, na década de 1970, surgiram os tradicionais produtos artesanais mineiros que ganharam atenção do público nacional.

Na Região das Vertentes, encontram-se vários núcleos de produção artesanal, de diversos produtos, tais como: rendas, objetos metálicos, cerâmicas, pinturas etc. A Região apresenta, ainda, uma especialização funcional entre cada núcleo ou município, cuja relação com o território será delineada a seguir.

3.5.2 Tiradentes

Cidade do circuito histórico de Minas Gerais, fundada por volta de 1702, surgiu da extração do ouro que fora descoberto àquela época na região. Inicialmente chamada de Santo Antônio do Rio das Mortes, depois Vila de São José, apenas em fins do Séc. XIX passou a chamar-se Tiradentes. A cidade, de importância histórica e turística, atrai visitantes por seu conjunto arquitetônico que é tombado desde 1938 e que, portanto, encontra-se em boas condições de conservação.

Situada a 215 quilômetros de Belo Horizonte, a pequena cidade histórica tem sua vivência marcada pela ruralidade e pelo seu patrimônio cultural, artístico e acervo arquitetônico, no qual predomina o estilo barroco, que é reconhecido a ponto de se tornar um destino turístico de relevo internacional. O conjunto arquitetônico de Tiradentes é tombado desde 1938, durante o primeiro governo Vargas.

Tiradentes tornou-se um destino cultural, não somente pela arquitetura, mas também devido aos eventos culturais que lá são realizados, sendo que, dentre estes, merecem destaque o Festival de Cinema de Tiradentes e as festas religiosas, como a realizada durante a Semana Santa.

O município, que é referência regional na produção e venda de artesanatos, concentra lojas e ateliês, além de servir como entreposto para a produção das cidades vizinhas. Por ser pólo turístico e artesanal, tem boa diversidade de produtos artesanais, destacando-se as tecelagens, pedra-sabão, madeira, além dos metálicos (latão e folha de flandres).

Organizações e atores de interesse para a pesquisa:

– AART: Associação de Artesãos de Tiradentes;

- Centro Cultural Yves Alves;
- Jango: artesão há mais desde a Déc. de 1980;
- lojas e oficinas de artesanato;
- outros artesãos.

3.5.3 Prados

Fundada em 1704, essa pequena cidade passou por vários ciclos econômicos desde seu surgimento, no entanto, apesar de seu surgimento ter sido motivado pela exploração do ouro como todos os outros municípios da região, ali desenvolveram-se atividades ligadas a agricultura e pecuária a partir do declínio da produção das minas de ouro em fins do Séc. XVIII.

Situada a 232 quilômetros de Belo Horizonte, dista apenas 14 km de Tiradentes.

Com o aumento do turismo, devido às construções históricas bem preservadas naquela localidade, desenvolveu-se o artesanato que ainda conserva traços do “artesanato utilitário”, já que foi produzido sob esta influência das atividades rurais.

Assim, o artesanato local diferencia-se do artesanato das outras cidades da região por concentrar-se basicamente em dois materiais: madeira, da qual se fazem esculturas, e o couro, utilizado para diversos produtos, apesar de que os destaques são a selaria e outros ligados à atividade equestre.

Prados também se destaca pela atividade artesanal dos ateliês instalados em seu distrito conhecido como “Bichinho”, que será tratado a seguir.

Organizações e atores de interesse para a pesquisa:

- Associação de Artesãos de Prados;
- lojas e oficinas de artesanato;
- artesãos.

3.5.4 Vitoriano Veloso (Bichinho)

Vitoriano Veloso, ou “Bichinho” como é conhecido, é um pequeno distrito do município de Prados desde 1938, apesar de o povoado ter se formado no início do séc. XVIII, por estar na rota de exploração do ouro e outros minérios de Minas Gerais.

Atualmente, Vitoriano Veloso, é uma das maiores concentrações de ateliês e lojas de artesanato da região, *status* alcançado a partir de um movimento iniciado na Década de 1980 com a instalação de um ateliê (Oficina de Agosto) que se transformou em modelo e motor do artesanato naquela localidade.

O artesanato produzido em “Bichinho” é reconhecido internacionalmente e é exportado, sendo que alguns de seus produtores contam com representantes na Europa e nos EUA, por exemplo.

Nessa localidade, podem ser encontrados os seguintes produtos artesanais: i) tecelagem, com bordados, crochês e tapetes; ii) peças de mobiliário; iii) esculturas e adornos em madeira e metal.

Organizações e atores de interesse para a pesquisa:

- Antônio Carlos Bech (Toty): artista plástico que em 1991 instalou o principal ateliê de artesanato na localidade, dando impulso à atividade, estabelecendo os padrões de qualidade que diferenciam as peças lá produzidas;

- Oficina de Agosto: ateliê de Antônio Carlos Bech, que além do artesanato, declaradamente, está engajado em causas sociais e de responsabilidade socioambiental;

- lojas e oficinas de artesanato;

- artesãos.

3.5.5 Resende Costa

Surgida no início do séc. XVIII, primeiramente chamada Lage, era um pequeno povoado que servia para dar hospedagem à passagem de tropeiros, tendo como morador ilustre o inconfidente José Resende Costa, e, por isso, desde 1911, a cidade leva seu sobrenome.

Atualmente, com mais de dez mil habitantes, Resende Costa tem no turismo e no artesanato suas principais atividades econômicas e tornou-se referência como centro de venda e produção artesanal, concentrando um grande número de lojas, ateliês e associações que servem aos visitantes, que comparecem em grande número, principalmente lojistas que vem de todo Brasil para abastecerem seus estoques.

Por esta característica de entreposto, tal como Tiradentes, a diversificação dos produtos é grande, com utilização de vários materiais como as tecelagens, madeira e metais, e produzindo esculturas, móveis, tapetes, telas e peças utilitárias típicas da região.

Organizações e atores de interesse para a pesquisa:

- Associação de artesãos de Resende Costa;
- lojas e oficinas de artesanato;
- artesãos.

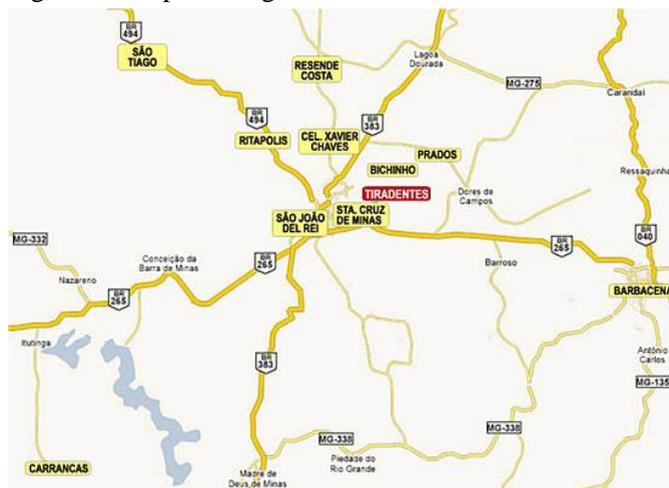
3.5.6 Santa Cruz de Minas

Esse é o mais jovem município da região, pois emancipou-se de São João Del Rei apenas em 1995, e conta apenas com uma população de menos de oito mil habitantes. Santa Cruz de Minas tem se destacado, a partir dos primeiros anos do séc. XXI, pela produção de móveis rústicos, feitos a partir de madeira de demolição. No entanto, as atividades econômicas têm se diversificado nos últimos anos, por volta do ano de 2010, quando peças artesanais vindas de Prados e Tiradentes passaram a ser comercializadas.

Embora esteja mais direcionada para a venda em atacado, foi o turismo de Tiradentes que criou o fluxo de turistas e, mais recentemente, lojistas. Conforme será demonstrado no capítulo de análise, a vocação de cidade voltada para o atacado está presente no ambiente e na dinâmica da cidade.

A seguir, como fechamento da caracterização do território estudado, um mapa da Região das Vertentes, destacados seus principais municípios, entre eles Tiradentes, Prados e seu distrito Bichinho, Santa Cruz de Minas e Resende Costa.

Figura 2 - Mapa da Região das Vertentes



Fonte: tiradentes.net (2012).

A fase de coleta de dados e entrevistas ocorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2013 em três etapas, sendo a primeira entre os dias 13 e 16 de setembro, a segunda entre 08 e 13 de outubro e a última etapa de 23 de novembro a 05 de dezembro de 2013, totalizando 23 entrevistas com artesãos, presidentes das associações de artesãos, lojistas, intermediários e representantes do poder público.

Quadro 10 - Localidade dos entrevistados

Localidade	Entrevistados
Prados	Entrevistado 6, 7 e 9
Resende Costa	Entrevistado 14, 15, 16 e 17
Santa Cruz de Minas	Entrevistado 18 e 19
Tiradentes	Entrevistado 1, 2, 3, 4, 10, 13 e 20
Vitoriano Veloso (Bichinho)	Entrevistado 5, 8, 11 e 12
Lojista (São Paulo – SP)	Entrevistado 21
Lojista (Rio de Janeiro – RJ)	Entrevistado 22
Lojista (Belo Horizonte – MG)	Entrevistado 23

Fonte: próprio autor.

Perfil dos Entrevistados:

- Entrevistado 1 (Tiradentes): artesão de Tiradentes, é o atual presidente da AART – Associação de Artesãos de Tiradentes, trabalha com mais 2 pessoas no seus ateliê e produz artesanato a partir de diversos materiais.
- Entrevistado 2 e entrevistado 3 (Tiradentes): casados, vieram de São Paulo para Tiradentes há 4 anos. Estudaram Administração (Comércio Exterior) e trabalhavam em empresa até 2000. Fazem imãs de geladeira e lembranças personalizadas para casamentos, batizados etc., vendendo na loja da associação e através de um site próprio na Internet.
- Entrevistado 4 (Tiradentes): um dos mais antigos artesãos em atividade em Tiradentes, trabalha com artesanato desde a década de 1960, hoje, com 80 anos, trabalha com artesanato em madeira e metal.

- Entrevistado 5 (Bichinho): artesã há 10 anos, mantém uma loja em Bichinho há três anos, mas mora e tem seu ateliê em São João Del Rei, onde trabalha com o filho e o marido. O artesanato surgiu como oportunidade depois que o marido saiu de seu emprego anterior; ela já trabalhava com confecções.
- Entrevistado 6 (Prados): artesão há mais de 10 anos, trabalha em casa, onde produz peças em madeira em Prados. Já trabalhou com mais duas pessoas e hoje trabalha sozinho.
- Entrevistado 7: artesão em Prados desde criança, é da 5.a geração de uma família tradicional de artesanato em madeira na região. Trabalha sozinho, mas já trabalhou com sete pessoas, e hoje dedica-se a produzir peças únicas, já que seu trabalho vem sendo reconhecido no Brasil todo.
- Entrevistado 8: artesã em Bichinho desde 2000, mas a família está na atividade há mais 30 anos. Trabalha com machetaria em moveis finos, reprodução e restauração de móveis de época e antiguidades. Trabalha com mais dois familiares.
- Entrevistado 9: artesão em Prados, trabalha com mais cinco pessoas em seu ateliê/loja que fica em frente a rodovia na entrada da cidade. Trabalha com artesanato em madeira há 23 anos.
- Entrevistado 10: desde 2000 em Tiradentes, vindo de Prados, fabrica móveis rústicos e trabalha em seu ateliê (marcenaria) com mais duas pessoas.
- Entrevistado 11: artesã de Belo Horizonte radicada em Bichinho há cerca de 10 anos, trabalha em sua loja/ateliê com mais três pessoas, fazendo, principalmente bichos e frutas em madeira pintada à mão.
- Entrevistado 12: nativo de Vitoriano Veloso (Bichinho), foi um dos primeiros funcionários da Oficina de Agosto, é testemunha viva de todas as mudanças pelas quais a localidade passou. Sua especialidade é trabalhar com Cipós, e já chegou a ter 21 funcionários em seu ateliê, sendo que hoje

tem cinco. Desde 1991 trabalha exclusivamente com artesanato e, hoje, além do ateliê, mantém uma pousada e uma loja em Bichinho.

- Entrevistado 13: nascido e criado em Tiradentes, trabalha com artesanato há mais de 20 anos, principalmente com metais e madeira. Tem, junto com outros familiares (Pai e irmãos) um ateliê e uma loja em Tiradentes.
- Entrevistado 14: lojista de Resende Costa, tem loja na rua principal há quatro anos, trabalha com mais cinco pessoas da família e terceiriza a produção para algumas tecedeiras da cidade. Nesse caso, a loja funciona como um intermediário para os lojistas de outros estados.
- Entrevistado 15: é artesã em Resende Costa há mais de vinte anos, já teve uma oficina onde trabalhavam mais de vinte pessoas e hoje trabalha com mais quatro pessoas (incluindo o filho). Atualmente é a presidente da Associação de Artesãos de Resende Costa (ASARC).
- Entrevistado 16: artesã de Resende Costa, uma das pioneiras, trabalha com tear há sessenta anos. Dá cursos para os artesãos mais jovens e, juntamente com outras pessoas, introduziu o tear duplo em 1982 na cidade.
- Entrevistado 17: artesão jovem de Resende Costa, trabalha com tapeçaria há cerca de dez anos e, atualmente, trabalha com a namorada, mantendo uma pequena loja na região central da cidade para vender apenas a sua própria produção.
- Entrevistado 18: artesã e lojista há três anos em Santa Cruz de Minas. Trabalha com o marido e mais cinco pessoas com artesanato em metal (latão).
- Entrevistado 19: artesã em Santa Cruz de Minas há três anos, tem uma loja direcionada para turistas na principal rua de comércio da cidade.

- Entrevistado 20: moradora de Tiradentes, é secretária de Turismo do Município desde o início de 2013.
- Entrevistado 21: lojista do interior do Estado de São Paulo, compra artesanato na região há cerca de seis anos e, desde então, já conhece e tem relação de fornecimento regular com alguns dos artesãos.
- Entrevistado 22: lojista do Rio de Janeiro que conhece e compra da região desde a década de 1990. Começou comprando os artesanatos em Prados e Tiradentes, e, depois, de Bichinho.
- Entrevistado 23: lojista de Belo Horizonte, compra exclusivamente as tapeçarias produzidas em Resende Costa.

Detalhada a metodologia, segue-se para a apresentação dos dados e análise no capítulo seguinte.

4 ANÁLISE

O capítulo de análise está estruturado de forma a integrar os temas relacionados aos projetos de vida e trabalho autônomos. Primeiramente, serão caracterizadas a atividade artesanal e as dinâmicas territoriais como contexto, para depois caracterizar os projetos de autonomia.

Finalmente, são descritas a forma como as relações de interdependência consolidam, conferindo viabilidade e alguma estabilidade aos projetos. Ao final, uma síntese resume todos os achados do campo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ARTESANATO PRATICADO NA REGIÃO DAS VERTENTES

Antes de iniciar a análise, também se faz necessário verificar qual é o tipo de artesanato praticado nas localidades estudadas, já que, atualmente, existe uma invasão de produtos industriais que, por suas características estéticas, têm tomado espaço das peças artesanais. Simultaneamente, existe uma forma de trabalho em que as peças são produzidas a partir de formas e segundo uma divisão de trabalho que descaracterizaria a atividade artesanal – o chamado industrianato – e, assim, não se prestaria aos objetivos deste estudo.

O artesanato, tal como se pode verificar nas localidades visitadas e segundo Martins (1976, p. 05) propõe, é manual, pois os objetos e materiais mantêm-se em contato direto com as mãos do artesão e são utilizadas apenas algumas ferramentas rudimentares. Também é resultado de elaboração intelectual dos próprios artesãos, embora existam padrões de formas e cores que caracterizam aquela região. A exceção possível é o artesanato das tapeçarias de Resende Costa, pois naquele município utilizam-se os teares, mas estes, conforme poderá ser visto neste capítulo, em documentação fotográfica, são rudimentares e utilizam exclusivamente a força de trabalho humana, das mãos e braços dos artesãos. Também em Resende Costa, existem as “padronagens” ou padrões de cores e formas sob as quais o trabalho dos artesãos fica impresso nas peças.

Os materiais utilizados, em sua maioria, são resultado de extração, quando possível, e de reciclagem, sendo que o trabalho empregado é doméstico ou em pequenos grupos, em pequenas oficinas ou ateliês, muitas vezes junto às casas dos artesãos.

É possível classificar as unidades artesanais estudadas como sendo Fenomias, uma vez que estas possuem número máximo de cinco pessoas trabalhando e, embora em apenas quatro das unidades estudadas existissem relações de emprego relacionadas diretamente ao trabalho artesanal, em sua maioria são relações similares às de mestre-artesão e aprendiz.

O artesanato produzido em Tiradentes, Bichinho e Prados, embora exista algum artesanato utilitário, é, prioritariamente, de pequenas peças de artesanato artístico, que se presta à decoração de residências e/ou lembrança daquele destino turístico. Em Santa Cruz de Minas, onde predominam as marcenarias de produção de móveis feitos a partir de madeira de demolição, e em Resende Costa, com suas tapeçarias, as peças artesanais, apesar de possuírem utilidade, têm na sua característica principal e distintiva a questão estética, sendo possível, então, considerar estes como um artesanato, como sendo intermediário entre o artístico e o utilitário.

Além das entrevistas, foram analisados documentos fornecidos pelas entidades – associações e município – e, ainda, análise feita a partir de observação direta, tantos nos ateliês e oficinas como em lojas, mais especificamente uma em Vitoriano Veloso – Bichinho, e outra em Resende Costa, onde se acompanhou durante um período as vendas das peças de artesanato.

A análise, tal como empreendida neste capítulo, foi dividida em quatro seções, cada qual com seu tema e relacionada a um bloco teórico pertinente. São estas as etapas: i) Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade, para descrever as dinâmicas pelas quais aquelas localidades transformam-se em pólos turísticos e de produção artesanal; ii) Racionalidade, na qual serão tratados dos fatores motivadores pela busca, por parte dos artesãos, de projetos de vida autônoma; iii) A justificação, na qual serão analisados os diferentes critérios de justificação para o estabelecimento de acordos, a partir de Boltanski e Thévenot; iv) A “Autonomia Complexa”, que buscará discutir os elementos constitutivos do conceito que se pretende delinear nesta tese.

4.2 O TERRITÓRIO: DTS COMO CONTEXTO PARA OS PROJETOS DE VIDA E TRABALHO AUTÔNOMOS

A relativamente parca documentação existente sobre como se deu a transformação da região de Tiradentes como destino turístico e pólo de venda de peças artesanais dá conta que esse movimento somente

iniciou-se a partir da década de 1990 e aconteceu, em especial, por um conjunto de fatores que traspassa as diversas lógicas de ação como será aqui demonstrado, a partir do descrito por Boltanski e Thévenot.

Neste capítulo será delineada, primeiramente, a forma como se deu o desenvolvimento na Região das Vertentes para, depois, explicar o estabelecimento de variados relacionamentos como estes, em várias esferas, criará a “rede” que possibilita aos artesãos atuarem autonomamente, no sentido da autonomia complexa que se pretende estabelecer aqui.

4.2.1 Desenvolvimento da Região das Vertentes a partir de Tiradentes

Durante a fase de coleta de dados na região em estudo, foi possível identificar que Tiradentes, por ser o impulsionador das atividades turísticas e, por consequência, de todas as outras relacionadas, passou por algumas etapas até consolidar-se como um destino turístico. Essas etapas apresentam uma dinâmica própria que ora envolve os atores em ações colaborativas ora promove dispersão ou mudanças na atividade artesanal, explicando alguns dos fenômenos citados pelos entrevistados.

Sinteticamente, para efeitos deste estudo, foram identificadas em etapas, que estão descritas a seguir.

1.a etapa: A criação de um Destino Turístico

Tiradentes somente passa a ser um destino turístico importante nos cenários nacional e, até, internacional a partir do início da década de 1990, sendo que, até então, contava apenas com as construções em seu centro histórico e algumas pousadas e restaurantes rudimentares.

Nessa etapa, o artesanato que já era produzido nas localidades vizinhas, em especial em Prados, passa a ser comercializado em Tiradentes, sendo vendido aos turistas cujo número aumentava progressivamente.

Na primeira etapa pode-se notar, então, a existência de uma concentração da venda (varejo) em Tiradentes e produção descentralizada nos vilarejos e municípios vizinhos.

Ainda nessa época, paralelamente, inicia-se a produção de artesanato em Vitoriano Veloso – Bichinho, com a chegada do artesão Toty e a instalação da “Oficina de Agosto”, que passou a empregar e ensinar técnicas aos moradores daquela localidade. Pela existência

apenas da Oficina de Agosto e do Museu do Automóvel da Estrada Real e por não apresentar qualquer tipo de infraestrutura turística, Bichinho, até então, tinha produção artesanal limitada, e os artesãos, na verdade, eram funcionários da Oficina.

Pode-se constatar, também, que as iniciativas eram prioritariamente privadas nessa primeira etapa, para somente depois tornarem-se uma conjugação de esforços que contribuiriam para a criação de Tiradentes como pólo de atração turística e de produção artesanal.

2.a Etapa: Consolidação

A partir de meados de 1990, Tiradentes passa a receber, além de turistas vindos de todo o Brasil, estrangeiros, em especial, europeus em busca de seus atrativos históricos. Nessa fase, Tiradentes já conta com uma rede de pousadas e alguns bons restaurantes para atender a este tipo específico de turista.

A municipalidade, juntamente com a Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET) e o Centro Cultural Yves Alves passaram a criar um calendário de eventos intensivo, assim organizando o fluxo turístico durante o ano todo. Conforme explica a citação que segue:

A prefeitura estima que 90% da economia em torno do turismo, atualmente são 142 pousadas com 4.680 leitos, restaurantes e diversos atrativos históricos, culturais e naturais. O calendário conta com 20 eventos por ano, entre eles a mostra de cinema e o festival gastronômico que começaram em 1997, o encontro de motos que já existe há 20 anos, encontro de fuscas, X-terra [esportes radicais] entre outros. (ENTREVISTADO 20).

Surgem, ao mesmo tempo, as lojas de artesanato na área do Centro Histórico e novos artesãos que constroem seus ateliês e oficinas nas áreas circunvizinhas.

Ainda nessa fase, os outros centros produtores de artesanato, como Prados e Bichinho, ainda são apenas fornecedores de peças, concentrando em Tiradentes a negociação destas.

Durante esses anos, os valores dos imóveis e dos aluguéis cobrados aumenta muito, impedindo a entrada de novos comerciantes de

artesanato e forçando a saída de alguns destes para outras localidades, iniciando o processo que segue a próxima etapa.

A criação da Associação dos Artesãos de Tiradentes (AART) e a cessão do uso, por parte do Município de Tiradentes, de um barracão na praça central da cidade viabilizaram a permanência de parte dos artesãos, visto que poderiam competir em condição de igualdade, ao menos no que diz respeito à localização do ponto de negócio, com os lojistas já instalados.

Da mesma forma, os investimentos públicos do Governo do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal ganharam força na década de 1990, vislumbrando o turismo nascente e as novas possibilidades de geração de renda que os novos atrativos poderiam ensejar. Entre esses investimentos estão a reforma da Estação de Trem da linha Tiradentes – São João Del Rei, os acessos pavimentados à cidade de Tiradentes, a criação do Circuito Turístico das Águas e da Estrada Real, bem como a recuperação de vários prédios históricos, em conjunto com a iniciativa privada, em especial, com a Fundação Roberto Marinho e a Rede Globo, que passou a gravar novelas e minisséries em Tiradentes.

3.a Etapa: Diáspora produtiva e do varejo e o surgimento do atacado

Com o aumento nos valores dos imóveis e dos aluguéis, aliado ao grande aumento no número de turistas visitando a região durante, praticamente, o ano todo, a partir de fins dos anos 1990 e início dos 2000, começam a surgir os novos pólos de produção e venda de artesanato. Por volta do ano de 2000, Bichinho já conta com cerca de 20 lojas, assim como em Prados. Os artesãos começam a instalar-se na principal via do Município, a Avenida Tiradentes, e na Rua Tancredo Neves, onde passam a negociar diretamente com os turistas.

Nessa fase, por seu artesanato característico, a Região de Tiradentes começa a atrair lojistas, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que passam a comprar em grandes quantidades as peças produzidas em Tiradentes, Bichinho e Prados.

Entre os anos de 2002 e 2006, o Município de Resende Costa desenvolve rapidamente o artesanato têxtil a partir da atividade do tear, que já existia desde a década de 1960. No entanto, a partir da década de 2000, a produção passou a ser mais organizada e, hoje, a cidade é um pólo de atacado desse tipo de artesanato.

Da mesma forma, desde 2008, Santa Cruz de Minas, que dista apenas quatro km de Tiradentes e encontra-se praticamente anexada a São João Del Rei, surgiu como pólo de venda de artesanato direcionada especialmente ao varejo, sendo que apenas algumas poucas lojas estão adaptadas à recepção de turistas, ao longo da Av. Ministro Gabriel Passos. Lá, encontram-se os ateliês e grandes galpões, onde são carregados os caminhões que transportam a produção local para os outros centros. Em Santa Cruz de Minas, além de produtos similares aos encontrados em Tiradentes, Prados e Bichinho, predomina a produção de móveis rústicos e de madeira de demolição.

Especialização Territorial e as cidades “turísticas” e de “atacado”

Um fenômeno que pode ser notado na Região das Vertentes, enquanto produção artesanal, é a especialização produtiva, já documentada e tratada nesta tese. No entanto, mais recentemente e como fenômeno colateral ao desenvolvimento do turismo, que se espalhou por toda a região, emerge uma especialização funcional entre os núcleos estudados.

Conforme visto no item anterior, a produção, a distribuição e a comercialização das peças artesanais se modificaram muito durante as últimas décadas naquela região, sendo que, a partir de meados dos anos 2000, surgiram núcleos específicos para o atendimento aos lojistas, além da venda em grandes quantidades (atacado), aspecto este que passa a ser analisado a seguir.

Tiradentes e Bichinho: Foco no turista

A construção de Tiradentes como um destino turístico foi fator de modificação das dinâmicas socioeconômicas de toda a região e, ensejou, o surgimento da comunidade do Bichinho como centro de produção e venda de artesanato.

Tanto Tiradentes como Bichinho mantém o foco, claramente, na venda do artesanato diretamente aos turistas, o que pode ser comprovado pelos seguintes fatores: i) as lojas são ambientadas para a melhor exposição das peças, assim como para oferecer um espaço pensado e construído para o atendimento aos turistas. Assim, as lojas contam com iluminação, decoração e, algumas vezes, com música ambiente com o objetivo de deixar o turista à vontade para a escolha e compra das peças; ii) tanto em Bichinho como em Tiradentes, ao mesmo tempo que são abertas as lojas de artesanato, surgem outros prestadores

de serviços, tais como cafés, restaurantes, mercearias ou mercados e pousadas, com características de ambientação semelhantes às citadas no item anterior; iii) apesar de venderem esporadicamente para lojistas, os preços são de varejo, assim como o preparo dos atendentes serve ao atendimento dos questionamentos de turistas. Algumas declarações de entrevistados corroboram este desenvolvimento da região.

Muita coisa pra melhorou em Bichinho, em 2000 tinha umas 20 lojas e hoje tem mais de 60, hoje tem pousadas, restaurantes, cafés... tudo relacionado ao turismo e artesanato. (ENTREVISTADO 8).

A coisa melhorou muito, Bichinho era lugar de fome. Hoje o desemprego é zero, não tem ninguém para trabalhar, está cheio de vagas aí... Só não trabalha se não quiser, tudo por causa do turismo e do artesanato. (ENTREVISTADO 12).

A seguir é apresentada documentação fotográfica de alguns ateliês e lojas de artesanato como forma de caracterizar a disposição, layout e ambiente de trabalho em uma cidade turística e, mais à frente, será possível comparar essas características e condições de trabalho em cidades voltadas ao comércio atacadista, como elemento de comprovação dessas diferenças.

Na primeira foto (Figura 3), é possível notar uma “ambiência” cuidadosa, com foco no oferecimento das peças aos turistas e, portanto, consumidores finais do artesanato. Esse ambiente serve para demonstrar a harmonia das peças em uma simulação de ambiente residencial, pois é esse o objetivo do turista ao adquirir uma peça de artesanato.

A Figura 4 demonstra o espaço de trabalho em um ateliê em Bichinho, em um ambiente que congrega a residência da artesã, o espaço de trabalho – ateliê – e a loja, demonstrando, conforme descrito anteriormente, a inseparabilidade do espaço e da vida do artesão. Algumas dessas lojas oferecem aos visitantes a possibilidade de conhecer o espaço de trabalho dos artesãos, que é organizado, limpo, iluminado, espaçoso e propício para a criação e a produção das peças.

Figura 3 – Disposição de peças em cidade turística: Tiradentes



Fonte: o próprio autor.

Figura 4 – Ateliê em cidade Turística: Bichinho (Vitoriano Veloso)



Fonte: o próprio autor.

Figura 5 – Loja em cidade turística: Bichinho (Vitoriano Veloso)



Fonte: o próprio autor.

A fachada das lojas de artesanato (Figura 5) voltadas para o público turístico também se diferencia por ter que se integrar ao estilo local, seja por meio da vertente histórica, existente de maneira mais forte em Tiradentes, seja influenciada pelo ambiente rural, em Bichinho, como demonstrado na imagem anterior.

Resende Costa: Uma fábrica de muitas mãos

Resende Costa, apesar de ser um antigo núcleo de produção artesanal de tapeçaria e tecelagem em tear, somente há cerca de 10 anos tornou-se um pólo de comercialização desses produtos. É possível afirmar de forma alegórica que a cidade toda funciona como uma grande fábrica desses produtos, onde praticamente todas as casas possuem um tear, pois, segundo a presidente da Associação dos Artesãos de Resende Costa: “A maioria das pessoas da cidade está no artesanato, cerca de 80% da população está no trabalho artesanal, uns 80% das casas tem tear” (Entrevistado 15).

Aqui, diz-se “fábrica”, pois, ao longo do tempo, construiu-se um formato de trabalho em que os pequenos lojistas locais (a maioria também artesãos) estabelecem uma relação de trabalho não

contratualizada com os artesãos, sendo que o lojista fornece os materiais, paga o trabalho do artesão e recebe a peça pronta no final do processo. Em um segundo estágio, essas peças são expostas em lojas onde são vendidas preferencialmente para lojistas maiores ou de outros centros, até chegarem ao consumidor final.

Os lojistas de Resende Costa, então, agem como atores multi-papéis, já que, em sua maioria, são, em primeiro lugar, e “de origem” artesãos, pois eles próprios, assim como suas famílias, trabalham com teares. O segundo papel desempenhado por eles é o de “parceiro capitalista” ao terceirizarem os serviços de outros artesãos e, por fim, são “atacadistas” já que adaptam suas lojas para a venda em grandes quantidades para comerciantes de outras regiões.

Resende Costa, compara-se à Bichinho ou Tiradentes. Pode notar-se que a preocupação é com o baixo custo e com a venda “profissional”. As lojas não têm o “glamour” ou a preocupação com o ambiente. São lojas grandes, mas, ao mesmo tempo, abarrotadas de produtos. Corredores pequenos e prateleiras altas até o teto, sobrando pouco espaço. Os valores indicados em cartazes e etiquetas denunciam o foco na venda por atacado, pois indicam preços diferenciados para maiores ou menores quantidades.

Enquanto em Tiradentes e em Bichinho é comum ver carros com características de passeio/família (Minivans e SUVs) na frente das lojas, em Resende Costa os estacionamentos são tomados por camionetes e caminhões que são carregados no meio da rua. As estruturas de apoio, tais como postos de gasolina e restaurantes são simples e tem no baixo preço seu atrativo.

Apesar dessas diferenças, Resende Costa experimentou um crescimento econômico e uma mudança no nível de geração de emprego e renda, conforme declaram os entrevistados.

O artesanato de Resende Costa começou de uns 20 anos pra cá, mas faz uns 10 que a coisa aumentou muito. [...] A cidade cresceu muito com o artesanato, abriram lojas, bancos, etc e aumentou emprego nesses locais. (ENTREVISTADO 15).

Todo mundo aqui é artesão, na maioria das casas tem um tear e alguém está trabalhando. (ENTREVISTADO 14).

No entanto, existe outra grande diferença em relação às cidades turísticas, uma vez que a característica de “cidade-fábrica” não deixa espaço para a criação, e os produtos tornam-se cada vez mais parecidos, quando não, padronizados.

Aqui ninguém cria muita coisa não, as pessoas padronizam. Todo mundo conhece todo mundo, todo mundo trabalha e todo mundo vende... e é tudo mais ou menos a mesma coisa, o mesmo produto. (ENTREVISTADO 14).

Aqui [em Resende Costa] eles copiam, tudo, todo mundo gosta de copiar, ninguém gosta de criar... é tudo meio padronizado. (ENTREVISTADO 15).

Essa padronização leva à desvalorização do trabalho artesanal, o que revela indícios de um movimento contraditório, pois, concomitante à expansão econômica da cidade e à prosperidade dos “negócios”, o trabalho artesanal, que é a base desse crescimento, desvaloriza-se.

Nos últimos anos a própria região desvalorizou o nosso trabalho. (ENTREVISTADO 15).

A produção aqui é grande e é tudo igual, padronizado. Isso diminui a valorização do trabalho de todos. [...] O artesão coloca preços baixos porque tem muita gente que faz o mesmo. Eu tento diferenciar as peças, colocar cores e padrões diferentes. (ENTREVISTADO 17).

Essa padronização transparece, também, como forma de precarização do trabalho artesanal e reforça a condição de artesanato como forma exclusiva de subsistência, ao contrário das outras cidades aqui estudadas, onde é possível identificar outros tipos de ganhos não-monetários, como a satisfação e a autorrealização.

O artesanato para as pessoas daqui [Resende Costa] é um meio de sobrevivência. Não tem outro trabalho aqui. (ENTREVISTADO 15).

Para estabelecer comparação de Resende Costa com Tiradentes e Bichinho, já apresentadas, a documentação fotográfica demonstra

características das lojas, fachadas, disposição das peças à venda e do local de trabalho em uma “cidade-fábrica”, voltada para a venda em grandes quantidades, por atacado.

Figura 6 – Disposição das peças em uma cidade atacadista – Resende Costa



Fonte: o próprio autor.

Figura 7 – Ruas e fachadas de lojas em uma cidade atacadista – Resende Costa



Fonte: o próprio autor.

Figura 8 – Ateliê em Resende Costa



Fonte: o próprio autor.

Na Figura 6, destaca-se a disposição das peças em grandes e altas prateleiras, quase sem iluminação, deixando à mostra apenas as “padronagens” ou cores dos produtos da tapeçaria, pois, conforme declaram os compradores, o grande interesse está nas cores vivas, características daquela região.

Na Figura 7, o destaque é das fachadas das lojas na principal avenida de comércio de Resende Costa. As fachadas das lojas em nada se diferenciam de outros centros de compra conhecidos como a “Rua 25 de Março” em São Paulo ou a região do “Saara” no Rio de Janeiro.

As oficinas de teares também demonstram uma disposição industrial dos teares em um ambiente espartano, cujo principal objetivo é a produção, que, inclusive, lembra muito as fábricas de tecidos do séc. XVIII (Figura 8).

Santa Cruz de Minas: gênese atacadista

Santa Cruz de Minas é a novidade no circuito de venda de artesanato, já que há apenas cerca de quatro ou cinco anos tornou-se destino de lojistas de centros maiores, que têm o objetivo de adquirir peças de artesanato a um preço menor que os encontrados em Tiradentes e Bichinho. Embora seja conhecida pela produção de móveis rústicos e de madeira de demolição, Santa Cruz de Minas tem produção própria de artesanato de peças decorativas de metal e de madeira, além de estar atraindo artesãos da região para venda de outros tipos de peças.

A venda em Santa Cruz de Minas tem o mesmo enfoque de Resende Costa, apesar de não apresentar a mesma estrutura produtiva, a venda prioritária é por atacado, e as lojas e os negócios adjacentes seguem o mesmo padrão dos descritos em Resende Costa, com apenas umas poucas exceções de lojas formatadas para turistas.

Por ser fenômeno recente, Santa Cruz de Minas surge com essa *genética* para o atacado e tem atraído um número crescente de lojistas de todo a Brasil, que ali se abastecem de produtos de toda a região, assim como, alguns artesãos, que têm aberto lojas no local com o objetivo de vender maiores quantidades de suas peças.

Embora mais recente como entreposto de venda de artesanato, Santa Cruz de Minas também beneficiou-se das mudanças no perfil da região a partir do turismo e do artesanato. Os artesãos avaliam positivamente essas mudanças e reforçam a perspectiva de continuação do crescimento dessas atividades.

A tendência é só melhorar. O turismo puxa tudo e está em crescimento... tem muita coisa. (ENTREVISTADO 18).

A mesma entrevistada reforça o efeito positivo das mudanças e como o artesanato está mudando a imagem da cidade que é corroborado pelo outro entrevistado.

Sempre morei aqui. Deve ter uns 6 anos que começou o artesanato aqui. Mudou muito, melhorou muito... a cidade tinha fama ruim, era uma cidade violenta. Mudou muito porque agora está sendo conhecida como a cidade dos móveis. (ENTREVISTADO 18).

Começou com a criação das lojas. Antes era fundo de quintal... daí as pessoas começaram a descobrir Santa Cruz, agora está cada vez melhor. (ENTREVISTADO 19).

Essa mudança também é evidenciada pela incorporação de outros tipos de artesanato, que não a fabricação de móveis que é típica daquela cidade, além da atração de artesãos de outras cidades.

Aqui em Santa Cruz a principal atividade são as marcenarias de móveis de demolição, mas como tem vindo muito lojista, o pessoal está colocando outras peças que antes não tinha. [...] Está começando a vir gente de fora também, para investir aqui [Santa Cruz de Minas], colocar as peças aqui. (ENTREVISTADO 19).

Mudei de bichinho porque não dava... e lá o aluguel está ficando caro. [...] Aqui é mais barato para comprar. Tem gente de Tiradentes vindo pra cá. (ENTREVISTADO 18).

Mesmo que atualmente a predominância seja das características de lojas de atacado, à semelhança de Resende Costa, Santa Cruz de Minas apresenta um movimento de atração de artesãos que vão mesclando essas características com as de lojas voltadas para a venda para turistas.

Cada cidade tem um diferencial. Aqui [Santa Cruz] as lojas estão mais ‘modernas’ (sic). O pessoal está investindo mais no tamanho das lojas, destacar mais as peças. (ENTREVISTADO 19).

As imagens a seguir mostram a predominância das características de ‘cidade atacadista’, no entanto, também é possível ver alguns indícios dessa ‘mescla’ a que se refere a declaração anterior. As fachadas das lojas (Figura 9) seguem um padrão de atacado, voltadas para o público lojista e, com frequência, pode-se ver caminhões carregando grandes quantidades de produtos.

Internamente, algumas lojas (Figura 10) começam a dispor seus produtos de forma mais atrativa, no entanto pode-se notar um acúmulo de peças e uma distribuição priorizando a quantidade de peças expostas e não a harmonização das peças com o ambiente, conforme mostrado anteriormente em Tiradentes. Essa é uma característica da “mescla” citada anteriormente.

Figura 9 – Rua e fachada de lojas em Santa Cruz de Minas



Fonte: o próprio autor.

Figura 10 – Interior de uma loja em Santa Cruz de Minas



Fonte: o próprio autor.

Figura 11 – Oficina em Santa Cruz de Minas



Fonte: o próprio autor.

Por fim, as oficinas seguem uma organização industrial, ou seja, priorização da produção e dos materiais e não, propriamente, de um ambiente que favoreça a criatividade.

Prados: nem atacado, nem turismo

A partir das entrevistas, também foi possível notar que o município de Prados tem desempenhado um papel importante na manufatura do artesanato, em especial, de madeira, embora nunca tenha conseguido firmar-se, seja como um pólo turístico, seja como atacadista.

Sem atrativos turísticos, ainda que existam construções históricas e um patrimônio cultural relevante, não houve, tal como em Tiradentes, um planejamento para tornar essa cidade em um destino mais procurado ou para incluí-la em algum circuito turístico. Por outro lado, também não se nota esforço no sentido de estabelecer por ali alguma dinâmica produtiva ou de distribuição da produção artesanal para outras regiões, nos moldes de Santa Cruz de Minas ou Resende Costa.

Apesar de não se poder afirmar categoricamente que essa falta de foco é o motivo, o Município de Prados tem maior índice de desemprego e de menor renda per capita entre os estudados.

Ah... aqui tem muito desemprego, não tem turismo como Tiradentes e Bichinho. (ENTREVISTADO 9).

4.2.2 Aspectos Político-Institucionais

Seguindo o delineado na seção anterior, é necessário destacar esse processo de construção de um destino turístico, aqui caracterizado como um projeto de desenvolvimento daquele território.

Embora nesta seção não sejam abordadas as questões relacionadas à justificação no sentido preconizado por Boltanski e Thévenot, será possível inferir que os atores, sejam eles pessoas físicas ou instituições, vêm de diversos setores da sociedade local e que, portanto, promovem discussões e negociações com justificações formuladas a partir de mundos-comuns diferentes.

Em primeiro lugar, e conforme descrito anteriormente, o impulso inicial ocorreu a partir de algumas iniciativas isoladas, mas de grande visibilidade, o que resultou, em pouco tempo, em um grande fluxo de turistas que, curiosos sobre o movimento que ali se desencadeava, sentiram-se atraídos para aquela localidade. Nessa fase inicial, fala-se

somente de Tiradentes como atrativo turístico, e essas iniciativas estão ligadas à fundação do Instituto Yves Alves, à utilização do centro histórico como cenário para gravação de novelas e minisséries e aos primeiros eventos como os festivais de cinema e de gastronomia.

A partir dessas iniciativas, os promotores culturais, juntamente com o Município, passam a elaborar formas de atração dos turistas ao longo de todo o ano, surgindo, então, a ideia de elaboração de um calendário de eventos, distribuindo as atividades ao longo de todos os meses do ano.

Não é possível identificar a existência de um planejamento de longo prazo, no entanto a existência de várias entidades que se reúnem para discutir as questões ligadas ao desenvolvimento e à manutenção das atividades turísticas confere uma grande estabilidade ao funcionamento do aparato turístico, e os recursos gerados pelo turismo garantem um bom funcionamento dos serviços públicos locais. A Secretária de Turismo do município declarou que os serviços públicos de Tiradentes têm boa qualidade porque o turismo garante seu financiamento e, ao mesmo tempo, depende de uma boa infraestrutura.

A existência de uma articulação entre as diversas associações, entre elas a Associação Empresarial de Tiradentes – ASSET – e a Associação dos Artesãos de Tiradentes – AART –, as fundações e institutos e o poder público local pôde ser verificada em uma reunião que ocorreu na última semana de novembro de 2013, quando foi identificado um problema relacionado à locação de pousadas para funcionários de uma empreiteira que estava construindo uma usina nas proximidades. A reunião, cuja discussão incluía interesses diversos, resultou em uma avaliação por parte de todos de que o acolhimento daqueles funcionários não seria benéfico para os negócios turísticos, e a decisão foi pela não locação das pousadas para aquela finalidade.

Ainda que esse tenha sido um problema pontual, existem várias oportunidades de reuniões durante o ano todo no CONTUR – Conselho de turismo e durante a organização dos eventos.

As entidades que participam do planejamento e das ações ligadas ao turismo podem ser destacadas:

- AART – Associação dos Artesãos de Tiradentes;
- ASSET – Associação Empresarial de Tiradentes, que congrega os comerciantes e, entre eles, os proprietários de restaurantes e pousadas;
- Secretaria de Turismo do Município de Tiradentes;
- Secretaria de Esportes e Lazer do Município de Tiradentes;

- IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com escritório regional em Tiradentes;
- Centro Cultural Yves Alves
- Fundação Roberto Marinho, embora não atue mais no município, teve papel importante na restauração dos prédios históricos;
- COMTUR – Conselho Municipal de Turismo.

Entre os atores importantes para o desenvolvimento do turismo e do artesanato na região, destacam-se:

- Toty, desenvolvendo o artesanato em Bichinho;
- Cid Barbosa, promotor de eventos e, posteriormente, secretário de cultura e turismo e prefeito municipal, iniciou os primeiros eventos em Tiradentes;
- Yves Alves, diretor da Rede Globo que utilizou a cidade como cenário para minisséries e novelas, e, por meio dessa iniciativa, atraiu a atenção da Fundação Roberto Marinho para o patrimônio histórico daquela cidade.

Atualmente, o principal instrumento de planejamento das ações ligadas ao turismo é o Calendário de eventos, que, para o ano de 2014, conta com as seguintes ações:

Quadro 11 – Calendário de Eventos de Tiradentes

<p>Janeiro: Festival de Cinema; Fevereiro: Carnaval; Março: Carnaval; Abril: Semana Santa em Tiradentes; Maio: Mostra “Tiradentes em Cena” (teatro); Junho: Tiradentes “Vinho e Jazz”, Festa da Santíssima Trindade e Tiradentes BikeFest (Encontro de Motos); Agosto: Encontro de Congado, Congresso de Ortopedia e Festival de Gastronomia; Setembro: Artes Vertentes (Festival de Artes) e X-Terra (Esportes Radicais); Outubro: Classic Fusca (Encontro de Fuscas); Novembro: Duo Tiradentes Jazz Festival.</p>
--

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Tiradentes.

Esses eventos, segundo a Secretaria de Cultura e Turismo de Tiradentes, atraem entre 4.000 visitantes, como no encontro de motos Tiradentes BikeFest, e 40.000 turistas nos eventos maiores, como o Festival de Cinema, além dos visitantes habituais da cidade, garantindo uma boa taxa de ocupação das pousadas e vendas para o comércio local, restaurantes e, claro, aos artesãos. A declaração do entrevistado corrobora a priorização do turismo pelo poder executivo local.

O prefeito gosta de ver a cidade movimentada e o artesanato vai junto com o turismo. Isso aqui [Tiradentes] melhorou muito! Antigamente ninguém vinha para cá... agora é essa gente toda aí. (ENTREVISTADO 4).

Embora os outros municípios da região beneficiem-se dessa organização que confere a Tiradentes o papel de motor do desenvolvimento territorial, tanto Prados como Bichinho e Santa Cruz de Minas não possuem nenhum tipo de organização para o desenvolvimento, ficando a cargo exclusivo do poder público municipal a implementação de algumas políticas públicas nessa direção.

Apenas em Resende Costa existem associações que trabalham em conjunto com o governo municipal, ainda que a característica fabril daquela cidade a diferencie do formato que se desenvolveu ao longo dos anos em Tiradentes. Em Resende Costa, o que se encontra são associações opositoras, de lojistas e de artesãos, que ora trabalham em conjunto ora confrontam-se devido aos seus interesses distintos, enquanto o governo local busca incentivar a atividade com iniciativas ainda precárias para aumentar o fluxo de compradores para a produção da cidade.

4.2.3 Aspectos Socioeconômicos

A partir dos anos 1990, Tiradentes passa a ser destino turístico procurado, e as mudanças atingem, principalmente, a localidade de Vitoriano Veloso (Bichinho) que passa por uma grande transformação, deixando de ser uma pequena vila pobre para tornar-se referência de produção artesanal de alta qualidade.

Em menor monta, a transformação atinge Prados, que passa a ser um pólo de produção artesanal, agindo, no entanto, principalmente, como fornecedora das lojas de Tiradentes e Bichinho, já que nunca

houve planejamento ou investimentos para transformar aquela cidade em um destino turístico.

Mais recentemente, Resende Costa e Santa Cruz de Minas despontam como cidades atacadistas de artesanato, entretanto somente um pequeno contingente de turistas visitam essas cidades, sendo o principal público consumidor os lojistas de grandes centros. No entanto, apesar de ser apenas colateral o efeito da criação de Tiradentes como destino turístico, pode-se considerar que foi o desenvolvimento de Tiradentes que chamou a atenção para a Região das Vertentes.

Os dados demográficos desses quatro municípios indicam uma região pouco populosa, somados chegam a 35.000 habitantes (IBGE, 2012), porém com índices de IDHM de médio a alto. Esse índice avalia o desenvolvimento dos municípios brasileiros em três dimensões: longevidade, educação e renda. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município: de 0 a 0,499 – muito baixo; de 0,500 a 0,599 – baixo; 0,600 a 0,699 médio; 0,700 a 0,799 – alto; de 0,800 a 1 – muito alto (ATLAS BRASIL, 2013). Os dados de cada município estão descritos a seguir.

O Município de Tiradentes possui uma população de 7.457 habitantes (estimado para o ano de 2013), conforme dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE (2012), com um território de 83 quilômetros quadrados e localizado a 887 metros de altitude, apresentando uma densidade demográfica de 83,82 hab/km².

Quadro 12 – Dados do Município de Tiradentes (MG)

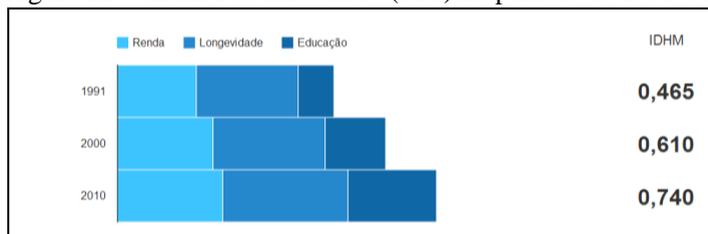
População	7.457 hab. (2013)
Área	83,047 km ²
PIB	(R\$ milhares, IBGE, 2009)
Agropecuária	2.484
Indústria	20.091
Serviços	37.209

Fonte: IBGE, 2012.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, divulgado pelo PNUD (2013), o IDHM do município de Tiradentes é 0,740, apresentando um IDH de renda de 0,741, IDH de educação de 0,619 e um IDH de longevidade de 0,885. Seu IDH está situado em uma faixa de desenvolvimento humano alta, encontrando-se entre 0,700 e 0,799. “Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos

absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,191), seguida por Longevidade e por Renda” (ATLAS BRASIL, 2013).

Figura 12 – IDHM de Tiradentes (MG) no período de 1991 a 2010



Fonte: Atlas Brasil (2013).

Prados, conforme dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE (2012), tem uma população de 8.807 habitantes (estimado para 2013), com um território de 264,11 km², apresentando uma densidade demográfica de 31,77 hab/km².

Quadro 13 – Dados do Município de Prados (MG)¹⁵

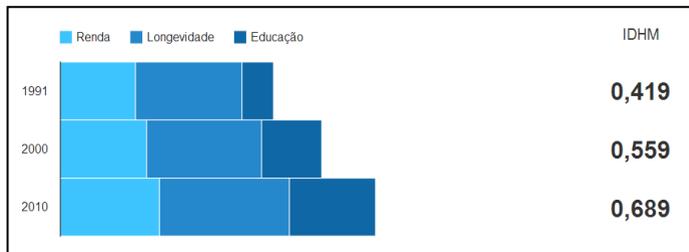
População	8.807 (2013)
Área	264,11km ²
PIB	(R\$ milhares, IBGE, 2009)
Agropecuária	8.569
Indústria	12.160
Serviços	31.878

Fonte: IBGE, 2012.

Segundo dados do Atlas Brasil (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Prados é 0,689, em 2010. Esse índice situa o município na faixa de desenvolvimento humano médio. No período entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação (com crescimento de 0,177), seguida por Longevidade e por Renda, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 13 – IDHM de Prados (MG) no período de 1991 a 2010

¹⁵ Inclui Vitoriano Veloso (Bichinho), por ser distrito do mesmo município.



Fonte: Atlas Brasil (2013).

A população de Resende Costa é de 10.913 habitantes (IBGE, 2012), com um território de 633,37 km², apresentando uma densidade demográfica de 17,24 hab/km².

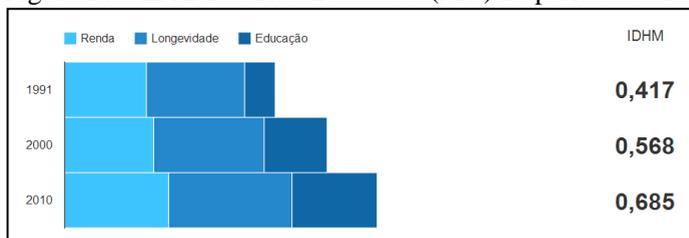
Quadro 14 – Dados do Município de Resende Costa (MG)

População	10.913 hab. (IBGE, 2007)
Área	618km ²
PIB	(R\$ milhares, IBGE, 2009)
Agropecuária	13.981
Indústria	6.720
Serviços	43.233

Fonte: IBGE, 2012.

Resende Costa apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,685, em 2010, o que situa o município na faixa de desenvolvimento humano médio. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos no período de 2000 e 2010, foi a Educação, seguida por Renda e por Longevidade. (ATLAS BRASIL, 2013).

Figura 14 – IDHM de Resende Costa (MG) no período de 1991 a 2010



Fonte: Atlas Brasil (2013).

A população de Santa Cruz de Minas é de 8.298 habitantes, com um território de 3,565km², apresentando uma densidade demográfica de 2.206,17 hab/km² (IBGE, 2012). É considerado o menor município do país em extensão territorial, e também um dos mais novos (SANTOS, 2012).

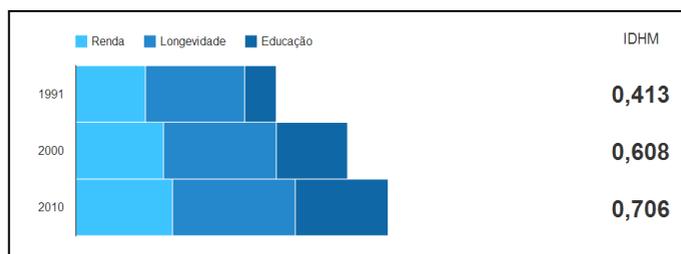
Quadro 15 – Dados do Município – Santa Cruz de Minas

População	8.298 hab. (IBGE, 2013)
Área	3,565 km ²
PIB Total	(R\$ milhares, IBGE, 2009) 40.885

Fonte: IBGE, 2012.

Santa Cruz de Minas apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,706, em 2010, situando o município na faixa de desenvolvimento humano alto. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação, seguida por Longevidade e por Renda.

Figura 15 – IDHM de Santa Cruz de Minas (MG) no período de 1991 a 2010



Fonte: Atlas Brasil (2013).

Os dados indicam que os municípios que compõem o território do presente estudo apresentam semelhanças no que tange aos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com valores que demonstram o crescente desenvolvimento da região.

Conforme descrito na tabela a seguir, os valores indicam que o IDHM do território é de médio a alto, e no componente IDHM Longevidade todos os municípios estão situados na faixa muito alto, acima de 0,800.

Tabela 1 – Indicadores dos Municípios - IDHM e seus componentes (2010)

	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Santa Cruz de Minas (MG)	0,706	0,660	0,839	0,636
Resende Costa (MG)	0,685	0,689	0,823	0,568
Prados (MG)	0,689	0,660	0,865	0,574
Tiradentes (MG)	0,740	0,741	0,885	0,619

Fonte: Atlas Brasil (2013).

Em um comparativo entre os dados socioeconômicos de Tiradentes entre os anos 1990 e 2012, pode-se notar uma grande mudança no perfil da população local, que, inclusive, é percebida por pelos habitantes, como demonstra as falas dos entrevistados.

A prefeitura estima que 90% da economia em torno do turismo, atualmente são 142 pousadas com 4.680 leitos, restaurantes e diversos atrativos históricos, culturais e naturais. O calendário conta com 20 eventos por ano, entre eles a mostra de cinema e o festival gastronômico que começaram em 1997, o encontro de motos que já existe há 20 anos, encontro de fuscas, X-terra [esportes radicais] entre outros. (ENTREVISTADO 20).

Atualmente, o município conta com uma invejável estrutura de saúde e educação, em especial quando comparado a municípios de mesmo porte. Conforme a declaração que segue:

Tiradentes mudou de mais [...] Hoje tem escola, posto de saúde. Antes aqui era um lugar esquecido hoje tudo é diferente. [...] Depois da ‘novela’ aqui mudou de mais. (ENTREVISTADO 13).

Dessa forma, segundo a avaliação da Secretária de Cultura e Turismo, a articulação para o desenvolvimento e as políticas adotadas têm como seu destino final oferecer boas condições de vida e trabalho para os habitantes da região.

O mesmo efeito pode ser verificado em Vitoriano Veloso, onde o entrevistado, que viveu naquela localidade a maior parte de sua vida, pondera que:

O mercado de artesanato só está crescendo, e isso traz melhoria para Bichinho, Tiradentes... o turista vem e compra. Por aqui [Bichinho] passam umas 5.000 a 6.000 pessoas em um dia de feriado. (ENTREVISTADO 8).

A coisa melhorou muito, Bichinho era lugar de fome. Hoje o desemprego é zero, não tem ninguém para trabalhar, está cheio de vagas aí... Só não trabalha se não quiser, tudo por causa do turismo e do artesanato. (ENTREVISTADO 12).

Embora exista esse cômputo positivo, algumas declarações dão conta de que existem problemas ainda a serem solucionados e que uma maior presença do poder público local seria desejável para que estas soluções sejam alcançadas.

Ah, o acesso é ruim, não tem estrada e o aeroporto de São João Del Rei não sei nem se tem avião lá. (ENTREVISTADO 3).

É difícil chegar até Tiradentes, Bichinho... daqui até Prados se quiser, tem que andar na terra, se quiser ir pelo asfalto vai rodar uns 30 km a mais... precisava melhorar isso. Aposto que aumentava os turistas aqui se tivesse mais acesso. (ENTREVISTADO 10).

Também foram remarcadas por alguns dos entrevistados questões políticas e de disputas que, na visão deles, atrapalham algumas atividades e, por fim, o desenvolvimento da região como um todo.

Ah, tem briga política sim [...] dizem que Tiradentes quer tirar Bichinho de Prados. Até para construir essa estrada foi uma briga só. Tiradentes não queria que a estrada chegasse até aqui, levou mais de 20 anos para colocar essas pedras [pavimento de pedras irregulares] aí. (ENTREVISTADO 8).

O turismo e o artesanato garantem, na opinião dos entrevistados, uma boa qualidade de vida e ocupação para todos na região. Segundo

esses entrevistados, quase não existe desemprego nas cidades de Tiradentes, Resende Costa, Santa Cruz de Minas e na localidade de Bichinho.

A cidade [Resende Costa] cresceu muito com o artesanato. Mudou muito. A cidade cresceu muito com o artesanato, abriram lojas, banco e aumentou emprego nesses locais também. (ENTREVISTADO 15).

Todo mundo tem emprego aqui... quem quiser trabalhar, trabalha, não tem ninguém desempregado. (ENTREVISTADO 17).

A exceção, novamente, é Prados, onde nem a visitação por parte de turistas, nem por parte de lojistas é forte. Existem poucas opções de trabalho, sendo que um dos artesãos entrevistados declarou, inclusive, que está deixando a atividade devido ao resultado ruim das vendas.

“O artesanato aqui é ruim... não dá segurança, por isso quero voltar a ser padeiro, montar uma padaria” (ENTREVISTADO 6).

Este caso corrobora a tese aqui defendida que o turismo sustenta o artesanato e que para este último desenvolver-se e servir de suporte aos projetos de vida autônoma, tema principal deste trabalho, requerem a existência de um ambiente propício para acontecerem, no caso, um ambiente de desenvolvimento territorial.

O público antigamente era A+, agora é AB, mas a quantidade de turistas é maior. (ENTREVISTADO 20).

4.2.4 Aspectos Ecológicos

A questão ecológica também é ressaltada na Região das Vertentes, em especial porque o ambiente urbano-rural propicia uma maior proximidade com a natureza, e a atividade turística também apoia-se em iniciativas do chamado “ecoturismo”, que inclui caminhadas, passeios a cavalo e em bicicletas, tais como as trilhas da Cachoeira do Mangue, Cachoeira Paulo André e dos Mirantes da Serra,

além de visitas a Bichinho, passeios *off-road* e esportes radicais, que são algumas das opções oferecidas pelas agências locais.

Apesar da exploração turística desses atrativos naturais, a preocupação ecológica e de preservação do meio ambiente estão fortemente presentes, mesmo que não de maneira institucionalizada ou articulada.

Localmente, apenas algumas iniciativas podem ser listadas no sentido da preservação do meio ambiente, em especial a existência da APA São José, que compreende grande parte da área do Município de Tiradentes, mas também parte de Prados, Coronel Xavier Chaves, São João Del Rei e Santa Cruz de Minas, oferece um grande

Outras iniciativas isoladas estão ligadas à educação ambiental, à arte-educação, tal como a desenvolvida pela ONG Arte pela Terra e alguns empreendimentos que buscaram certificações de turismo sustentável, como a Pousada Trem Imperador.

Apesar disso, os artesãos declaram a preocupação com os aspectos ecológicos e de conservação em relação à produção artesanal. Um dos entrevistados, que é artesão em Bichinho há mais de duas décadas, compara como a questão evoluiu desde a década de 1990, principalmente devido à fiscalização em relação às matérias-primas utilizadas.

Antigamente a gente entrava no mato e tirava o que precisava, hoje não é mais assim não. Trabalho com madeira e cipó, agora precisa de autorização para tudo, para tirar, para transportar... eu acho bom, porque se não acaba. (ENTREVISTADO 12).

Outra artesã, da mesma localidade, descreve a importância da utilização de madeira certificada, de procedência controlada, como uma forma, inclusive, de demonstrar ao cliente/turista que essa preocupação está presente em seus produtos.

Toda a madeira que utilizo é certificada, tudo de reflorestamento. É algo que é importante para mim, mas, hoje em dia vêm clientes aqui com esta preocupação também. (ENTREVISTADO 5).

4.2.5 Aspectos Culturais

Apesar de Tiradentes, bem como outras cidades ao redor, como Prados e São João Del Rei, terem em seu patrimônio histórico um grande ativo cultural, a questão da ligação entre a cultura local e a história é afetada pelo turismo, já que, ao mesmo tempo, é valorizada e desconfigura-se enquanto cultura local.

Existem diversos trabalhos que relacionam o impacto do desenvolvimento do turismo em áreas históricas, tal como Ruschamnn (1997), que descreve essas interferências na cultura local. Conforme a autora, os impactos estão ligados a uma supervalorização artificial do patrimônio histórico, em que a história ou lendas locais sofrem uma deturpação, normalmente com finalidades de aumentar a importância histórica e tornar-se um destino mais atraente e, simultaneamente, disseminar uma história comum, a qual serve de amálgama social, baseado em conhecimento.

Nesse sentido, conforme Sauvage (1996), a criação de um imaginário auxilia a criação de uma identidade cultural relacionada ao território, assim como influenciará a temática de todas as atividades que ali se estabelecem. Assim, o artesanato toma formas e cores próprias, o que pode ser visto especialmente em Tiradentes, Bichinho e em Resende Costa, onde as peças são conhecidas como “Artesanato de Tiradentes” ou “Artesanato de Bichinho” ou “Tapeçarias de Resende Costa”.

Essa influência também pode ser vista nas outras atividades locais, nas quais a oferta de leitos é exclusivamente em pousadas, cujo o atendimento é de um ambiente praticamente doméstico, além da ambiência dos restaurantes e das pequenas lojas da cidade, com temas voltados ao turista.

A existência de uma relação entre a Região das Vertentes e os projetos do Governo do Estado de Minas Gerais, como ainda a presença de instituições ligadas ao Governo Federal, conferem ao planejamento e consecução das atividades turística uma característica transescalar. No nível estadual, a Região das Vertentes está inserida na Região Turística Central e faz parte do circuito turístico “Trilha dos Inconfidentes”.

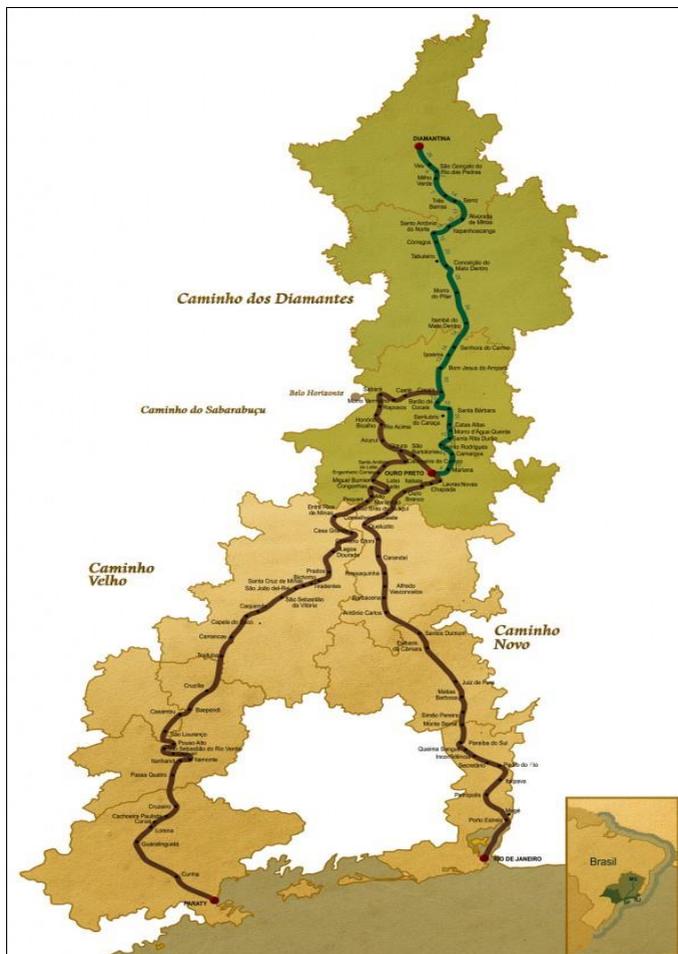
Figura 16 – Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes



Fonte: <http://www.turismo.mg.gov.br/>

A Trilha dos Inconfidentes também está inserida na Estrada Real, que, por sua vez, é um circuito turístico que inclui roteiros nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Figura 17 – Mapa da Estrada Real



Fonte: <http://www.dondeandoporai.com.br/>

Corroborando essas iniciativas, entrevistados declaram que o patrimônio histórico e cultural existente em Tiradentes é o atrativo principal da região e o que impulsionou o turismo na região: “O que movimenta o turismo de Tiradentes é o Patrimônio Histórico e a o artesanato [...] está sempre em crescimento.” (ENTREVISTADO 2).

As teorias do Desenvolvimento Territorial ou Local, ou ainda em outras versões, sempre consideram a existência de uma articulação local,

seja entre empresários, como nos casos dos “Clusters” ou APL’s, seja entre entes do poder público e empresas, ou ainda, entre setores público, privado e da sociedade civil. O que se encontrou, aqui, foi, da mesma forma, um arranjo de várias instâncias desses três setores. No entanto, o contexto avaliado singular e o objetivo de desvelar as opções e escolhas entre a disputa e a colaboração ficou demonstrado o que, em primeiro lugar, são das naturezas, razões e “mundos comuns” dos quais descendem as várias atividades que compõe o território, que surgem as disputas e a colaboração.

Embora a afirmação anterior possa parecer determinística, não o é porque, conforme apresentam-se no território estudado, as disputas e a colaboração acontecem simultaneamente, pois os atores sofrem pressão pela colaboração, visto que há o reconhecimento da interdependência de cada um deles e a busca pelo resultado ótimo em suas negociações. Muito embora, no caso dos artesãos, suas declarações sejam no sentido de valorizar a técnica, a habilidade e a satisfação, estes, ao mesmo tempo, declaram avaliar uma desvalorização crescente do trabalho manual por diversos motivos e encaram essa situação com apreensão, pois fala-se, aqui, de sobrevivência.

Ficou demonstrado, concomitantemente, que a colaboração ocorre sob essa tensão das negociações, em especial sobre a questão dos preços a serem cobrados pelas peças e, a reboque, da qualidade e do prazo de entrega. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da importância de cada um como “elo” dessa “cadeia produtiva” evidencia a relação que se estabelece entre os atores, inicialmente, de desconfiança e apreensão, para depois evoluir para uma relação de fornecimento frequente, com prazos e valores relativamente estáveis, em contratos, na maioria das vezes, informais.

Ao longo do trabalho e, em especial, durante a coleta e análise dos dados, foi possível delinear os critérios de justificação de cada um dos atores, artesãos e lojistas, e, nesse sentido, importa ressaltar a possível contribuição à teoria descrita por Boltanski e Thévenot, já que aqui não se tratou apenas da justificação em contexto de disputa, ainda que este seja mais frequente, mas foi possível verificar a existência de critérios de justificação mesmo em oportunidades de colaboração.

Destacou-se como principal etapa conflituosa na negociação o debate sobre o valor da peça, em que artesãos chamam a atenção para a qualidade, o cuidado com a seleção de materiais e com o acabamento das peças enquanto diferenciais, e lojistas impõem sua linha de argumentação sobre os custos de transporte, estoques, impostos etc. Essa discussão, que posteriormente desemboca no preço de venda das

peças de artesanato, delinea também o tipo de relação que se estabelece ao longo do tempo entre o artesão e o lojista, visto que, com o estabelecimento de acordos frequentes, surge uma relação de confiança.

Para concluir esta seção, um resumo da dinâmica das mudanças ocorridas na região nas últimas duas décadas pode ser vista neste box explicativo:

Figura 18 – Box explicativo - Dinâmica de Desenvolvimento Territorial





Fase III: Diáspora produtiva e crescimento do Valejo (A partir de 2005).

Ao mesmo tempo que o crescimento do turismo melhora as vendas do artesanato, o valor dos aluguéis torna inviável a instalação de lojas próprias em Tiradentes; muitos artesãos mudam-se para Bichinho e, depois, para Prados. Resende Costa já se consolida como entreposto de tapeçaria, e, a partir de 2010, Santa Cruz de Minas, que já produzia móveis rústicos, passa a abrigar lojas de artesanato em geral.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das declarações e documentos analisados.

4.4 PROJETOS DE VIDA E TRABALHO AUTÔNOMOS

Depois de demonstrado como o Desenvolvimento Territorial Sustentável pode incluir em suas dinâmicas características que podem dar suporte aos projetos de autonomia, já que esse tipo de ambiente tem o poder de abarcar uma diversidade de atividades nos limites do mercado, passa-se, nesta tese, a investigar os processos de vida e trabalho autônomos, suas características e como se estabelecem.

Para tanto, esta análise foi dividida em duas partes. Na primeira, busca-se caracterizar os projetos de autonomia encontrados no campo, levando em consideração i) os atores, os artesãos, suas motivações para o engajamento naqueles projetos e os valores que aproximam tais atores das atividades à margem do mercado; e ii) o espaço de trabalho, os ateliês e oficinas, que aqui são comparados às fenomenias conforme descrito por Guerreiro Ramos (1989). A segunda parte, por sua vez, refere-se à descrição e à análise de como as relações sociais são estabelecidas de forma a dar suporte aos referidos projetos de autonomia. Dentre as várias relações que são estabelecidas pelos artesãos no território, destacam-se os relacionamentos com lojistas, os mais complexos e, ao mesmo tempo, os mais importantes relacionamentos no sentido da manutenção econômica dos projetos, ou seja, a subsistência do artesão e de seus familiares.

A partir desses elementos analisados nos projetos de vida e trabalho autônomos, que são uma forma de ação “em situação”, foi possível formular o conceito de autonomia complexa.

4.4.1 Caracterização dos projetos: o ator e a fenomenia – o artesão e o ateliê

O trabalho artesanal, tal como já exposto, não pertence ao rol das atividades padrões da sociedade centrada no mercado, uma vez que reúne uma série de características difíceis de serem padronizadas e transferidas de um indivíduo para o outro (Martins, 1976, p. 5). Assim, os indivíduos que consideram lançar-se nestas atividades terão que possuir determinadas características, motivações e valores que os tornam aptos a exercê-las.

Da mesma forma, o espaço de trabalho para que estas atividades sejam realizadas deve ser um ambiente propício à criatividade e à realização pessoal e, conforme propõe Guerreiro Ramos (1989, p. 152), o sistema social com estas especificidades é a fenomenia.

A partir dos dados coletados no campo, busca-se analisar então atores e fenomenias, comparando-os com a base teórica anteriormente apresentada e avaliando como estas características favorecem o estabelecimento dos projetos de vida e trabalho autônomos.

4.4.1.1 O ator: valores e ética

Tal como exposto, os atores que se engajam nos projetos de autonomia possuem características que os habilitam ao exercício dessas atividades. Inicialmente, a busca pela ampliação da autonomia está ligada a valores emancipatórios e a valores éticos que aqui se encontram descritos. Os valores emancipatórios também estão presentes como forma de corroborar a busca pela autonomia. Esses valores são descritos como sendo:

preocupação e observância de valores que levem ao aperfeiçoamento do grupo, na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito às individualidades, da liberdade, do comprometimento e da integração com o ambiente interno e externo, presentes tanto nos indivíduos que compõem o grupo, quanto no próprio contexto normativo do grupo. (SERVA, 1996, p. 70).

Nessa perspectiva, os valores emancipatórios estão presentes na motivação para o engajamento nos projetos de vida autônoma, bem como transparecem, com maior intensidade, nas interações, em especial, nas avaliações sobre a ação individual dos próprios artesãos.

Esse tipo de avaliação é também, no sentido normativo, conforme Serva (1996), uma avaliação sobre o comprometimento dos artesãos com a atividade e com o grupo, visto que uma queda de qualidade generalizada levaria à desvalorização das peças e, conseqüentemente, a uma desvalorização do trabalho de todos.

O artesão coloca preços baixos porque tem muita gente que faz o mesmo. Eu tento diferenciar as peças, colocar cores e padrões diferentes. (ENTREVISTADO 17).

Quando um copia, não faz o acabamento direito, não está desvalorizando o trabalho só dele, está

desvalorizando o trabalho de todos.
(ENTREVISTADO 5).

Como pode ser observado, na primeira fala, o Entrevistado 17 avalia a ação da totalidade dos artesãos, enquanto na fala seguinte, o Entrevistado 5 avalia a ação de alguns artesãos no sentido de desvalorizar o trabalho de todos, caracterizando um tipo de julgamento que está em conformidade com aquilo que foi citado logo acima.

Além das observações já feitas sobre os valores emancipatórios, faz parte do contexto desses valores a participação dos artesãos em atividades coletivas, próprias dos grupos, tais como a participação em reuniões da associação e em reuniões onde se decidem o direcionamento das políticas públicas dos municípios da região, assim como a disseminação de informações e discussão sobre essas políticas.

A associação ajuda até essa questão do INMETRO sobre [a padronização das]as etiquetas. Reuniu mais de 200 pessoas.
(ENTREVISTADO 14).

A associação traz vantagens para os artesãos. Expõe as peças, ajuda a melhorar o trabalho, promove cursos e a conscientização, que é o mais importante. [...] trouxe o curso do IQS – Instituto de Qualidade Sustentável – de Belo Horizonte em parceria com o Sebrae. (ENTREVISTADO 15).

Nas declarações anteriores, o que se nota são avaliações positivas em relação às iniciativas das associações e à participação dos artesãos nesses espaços, podendo-se considerar que tal participação é indício de preocupação com a integração interna do grupo.

Dando continuidade à discussão sobre os valores emancipatórios, eles também aparecem quando há o estabelecimento de parcerias entre os artesãos, seja de maneira simples e não formalizada, tais como empréstimos de materiais, ajuda mútua, indicações para clientes; seja em atividades mais complexas, como venda de peças em lojas e o suporte burocrático a outros artesãos.

Aqui [Santa Cruz de Minas] não tem associação. Mas acho que associação serviria, não sei se todos participariam, mas todos ganhariam. No geral o pessoal se ajuda, se conhece e se ajuda sim.
(ENTREVISTADO 19).

Mesmo em localidades onde não há associação, tal como citado pelo Entrevistado 19, esse tipo de organismo é avaliado positivamente. Ao mesmo tempo, existe uma percepção, ou, poder-se-ia dizer, consciência, de que o trabalho em empresas produz resultados maiores para os proprietários da empresa e não para os trabalhadores. A emancipação, então, é também a busca, por parte dos artesãos, pela apropriação dos resultados de seu próprio trabalho. Assim, os valores emancipatórios podem ainda ser considerados uma forma de “consciência mais elevada”, de acordo com Guerreiro Ramos (1984), assim como o trabalho pode ser considerado uma forma de expressão, como se percebe nestas falas.

Não quero ser escravo do TER, posso até ser escravo do SER, quero ser cada vez melhor... Se você quer ter coisas, não procura o artesanato, porque no artesanato você pode aprender a ser, não a ter. (ENTREVISTADO 12).

No ambiente de produção autônoma, segundo os artesãos, as oportunidades de adesão à atividade artesanal e aos espaços estão abertas para novos interessados. De fato, essa abertura é uma demonstração de confiança no grupo de artesãos e em suas atividades.

Abro o jogo, vamos deixar os outros venderem. O sol nasceu para todos. (ENTREVISTADO 4).

A atividade artesanal, como tantas outras, desenvolve, em seu meio, procedimentos, terminologia, formas de avaliação e julgamento próprios, condensando-se no que poderia ser denominado como uma “ética artesanal”. Embora parte desta abordagem já esteja descrita em outros trabalhos que estudaram o artesanato, o que se propõe aqui é o delineamento de alguns aspectos relevantes à atividade em questão, que contribuem para ou restringem a consecução dos projetos de vida autônoma que os atores procuram nesse local e naquela atividade.

Debruçar-se sobre o julgamento ético no interior da atividade artesanal também é, ao mesmo tempo, iniciar a discussão que será aprofundada no próximo sub-capítulo, em que os critérios de justificação de artesãos serão confrontados com atores que operam no interior de outros “mundos-comuns”. Além disso, debruçar-se sobre

aquele julgamento é compreender a tal essência substantiva que transpassa toda esta etapa da análise, como forma de concluí-la.

No presente trabalho, foram selecionados dois temas recorrentes nas falas dos entrevistados. O primeiro refere-se à cópia, procedimento avaliado como sendo uma má conduta e fator de desagregação do grupo de artesãos. O segundo trata-se do reconhecimento entre esses profissionais a partir da técnica e da capacidade criativa deles.

Em primeiro lugar, largamente citada na maioria dos trabalhos sobre artesanato, está a questão da criação e da cópia, como forma de avaliação interna ao setor, ou seja, uma avaliação de artesãos sobre outros artesãos, que coloca em relevância vários fatores, estejam eles relacionados à capacidade do artesão ou ao seu procedimento ético perante aos outros trabalhadores de sua classe.

É preciso ressaltar que, conforme descrito na base teórica, o artesanato se difere da arte, em especial, por não se tratar de peças únicas e, portanto, a cópia é uma forma, inclusive, de expandir e consolidar um caráter local diferenciado que se revela nos objetos produzidos. Na seção anterior, que tratava do desenvolvimento, comentou-se a respeito de peças como o “divino”¹⁶ e, até mais recentemente, os móveis de demolição, que foram etapas também do desenvolvimento da atividade artesanal.

A cópia, no entanto, na avaliação dos artesãos, é uma conduta mal vista, pois a criação é a etapa da atividade mais valorizada por eles próprios. A cópia é reprovada, principalmente, por dois motivos: a desvalorização das peças, devido ao aumento de ofertantes; e, sobretudo, porque as cópias, na maioria das vezes, levam a uma deterioração da qualidade das peças, conforme as declarações que seguem.

O artesão não tem convivência boa com o outro, por causa da cópia. O que a gente gosta é de criar e, então vem outro e copia? (ENTREVISTADO 7).

Ao mesmo tempo, se a cópia é mal avaliada pelos artesãos, seu contraponto, a criação, pode ser identificada, na declaração abaixo, como o auge da atividade, fonte de realização pessoal.

¹⁶ Os “divinos” são peças de artesanato de madeira ou metal que representam o Espírito Santo em forma de pomba, simbolizando a passagem bíblica do Pentecostes, ou seja, o batismo de Jesus para os católicos.

A realização está na criação com um prazer incrível [...] criar uma coisa é muito prazeroso [...] a gente não encontra isso no trabalho ‘normal’ porque é só rotina. (ENTREVISTADO 2).

Da cópia surge outra questão interna, que faz parte do convívio dos artesãos e é tema de discussão em suas associações : a concorrência e as possibilidades de colaboração entre aqueles trabalhadores. No geral, conforme declararam vários artesãos – entre eles, alguns presidentes de associações –, não existe, no meio artesanal, coesão, ou, ao menos, uma disposição para os artesãos se associarem. Muitas vezes, a questão da cópia é citada como um dos fatores que dificultam tal associação.

A cópia é o que desvaloriza o artesanato aqui na região e isso faz com que o clima fique ruim entre os artesãos, porque você vai lá, tem uma ideia, estuda, trabalha em cima e faz tudo, para o outro vir e copiar... (ENTREVISTADO 11).

O pessoal copia por que tem que vender. Um artesão vê que o outro está vendendo alguma coisa nova e vai atrás. Quando aparece uma peça nova o pessoal corre atrás porque sabe que vai vender mais. (ENTREVISTADO 9).

A segunda fala – do Entrevistado 9 – explicita outra versão sobre a existência das cópias: estas também ocorrem devido a pressões do mercado, tema que será discutido na próxima seção. Ademais, apesar da cópia, existe sim colaboração entre os artesãos. Esta colaboração acontece, na maior parte das vezes, a partir de laços pessoais de amizade e entre artesãos cujas peças não concorrem diretamente.

Outra questão que merece destaque é a falta de preocupação, em Resende Costa, com as questões da cópia e da concorrência, devido ao caráter padronizado das peças. Quanto à cópia, existem pouquíssimas iniciativas de criação de novas padronagens e de novas peças. No tocante à concorrência, devido ao grande crescimento da demanda nos últimos anos, aquela localidade vive praticamente em “pleno emprego” dos recursos produtivos. Em Resende Costa, as questões estão mais voltadas à remuneração e à melhoria da qualidade de vida no trabalho, reforçando o caráter já exposto de “grande fábrica” e da associação como “sindicato” .

Aqui [em Resende Costa] ninguém cria muita coisa não, as pessoas padronizam [...] Todo mundo conhece todo mundo, todo mundo trabalha e todo mundo vende... e é tudo mais ou menos a mesma coisa, o mesmo produto. (ENTREVISTADO 14).

Aqui [em Resende Costa] eles copiam, tudo, todo mundo gosta de copiar, ninguém gosta de criar... é tudo meio padronizado. Aqui é tudo parecido, então a gente se preocupa em produzir. (ENTREVISTADO 15).

Para finalizar, coloca-se em discussão o reconhecimento, neste trabalho como elemento da avaliação interna, entre artesãos, uma vez que a avaliação dos clientes já foi tratada no item sobre satisfação e autorrealização e a avaliação de outros atores – lojistas, poder público, associações, entre outros – terá lugar em seção posterior.

O reconhecimento entre artesãos é medido também por meio das formas de avaliação e de julgamento ético sobre o trabalho artesanal e sobre a capacidade dos atores; trata-se de uma forma de identificar os procedimentos desejáveis em um artesão.

Durante as entrevistas, houve casos de reconhecimento da qualidade do trabalho entre os artesãos. Em um destes casos, em especial, os artesãos citaram o trabalho um do outro mutuamente, apontando a capacidade criativa e o domínio da técnica e, estes são os critérios típicos de julgamento desses profissionais sobre o trabalho artesanal.

4.3.1.2 A fenomenia

As fenomenias, conforme a descrição de Guerreiro Ramos (1989, p. 152), são sistemas sociais simples, cuja principal característica é a autonomia, representada pelas obras que são automotivadas, além de serem a forma material como o ator se expressa. É possível citar ainda outras características das fenomenias, a saber: i) são atividades solitárias ou feitas em pequenos grupos de até cinco componentes; ii) não há hierarquia formal, no máximo, uma relação mestre-aprendiz; iii) não existe controle sobre o tempo (tempo de salto); iv) o ambiente é propício tanto a atividade quanto à convivência; v) pouca ou nenhuma divisão de trabalho; vi) resultado econômico incidental.

As características dos ateliês visitados condizem com as características apresentadas. No entanto, ressalva-se que alguns – apenas cinco – artesãos entrevistados possuíam empregados. A maioria dos artesãos trabalha somente com membros da família, tais como os entrevistados 2,3, 5, 8 e 13, enquanto outros, como os entrevistados 6, 7 e 16 trabalham de maneira solitária.

Outra ressalva a ser feita é que muitos artesãos relativizam a questão da automotivação das obras, segundo a declaração que segue:

“Não é que a gente só faz aquilo que a gente quer não. A gente tem que fazer o que vende, mas na maioria das vezes a gente está fazendo o que gosta e, até mesmo quando estou fazendo algo que não me interessa mais, estou pensando no meu próximo trabalho... ou mesmo paro um pouco de fazer o que estou fazendo e faço uma peça que quero fazer. Eu posso fazer isso... escolher o que fazer” (Entrevistado 9)

Na atividade artesanal, assim como nas fenomenias, a divisão entre trabalho e vida pessoal é tênue. Nas unidades artesanais visitadas, em grande parte, oito casos, o ateliê, a loja e a casa situam-se no mesmo imóvel. Em apenas dois casos, os artesãos possuíam simultaneamente ateliê e loja fora de sua casa.

A distribuição de tarefas, a escolha das peças e das atividades, o controle sobre a rotina assim como o controle sobre o tempo dedicado ao trabalho e às outras atividades fora dele também são características das fenomenias. Embora vários artesãos declarem que muitas vezes precisam produzir determinados tipos de peças “mecanicamente”, pois lhes traz pouca ou nenhuma satisfação, o controle sobre as rotinas e a possibilidade de inserir outras peças cuja satisfação estética ou artística seja maior é de sua livre escolha. Outra atividade citada durante o tempo de produção – entrevistado 3 – é a possibilidade de imaginar, criar ou modificar peças durante processos mais repetitivos de produção.

Quadro 16 – Características de Fenomias e as unidades artesanais da Região das Vertentes

Característica	Entrevistados – artesãos
Obras automotivadas/Busca pela ampliação da autonomia	Durante as entrevistas, todos os entrevistados citaram a busca pela ampliação da autonomia e a escolha por obras, principalmente, segundo o seu interesse. As respostas mais contundentes vieram dos entrevistados 2, 3, 7, 11 e 12.
Controle sobre a rotina/ tempo de trabalho	Todos os entrevistados declararam que o controle sobre o trabalho, sobre a rotina e sobre o tempo é um dos atrativos da atividade artesanal, ressaltado quando a questão da sobrevivência impõe uma maior dedicação ao trabalho, aos momentos de negociação e à venda dos produtos. Em relação à negociação e à venda, os artesãos declararam não haver satisfação alguma nestes momentos. Nesse sentido, o entrevistado 12 foi veemente em sua declaração.
N. máx. 5 componentes	Nenhum dos entrevistados trabalha em grupos maiores do que cinco componentes.
Relações de trabalho/hierarquia	Apenas os entrevistados 9, 11, 12 e 18 têm empregados em seus ateliês. Foram identificados também grupos de trabalho em família (entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10 e 13) e artesãos que exercem suas atividades de maneira solitária (6, 7 e 16). Nos grupos de trabalho em família, na maioria das vezes, prevalece a hierarquia segundo a tradição e o reconhecimento, além de estarem presentes as relações mestre-aprendiz.

Fonte: Autor, a partir da coleta de dados no campo.

Como é possível perceber, as unidades artesanais analisadas a partir da observação da atividade artesanal e por meio das declarações dos entrevistados reúnem a maioria das características das fenomias, elencadas por Guerreiro Ramos.

4.3.2 Caracterização dos projetos: Motivações para o engajamento nos projetos de autonomia

Nesta seção, serão tratados os motivos para o engajamento nos projetos de vida e trabalho autônomos, motivos que levam os artesãos, bem como outros atores envolvidos na atividade artesanal, a tomarem suas decisões sobre vida, família, carreira, negócios, sustento etc. Inicialmente, serão abordados os fatores que contribuíram para a busca por um projeto de vida e trabalho no qual a autonomia é elemento central.

Durante a coleta de dados, em especial nas entrevistas e nas visitas de observação aos ateliês, lojas e oficinas, foi possível verificar que, embora a maioria dos artesãos tenha vindo de outras profissões, alguns deles vieram de uma tradição familiar de artesanato enquanto outros são nativos do local e participaram do crescimento da atividade artesanal na região. Dessa forma, esses últimos aprenderam as técnicas, criaram peças e, posteriormente, desenvolveram seu estilo próprio de trabalho.

Ao longo do tempo, a Região das Vertentes e Tiradentes se constituiu como um destino turístico. Tal constituição, além de impulsionar os pequenos negócios e as pousadas, desenvolve o artesanato. Assim, o artesão cria estilos de peças, mas, ao mesmo tempo, cria também padrões de comportamento e avaliação do trabalho artesanal. Existe, entre os artesãos, uma relação de avaliação mútua sobre o trabalho e sobre os procedimentos éticos adotados por cada um deles.

Nas falas dos entrevistados, é possível verificar inicialmente a busca por um “estilo de vida” mais simples, em que as pressões do trabalho e da sobrevivência estejam equilibradas com a vida e com os objetivos pessoais dos artesãos. Exemplo disso é a declaração abaixo. Nela, o entrevistado demonstra, simultaneamente, o descontentamento com a vida que levava na cidade grande e a vontade de viver uma vida com outro ritmo.

Vimos uma vez a passeio e nos apaixonamos pelo lugar. A gente sempre pensava ‘como fazer para morar aqui’ [...] Quando a gente chegou a gente queria mudar o estilo de vida. Diminuir a velocidade [...] em São Paulo era uma loucura, a gente fica doente com a pressão, a empresa e o chefe [...] por isso a gente nem voltou para lá.

Estamos aqui há seis anos e nunca voltamos para São Paulo, nossas famílias que vêm nos visitar. (ENTREVISTADO 3).

Na mesma declaração, nota-se também que a vontade de mudar o estilo de vida transforma-se em um plano. Nesse caso, o estabelecimento deliberado de um plano para a busca da vida autônoma aliado à formação acadêmica do Entrevistado e seu cônjuge em Administração/Comércio Exterior, auxiliou o casal a estabelecer uma estratégia e a organizar o ‘negócio artesanal’.

A fala do Entrevistado 3 serve bem à explicação que se pretende oferecer neste momento. Se tomado em curto prazo, o objetivo daquele entrevistado se resumiria à uma mudança de vida. Para isso, os meios seriam estabelecidos através de uma estratégia que abarcasse a atividade, o sustento e a moradia, por exemplo. No entanto, se o objetivo passa a ser analisado como ‘projeto de vida’, a fase ‘estratégica’ torna-se apenas uma etapa de transição para algo muito maior e, dessa forma, essa fase será totalmente um ‘meio’.

Da mesma maneira, as fases estratégicas podem ser consideradas, na visão dos entrevistados, motivos decisivos para as mudanças implementadas em suas vidas pessoal e profissional. A busca por qualidade de vida é apontada por aqueles entrevistados como fator preponderante para a decisão sobre mudanças às quais se referiu, como pode ser visto a seguir:

Vim para Bichinho em busca por qualidade de vida [...] uma vida mais simples, menos agitada e com um trabalho que me satisfaça. Aqui posso trabalhar e viver com tranquilidade, sem agitação. Fazer o que gosto e cuidar da minha vida. (ENTREVISTADO 11).

O artesanato é bom para a cabeça. Sempre tem o que fazer, não tem *stress*. Trabalhar, todo mundo tem que trabalhar, mas assim é melhor. Muita gente vive do artesanato e eu procuro ganhar minha vida com isso aqui. (ENTREVISTADO 17).

As duas falas são complementares e, ao mesmo tempo, relevantes para se compreender a ligação entre o território e a atividade. Enquanto o Entrevistado 11 fala da busca da qualidade de vida em relação ao

território, no caso Vitoriano Veloso ou “Bichinho”, o Entrevistado 17 relaciona sua escolha à atividade.

Nessa perspectiva também, os artesãos falam sobre a possibilidade de conjugar o trabalho e a vida familiar, trabalhando mais próximo da família ou, até mesmo com ela. Esse aspecto é especialmente importante para esta pesquisa, uma vez que ajuda a desconstruir a dicotomia existente entre trabalho e vida pessoal, que já apareceu nas declarações anteriores e que vai criando corpo ao longo desta etapa da análise.

Na sociedade centrada no mercado, conforme descreve Guerreiro Ramos, devido aos vários papéis a que é forçado a desempenhar, o homem moderno é fracionado, dividido, fato que não ocorria em outras fases da história da humanidade. Esse fracionamento do homem o leva à “síndrome comportamentalista” e o distancia do “Homem Parentético” que, segundo o autor, é aquele que pode refletir sobre seu trabalho e sua condição.

Nas falas dos artesãos, é possível identificar a capacidade desses profissionais de refletirem sobre sua condição. Dessa reflexão, advém a decisão de mudança que os leva ao projeto de vida autônoma. Em grande parte das declarações dos entrevistados, é possível verificar com clareza a reflexão mencionada.

Ah... o trabalho é muito diferente. No artesanato você pode criar, se realizar naquilo que está fazendo, quando você é empregado, não. Quando você é funcionário, tem que fazer a mesma coisa, todo dia... aqui eu faço o que quero, quando quero. É trabalho também e é trabalho duro, porque se não fizer, não tem dinheiro... e daí? Como é que faz? (ENTREVISTADO 9).

Se os artesãos entrevistados afirmam que a vida no ambiente interiorano, da ruralidade ou a vida no ambiente limite entre o urbano e o rural favorece a integração entre as questões pessoais e o trabalho, ao mesmo tempo, eles demonstram uma rejeição à vida padronizada e dividida, ao padrão industrial de vida profissional, da sociedade centrada no mercado, como denominou Guerreiro Ramos (1989). Esta rejeição aparece sob duas formas: i) a rejeição ao trabalho repetitivo, rotineiro, sem espaço para a criação; e ii) a hierarquia e as pressões que advém do trabalho, dos prazos, das metas etc., conforme os próprios artesãos declaram.

O trabalho em empresa massacra, o chefe, as metas, os prazos... e você nem sabe porque está ali. As coisas que a gente faz, nem sabe direito porque está fazendo, faz porque o chefe mandou. (ENTREVISTADO 3).

Dessa forma, confirma-se a busca dos atores pela ampliação da autonomia em um contexto ou território, ao mesmo tempo em que relacionam essa ampliação à atividade – artesanato – como poderá ser visto na próxima seção .

4.3.2.1 Busca pela ampliação da autonomia

A autonomia é definida por Serva (1996), com base em Guerreiro Ramos como “a condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações, sem que estejam condicionados por coações ou pressões exercidas por outros indivíduos”. e aqui, conforme aqui descrito, tem sua definição constitutiva: “Capacidade de autodeterminação por parte de indivíduos, grupos ou núcleos, que aumenta segundo a quantidade, variedade e da qualidade das relações sociais estabelecida” que mantém a autonomia auxilia a compreensão sobre a decisão de empreender um projeto de vida onde a autonomia é central e, esta busca foi identificada nas declarações dos artesãos entrevistados.

Em suas falas, os entrevistados não tratam abertamente da “autonomia” mas, ainda assim, é possível identificar a busca por ela. Os motivos para essa busca são descritos, de forma positiva, quando os entrevistados em questão discorrem sobre “liberdade”, “tempo livre” e valorização da “vida pessoal” ou quando discorrem sobre a forma de afastamento e, nesse caso, abordam a fuga da “pressão”, a rejeição ao trabalho padronizado e à hierarquia burocrática representado pelo “chefe”.

Assim, os artesãos declaram que, em outras atividades, não é possível manter uma vida pessoal plena, já que o trabalho ocupa posição central na vida “de mercado”, mas que o artesanato desloca para o mesmo patamar das outras atividades. Dessa forma, a busca dos artesãos é por liberdade que, conforme já exposto na base teórica, é conceito relacionado, no entanto, de maior amplitude.

Hoje tenho a liberdade para expressar o que estou sentindo em uma peça, porque tem gente que acredita e gosta do meu trabalho. (ENTREVISTADO 7).

O serviço autônomo é mais livre, a gente faz o que sabe fazer... não tem chefe, mas, tem responsabilidade, porque depende só de você. (ENTREVISTADO 9).

Nas falas acima, em que ambos os entrevistados se referem à busca por liberdade, o entrevistado 9 também relaciona a autonomia com a capacidade de julgamento ético sobre a atividade. Nesse caso, os artesãos não buscam a liberdade no sentido da independência ou do hedonismo, mas como forma de sobrevivência que conjugue trabalho e convivência.

A autonomia para poder tomar a decisão sobre o que fazer no trabalho, quando fazer e até sobre a possibilidade de se fazer ou não determinadas peças também é citada nas entrevistas, assim como o controle criativo sobre as obras:

A independência de decidir o ritmo é o grande diferencial do artesanato. A gente cria, faz a peça, vende... mas tem que cumprir prazo e adaptar o produto ao gosto do turista. (ENTREVISTADO 3).

A gente é livre, não tenho loja para vender, trabalho como quero, quando quero e vendo aqui em casa mesmo. (ENTREVISTADO 16).

O entrevistado 3 utiliza o termo independência para se referir ao trabalho, ao ritmo e à rotina. Sua fala relaciona-se com a autonomia, uma vez que o tipo de escolha aplicado aos três aspectos anteriores não poderia ser exercida no ambiente empresarial, por exemplo.

Em suas declarações, os artesãos estabelecem uma hierarquia de suas prioridades, ou, na discussão sobre racionalidade substantiva, de seus valores. A família e a oportunidade de viver e trabalhar mais próximo ou com os familiares é declarada ainda por alguns dos entrevistados.

Ah, o artesanato junta a família, aqui em Resende Costa é assim. A família toda trabalhando junto. É assim que a gente consegue aquilo que quer. (ENTREVISTADO 16).

Como confirma a fala do Entrevistado 16, algumas declarações desafiam a separação vida pessoal X trabalho, que é um dos imperativos da sociedade de mercado. Os artesãos veem a integração vida-trabalho como positiva, capaz de melhorar as relações interpessoais e a produtividade.

É bom trabalhar assim, a gente sabe onde o filho está e eles aprendem o valor de trabalhar [...] acho que estar em cidade pequena também ajuda. (ENTREVISTADO 13).

Alguns artesãos entrevistados vieram de centros urbanos maiores e, portanto, têm, no ambiente urbano-rural de Tiradentes ou de Bichinho, a oportunidade de vivenciar uma experiência de vida diferenciada. Essa oportunidade reforça ainda mais as diferenças entre essas regiões e as regiões de origem dos entrevistados, tal como declara o artesão:

Em São Paulo você não tem tempo para viver [...] se você mora longe do trabalho vai perder metade da sua vida no trânsito. Aqui não tem nada disso, você mora, trabalha, vende, consome... tudo perto, todo mundo se conhece. (ENTREVISTADO 3).

Durante as entrevistas, houve também quem expressasse sua rejeição ao trabalho padronizado e burocrático imposto pelas empresas. As experiências variam, mas a falta de oportunidades de escolhas e de realização pessoal nos ambientes burocráticos é fator preponderante para gerar tal rejeição

A hierarquia e as pressões vivenciadas em empresas, para artesãos que passaram parte de sua vida profissional nesses ambientes, são outros fatores de rejeição ao trabalho nessas organizações e, ao mesmo tempo, impulso para a busca pelo trabalho autônomo.

Quando a gente trabalha para os outros, é assim mesmo... a gente não trabalha para a gente, você trabalha para os outros, para fazer o que os outros

não querem fazer e para fazer acontecer o que eles querem que aconteça... não é o que você quer. (ENTREVISTADO 3).

O artesanato é diferente por que é [trabalho] ‘para mim’ e é uma coisa que eu gosto. (ENTREVISTADO 18).

A autonomia, nesse sentido, é, então, um processo de construção, em que o primeiro passo é a aquisição de uma consciência sobre a condição de trabalho, as pressões, as restrições impostas à vida pessoal e ao acesso aos resultados do trabalho. Ela depende também de algum conhecimento sobre a existência de outras possibilidades de vida fora dos ditames do mercado, possibilidades em que a vida pessoal se sobrepõe ao trabalho.

Por outro lado, os próprios artesãos apontam uma série de desvantagens sobre o trabalho assalariado, reconhecendo que a sociedade de mercado criou uma rede que garante alguma segurança e benefícios aos empregados da economia formal.

Tem responsabilidade, porque depende só da gente [...] no artesanato não tem segurança não. Não tem plano de saúde, nem fundo de garantia, nada. Você vive do trabalho. (ENTREVISTADO 13).

Apresentadas as motivações para o engajamento nos projetos de vida e trabalho autônomos, vale especificar suas principais características, seus os resultados econômicos e sua autorrealização.

4.3.2.2 Resultados econômicos e sobrevivência

Nesta seção, destaca-se que a sobrevivência é fator preponderante para a escolha da atividade artesanal como forma operacional dos projetos de autonomia, pela sua capacidade de gerar renda aos atores, pois a “sobrevivência” e o “sustento” são citados com frequência pelos artesãos, como se percebe nas declarações seguintes:

Em primeiro lugar a gente busca a sobrevivência... e não é fácil, porque, tudo depende de você. (ENTREVISTADO 2).

Antes de mais nada você precisa saber do que vai viver... como vai deixar sua profissão hoje sem saber o que vai fazer da vida? (ENTREVISTADO 3).

O artesanato é para sobreviver... para criar os filhos e a família, ninguém fica rico com o artesanato. (ENTREVISTADO 8).

É o jeito que a gente tem de ter sustento, trabalhando por conta a gente tem isso, a gente trabalha em família e o dinheiro dá para ir vivendo. (ENTREVISTADO 12).

Embora possam ser identificadas iniciativas com objetivos empresariais, apenas alguns entrevistados demonstraram ter capacidade ou direcionamento para a acumulação, conforme prega a teoria econômica. Apenas quatro artesãos ouvidos possuem empregados e apenas o entrevistado 12 está envolvido em outros empreendimentos – ainda que de pequeno porte e familiares – na região.

4.3.2.2 Satisfação e autorrealização

Em conformidade com o que foi descrito no item anterior, a busca pelo trabalho autônomo é também a busca pela satisfação individual e, conseqüentemente, pela autorrealização. Apesar de similares, a satisfação e a autorrealização são, na verdade, conceitos complementares. Enquanto o último conceito se refere a “um conjunto de processos de concretização do potencial inato do ser humano” (SERVA, 1996; 1997 [a] e [b]), o primeiro é o resultado alcançado ao fim desses processos.

Ao mesmo tempo, a satisfação é um dos *outputs* desejáveis aos artesãos ao decidirem se lançar na atividade artesanal, pois alguém sem as habilidades e as motivações necessárias dificilmente aceitaria as dificuldades desse ofício por um longo período, conforme declara um dos entrevistados: “ah... tem muita gente que quer virar artesão, entrar na associação... mas não aguenta... é trabalho duro e é para quem gosta disso.” (ENTREVISTADO 1).

A satisfação é ainda expressa pelos artesãos sob duas formas: i) ela provém da constatação de que o projeto de vida e trabalho autônomo está obtendo bons resultados; ii) provém de alguns momentos de interação com os clientes, quando o trabalho é reconhecido. Nos dois casos, a satisfação apresenta-se de forma estática, como pontos de

verificação de que o trabalho está sendo bem feito e que as decisões estão no rumo correto.

Na primeira acepção, a satisfação incide também sobre o atendimento das necessidades básicas, sobre o bem-estar da família e sobre a sobrevivência, conforme já discutido aqui. Os artesãos destacam que:

A minha satisfação vem de ver que minha família está bem, que pude criar meus filhos... hoje minha filha está terminando o doutorado em biologia... ela saiu daqui de Bichinho para Belo Horizonte [...] essa é a grande satisfação. (ENTREVISTADO 12).

A outra acepção ocorre no encontro entre artesão e cliente e se manifesta sob forma de elogio, independente do fechamento ou não da venda. Os artesãos expressam-se de forma positiva sobre essas avaliações e declaram serem elas uma forma de motivação para evoluir no trabalho.

Fico satisfeito com o elogio. [...] O que eu quero é evoluir no meu trabalho [...] No final eu vou fazer o julgamento de todos que passaram por ali, o que comentaram o trabalho. (ENTREVISTADO 7).

O artesão precisa trabalhar por conta e apaixonar-se por aquilo que faz [...] as pessoas passam e comentam sobre o trabalho, a gente fica feliz, né? (ENTREVISTADO 8).

O artesanato é prazeroso, a gente busca fazer o melhor e quando consegue ser reconhecido... é muito bom! (ENTREVISTADO 13).

Nas três declarações, há o relato da satisfação a partir da avaliação do trabalho do artesão e de seu produto, relatos em que são utilizados os termos “satisfeito, feliz e prazer”. Destaca-se a fala do entrevistado 7, na qual a satisfação relaciona-se com o aprendizado e com a “evolução” do trabalho artesanal. A questão do aprendizado é, aliás, recorrente no discurso dos artesãos, podendo ser percebida na declaração abaixo:

Gosto do que faço, a gente vai aprendendo mais e mais, melhorando o trabalho, o acabamento... isso traz a realização. (ENTREVISTADO 10).

A autorrealização, por sua vez, é citada pelos artesãos de uma forma mais relacionada à técnica e à criatividade, pois reflete a capacidade pessoal deles de realizarem o máximo de seu potencial. Esse aspecto se manifesta como um tipo de “orgulho” e uma contínua vontade de aprender e aprimorar o trabalho.

Você tem que conhecer e gostar, fazer como se fosse pra você. (ENTREVISTADO 8).

É bom depois que tá pronto, as pessoas ficam surpreendidas... (ENTREVISTADO 10).

A gente inventa coisa da gente mesmo... Você busca a qualidade na sua mão, é tudo manual. Você vê que o seu trabalho está melhorando, o acabamento ou inventa uma coisa nova. Vem tudo da gente mesmo... (ENTREVISTADO 4).

A partir das declarações dos entrevistados, foi possível identificar a autorrealização e a possibilidade de subsistência como fatores de motivação para o engajamento dos artesãos em projetos de vida e trabalho autônomos.

A seguir, serão demonstrados os processos nos quais os atores estabelecem relacionamentos necessários para a estabilidade e a manutenção dos projetos de autonomia.

4.4 ESTABELECIMENTO DE RELACIONAMENTOS ATRAVÉS DA JUSTIFICAÇÃO

Seguindo o caminho proposto para a explicação do fenômeno da autonomia nos núcleos artesanais, resta ainda examinar as relações sociais que se estabelecem entre os artesãos e os outros atores para o estabelecimento da teia que sustentará a autonomia daqueles profissionais. Nesse caso, tal autonomia se constitui como algo complexo, pois resulta das relações de interdependência, em suas variadas formas e níveis.

Nessa seção, a proposta de análise utilizada foi a abordagem da Teoria das Grandezas, formulada por Boltanski e Thévenot (1999;

2006), para demonstrar como se dão as negociações e os embates quando os atores advêm de espaços sociais onde predominam lógicas de ação diferentes.

Boltanski e Thévenot denominaram os espaços mencionados de “mundos-comuns” e ressaltaram que o momento e a forma de aparecimento das lógicas se dão durante a ocorrência das disputas e na justificação dos posicionamentos por parte de cada um dos contentores para o estabelecimento de novos acordos que regerão as relações a partir daquele momento.

Embora os autores tenham apontado o caráter de disputa, ou de embate, em seus primeiros escritos, nos quais a referida abordagem foi utilizada, observou-se, aqui, que, nos eventos em que ocorrem os encontro dos mundos-comuns, as justificações e a argumentação podem incluir, além da disputa, outras justificações que têm caráter de aproximação, compreensão e agregação.

Na presente seção, serão analisadas em quais situações ocorrem os momentos de encontro dos mundos-comuns e quais atores estão envolvidos nessas situações. Tal análise destina-se à verificação dos critérios de justificação e ao estabelecimento das bases sobre as quais os acordos são firmados. Cabe ressaltar também a colaboração dessa etapa da análise para a definição das relações que levarão os atores à obtenção de um número suficientemente grande de outras relações para que seja alcançada a autonomia, nos termos que vêm sendo estudados.

Antes de se iniciar a análise proposta sobre os critérios de justificação, será necessário descrever, de forma sucinta, os tipos de relações possíveis, listadas e observadas, durante a fase da pesquisa de campo. Essa descrição é importante, pois, como será visto em seguida, cada ator vem de um mundo comum e, portanto, é portador de critérios de justificação provenientes de lógicas diferentes. Somente a partir da descrição que se pretende fazer, será possível verificar aqueles critérios e a forma sob a qual eles aparecem, seja de oposição, integração, disputa ou colaboração.

As relações entre atores identificadas foram as seguintes:

- a) Relações artesão-artesão: apresentam-se em dois tipos de ação, aparentemente antagônicos, mas que ocorrem simultaneamente: a colaboração e a competição. O primeiro tipo aparece como repasse de pedidos, indicações a turistas, respeito e comentários positivos sobre o trabalho do outro, disseminação espontânea de ideias e de técnicas e iniciativas associativistas. No outro pólo, estão a competição pelos clientes, a cópia, os comentários

depreciativos e as iniciativas de proteção do trabalho de criação própria.

- b) Relações artesão-associações: relacionamento originário das relações apresentadas no item anterior, mas tomado aqui em maior dimensão e com algum grau de formalização. Nesse tipo de relação, os objetivos a serem alcançados são melhor formulados e há a presença de estratégia de defesa dos interesses. O objetivo básico é a obtenção de maiores ganhos – de várias espécies –, oriundos do maior acúmulo de capital social e político. No caso de Tiradentes, as vantagens obtidas pelos artesãos que são associados à AART estão ligadas à: i) possibilidade de venda dos produtos na loja da associação; ii) emissão de notas fiscais, caso o artesão não tenha empresa estabelecida; iii) redução dos impostos municipais; iv) ações educativas e com foco na melhora da qualidade dos produtos; v) ações organizadas de proteção e valorização da classe. Em Resende Costa, a associação tem algumas funções similares. No entanto, por ser um núcleo artesanal que funciona como uma grande fábrica, a ASARC tem como foco a manutenção de valores mínimos para o trabalho artesanal e a luta por melhor qualidade de vida no trabalho dos artesãos lá instalados. Assim, pode-se dizer que a associação de Resende Costa, mesmo sendo um empreendimento da sociedade civil, toma feições de “sindicato”, por estar em um ambiente onde predominam os critérios de justificação do mundo industrial e por se opor a esses critérios.
- c) Relações artesão-turista: embora não exista uma relação duradoura construída entre artesãos e turistas, a essas últimas pessoas destina-se grande parte das vendas dos artesãos de Tiradentes e Bichinho. Assim, dentro do escopo escolhido para este estudo, os turistas sustentam o artesanato como empreendimento no contexto da autonomia complexa. Apesar de os relatos dos artesãos darem conta de que os turistas reconhecem o valor do trabalho aplicado nas peças, isso não significa convivência pacífica com eles. Dessa forma, esse reconhecimento é critério de justificação do mundo inspirado. O esforço dedicado às vendas aos turistas e as pequenas quantidades demandadas em cada venda, bem como a insistência em obter descontos ou uma barganha exagerada, são relatos frequentes dos artesãos que contribuem para a frustração de alguns e colaboram para a decisão de uma minoria de buscar

a distribuição e venda preferencial junto aos lojistas ou buscar a instalação de suas lojas em centros atacadistas, tais como Resende Costa, Prados ou Santa Cruz de Minas. Nesse sentido, é possível afirmar que mesmo quando existem critérios de justificação similares e até advindos do mesmo “mundo comum”, não há garantias de cooperação, em especial por ser a mediação monetária.

- d) Relação artesão-lojista: Da mesma forma, lojistas representam mais um elo para o estabelecimento de uma “rede” que sustenta a autonomia complexa. Por vezes, esses lojistas são descritos como exploradores em algumas declarações de artesãos. Por outro lado, o mesmo artesão que faz tais afirmações, declara que as possibilidades do estabelecimento de relações duradouras entre artesãos e lojistas é parte “do negócio” do artesanato e assim reconhecem a importância desses últimos profissionais no suporte à atividade artesanal. Aqui, a relação de negociação é de exata oposição, onde os critérios de justificação não encontram acordo facilmente. Enquanto os critérios de justificação dos lojistas estão relacionados aos custos, à manutenção de estoques, ao transporte e à possibilidade de giro das peças, em busca do menor preço possível de aquisição, chegando até à tentativa de desvalorizar o produto em procedimento que alguns artesãos locais chamam de “jogo”, os critérios de justificação do artesão vêm do mundo inspirado e, portanto, estão ligados à originalidade, ao cuidado na aplicação e no uso dos materiais e ao acabamento da peça. Ao final de algumas negociações bem sucedidas e de uma seleção que ocorre mutuamente entre artesãos e lojistas, estabelecem-se as relações de médio e longo prazo. Os artesãos reconhecem a importância de manter lojistas em seu “mix” de clientes, em especial durante os meses nos quais o turismo é menor. Já nas cidades atacadistas, como Resende Costa e Santa Cruz de Minas, as negociações com lojistas são mais amenas e fluidas, já que se espera o “jogo”. Ademais, os preços são menores e adaptados ao mercado atacadista. Enquanto o preço em Bichinho e Tiradentes é único, com um percentual de desconto para compra de várias peças, em Resende Costa o preço já é apresentado de forma escalonada, segundo a quantidade de peças. Conforme já dito anteriormente, as dificuldades de venda aos turistas têm propiciado o aparecimento de uma nova leva de artesãos que pretendem sair

dos centros turísticos e mudar seus ateliês e lojas para centros atacadistas, em especial, para a nascente Santa Cruz de Minas. Embora existam percalços o reconhecimento da interdependência que se estabelece nas relações artesão-lojista aparece em declarações de ambos os lados.

- e) Outras formas de relacionamento: Alguns artesãos estão buscando formas alternativas de venda e distribuição de seu trabalho que auxiliem na sustentação do negócio artesanal e, por consequência, na autonomia complexa dessa atividade. Uma dessas formas emergentes associa-se ao uso da Internet que, nesse caso serve à duas utilidades: i) a negociação via internet permite a escolha e, por vezes, a personalização dos produtos artesanais; ii) no caso de artesãos que tem focado obras em que a originalidade e a destreza pessoal no trato do materiais são diferenciadas, utilizam-se as redes sociais para a divulgação desses trabalhos. Em ambos os casos, o resultado esperado será, ao mesmo tempo, um misto de reconhecimento e de novos negócios.

Apesar dessa diversidade de tipos de relacionamentos encontrados no campo, o destaque será dado àqueles entre artesãos e lojistas, já que se tratam de relacionamentos entre atores advindos de “mundos-comuns” diferentes e, portanto, de lógicas de ação e regimes de justificação diversos. Ao mesmo tempo, são os relacionamentos que oferecem possibilidade de sustentação dos projetos de vida e trabalho autônomos, uma vez que, como será demonstrado, os lojistas representam uma importante parcela das receitas dos artesãos, sem as quais os projetos ficariam ameaçados.

4.4.1 O artesão: entre o mundo inspirado e o mundo doméstico

O mundo inspirado e o mundo doméstico são os ambientes mais próximos do artesão, pois são os mundos-comuns mais próximos da vida particular, do ambiente micro, das relações pessoais e das características personalísticas.

Boltanski e Thévenot, ao criarem os mundos-comuns, propõem uma análise a partir das justificações formuladas no interior de cada mundo e, portanto, passíveis de contestação por atores que operem dentro de outro mundo comum. Por isso, os autores buscaram os momentos do encontro conflituoso entre esses ambientes, por serem momentos em que as diferenças são ressaltadas e as justificações

expressas. Nesse estudo, embora se tenha buscado verificar os momentos de confronto entre os mundos, as justificações foram inicialmente coletadas nas entrevistas.

O mundo inspirado é o mundo particular, da criatividade, do ator enquanto criador, e do resultado do seu trabalho, de suas peças, da sua criação. Em Boltanski e Thévenot, é possível perceber que esse mundo é um espaço individual. Em “Cidade de Deus”, Santo Agostinho, por exemplo, apesar de as influências externas serem consideradas, a atenção se volta para o indivíduo, para como ele, por meio de suas próprias forças ou por inspiração divina, alcança o estado da graça. Boltanski e Thévenot constroem o mundo inspirado a partir desse elemento, a grandeza desse espaço está na inspiração e na autorrealização, não dependendo, portanto, do julgamento de outros.

O mundo inspirado é, especialmente, o mundo dos artistas, que, embora possam procurar, em outros espaços, outras formas de justificação, como reputação ou recompensas financeiras, tem seu momento de inspiração no encontro consigo mesmo. O artesão, nesse caso, conforme demonstram as declarações que seguem, busca sua explicação nesse mesmo sentido.

A realização está na criação e é um prazer incrível [...] é muito prazeroso! Você poder criar alguma coisa da sua própria cabeça e fazer, com as suas mãos. Não tem nada igual [...] a gente não encontra isso no trabalho ‘normal’ porque é só rotina. (ENTREVISTADO 2).

Primeiro vem a ideia, você fica pensando naquilo e desenha, sonha... daí um dia você faz! Pode ser que a peça nem venda, que as pessoas não gostem, porque as vezes o ‘bonito’ está no trabalho, na técnica... Primeiro a peça tem que me satisfazer [...]. (ENTREVISTADO 7).

Os artesãos descrevem sua satisfação, em primeiro lugar, pelo desempenho de suas capacidades e pela sua inspiração, sua capacidade criativa, para depois, comparar com outras formas de trabalho – entrevistado 2 – ou, no caso do entrevistado 7, para relacionar com sua autossatisfação.

No mundo inspirado, a justificação, então, decorre da capacidade de criação, das ideias, da originalidade e da capacidade pessoal de transformar algo imaterial em uma peça concreta, uma vez que, no

artesanato, o resultado é físico. Daí, surgem as justificações descritas abaixo.

Alguns dos critérios de justificação frequentes quanto ao mundo inspirado estão relacionados, principalmente, à criatividade e à capacidade de criação de novas peças, que, posteriormente, passam a ser disseminadas na comunidade artesã, tornando-se um novo padrão ou estilo de peças. Além disso, tais critérios relacionam-se à habilidade manual e ao cuidado com os detalhes dos objetos produzidos. Em relação à criatividade, esse critério encontra-se explicitado na seguinte declaração:

O artesão é melhor quanto mais ele consegue criar, a capacidade de criação do artesão é o mais importante [...] ficar fazendo o mesmo, copiando, trabalhando na mesma coisa é rotina e, daí, é igual a trabalhar em empresa. (ENTREVISTADO 3).

Outro critério presente, com alguma frequência, nas entrevistas é a habilidade técnica que, na visão dos artesãos, confeririam à determinadas peças maior valor em comparação a outras, com as quais não se tem o mesmo cuidado. Para falar dessa habilidade, os entrevistados citam o tempo empregado, número de etapas para a consecução do trabalho, materiais utilizados, dentre outros aspectos, como mostram as declarações abaixo:

O material de boa qualidade fica mais caro, o acabamento leva tempo. (ENTREVISTADO 3).

Acabamento é demorado, o cliente não sabe quanto tempo leva... . (ENTREVISTADO 9).

Não entende o valor da peça. Muitos não vêem o acabamento. [...] É assim, o lojista pensa na venda, 'no que vende' e o turista quer saber se vai ficar bom na casa dele, se o acabamento é bom, mas não sabem o que é acabamento, uma peça aqui na minha loja passa por uns 8 processos até ficar pronto... tem gente que só lixa e pinta. Aqui eu escolho a qualidade da madeira, tem que calafetar, lixar, pintar, às vezes 2 ou 3 mãos de tinta, dependendo do tipo de material, para daí fazer o acabamento. (ENTREVISTADO 11).

Apresentadas algumas informações sobre o mundo inspirado, passa-se agora ao mundo doméstico, espaço das relações de respeito e de confiança, da hierarquia por reconhecimento, da interdependência e da divisão das responsabilidades. Trata-se do mundo da família do artesão, mas, também da fenonomia, das pequenas oficinas onde o artesanato é praticado. No mundo doméstico, as disputas internas são solucionadas por regras não escritas, mas pelo reconhecimento da autoridade e de sua posição hierárquica. No ambiente familiar, a hierarquia se manifesta pelo pai e pela mãe, pelo filho mais velho ou primogênito, como uma linha de comando, que, embora informal, é aceita, de maneira rígida, pelos componentes.

No ambiente do ateliê e da oficina, por sua vez, a hierarquia é decidida por relações que podem ser de empregado-empregador, ou decidida segundo a experiência, a capacidade criativa ou a habilidade manual. A excelência nesses quesitos pode tornar um artesão mais requisitado do que os outros para as tomadas de decisão ou para dirimir diferenças.

O mundo doméstico representa também, no mesmo sentido que o demonstrado na seção sobre racionalidade, um fator motivador para os artesãos se lançarem nos projetos de vida autônoma. A preservação e a proteção da família, o sustento dela, etc. são alguns dos fatores que impulsionam aqueles profissionais e, ao mesmo tempo, contribuem para a manutenção da coesão e do respeito pela hierarquia, já que o reconhecimento das capacidades de cada elo nesta linha traz a segurança para todos.

Entre os artesãos, é estabelecida também uma relação de reconhecimento, em que o trabalho de maior qualidade ou a criatividade marcante torna-se referência para os outros artesãos. Em Bichinho, por exemplo, são frequentes as referências a Toty (artesão), tanto pela sua capacidade criativa quanto pela sua sensibilidade de encontrar e valorizar as capacidades dos outros trabalhadores.

O Toty deu a cara do artesanato na região, com a Oficina de Agosto em Bichinho. Quando ele chegou, mudou tudo... as peças, as cores, a variedade. (ENTREVISTADO 20).

Além de Toty, outros artesãos alcançaram destaque no meio e são citados como referência. No entanto, não cabe aqui se falar em “mundo do renome” ou das celebridades, pois trata-se de

reconhecimento mútuo entre artesãos, ou seja, entre internos ao mesmo mundo comum. É a hierarquização por meio da habilidade, do respeito adquirido pelo mérito em um critério de justificação comum a todos de um mesmo mundo. Nas falas que seguem, é possível perceber a caracterização dos critérios de julgamento.

No artesanato é bom o artesão que consegue criar coisas novas, uma peça nova, um colorido novo... e tem também a técnica, o acabamento. (ENTREVISTADO 12).

Para Tiradentes vem muito turista do Rio e de São Paulo ...o pessoal pechincha muito... é difícil explicar a diferença entre uma peça e outra... mas tem o acabamento que é diferente, quem sabe fazer e quem cuida mais faz a peça melhor. Mesmo o Turista não sabe. (ENTREVISTADO 1).

Durante a fase de campo, foi observado um caso de reconhecimento mútuo, ainda que por artesãos de diferentes localidades. Nesse caso, os dois envolvidos citaram um ao outro como referência de trabalho criativo e de qualidades excepcionais e ficaram surpresos ao saberem do reconhecimento que tinham alcançado.

Em Prados é mais ou menos o mesmo tipo de artesanato daqui [Bichinho]. Mas você tem que conhecer o [Entrevistado 7]. Aquele rapaz está fazendo coisas diferentes, ele tem uma técnica diferente. Aquele é um artista! (ENTREVISTADO 12).

Ele [Entrevistado 12] falou isso de mim? Puxa, ele é um dos maiores lá de Bichinho... e da região. As esculturas que ele faz com cipó não têm igual! Ele falou isso mesmo? (ENTREVISTADO 7).

Nota-se, portanto, que, por meio do reconhecimento das capacidades de criação e da técnica, esta representada pelo acabamento, é estabelecida a relação de respeito e de alguma hierarquia. Essa relação que existia, anteriormente, entre mestre-artesão e aprendiz, encontra-se ainda presente mesmo que seja em uma relação contratual, conforme demonstrado abaixo.

A gente não tem funcionário, a gente tem ajudante, aprendiz... Já teve muita gente que trabalhou comigo e hoje está fazendo a sua vida por conta... a gente se encontra, se ajuda e tem muito respeito pelo outro. (ENTREVISTADO 12).

Pelas declarações expostas, é possível estabelecer os critérios de justificação dos artesãos : a qualidade do trabalho – por meio do domínio da técnica, do uso de bons materiais e esmero no acabamento – e a originalidade e capacidade de criação. Ressalta-se, assim, que o foco recai sobre o processo, que, no caso dos artesãos da Região das Vertentes, ocorre fora do ambiente de mercado.

4.4.2 O lojista: entre os mundos mercantil e industrial

O mundo mercantil e o mundo industrial, apesar de parecerem similares a primeira vista, apresentam distinções importantes na ótica de Boltanski e Thévenot. No mundo mercantil, o o valor monetário é o mais importante, a ponto de os autores afirmarem que, nesse mundo, importam os compradores e os vendedores e que esses serão tão grandes quanto maiores forem o seu acúmulo ou a capacidade de acumular riqueza.

No mundo industrial, por sua vez, os critérios de avaliação são os da produtividade, da eficiência e da eficácia. As pessoas e as coisas são mais importantes se conseguem produzir maiores quantidades, alcançar objetivos e demonstrar boa qualidade operacional.

Embora ambos os mundos sejam distintos, eles guardam diferenças comuns quando comparados aos mundos inspirado e doméstico dos artesãos. Tanto o mundo mercantil quanto o industrial têm capacidade de trabalhar no macro, ou seja, trabalhar com uma quantidade de relações que ultrapassa a capacidade pessoal dos relacionamentos ‘cara a cara’. Consequentemente, a padronização e a despersonalização das relações são necessárias. Além disso, a importância da criatividade, da habilidade, da hierarquia baseada em reconhecimento e da confiança são cada vez menores, dando espaço para as grandezas da riqueza e da produtividade.

Nas falas dos entrevistados, os critérios de justificação do mundo mercantil aparecem sob forma de detalhes técnicos e operacionais das transações mercantis. Os lojistas, em especial, falam de custos, transporte, capital de giro, manutenção de estoque, giro de estoque, preço de venda como justificação para impor um valor menor nas peças a serem adquiridas.

Dois dos entrevistados resumiram esses argumentos da seguinte forma:

A visão do lojista é uma e a do artesão é outra. O lojista tem a cabeça de loja e o artesão está preocupado em fazer o melhor produto. É uma visão de mundo diferente. A loja é o mundo dele [do lojista] e o artesão vê a peça como o mundo dele. (ENTREVISTADO 3).

Para o lojista o produto é 'frio' e aqui tem sentimento! No nosso negócio tem sentimento. A gente faz uma por uma, tem uma dose de carinho. A gente trabalha com o sonho das pessoas e, por ser personalizado, tem que ter cuidado. (ENTREVISTADO 2).

Do mundo industrial, também vêm argumentos para a justificação das negociações. Mas, esses argumentos vêm sob forma de crítica aos artesãos quanto a sua maneira de trabalho, pois produtividade e eficiência, embora façam parte do trabalho desses profissionais e sejam de conhecimento deles, não são centrais ao seu trabalho .

Se eu gerenciasse isso aqui, tudo ia ser diferente. Eu ia organizar o trabalho, precisa organizar! Controlar estoque, caixa... ver o custo de cada peça. Ver as peças que giram mais. Tem que ter meta... (ENTREVISTADO 23).

O artesão não entende que tenho que arcar com os custos da loja, o frete, impostos e ainda tenho que esperar o cliente comprar uma peça dele. Por isso tenho que comprar as coisas que giram rápido... (ENTREVISTADO 22).

É preciso ressaltar que as declarações mais contundentes, que revelarão os critérios de justificação tanto dos artesãos como dos

lojistas, poderão ser verificadas no momento do encontro dos “mundos-comuns”, do embate, como preconizam Boltanski e Thévenot (1996, 2002).

Para finalizar essa seção, pode-se dizer que os critérios de justificação dos lojistas estão ligados aos resultados. O foco, então, recai sobre lucros e custos. Acabamento e qualidade são observados, mas apenas no sentido de serem facilitadores da venda, da possibilidade de aumento do giro do estoque.

4.4.3 O embate: acordos firmados no encontro dos mundos

Nesse ponto da análise sobre a justificação, resta verificar como se dá o encontro dos diferentes mundos-comuns, o que ocorre nos momentos de negociação. Neste estudo, procurou-se ressaltar a existência de ao menos duas grandes classes de clientes de artesanato que visitam a região. A primeira é representada pelo grande contingente de turistas que visitam, prioritariamente, Tiradentes e Bichinho. A segunda, encontra-se representada pelos lojistas, que, além das localidades citadas anteriormente, vão ainda a Prados, Resende Costa e Santa Cruz de Minas.

Quanto aos turistas, apesar de muito importantes para o sustento da atividade artesanal, eles ocupam, no contexto dessa análise, um papel secundário, pois, só eventualmente, visitam aqueles destinos mais de uma vez e, não existindo, a rigor, o estabelecimento de um relacionamento artesão-turista. Mesmo assim, as declarações de artesãos sobre as vendas feitas a turistas auxiliam na investigação sobre a relação de venda, pois, servem de comparação com a venda feita aos lojistas.

Em primeiro lugar, essa distinção turista x lojista pode ser percebida nas declarações dos artesãos quando declaram a preferência de venda para um ou para outro perfil de cliente, como pode ser verificado a seguir:

O interesse do lojista está no preço, mas também leva em consideração a qualidade... porque senão, não vende lá na loja dele O lojista entende o valor da peça... vêm, já sabe o que quer e compra. A negociação com o turista é mais difícil... ele não pensa só na peça, mas onde vai colocar na casa, como vai ficar... Prefiro vender para lojista. (ENTREVISTADO 5).

Nessa declaração, têm lugar também alguns critérios de justificação, na percepção dos artesãos de cada uma das classes de clientes. Nessa percepção, os lojistas buscam apenas o resultado financeiro e se sujeitam até mesmo em adquirir peças de baixa qualidade para alcançar esse objetivo. Essa avaliação sobre os lojistas pode ser confirmada ainda por meio de outras declarações .

O lojista já vem com um preço determinado, não vai pagar mais pelas peças, mesmo que tenha qualidade melhor, ele vai comprar o que ele acha que vai dar lucro para ele. (ENTREVISTADO 15).

O lojista olha o preço que vai vender para o cliente dele e... não dá para fazer peça de qualidade se for para vender nesse preço. (ENTREVISTADO 8).

A avaliação dos artesãos sobre os turistas dá-se em sentido contrário. Esse último avalia melhor a qualidade do trabalho do artesão e das peças oferecidas e busca maiores informações. Além disso, sua preocupação é estética, relacionada à sua casa e à disposição das peças.

Os turistas valorizam mais e reconhecem o trabalho artesanal, eles gostam, elogiam... eles veem os detalhes. O lojista quer saber do que vai vender mais e quanto ele vai ganhar. (ENTREVISTADO 11).

O turista sabe ver a qualidade do produto, mas, ele quer pensar como vai ficar na sua casa, se combina ou não com os móveis, com o estilo... ou se é uma lembrança ou um presente, se a pessoa vai gostar. (ENTREVISTADO 8).

A partir das entrevistas, foi possível constatar as preferências de parte dos artesãos. A maioria deles prefere a venda para turistas, enquanto outro contingente tem preferência pelas negociações com lojistas.

Existem ainda artesãos que declaram as dificuldades de fazer a venda para os turistas, já que as negociações levam mais tempo em

relação às vendas feitas para lojistas e, muitas vezes, apesar do tempo gasto, os turistas levam poucas peças, ou até peça alguma.

O publico que prefiro é o lojista, porque o processo de venda é muito mais rápido com o lojista, e com o turista tem que explicar e as vezes nem fecha. (ENTREVISTADO 18).

O lojista entende o valor da peça para ele. Ele vem, já sabe o que quer e compra. A negociação com o turista é mais difícil, porque ele não pensa só na peça, mas onde vai colocar na casa, como vai ficar... (ENTREVISTADO 5).

Além de alguns artesãos declararem sua preferência pelos lojistas, por serem as negociações com eles mais objetivas e resultarem em maiores vendas, verificou-se também que os artesãos analisam públicos diferentes trazem diferentes resultados relacionados à escala e ao valor de cada venda - *ticket* médio -, diferenças consideradas nas negociações.

É assim, os turistas vêm em maior quantidade, mas eu vendo pouco para cada um deles. É uma venda mais demorada, eles olham, escolhem... e às vezes nem compram nada. Os lojistas são poucos, mas quando vêm eu gasto o mesmo tempo para vender muito mais. É claro que o preço para o lojista é outro [menor], mas garanto às vezes um mês inteiro de vendas para um lojista. (ENTREVISTADO 11).

Finalmente, os artesãos reconhecem que seu sustento, assim como o sustento da atividade artesanal vêm desse mix de vendas e das várias relações que se estabelecem no campo da atividade.

O objetivo deles [lojistas] é o lucro, mas vender para os lojistas é importante. É o que dá uma segurança na época que o turismo é fraco. Não dá para vender só para turista. (ENTREVISTADO 14).

Pelo lado dos lojistas, os critérios dos mundos mercantil e industrial aparecem de forma mais objetiva. Em concordância com as

impressões externadas por alguns artesãos, a objetividade é característica marcante nas respostas dos donos de lojas.

Os critérios apontados pelos lojistas são aqueles comuns aos mundos mercantil e industrial. Do primeiro mundo, tem-se que o valor principal em jogo é o monetário e a forma de alcançá-lo ocorre exatamente através das trocas, ou seja, nas negociações de compra das peças. A eficiência – critério do mundo industrial – dessas negociações será maior quanto menores forem os custos de aquisição das peças junto aos artesãos.

O lojista quer preços menores. É uma dificuldade danada convencer eles... a gente fica um tempão fazendo a peça, cuidando para ficar o melhor possível e eles querem só pagar barato. (ENTREVISTADO 17).

Os lojistas põe um preço no nosso trabalho. Errado! São os artesãos que deveriam saber quanto cobrar, mas eles não calculam o preço certo da mão de obra, daí fica praticamente de graça. (ENTREVISTADO 15).

Os lojistas se utilizam também dos argumentos próprios do mundo mercantil para sua justificação junto aos artesãos. A terminologia própria desse mundo, tal como giro de estoque, custos fixos, custos de transporte, de armazenagem, impostos incidentes etc., marcam fortemente o posicionamento dos lojistas.

Nas declarações coletadas junto aos artesãos, observou-se que a necessidade de interação com o mercado, a venda, as negociações são um fardo que, embora necessário, traz grande desgaste àqueles que buscaram viver de sua criatividade e de suas habilidades manuais.

Os lojistas são os piores, mas apesar deles, faz parte do negócio [...] sem eles a gente não sobrevive. (ENTREVISTADO 15).

Eles querem o preço mais barato possível, também, não valorizam nosso trabalho. Mas se não existisse o lojista, não existiria artesão. (ENTREVISTADO 18).

Embora não fique claro, os lojistas reconhecem a importância da qualidade das peças artesanais, possuem conhecimento sobre os materiais utilizados na confecção dessas peças e sabem avaliar o acabamento delas, além de reconhecerem a importância de um bom acabamento para que as peças atinjam melhores preços e girem com maior velocidade.

A gente sabe avaliar uma peça... e o cliente também. Os meus clientes gostam de peças de qualidade e, então, eu sei que uma peça melhor vai girar mais rápido, vai dar mais lucro, mas mesmo assim, a partir do momento que eu comprei a peça, o risco é todo meu. (ENTREVISTADO 22).

As negociações, nas quais nem todas as informações são declaradas, são, na avaliação dos artesãos, parte de um “jogo”. Entende-se que a negociação passa por fases em que nenhum dos, nesse caso, oponentes pode declarar suas necessidades ou o reconhecimento das qualidades do trabalho do outro.

Trabalhar com lojista é complicado... é um jogo e o que eles querem é só ganhar dinheiro e a gente tem que se defender. (ENTREVISTADO 6).

Lojista tem que as ‘manhas’ o lojista não sabe valorizar... quer saber de preço e quantidade... e quando você vai entregar. (ENTREVISTADO 13).

Por outro lado, há o estabelecimento de uma interdependência. Os artesãos não podem prescindir dos canais de distribuição oferecidos pelos lojistas, que, por sua vez, teriam suas atividades prejudicadas se os artesãos da Região das Vertentes não existissem.

Nós [lojistas] dependemos dos artesãos, os clientes querem o produto daqui de Tiradentes, Bichinho. As peças daqui vendem bem. Então é um acordo. A gente precisa do artesão e sei que eles precisam da gente também. (ENTREVISTADO 21).

O artesão, apesar de tudo, hoje depende dos lojistas da cidade grande [...] sem eles o artesanato daqui não sobrevive. Um precisa do outro... (ENTREVISTADO 12).

Da mesma forma, nas declarações dos lojistas, os relatos vêm no mesmo sentido, que é possível verificar a existência de pontos de convergência entre artesãos e lojistas.

Já trabalhei como comprador de uma indústria, você fala com o vendedor e a gente se entende rapidinho. Acho que é porque ele sabe como empresas funcionam e que o negócio dele é vender e o meu era comprar [...] então o negócio sai. Aqui não [...] é difícil de explicar porque não posso pagar mais, porque eu tenho que ter prazo, tudo é difícil. (ENTREVISTADO 23).

Para finalizar essa seção, propõe-se um quadro resumo dos principais critérios de justificação de cada uma das classes de atores: artesãos, lojistas e turistas, elaborado a partir das declarações dos entrevistados.

Quadro 17 - Critérios de justificação dos atores

Atores	Artesão	Lojista	Turista
Critérios de justificação	Qualidade do material Qualidade do acabamento (máximo) Originalidade Técnica Experiência Foco no processo	Lucro potencial Menor preço de aquisição possível Maior preço de venda possível Giro (peças que vendem) Acabamento e qualidade (só o suficiente para vender) Foco no resultado	Qualidade Interação com o ambiente da casa Foco na estética

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das declarações dos entrevistados.

4.5 A CONSTRUÇÃO DOS RELACIONAMENTOS INTERDEPENDENTES

De acordo com o que pode ser apurado nas três seções anteriores da análise, a autonomia complexa é a criação de uma série de relacionamentos cujo caráter principal é a interdependência. Nesse sentido, confere-se alguma estabilidade ao sistema, tornando-o durável. Tendo tudo isso em mente, pretende-se analisar como aqueles relacionamentos são construídos para, somente depois, verificar se eles cumprem com o que foi especificado na definição proposta inicialmente nesse trabalho, a saber: a quantidade, a diversidade e a qualidade das relações interdependentes. Para tanto, será necessário explicar como as relações são construídas ao longo do tempo e, com esse intuito, exemplos de entrantes recentes na atividade serão bons modelos para oferecer tal explicação.

Primeiramente, conforme demonstrado, as relações em questão são construídas diretamente no ambiente de trabalho dos artesãos, em princípio com as pessoas mais próximas, os artesãos e a associação, em uma fase de introdução e aprendizado, em que se adquirem informações sobre as técnicas e materiais aplicados, bem como informações sobre o funcionamento daquele ambiente. Nessa primeira fase, as associações, quando existentes, podem atuar como suporte para os novos artesãos, oferecendo, com maior rapidez, a possibilidade de escoamento das peças e as facilidades para tornar a atividade operacional. Inicialmente, as associações podem suprir, mesmo que parcialmente, as relações com lojistas, já que as duas associações existentes na região, por exemplo, contam com lojas próprias para exposição e venda das peças produzidas pelos associados em suas oficinas.

Para o artesão vender seus produtos na loja da associação, ele paga R\$20,00 por mês e mais 25% da venda. [...] é bem mais que se vendesse para os lojistas e aqui está no meio [...] junto com as lojas. Se fosse para pagar um aluguel, não dava! (ENTREVISTADO 1).

A associação ajuda muito. Antes o pessoal tinha que tirar nota [fiscal], a associação tirava. A associação tem isenção de ICMS. Pode expor os produtos na loja, aumenta a segurança e a tranquilidade. (ENTREVISTADO 1).

Negociar na loja da associação é mais lucrativo do que com os lojistas... a associação traz vantagens sim. (ENTREVISTADO 2).

No entanto, a associação não supre as necessidades de venda dos artesãos e, por isso, a busca de novos canais que se destinem a esse fim são necessários. Nas palavras de um artesão, a associação serve de “apoio”, mas não como canal exclusivo de venda dos produtos.

A loja da associação ajuda muito. É uma boa, porque está bem localizada, mas não é tudo. Atinge só uma parte das pessoas e não é o suficiente para sustentar a gente. Precisa vender mais... além da loja. (ENTREVISTADO 3).

Ainda sobre as associações, alguns artesãos apontam os problemas que elas enfrentam e que dificultam a ação mais efetiva dessas organizações na tarefa de servir como suporte da atividade artesanal.

A associação reúne os artesãos mesmo com a concorrência. A concorrência é muito grande mesmo na associação. (ENTREVISTADO 4).

Falta vontade das pessoas, a associação não funciona direito porque as pessoas não sabem trabalhar juntas. (ENTREVISTADO 8).

Já teve a ideia de uma cooperativa aqui [Bichinho], mas não foi para frente... as pessoas não se organizam... não sabem trabalhar junto. (ENTREVISTADO 12).

É importante mencionar também que os artesãos colocam a necessidade de expansão da venda para além da associação, pois ela não consegue atingir a totalidade do mercado consumidor. Dessa maneira, as relações passam a incluir os lojistas e outros ‘atravessadores’, como as ‘sacoleiras’ no caso das tapeçarias de Resende Costa. Visto que a forma como essas negociações são conduzidas já foi descrita no item sobre a justificação e os mundos-comuns, resta agora estabelecer e reforçar o caráter da interdependência que permeia estas relações.

Nessa perspectiva, tanto artesãos como lojistas falam sobre as dificuldades e até mesmo sobre a impossibilidade de se substituir algum desses atores no ‘canal de distribuição’. Além disso, há, entre eles, o reconhecimento mútuo da importância e das qualidades presentes um no outro.

O artesão não vive mais sem o lojista e o lojista não vive mais sem o artesão. Eles têm que vender e se não for o artesão trabalhar aqui eles não vivem. Um não sabe fazer o que o outro faz, é isso... (ENTREVISTADO 9).

Você vai criando uma relação [...] cada vez mais você vai tendo fornecedores e clientes e eles frequentemente fazem os pedidos, as encomendas. (ENTREVISTADO 19).

4.5.1 A diversidade necessária

Conforme visto no item anterior, os relacionamentos vão sendo construídos a partir da necessidade de os artesãos manterem vários contatos a fim de possuírem uma relativa estabilidade de suas atividades. Dessa forma, manter uma pequena loja em seu ateliê para a venda direta aos turistas é a forma mais simples de manutenção do negócio artesanal. No entanto, devido às dificuldades impostas pelo próprio mercado, como os valores crescentes de aluguéis e as dificuldades de se ter instalações em bons pontos comerciais, dificuldades descritas na seção de desenvolvimento, surge a necessidade de buscar outras formas de venda das peças produzidas e de se estabelecer relacionamentos de médio e longo prazo para preservar as vendas e, conseqüentemente, o sustento do artesão ao longo de todo o ano.

A venda voltada exclusivamente para turistas apresenta, ao mesmo tempo, vantagens e desvantagens, como destacam os próprios artesãos nas falas que seguem.

O turista valoriza mais as peças, admira [...] mas ao mesmo tempo, gasta pouco e muitas vezes não leva nada. (ENTREVISTADO 5).

O turista vem, vê, olha... pergunta, elogia, mas quando leva, leva uma, duas peças. Coisa pequena, lembrancinha... (ENTREVISTADO 4).

A princípio, é preciso apontar que as vendas diretas aos turistas, a rigor, não estabelecem qualquer tipo de relacionamento, são vendas esporádicas e únicas, para pessoas que dificilmente voltarão para aquelas localidades. Isso representaria um grande risco para os artesãos se eles dependessem apenas dos turistas para as suas vendas, risco que se manifestaria, em especial, em épocas de baixa temporada. A necessidade de se vender para os lojistas foi expressa da seguinte forma pelo artesão.

Hoje vendo assim, 50% para os turistas e 50% para lojista, porque tem época do ano que vem 80% de turista, mas em Dezembro, por exemplo, é quase tudo para lojista, a cidade fica parada e se não fosse os lojistas a gente morria de fome. (ENTREVISTADO 8).

Verifica-se, assim, a necessidade de uma diversidade nas relações e, a partir dessa verificação, os artesãos passam a procurar outras formas de relacionamentos que levem à venda de sua produção e ao seu sustento. O primeiro nível de diversificação poderia ser apontado pela venda na associação, pois, apesar de ser uma relação que se estabelece entre artesão, pessoa física, e associação, instituição, é um relacionamento entre iguais, uma vez que a associação é uma sociedade de iguais, ou, isonomia, conforme Guerreiro Ramos (referências?) denomina.

O que segura o artesanato é essa rede com a associação, lojistas, turistas [...] Isso e a divulgação da cidade, por que daí os clientes vem mais. [...] quem deve fazer esta divulgação é a prefeitura e as lojas têm investido muito em propaganda, sites de internet. Mas quem deve dar a base é a prefeitura, pode fazer uma divulgação... e melhorando a estrutura da cidade. (ENTREVISTADO 19).

Por outro lado, a associação também não supre todas as necessidades de venda dos produtos do artesão, sendo necessário

ampliar ainda mais o leque de relacionamentos. O segundo nível de diversificação, então, seria o dos ‘sacoleiros’ ou ‘vendedores autônomos’. Mais frequentes em pólos de atacado de confecções, embora possam existir em pequena quantidade no caso das peças de artesanato, esses profissionais existem em profusão em Resende Costa, onde ônibus, chamados de ‘caravanas’ ou ‘excursão’ de sacoleiros, aportam diariamente, levando pessoas para adquirirem as tapeçarias lá produzidas. No entanto, os sacoleiros dificilmente compram diretamente dos produtores em Resende Costa, porque o sistema de produção, como foi estruturado, coloca a produção em pequenas lojas locais. A característica de cidade-fábrica, já explicada anteriormente, provoca essa inversão: o sacoleiro é o autônomo e o pequeno lojista o intermediário. Ainda assim, a importância dos sacoleiros pode ser percebida nas declarações.

Aqui em Resende Costa não vem turista, vem sacoleiro que compra para revender, as vezes em casa ou de casa em casa. Turista mesmo vem muito pouco. A grande parte é sacoleira que compra de várias peças e paga a vista. Vem de ônibus... grande parte das vendas daqui são para sacoleiras. (ENTREVISTADO 14).

O terceiro nível de diversificação é a relação artesão-lojista, em que o lojista vem de uma região distante e leva o artesanato produzido na região em grandes quantidades para vender em lojas, normalmente instaladas em grandes centros, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de outras metrópoles do sul e do sudeste.

As relações estabelecidas com esses lojistas conferem maior estabilidade às vendas dos artesãos, já que depois de uma fase inicial, em que se estabelece algum grau de confiança entre os atores, negociações passam a ser estabelecidas com mais frequência, muitas vezes frequência mensal ou bimestral, mesmo nas épocas de baixa temporada naquela localidade.

O lojista, a gente acaba trabalhando para eles, mas, mesmo assim, preciso atender eles, é parte do negócio... ajuda muito quando os turistas não aparecem. (ENTREVISTADO 11).

O turista valoriza mais. Tem pessoas que te põe lá pra cima... mas no geral os lojistas, apesar de

negociar muito no preço, é o que segura o artesanato o ano todo. Turista vem aqui uma vez na vida e o lojista tá aqui sempre. (ENTREVISTADO 19).

O quarto nível de diversificação pode ser caracterizado pela oferta dos produtos em meios virtuais, o que já começa a surgir em Tiradentes. A internet também representa uma forma de oferta e venda dos produtos, independente dos valores de aluguéis, do ponto etc. Algumas iniciativas nesse sentido já estão se mostrando bem-sucedidas, conforme declara o seguinte entrevistado .

A gente criou o site para vender para além de Tiradentes, com os nossos produtos. Com o site a gente pode interagir com o cliente a distância e fazer como o cliente quer. Está dando certo e uns 20% das vendas são pelo site. (ENTREVISTADO 3).

A Internet tem se mostrado muito útil como forma de difundir o trabalho dos artesãos. Alguns entrevistados, por exemplo, utilizam-se de redes sociais, especialmente o Facebook, para expor, virtualmente, suas peças.

Tenho usado o Facebook, já tem mais de 1.000 pessoas acompanhando meu trabalho. Quero transformar [meu nome] em uma marca. As pessoas entram, comentam, gostam. Tem divulgado muito meu trabalho. (ENTREVISTADO 7).

Apresentados os níveis relacionados à venda da produção, outra forma necessária de relacionamento ocorre no nível institucional. Trata-se da relação entre a associação e o poder público, em especial, o municipal, para a manutenção da região como um destino desejável pelos turistas e a expansão da divulgação dos atrativos turísticos da região.

Conforme já descrito, a Região das Vertentes e, mais especificamente, Tiradentes, como pólo de atração turística, foi uma construção engendrada por vários atores provenientes tanto do setor público, do Estado e dos Municípios como da sociedade civil organizada, Fundações e Associações. Contribuíram também para tal

construção, atores notadamente relevantes, como Toty e Yves Alves. Assim, a Tiradentes “turística” nasce dessa série de relações, que se modificaram ao longo do tempo, mas continuam atuando, tornando o destino cada vez mais atrativo a vários segmentos de turistas e movimentando toda a região.

É preciso ressaltar que o calendário anual de eventos, criado pela Secretaria Municipal de Turismo e pelas entidades representativas locais, leva em consideração essa sazonalidade, procurando não concorrer com outras regiões turísticas nas mesmas épocas do ano. O calendário, por exemplo, não prevê eventos nos meses de dezembro e janeiro, quando a população procura, com maior frequência, o litoral. Nesse caso, lojistas em regiões turísticas do litoral tenderão a aumentar seus pedidos naquela época, exatamente quando o turismo na Região das Vertentes é menor.

Os meses mais fracos aqui são Novembro e Dezembro, a partir de janeiro os turistas começam a aparecer, porque daí começam os festivais e os eventos... tem evento o ano todo, para todo gosto. (ENTREVISTADO 10).

O objetivo [do lojista] é o lucro, mas vender para os lojistas é importante. É o que dá uma segurança na época que o turismo é fraco. (ENTREVISTADO 14).

Em resumo, percebe-se a necessidade do estabelecimento de uma diversidade de relações para que os projetos de vida autônoma sejam duráveis, pois, sem eles, a questão da sobrevivência dos artesãos ficaria prejudicada .

4.5.2 A quantidade das relações

A quantidade de relações também confere aos projetos de vida autônoma maior estabilidade, pois, sempre que algum imprevisto acontecer com um dos canais de venda, por exemplo, existirão outras opções para o escoamento da produção. Da mesma forma, as relações estabelecidas pela associação podem ser mais fortes ora com o poder público local, ora com o Estado de Minas Gerais ou com outras entidades.

Seguindo o formato anterior, as quantidades de relações se estabelecem em vários níveis, conforme a diversidade. Serão destacadas aqui apenas as relações estabelecidas entre os próprios artesãos e entre artesãos e lojistas, já que a quantidade somente importa nessas relações, uma vez que nos níveis institucionais, somente existirão um ator institucional para cada função, uma associação de artesãos, uma associação comercial, uma secretaria de turismo etc. Nesse sentido, o presidente da associação de artesãos declara a importância de se manter um bom relacionamento com todos esses organismos.

A associação tem mais força do que a gente sozinho. A gente pode conversar com a prefeitura... mostrar o que a gente quer. Se o artesão não se organizar, não tem força. (ENTREVISTADO 1).

No entanto, mais diretamente aos artesãos, importa a quantidade de canais de escoamento de sua produção, ou seja, manter uma quantidade suficiente de canais, confere ao artesão maior segurança sobre sua venda e, conseqüentemente, sobre sua sobrevivência.

Hoje a gente precisa estar em todo lugar. Nós não temos loja, então estamos na loja da Associação, vendemos para lojistas de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e tem agora a internet. Isso tudo junto é o que dá a segurança de continuar trabalhando para a gente, por conta própria. (ENTREVISTADO 3).

Ao contrário do que se poderia inferir, demonstrou-se no campo a existência de um número máximo de relacionamentos possíveis. Além disso, existe um processo de estabelecimento e seleção destes relacionamentos.

Ah... até faço amizade com lojista... a gente constrói essa 'relação'. Já tive problemas com lojistas, cheques sem fundo, não me pagavam. Mas depois que a gente conhece, que compra várias vezes, daí é mais seguro... dá mais confiança. [...] Prefiro negociar com lojista... Já tive uns 25 lojistas, e hoje tenho uns 5 que trabalho. (ENTREVISTADO 5).

Na declaração acima, a artesã discorre sobre a necessidade de se manter um número razoável de lojistas para a venda de suas peças, mas, ao mesmo tempo, ela fala da dificuldade para se estabelecer relacionamentos com tais profissionais, devido, especialmente, a questões ligadas à confiança e ao reconhecimento. Na declaração seguinte, o entrevistado trata da seleção de um número suficiente de artesãos, na avaliação dele, para a manutenção da atividade artesanal.

Já tive mais de 20 [artesãos/funcionários] trabalhando para mim. Hoje trabalho com mais 3 pessoas na oficina. Eles me ajudam e vão aprendendo. Não dá para trabalhar com muita gente, a gente perde o controle do trabalho... o trabalho controla a gente. (ENTREVISTADO 12).

A declaração do entrevistado 12 aponta para um número “ótimo” e não “máximo” de relacionamentos. Essa declaração corrobora a questão, já discutida anteriormente, da racionalidade substantiva e a não aceitação das premissas do mercado, já que, para o mercado, o número máximo de canais levaria à possibilidade de expansão da produção, o que poderia implicar na contratação de mais pessoas, na utilização de máquinas, nas formas, em algum tipo de padronização de produtos, etc., implicações incompatíveis com projeto de vida autônoma.

4.5.3 A qualidade das relações

É preciso abordar também a questão da qualidade das relações estabelecidas e, nesse caso, os dados coletados na fase de campo da pesquisa mostraram-se divergentes com aquilo que foi proposto inicialmente no projeto de tese. A qualidade das relações não está necessariamente ligada à racionalidade, envolvida nos processos de negociação e no comprometimento de novos acordos, mas, encontra-se associada ao reconhecimento da importância de cada ator, na confiança entre os atores e na interdependência que se estabelece entre eles.

Você vai criando uma relação...cada vez mais você vai tendo fornecedores e clientes... vem frequentemente fazendo pedidos. (ENTREVISTADO 19).

O reconhecimento não está relacionado propriamente aos atores, mas às suas posições na hierarquia da cadeia de fornecimento que se

estabelece. Trata-se de reconhecer uma ‘classe’ de atores, como os ‘artesãos’ e os ‘lojistas’ e perceber a importância de cada um na fluidez da dita cadeia.

Mesmo a gente que é comerciante, sabendo que o artesão está do outro lado... eu reconheço a qualidade do trabalho destes caras [...] se não eu não andaria 800, 1.000 km para vira até aqui. (ENTREVISTADO 23).

Esse reconhecimento é, em resumo, a consciência da interdependência, da distribuição das responsabilidades de cada ator ao longo da cadeia, o que vai garantir a sobrevivência de todos.

O artesão e o lojista têm que reconhecer o valor do outro... um não vive sem o outro... (ENTREVISTADO 4).

A confiança, por sua vez, é uma característica personalística, uma construção de fundamental importância, pois, a quebra dessa característica é a quebra do relacionamento. A confiança, nas declarações obtidas, aparece sob formas distintas, ora são declarações sobre afinidade ora se referem ao pagamento pontual das vendas.

Tem lojista que eu atendo há 10 anos... nunca deu problema. E de vez enquanto dá um problema, mas a gente se ajuda. Uma vez um cliente lá de Londrina deu problema com uns cheques. Ele me pediu um prazo e eu dei e deu tudo certo. (ENTREVISTADO 8).

A quebra da confiança acontece, principalmente, quando os compromissos financeiros não são saldados pelos lojistas, o que já aconteceu com mais frequência, como declaram os artesãos.

Ah... até faço amizade com lojista... a gente constrói essa ‘relação’. Já tive problemas com lojistas, cheques sem fundo, não me pagavam. Mas depois que a gente conhece, que compra várias vezes, daí é mais seguro... dá mais confiança. (ENTREVISTADO 5).

Segundo o relato dos entrevistados, a questão financeira, nesse caso, pode abalar tantos os negócios quanto a subsistência do artesão. A preocupação com as finanças é, exatamente, a maior preocupação desse profissional.

Tem que existir uma confiança entre o lojista e o fornecedor e entre eu e o meu cliente. (ENTREVISTADO 14).

Como lojista, preciso ter a segurança que os artesãos vão me fornecer as peças com a qualidade e no prazo certo... essa confiança leva tempo para ter. (ENTREVISTADO 21).

A interdependência, então, é a síntese, o amálgama que dá coesão às relações que se estabelecem e se baseiam no reconhecimento mútuo e na confiança. A interdependência, porém, se operacionaliza no mercado e nos ambientes das instituições.

As negociações, apesar das lógicas provenientes de mundos diferentes não se referem somente aos embates, mas também ao estabelecimento de novos acordos, dos quais surge o reconhecimento. O embate só ocorre porque há algo em disputa, um recurso ou um argumento, que está no ‘outro’ mundo comum. O esforço da justificação e os novos acordos são o reconhecimento da interdependência presente.

4.6 SÍNTESE: DTS, PROJETOS DE VIDA E TRABALHO AUTÔNOMOS E AS RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA

Para finalizar a análise, propõe-se uma síntese breve dos três temas abordados: i) o DTS, como contexto propício para a implementação de atividades fora do ambiente onde predomina a lógica do mercado; ii) os projetos de vida e trabalho autônomos, como forma operacional da autonomia complexa e seu desenvolvimento em fenomenias; e iii) os relacionamentos de interdependência, que viabilizam e tornam os projetos de autonomia relativamente estáveis e duráveis.

No que diz respeito ao DTS, ele traz, em suas características, uma visão distinta da abordagem da economia liberal que considera que, por meio do crescimento econômico, todas as dimensões da vida humana associadas seriam positivamente afetadas. O DTS se afasta dessa abordagem e propõe uma versão mais completa de

desenvolvimento, no sentido de que esse desenvolvimento somente seria possível se abarcasse outros aspectos da sociedade, tais como o socioeconômico, os político-institucionais, ecológicos e culturais (Vieira e Cazella, 2006).

Dessa forma, os atores desses territórios rejeitam a centralidade do mercado como forma exclusiva ou, ao menos, principal de regulação social e, assim, aproximam-se das abordagens de Habermas (1980), Guerreiro Ramos (1989) e, até mesmo, de Boltanski e Thévenot (1996, 2002). Habermas e Guerreiro Ramos, a partir da tipologia proposta por Weber, propõem que a coordenação não se dá apenas sob uma única razão – econômica, do cálculo racional - mas sob pelo menos quatro. Boltanski e Thévenot representam um avanço ao proporem várias formas de coordenação das ações em sociedade.

A Região das Vertentes em Minas Gerais, em especial Tiradentes, a partir de 1990 apresentou uma dinâmica de desenvolvimento que corresponde, em vários aspectos, àquilo que é preconizado pela corrente teórica do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Essa dinâmica, descrita nesse trabalho em três etapas, criou um destino turístico de interesse internacional, a partir de iniciativas que integraram os agentes do Estado, da Sociedade Civil e da iniciativa privada e que culminou na criação de uma grande quantidade de pequenos negócios familiares, dentre eles o artesanato.

Enquanto o DTS representa o ambiente macro, as fenomenias, guardam características muito similares, que as relacionam diretamente aos territórios que se enquadram nessa forma de desenvolvimento. Conforme Guerreiro Ramos (1989, p. 157), as fenomenias são sistemas sociais relativamente protegidos da lógica do mercado e que tem na liberdade de expressão sua maior característica, enquanto os resultados econômicos são apenas incidentais. Sob a mesma ótica, Franco (2000, p. 10) declara que apesar de reconhecerem a necessidade de desenvolverem economicamente os territórios, os atores envolvidos nesses projetos “ não subordinam todas as dimensões do desenvolvimento à sua dimensão econômica. Conseqüentemente, esses atores não acreditam que a racionalidade do mercado deva orientar os esforços de promoção do desenvolvimento local”.

A fenomenia, nesse sentido, é a representação em um sistema social micro das características presentes nos territórios onde o desenvolvimento sustentável ocorre e, assim, tanto as fenomenias quanto as atividades em que há livre expressão, como o artesanato, encontram nos territórios com estas características um ambiente compatível para seu desenvolvimento.

As características encontradas nos ateliês dos dezoito artesãos entrevistados são compatíveis com o que Guerreiro Ramos (1989, p. 157) expõe, no que diz respeito à organização do espaço/ambiente, ao relacionamento dos componentes, à escolha da rotina e das obras a serem trabalhadas. Essa constatação leva à conclusão de que a atividade, nesses casos específicos, em última instância, molda o ambiente e não o contrário. Em rápida explicação, ambientes empresariais, com *layouts* precisamente planejados, prestam-se à atividades padronizadas, enquanto as fonomias representam exatamente o seu oposto: o espaço sendo moldado para a convivência e para as atividades de expressão e da criatividade. Prova disso são os 12 imóveis, alguns precários, que servem simultaneamente como residência, ateliê e loja.

Aproximando-se da ação e da prática do ator/artesão, os projetos de vida e trabalho autônomos representam para ele a possibilidade de integrar vida e trabalho em maior consonância com seus valores éticos e emancipatórios. Assim, as motivações para o engajamento em tais projetos estão ligadas a esses valores e à falta de ajuste dos projetos aos valores predominantes na sociedade de mercado. Nessa perspectiva, as falas dos entrevistados são marcadas por algum inconformismo e descontentamento com a forma padronizada do trabalho e sua centralidade na sociedade voltada ao mercado. Outras falas que ocorreram com grande frequência durante as entrevistas dizem respeito à falta de oportunidades para atividades criativas ou de autoexpressão, relacionamentos insatisfatórios no ambiente de trabalho e falta de tempo para a convivência com a família.

Poder-se-ia caracterizar os projetos de vida e trabalho como projetos em que as atividades são desenvolvidas fora do ambiente de mercado, envolvendo obras automotivadas e nas quais o ator tem controle sobre o tempo de trabalho e o tempo de convivência. Ao mesmo tempo, o trabalho desenvolvido tem duplo significado, o de gerar renda suficiente para o sustento do projeto – e aqui novamente não há distinção entre trabalho e vida pessoal – e o de gerar satisfação pessoal. Seu resultado são obras que expressam integralmente as capacidades do ator e sua realização. A satisfação do artesão vem da venda de suas obras e da possibilidade de manter o projeto e sua família.

Apesar de, em tais projetos, as atividades ocorrerem fora do ambiente de mercado, as obras, para realizarem-se enquanto produto, precisam entrar em contato com o mercado ou, ao menos, com agentes do mercado. Enquanto estão em processo, essas obras geram apenas satisfação aos artesãos, o que não é suficiente para a manutenção do

projeto. Uma vez colocadas à venda, tornam-se produtos para a apreciação e negociação, segundo as regras do mercado.

Nesses momentos, em que ocorrem as interações com o mercado, os artesãos declaram suas maiores dificuldades, seja na venda pessoal para os turistas, seja na venda para lojistas. Essas dificuldades relacionam-se à incapacidade dos compradores em compreender as técnicas e materiais utilizados na confecção das obras, ao mesmo tempo em que a relação entre valor-preço não é clara para turistas e lojistas.

Boltanski e Thévenot (1996, 2002) enfatizam esses momentos em sua obra, que é seminal da corrente da Sociologia Pragmática. Para os autores, são nesses momentos de embate entre lógicas de ação distintas que os atores, em um debate discursivo e racional, expõe suas justificações. Nesse estudo, a partir do aporte teórico-metodológico oferecido por Boltanski e Thévenot (1996, 2002), da observação e das entrevistas em campo, foi possível identificar que os artesãos da Região das Vertentes utilizam justificações provenientes dos mundos-comuns inspirado - enquanto atividade artesanal - e doméstico - em suas relações próximas. Ao mesmo tempo, os lojistas entrevistados apresentaram justificações típicas dos mundos industrial - enquanto eficácia das negociações - e mercantil - enquanto valoração e processo de negociação.

No entanto, pode-se observar também por meio das entrevistas com os artesãos, que somente com a renda obtida na venda das peças aos turistas não seria possível manter os projetos de vida e trabalho autônomos. As vendas para turistas, na visão dos artesãos entrevistados, até geram maior satisfação. No entanto, tratam-se de vendas esporádicas e únicas, que não estabelecem vínculos e que expõem os projetos de autonomia a riscos da sazonalidade.

Os artesãos então, como forma de manterem alguma estabilidade para que os projetos sejam duráveis, engendram uma série de relacionamentos com atores de várias esferas ou mundos-comuns. Nesse trabalho, foram descritos alguns desses relacionamentos, conferindo maior destaque àqueles entre artesãos e lojistas, principalmente pela capacidade dessas negociações contínuas gerarem renda, de forma a manterem os artesãos e suas famílias. A maioria dos artesãos entrevistados declarou que um percentual de suas vendas é direcionada a lojistas de grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Dentre os percentuais citados, soube-se que de 30% a 70% do total das peças produzidas é escoado pelos lojistas, demonstrando a importância deles nessa equação.

A partir de então, esse trabalho estabelece comparação com Boltanski e Thévenot (1996, 2002), uma vez que as negociações ou os encontros entre mundos, depois de ocorrerem repetidas vezes, transformam-se em relacionamentos que têm o poder de conferir alguma estabilidade aos projetos de vida e trabalho autônomos. Ao mesmo tempo, no sentido da autonomia complexa, esses relacionamentos se baseiam em compromissos e na confiança, mas, principalmente, no reconhecimento de que eles são relações interdependentes. Tanto artesãos quanto os lojistas entrevistados expressaram esse reconhecimento por meio de falas que relacionam as capacidades e a importância do outro na atividade, ou seja, os artesãos fazem peças que os lojistas não têm como produzir e, por sua vez, os lojistas têm um canal de venda que não está disponível aos artesãos.

O reconhecimento da importância do outro é o amálgama da relação e sela a condição de interdependência a qual os atores estão submetidos. Apesar de esses relacionamentos poderem ter traços personalísticos, a interdependência supera essa condição no sentido de estabilizar o relacionamento.

5 CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho, retoma-se a questão da autonomia como central: “Como projetos de vida e trabalho autônomos se concretizam em contexto de Desenvolvimento Territorial Sustentável?”, apresentando respostas a partir da pesquisa de campo empreendida.

Em primeiro lugar, destaca-se que tais projetos realizam-se em ambientes relativamente protegidos da lógica do mercado, tal como um território com dinâmica compatível com o preconizado teoricamente de DTS, em nível macro, e as fenomenias, no nível micro. Os projetos são viabilizados através de atividades que proporcionam a escolha por obras automatizadas, que permitam, simultaneamente, a autorrealização, a expressão pessoal, o aumento do tempo para convivência e outras atividades que geram renda suficiente para sua subsistência.

Assim, os projetos de vida e trabalho autônomos são a forma operacional do conceito que aqui se pretendeu construir, o da autonomia complexa. Os projetos, portanto, são construídos a partir de uma rede de relações de interdependências que permitem a continuidade e durabilidade do projeto, promovendo diversidade de relacionamentos para influenciar no andamento das atividades locais, seja em associações ou junto aos órgãos públicos, com vistas à melhoria e/ou proteção de sua atividade, bem como para promover a distribuição de sua produção automatizada no mercado.

Assim, o DTS e as fenomenias, apesar de serem ambientes onde a lógica predominante não é a do mercado, os projetos encontram meios para manterem-se ativos através de acordos estabelecidos com atores advindos do mercado. Nestes momentos críticos é que existe o encontro entre lógicas distintas. Para proceder esta análise, utilizou-se a abordagem indicada por Boltanski e Thévenot (1999; 2006) para delinear como os acordos e relacionamentos são estabelecidos.

A Autonomia Complexa, por sua vez, é um conceito decorrente da proposta inicial de Morin (1983) e é um tipo de autonomia cuja principal característica é que se estabelece por meio do reconhecimento mútuo, por parte dos atores envolvidos, de sua condição de interdependência. Ocorre em ambientes onde a lógica predominante do mercado, apesar de presente, é deslocada para um papel coadjuvante, para que os atores possam alcançar seus objetivos.

Assim, a questão de pesquisa, ao longo da pesquisa de campo, desdobrou-se em três outras questões. Em primeiro lugar, discutiu-se

como o território e suas dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico e de sustentabilidade contribuíram para o estabelecimento de um ambiente favorável aos projetos de vida e trabalho autônomos. A Região das Vertentes e, em especial, as estratégias gerais decorrentes das políticas públicas, conjugadas a iniciativas da Sociedade Civil e do setor privado, adotadas para a criação de Tiradentes como um destino turístico, levaram a região a experimentar um crescimento econômico antes inimaginável. O fluxo contínuo de turistas interessados nas atrações naturais, históricas e culturais disponíveis, criou uma rede de serviços aos turistas, formado quase que exclusivamente de pequenos negócios locais, tais como pousadas, restaurantes e lojas de artesanato.

O artesanato, já existente, despontou como oportunidade de ocupação e renda para várias famílias locais, mas também para pessoas que haviam deixado a região em busca de melhores condições de vida em outras regiões do país, além de, em sentido contrário, atrair pessoas de outras regiões.

Assim, essa dinâmica de transformação do território moldou um quadro favorável aos projetos de vida e trabalho autônomos, como os dos artesãos entrevistados, sejam eles originariamente moradores da região ou atraídos para ela, indistintamente, mas não pode ser considerada suficiente para manter tais projetos ao longo do tempo.

Adicionalmente, a pesquisa demonstrou que, para tornar os projetos de vida e trabalho autônomos relativamente estáveis e para lhes conferir durabilidade, existe a necessidade de construção de uma série de relacionamentos entre vários indivíduos, entre os quais muitas vezes são advindos de ambientes onde predominam lógicas de ação diferentes. Desta constatação advém a segunda questão, que também é um dos objetivos específicos deste trabalho, que implica na identificação dos critérios de justificação utilizados pelos atores no estabelecimento de acordos que viabilizem os projetos dos artesãos.

Para tanto, conforme pode ser verificado no capítulo de análise, o instrumental teórico-metodológico criado por Boltanski e Thévenot (1999; 2006) foi especialmente útil a demonstrar, primeiramente que definitivamente mundos-comuns diferentes geram justificações diferentes e que, decorrente disso, há a necessidade de formulação de justificações que se confrontam no embate as lógicas para o estabelecimento de acordos, ou criação de “pontes” entre os mundos. Os objetivos e motivadores dos artesãos entrevistados demonstraram ser diversos dos lojistas e, claramente, as justificações apresentadas seguem a mesma lógica. O que se quer mostrar com isso é, também, que o projeto de vida autônomo é colocado em jogo nesses embates. De um

lado, a predominância do mundo doméstico e inspirado, de outro o mercantil e o industrial.

Dessa combinação, que leva em conta a manutenção de um ambiente favorável ao estabelecimento dos projetos dos artesãos, que conjugue o trabalho, o tempo livre e a família, bem como dos relacionamentos estabelecidos, surge a necessidade de um novo marco conceitual para melhor compreender a questão da autonomia.

Por fim, o que se estabeleceu aqui é que a autonomia buscada pelos artesãos é fruto da inquietação e, portanto, de uma dificuldade de adaptação quanto à forma como a vida e o trabalho apresentam-se segundo os ditames da sociedade centrada no mercado. A autonomia buscada passa, desse modo, pela necessidade de um projeto de vida e trabalho fora do padrão dessa sociedade. Esse aspecto tem relação direta com a questão dos mundos em que os atores, artesão e lojistas recorrem, em geral, para estabelecer seus embates e acordos.

Ao mesmo tempo, para essa alternativa viabilizar-se é necessária a criação de uma série de relacionamentos que sustentem a atividade e, por consequência, ofereçam aos artesãos um repertório de escolhas maior que as disponíveis ao trabalhador comum. Escolhas essas que passam pelo processo produtivo, a saber, sua arte, relativamente resguardado do mercado, assim como pelo estabelecimento de sua agenda, e, até mesmo, pela escolha relações comerciais que decide engendrar, limitadas em números e qualificadas de acordo com seus interesses de divulgação de sua arte/produto. Os dados coletados ao longo da pesquisa empreendida resultaram em um rol de requisitos para a sustentação desta autonomia, que aqui foi denominada de complexa.

Outra constatação importante é que, na vida totalmente inserida no mercado, existe a ilusão da separação trabalho/vida. Na atividade artesanal essa separação é muito menor, ténue ou até, em alguns casos, inexistente. Não há, inclusive, por parte dos artesãos a preocupação em dividir o trabalho da vida, já que as atividades diárias são compatíveis, e até mesmo os espaços utilizados, muitas vezes, confundem-se com a própria casa do artesão. Isso também pode ocorrer em alguns pequenos empreendimentos no mercado, mas é tido pela teoria administrativa como falta de profissionalismo ou uma deficiência, sendo necessária a distinção entre as coisas da casa, da vida, das coisas da empresa, do mercado/trabalho.

Como conclusão e maior contribuição desta tese, propõe-se uma conceituação, ainda que inicial, sobre a autonomia complexa e, em termos mais práticos, quais seriam seus requisitos para que projetos de autonomia complexa possam ser estabelecidos.

A conceituação que se propõe é: **a autonomia complexa é um construto que não pretende significar a independência total do ator, mas o reconhecimento de que suas escolhas são ampliadas de acordo com a sua capacidade da criação de uma rede de interdependências – no mercado e fora dele – e que se torna viável de acordo com o número, a diversidade e a qualidade de relacionamentos estabelecidos em face das restrições específicas da atividade e do ambiente no qual se desenvolve.**

Em primeiro lugar, esse conceito representa um rompimento com a ideia liberal que liga de maneira ilusória a autonomia à independência, à autossuficiência e, por consequência, é o motor do egoísmo e do individualismo reinantes nos ambientes de mercado. Na versão de autonomia que aqui se propõe, a independência e a autossuficiência são substituídas pelo reconhecimento da interdependência, e esta pode, mas não necessariamente, ser um acordo pacífico entre as partes, ou uma negociação intensa entre os atores que alternam, simultaneamente, reconhecimento e acusação, sinceridade e dissimulação (jogos), necessidades e lucro.

Ao mesmo tempo, essas negociações precisam ocorrer em uma diversidade de níveis (micro e macro) e contemplam nas situações uma diversidade de “mundos-comuns” para que as relações tornem-se viáveis e efetivas, já que, muitas dessas relações somente em um nível podem não garantir a estabilidade do projeto. Assim, um artesão que mantém vários relacionamentos apenas com artesãos terá, possivelmente, menor estabilidade e menos escolhas do que outro que mantenha vários relacionamentos com artesãos, associações, representantes do poder público e lojistas, por exemplo. A autonomia complexa requer do ator uma capacidade de articulação e de transitar entre os níveis e entre os mundos, embora, não se esteja defendendo aqui a necessidade de algum refinamento intelectual, de articulação ou de imagem, mas, pelo contrário, durante a pesquisa de campo foi possível encontrar artesãos extremamente simples que conseguem estabelecer esse tipo de relacionamento, pois o reconhecimento que transpassa os mundos é o reconhecimento/embate de determinados critérios, tais como: a qualidade, o cuidado com o acabamento e o valor das peças.

Poder-se-ia entender que a qualidade dos relacionamentos estaria baseada na confiança. Apesar de que, se por um lado possa ser entendido dessa maneira, por outro, argumenta-se que o reconhecimento das qualidades e das necessidades por cada uma das partes é o que leva à estabilidade dos relacionamentos, conforme constatado junto a

artesãos e lojistas. Se os relacionamentos fossem somente entre artesãos e, portanto, predominantemente dos mundos Inspirado e Doméstico, os relacionamentos poderiam ser apenas baseados em confiança, no personalismo, e seus critérios seriam a capacidade criativa e o ineditismo, quando, no entanto, lojistas e, muitas vezes, representantes do poder público e da sociedade civil, estão mais próximos da lógica dos mundos Industrial e Mercantil, os acordos terminam por encontrar equilíbrio nesse reconhecimento da interdependência, na coexistência e no conflito inerente aos embates entre mundos.

Finalmente, resta uma explanação sobre o ambiente e porque este, na definição proposta, está associado à restrição. Ao longo desta tese, a análise do território e do desenvolvimento em suas variantes territorial e sustentável serviu para demonstrar que a forma como se dá o desenvolvimento e como as atividades ocorrem em um território são, muitas vezes, únicas e não redutíveis a um modelo replicável. A atividade artesanal, conforme implantou-se e desenvolveu-se em Tiradentes e na Região das Vertentes, é caso único. Embora algumas características possam ser vistas em outras regiões turísticas, a forma e a dinâmica territorial, os atores e as instituições que participaram dessa construção histórica, assim como seus efeitos práticos e, até, seu impacto na formação de uma ética artesanal, são características desse território. Dessa forma, a análise realizada corrobora os critérios de sustentabilidade de Sachs (1993, p. 25-27), que inclui as características sociais, culturais, territoriais, ecológicos, ambientais, econômicos e políticos como critérios para o desenvolvimento sustentável. O ambiente, aqui território, é, então, restrição, pois projetos de autonomia complexa terão que encontrar uma sintonia entre esses critérios para tornarem-se viáveis. Assim sendo, as características do território podem corroborar, ou não, o projeto, pelos seus valores predominantes e sua cultura.

Da mesma forma, a atividade escolhida para o projeto de autonomia também será uma restrição, pois terão que ser atividades que possam ser desenvolvidas no limite da sociedade de mercado. Em Tiradentes, encontram-se, além do artesanato, alguns outros exemplos de atividades que podem servir a esses propósitos, tais como: pousadas, restaurantes e comércio de vizinhança. Outras atividades autônomas também podem ser desenvolvidas nesse ambiente, como “Spas” ou clínicas de terapias alternativas, passeios turísticos, organização de eventos, entre outras.

Para finalizar, é preciso remarcar que um projeto de autonomia complexa é um empreendimento intencional do ator e, embora possa

trazer consigo algum idealismo, é resultado, também, de um cálculo sobre os impactos da atividade e sobre a vida “fora do mercado” ou nos limites do mercado. Por outro lado, foi possível verificar que, enquanto a importância econômica do turismo aumenta em uma determinada região, as oportunidades de atividades com essas características também aumentam, atraindo novos interessados. Assim, estas atividades, a forma específica como se desenvolvem, bem como a formação do território como destino turístico e seus impactos - tanto nas relações sociais como na economia da região - importam aos estudos da Administração por apresentarem dinâmicas que fogem ao padrão do mercado e que, aqui, ficaram ressaltadas como as características dos projetos de vida e trabalho autônomos.

Indicações para novos estudos

Embora apresentada e proposta aqui, a autonomia complexa é um conceito ainda por construir e, assim, como forma de contribuição para a abertura de um novo campo para futuras pesquisas, indica-se os seguintes estudos:

- a) Aplicação da teoria de redes para análise de projetos de autonomia complexa em territórios;
- b) Aplicação em outras atividades profissionais, além do artesanato, ainda em ambiente de desenvolvimento territorial;
- c) Aplicação do conceito em atividades de mercado, mas com características que viabilizem a autonomia;
- d) Aplicação de outras metodologias para análise do conceito de autonomia complexa.

6 BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, P. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. *Revista Ensaios FEE*, v.16, n.2, 1995.

_____. Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial. Rio de Janeiro: Bertrad, 2001.

AGNEW, J. From the political economy of regions to regional political economy. *Progress in Human Geography*, 24, 2000. p. 101-110.

ALBA, G. R.; SLONGO, L. A. Mecanismos da linha de frente e orientações empresariais: tradução, adaptação e validação de uma escala. *RAUSP – Revista de Administração*, São Paulo, vol. 48, n.3, p. 469-480, Set. 2013.

AMARAL, A. *Tradições Populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

AMIN, A.; THRIFT, N.. Living in the Global. In: AMIN, A.; THRIFT, N. (Org.) *Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe*. Oxford University Press, 1994. p. 1-22.

ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. *Estatística aplicada à administração e economia*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2007. 597p.

ANDION, C. O Papel das Redes no Desenvolvimento Sustentável. *Saberes – Revista Interdisciplinar (CETead/CIRIEC)*. Salvador, n.0, p. 51-76, (mês). 2003.

ANDRADE, M. Folclore. In: MORAES, R. B.; BERTIEM, W. (Org.). *Manual bibliográfico brasileiro*. São Paulo: Gráfica e Editora Souza, 1949.

ARBIX, G. Trabalho em grupos e autonomia como instrumentos da competição. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, vol.38, n.4, p. 72-77, Out./Dez. 1998.

ARANTES, A. A. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BALDI, M. Novas formas organizacionais: a necessidade de superação das perspectivas sobressocializadas e subsocializadas. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, Mar. 2004.

BARBERO, M. Dos Meios às Mediações. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BAREL, Y. La société du vide. Paris: Seuil, 1984.

BARRETO, C. Sobre a racionalidade humana: conceitos, dimensões e tendências. In: ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 17., 1993, Salvador. Anais... Rio de Janeiro, 1993, CD-ROM.

BASTOS, M. F. VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Redes, Empreendedorismo Social e Negócios Inclusivos: em busca de um modelo compreensivo sobre inovação no combate à pobreza na América Latina. In: ISTR – International Society for Third Sector Research, 9., Santiago de Chile. Anais... Santiago de Chile, 2013, p. 1-22.

BENDASSOLLI, P. F. BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Significado do trabalho nas indústrias criativas. RAE – Revista de Administração de Empresas (São Paulo). São Paulo, vol.51, n.2, p. 143-159, Mar/Abr. 2011.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). La richesse des regions. Paris: PUF, 2000.

BENTHAM, J. Uma introdução aos princípios da moral e da Legislação. In: coleção “Os Pensadores” São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BESSA, F. E. H. O. Desenvolvimento Local, a Capacitação e o Paradigma da Gestão Participativa: O Caso dos Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1999.

BEYDA, T. T.; CASADO, R. U. Relações de trabalho no mundo corporativo: possível antecedente do empreendedorismo? Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, vol.9, n.4, p. 1066-1084, 2011.

BOBBIO, N. The future of democracy. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987.

_____. Estado, Governo e Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BOEHE, D. M. Desenvolvimento de produtos em subsidiárias de empresas multinacionais no Brasil. RAE - Revista Administração de Empresas, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-45 Mar. 2007.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. On justification: economies of worth. New Jersey: Princeton, 2006.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. European Journal of Social Theory 2 (3): 359-377, Londres: Sage, 1999.

BORGES, A. P. ; JOIA, L. A. Executivos e smartphones: uma relação ambígua e paradoxal. O&S – Organizações e Sociedade, Salvador, vol.20, n.67, p. 585-602, Out./Dez. 2013.

BORINI, F. M.; FLEURY, T. L.; FLEURY, A. C. C.; OLIVEIRA JUNIOR, M. M. The relevance of subsidiary initiatives for Brazilian multinationals. RAE - Revista Administração de Empresas, São Paulo, vol. 49, n.3, p. 253-265, jul/set. 2009.

BRESSO, M. Autonomie et diversification du travail. In: L'autonomie sociale au jourd'hui. Grenoble: Press Universitaires, 1985.

BRITO, L. Desenvolvimento Local: O Olhar Sociológico. [S.I.]: 1999.

CÂMARA CASCUDO, L. da. Cultura Popular e Folclore. In: COSTA, A. O. Câmara Cascudo: Seleta. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

CAMARGO, A. L. B. Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.

CANCLINI, N. G. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, E. *Dinâmica do folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Evolução dos estudos de folclore no Brasil*. Revista Brasileira de folclore. n.3, set./dez. 1962.

CARVALHO, J. J. *O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna*. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: As várias faces de um debate*. Série Encontros e Estudos 1. Rio de Janeiro: INF/ CEP/ IBAC/ MEC, p. 23-38, 1992.

CAVALCANTI et. al. *Os estudos de folclore no Brasil*. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: As várias faces de um debate*. Série Encontros e Estudos 1. Rio de Janeiro: INF/ CEP/ IBAC/ MEC, p. 101-112, 1992.

CAITANO, D.; SERVA, M. *Racionalidade substantiva nas organizações: Consolidação de um modelo metodológico de pesquisa teórico-empírica*. In: *ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 36., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2012. CD-ROM.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CEDLCS. *Declaração de Serpa*. Serpa: Conferência Européia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social (CEDLCS), 1995.

CEFAÏ, D. *Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-47, abr./maio/jun. 2009.

CEFAÏ, D. "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". In: CEFAÏ, Daniel; JOSEPH, I. (coords.). *L'heritagedupragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves decivisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de L'Aube, p. 51-81, 2002.

CERRA, A. L.; MAIA, J. L. Desenvolvimento de produtos no contexto das cadeias de suprimentos do setor automobilístico. RAC - Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, vol.12, n.1, p. 155-176, jan./mar. 2008.

CIDADES HISTÓRICAS. Cidades históricas brasileiras: Resende - história. Disponível em: <http://www.cidadeshistoricas.art.br/resende/res_his_p.php>. Acesso em 14 março 2012.

COELHO, F. D. Reorganização do Território e Desenvolvimento Local. Revista Proposta, Rio de Janeiro, Fase, v. 23, n. 65, Junho 1995.

COELHO, T. Dicionário Crítico de Política Cultural. 2. ed. São Paulo: FAPESP/ Iluminuras, 1999.

CUNHA, M. F. et al. (Org.). Desvendando o artesanato: uma contribuição do programa do artesanato paranaense – PAP. Curitiba: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, 1994.

CUNHA, M. P.; CUNHA, J. V.; DAHAB, S. Gestão da qualidade: uma abordagem dialéctica. RAC - Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, 2001, vol.5, , p. 197-215, ed. Especial. 2001.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Mistos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, C. F.; MACEDO, M. Á. S.; SAUERBRONN, F. F. Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características. RAP - Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol.47, n.6, p. 1375-1399, Nov./Dez. 2013.

DEWEY, J. Reconstrução em Filosofia. São Paulo: Editora Ícone, 2011.

DOURADO, D. C. P.; CARVALHO, C. A. Controle do homem no trabalho ou qualidade de vida no trabalho? Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, vol.4, n.4,p. 01-15, Dez. 2006

DUMOUCHEL, P. Mimétismo et autonomie. In: DUMOUCHEL, P.; DUPUY, J.P. L'auto-organisation, de laphysique au politique. Paris: Seuil, 1983.

DUPUY, J.P. Ordres et désordre: enquête sur um nouveau paradigme. Paris: Seuil, 1990.

ESTRADA REAL. Estrada Real. Disponível em: <<http://site.er.org.br/>>. Acesso em 12 março 2012.

FERRETTI, S. Religião e Cultura Popular: estudo de festas populares e do sincretismo religioso. In: COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE - CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORES, 10. 2002, São Luis. Anais... São Luís: Comissão Nacional de Folclore.

FONSECA, D. R.; MENEZES, P. P. M.; SILVA FILHO, A. I.; CAMPOS, N. G.. Autonomia para gestão estratégica de pessoas no setor público federal: perspectivas de análise e agenda de pesquisa. RAP - Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol.47, n.6, p. 1451-1475, nov./dez. 2013.

FONTANA, A; FREY, J.H. Interviewing: the art of science. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org). Handbook of Qualitative Research. London: Sage, 1994.

FORJAZ, M. C. S. Globalização e crise do estado nacional. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, vol.40, n.2, p. 38-50, abr./jun. 2000.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOSSAERT, R. A sociedade II: as estruturas econômicas. In: As formações econômicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. v. 3.

FRANÇA FILHO, G. C. A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais Eletrônico... Recife: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

FRANCO, A. Por que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado

e Sustentável. Século XXI- Uma Revista de Futuro- Instituto de Política, 2000.

FREITAS GOUVEIA DE VASCONCELOS, I.; VASCONCELOS, F. C. Gestão de recursos humanos e identidade social: um estudo crítico. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, vol.42, n.1, p. 64-78, jan./mar. 2002

FROTA, L. C. Arte popular. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/artepop/apresent/apresen.htm>. Acesso em: 10 abril 2003.

GEERTZ, C. O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GODOI, C. K.; BALSINI, C.P.V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: SILVA, A.B.; GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (Orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2.ed. São Paulo, 2010, p. 89-113.

GODBOUT, J. T. De l'autogestion à l'autonomie. In: Revue Possibles, Montreal: UQUAM, v. 10, n. 3-4, 1986.

GAUTRAT, J. L'ambiguïté du concept d'autonomie dans l'entreprise. In: L'autonomie sociale au jourd'hui. Grenoble: Press Universitaires, 1985.

GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de Homem e Teoria Administrativa. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, pp. 3-12, abril/junho de 1984.

_____. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUIMARÃES, A. F. Construção e reconstrução de práticas culturais em Tiradentes MG: As relações entre turistas e nativos em uma cidade histórica mineira. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado)-Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local,

Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2010.

GUMUCHIAN, H; GRASSET, E.; LAJARGE, R.; ROUX, E. Les acteurs, ces oubliés du territoire. Paris: Anthropos, 2003.

GURVITCH, G. Os quadros sociais do conhecimento. Rio de Janeiro: Moraes, 1969.

HABERMAS, J. Teoría de La Acción Comunicativa. Tomo I: Racionalidad de La acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 2001 [a].

_____. Teoría de La Acción Comunicativa. Tomo II: Crítica de La razón funcionalista. Madrid: Taurus, 2001 [b].

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na Sociologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, E. T. A dimensão oculta. Lisboa: Relógio d'água, 1986.

HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito – parte I. Petrópolis: Vozes, 1992.

IBGE. O IBGE investiga a cultura nos municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=980>. Acesso em: 12 julho 2012.

JACCOUD, M; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p.254-294.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

JOHNSTON, R. A place for everything and everything in its Place. In: Transactions of the Institute of British Geographers. n.16, p.131-147,

1991.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução: Antônio Pinto de Carvalho. Lisboa: Companhia Editora Nacional, 1964.

_____. Resposta à pergunta: Que é "Esclarecimento"?(Aufklärung). In: *Textos Seletos*. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

KLECHEN, C. F.; BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol.45, n.3, p. 669-694, maio/jun. 2011.

KRAMER, G. G.; FARIA, J. H. Vínculos organizacionais. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol.41, n.1, pp. 83-104, jan./fev. 2007.

LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEMOS, A. H. C.; RODRIGUEZ, D. A.; MONTEIRO, V. C.. *Empregabilidade e sociedade disciplinar: uma análise do discurso do trabalho contemporâneo à luz de categorias foucaultianas*. *O&S - Organizações e Sociedade*, Salvador, 2011, vol.18, n.59, p. 587-604, out./dez. 2011.

MARTINS, S. *Arte e artesanato folclóricos*. In: *Coleção: Cadernos de Folclore*, n. 10, Brasília: Funarte, 1976.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Bomtempo, 2004.

_____. *O Capital*. In: *Coleção "Os Economistas"*, livro 1, São Paulo: Abril, 1983.

MIGUEL, L. A.P.; TEIXEIRA, M. L. M. Valores organizacionais e criação do conhecimento organizacional inovador. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, vol.13, n.1, p. 36-56, jan./mar. 2009.

MILLS, W. A nova classe média. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MORICI, M. C.; BARBOSA, A. C. Q. A gestão de recursos humanos em hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua relação ao modelo de assistência: um estudo em hospitais de Belo Horizonte, Minas Gerais. RAP - Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol.47, n.1, pp. 205-225, jan./fev. 2013.

MORIN, E. Peut-on concevoir une science de l'autonomie? In: DUMOUCHEL, P.; DUPUY, J.P. L'auto-organisation, de laphysiqueau politique. Paris: Seuil, 1983.

NEIVA, E. R.; PAZ, M. G. T. Percepção de mudança individual e organizacional: o papel das atitudes, dos valores, do poder e da capacidade organizacional. Revista de Administração, São Paulo, vol.47, n.1, p. 22-37, jan./fev./mar. 2012.

NERY, M. F.; PEIXOTO, D. L. Mercados e racionalidades: a perspectiva de Alberto Guerreiro Ramos e Cornelius Castoriadis. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, vol.11, n.4, p. 543-555, dez. 2013.

OLIVEIRA, F. B. Razão instrumental versus razão comunicativa. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 15-25, jul./set. 1993.

OLIVEIRA, C. R. História do trabalho. São Paulo: Ática, 1987.

ORTIZ, R. A. consciência fragmentada: ensaios sobre cultura popular e religião. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

PACHECO, R. S. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol.40, n.4, p. 523-543, jul./ago. 2006.

PAULA, A. P. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; BARRETO, R. O.; KLECHEN, C. F.. A tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos no Brasil. RAE – Revista de Administração de Empresas, São Paulo,, vol.50, n.1, p. 10-23, jan./mar. 2010.

PEDROSA, M. Arte culta e arte popular. In: ARANTES, O. F.(Org.).

Política das Artes. São Paulo: Edusp, 1995.

PEQUER, B. A guinada territorial da economia global. Eisforia, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 81-103, dez. 2006.

PERETZ, H. Les méthodes en sociologie: l'observation. Paris: La Découverte, 2004.

PIERCE, C. S. Como tornar nossas ideias claras. São Paulo: Cultrix, 1975.

POLANYI, K. A Grande Transformação. São Paulo: Campus, 2000.

PORPINO, G.; DE STEFANI, E. O caso do PAC Embrapa: requisitos de uma gestão orientada para resultados no setor público. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol.48, n.2, p. 343-366, mar./abr. 2014.

PORTO, J. B.; TAMAYO, A. Valores organizacionais e civismo nas organizações. RAC – Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, vol.9, n.1, p. 35-52, jan./mar. 2005.

PORTO ALEGRE, M. S. Arte e ofício de artesão: história e trajetória de um meio de sobrevivência. Águas de São Pedro, 1985. In: Anais... IX Encontro Anual da ANPOCS, 1985.

PUPPI, A. Desígnios do design: algumas estratégias da semiótica do design. São Paulo: PUC, 1992.

RAFFESTIN, C; Instruments territoriaux et autonomie. In: L'autonomie sociale au jourd'hui. Grenoble: Press Universitaires, 1985.

RAZERA NETO, A. Artesanato. Projeto Bolsa Trabalho / Arte, MEC/DAC/DAE, Curitiba: UFPR, 1979.

READ, H. O sentido da arte: esboço da história da arte, principalmente da pintura e da escultura e das bases dos julgamentos estéticos. 4. ed. São Paulo: Ibrasa, 1978.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas.

ROCA, Z.; MOURÃO, J. C. Identidade Local, Globalização e Desenvolvimento Rural: à Procura de Verificação Empírica. In: Congresso de Estudos Rurais: Mundo Rural e Patrimônio, 1., 2001. Vila Real, Portugal. Anais... Vila Real, 2001.

ROCHA SOBRINHO, F.; PORTO, J. B. Bem-estar no trabalho: um estudo sobre suas relações com clima social, *coping* e variáveis demográficas. RAC – Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, vol.16, n.2, p. 253-270, mar./abr. 2012.

RODRIGUES, L. M. ; SILVA, M. N. S.; DINIZ, R. F. Artesanato mineiro: limites e possibilidades da atividade artesã no município histórico de Prados/MG. Revista Observatorium. Uberlândia, v. 4, n. 11, p. 63-85, Out. 2012.

ROSA, A. R. A imagina(*organiza*)ção surrealista: rompendo a gaiola de ferro dos estudos organizacionais. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, vol.6, n.1, p. 01-16, Mar. 2008

ROTH, A. L.; WEGNER, D.; ANTUNES JUNIOR, J. A. V.; PADULA, A. D. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. RAE - Revista de Administração, São Paulo, vol.47, n.1, p. 112-123, jan./mar. 2012.

ROUSSEAU, J.J. O contrato social. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RUSCHMANN, D. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. Espaços, Tempos e Estratégias de Desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. À La Recherche de Nouvelles Stratégies de Développement Enjeuxdu Sommet Social. Paris: Unesco, 1995.

_____. Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. Inclusão Social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003[a].

_____. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável: idéias sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2003 [b].

SANTOS, L. S. Tensão entre racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental na administração pública: novos caminhos de um campo de estudo. 2012. 262 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, T. S. et al. O Artesanato como elemento impulsionador no Desenvolvimento Local. In: SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 7., 2010, Resende. Anais... Resende, 2010, p. 1-14. Disponível em < <http://www.aedb.br/seget/artigos2010.php>>. Acesso em 29 Maio 2014.

SANTOS, T. S. Desenvolvimento local e artesanato: uma análise de dois municípios de Minas Gerais. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

SARTORI, E.; GARCIA, C. H. M. Políticas compensatórias *versus* emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol.46, n.2, p. 425-452, mar./abr. 2012.

SAUVAGE, P.;Synthese. In: OCDE. Réconcilier l'économique et le social vers une économie plurielle. Paris: OCDE, 1996.

SCUMPARIM, D.; SACOMANO NETO, M. Recursos, controle e autonomia na gestão internacional de serviços de uma empresa de TI e subsidiárias. RAE - Revista de Administração, São Paulo, vol.52, n.4, pp. 407-420, jul./ago. 2012.

SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987. v. 1 e 2.

SERVA, M. O paradigma da complexidade e a análise organizacional. RAE - Revista de Administração, São Paulo, vol.32, n.2, p. 26-35. 1992.

_____. O Fenômeno das Organizações Substantivas. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36-43, mar./abr. 1993.

_____. Racionalidade e Organizações: O fenômeno das organizações substantivas. 1996. 633 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996. v. I e II.

_____. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.37, n. 3, p. 18-30, abr./jun.1997 [a].

_____. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitos para a teoria das organizações. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. 2, pp. 108-134, mar/abr.1997 [b].

SERVA, M.; ANDION, C. Redes sociais e organizacionais em Administração. In: CRUZ, J. A.W.; MARTINS, T. S.; AUGUSTO, P. O. M. Redes Sociais e Organizacionais em Administração. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

SILVEIRA, G. T. Turismo, emprego e renda: o caso da cidade histórica de Tiradentes - MG. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

SIQUEIRA, G. M. V. Tensão entre racionalidade substantiva e instrumental na gestão de ecovilas: novas fronteiras no campo de estudos. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TESTA, M. G.; FRONZA, P.; PETRINI, M.; PRATES, J. C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. RAP - Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, vol.47, n.6, p. 1519-1541. 2013.

TIRADENTES. Histórico. Disponível em: <<http://www.tiradentes.net/>>. Acesso em 12 março 2012.

TOFFLER, A. A Terceira Onda. Rio de Janeiro: Record, 1995.

TONET, R. S. Fenônomias, Economia Plural e Desenvolvimento Local: Um estudo na Feira de Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba – PR. 2004.160 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 16. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

VALENTI, G. D. Ética do Discurso: A Emancipação do Homem no Trabalho e a Teoria Social Crítica de Jürgen Habermas. 1995. 255 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1995.

VERGARA, S. C.. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas 2000.

VIEIRA, P. F. Políticas ambientais no Brasil. Política e Sociedade. Florianópolis, n. 14, pp. 27-75, abr. 2009.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial Sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. In: Seminario Internacional Territorios Rurales em Movimiento, Santiago do Chile. Territorios Rurales em Movimiento:

movimientos sociales, actores e instituciones del desarrollo territorial rural. Santiago do Chile: IDRC-CRDI, 2006.

VIEIRA FILHO, N. A. Q.; DUARTE, G.; SOUZA, T. R. Os impactos do turismo sobre a arte e o artesanato em Tiradentes, Minas Gerais. In: SeminTur – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul, 2006, p. 1-15. Disponível em <http://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/turismo/seminario-de-pesquisa-em-turismo-do-mercosul/>. Acesso em 29 Maio 2014.

WEBER M. “História geral da economia”. In: Textos selecionados - Max Weber. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 2004.

WOLFE, M. Desenvolvimento Para Que, e Para Quem? São Paulo: Paz e Terra, 1989.

ZOUAIN, D. M.; TORRES, L. S. A suposta modernização das relações de trabalho nas incubadoras de empreendimentos. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, vol.3, n. especial, p. 01-07. 2005.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas – Artesão

Roteiro de entrevistas - Artesão

Local: _____

Data: ____/____/2013 Hora: ____:____

Entrevistado: _____

- Permissão para gravar e fotografar.

Objetivos:

- Autonomia complexa: Quantidade, variedade e qualidade;
- Identificar critérios de justificação;
- Sustentabilidade

1. Há quanto tempo é artesão? Como começou?
2. Está envolvido em outras atividades? Já atuou em outros ramos?
3. O que busca com a atividade artesanal?
4. Em que o artesanato se diferencia das outras atividades?
5. Quais seus objetivos como artesão?
6. Como acontece a negociação com os turistas?
7. Vende para lojistas com frequência? Com quantos lojistas tem relacionamento? (vendas frequentes).
8. Como acontece a negociação com lojistas?
9. Quais as maiores dificuldades nas negociações? / Eles (turistas e/ou lojistas) reconhecem o valor das peças?
10. Eles entendem o que você fala? / O que você fala que eles não entendem?
11. Quais são os principais pontos de conflito entre artesãos e lojistas?
12. E se eles não existissem?
13. Como seria o lojista ideal?
14. Participa de associações/conselhos/ONGs/Outros? Em que a associação auxilia?
15. Como são as relações entre os artesãos?
16. A atividade artesanal ajuda a construir relações? As relações são duráveis?
17. É importante conhecer outros artesãos? Lojistas? Participar das associações? Conhecer políticos? Com quantos destes tem contato frequente?

18. Tem conhecimento ou participa de ações relacionadas a sustentabilidade? (uso racional de matérias primas ou reciclagem, por exemplo).

Permissão para telefonar se houver dúvidas (____) _____

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas – LojistaRoteiro de entrevistas - Lojista

Local: _____

Data: ____/____/2013 Hora: ____:____

Entrevistado: _____

- Permissão para gravar e fotografar.

Objetivos:

- Autonomia complexa: Quantidade, variedade e qualidade;

- Identificar critérios de justificação;

- Sustentabilidade

1. Há quanto tempo negocia artesanato? Como começou?
2. Quais seus objetivos?
3. Como acontece a negociação com os artesãos?
4. Compra de alguns artesãos com frequência? Com quantos artesãos tem relacionamento? (negociações frequentes).
5. Quais as maiores dificuldades nas negociações?
6. Eles entendem o que você fala? / O que você fala que eles não entendem?
7. Quais são os principais pontos de conflito entre artesãos e lojistas?
8. E se os artesãos não existissem?

Permissão para telefonar se houver dúvidas (____) _____